

Barbara Heller

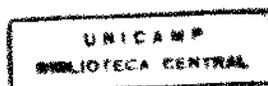
EM BUSCA DE NOVOS PAPÉIS:

*imagens da mulher leitora no Brasil (1890-
1920)*

Tese apresentada ao Curso de Teoria Literária do
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Teoria Literária

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Philbert Lajolo *L*

Campinas
Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1997



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	TUNICAMP
	H367e
V.	Ex.
TOMBO BC/	32109
PROC.	281197
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	18/11/97
N.º CPD	

CM-00103014-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

H367e	Heller, Barbara
	Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920) / Barbara Heller. - - Campinas, SP: [s.n.], 1997.
	Orientador: Marisa Philbert Lajolo
	Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Leitura. 2. Feminismo. 3. Educação feminina. 4. Almeida, Júlia Lopes de. 5. Queiroz, Rachel de. I. Lajolo, Marisa Philbert. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca Examinadora:

MARISA PHILBERT LAJOLO

MARIA APARECIDA PAIVA SOARES DOS SANTOS

MARIZA CORRÊA

NÁDIA BATTELLA GOTLIB

FRANCISCO FOOT HARDMAN

Campinas/São Paulo

Setembro/1997

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Barbara Heller

e aprovada pela Comissão Julgadora em
15/09/1997.

Prof. Dra. Marisa Philbert L. J.

À minha mãe, Dora Heller.
In memoriam

Aos meus três grandes (e
pequenos) homens: Milton,
Rubens e Carlos.

Agradecimentos

À CAPES, que me auxiliou financeiramente durante os anos de doutoramento.

À MARISA LAJOLO, pela orientação precisa, eficiente e, principalmente, rigorosa ao longo de tantos anos.

À ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA MARCELINO, Rose, secretária da Pós-Graduação do Iel, pela preciosa ajuda e compreensão nos momentos em que a burocracia parecia insuperável.

Ao LUÍS CAMARGO, pelas sugestões de leituras, pelos empréstimos de textos e livros.

À MÁRCIA GREGÓRIO RAZZINI, pelo apoio, pelas viagens compartilhadas, pela amizade.

À LEONY GEDANKE, Luba, por facilitar o acesso às obras e às informações na Biblioteca Municipal Mário de Andrade (SP).

Aos funcionários do IBGE de São Paulo e do Rio de Janeiro, pelo acesso a recenseamentos antigos.

Ao MILTON, RUBENS e CARLOS, sem cuja ajuda e compreensão jamais teria tido coragem de concluir o trabalho. Por continuarem ao meu lado. Por sermos família.

Ao meu pai, HOLGER, e à minha irmã, CLAUDIA, porque soubemos, juntos, superar nossas perdas e realizar novas conquistas.

À EDITH e à RAQUEL, por patrocinares tranquilidade à família.

Ao SEBASTIÃO HAROLDO DE PORTO CORREIA, Tião, por ter me apresentado Sinzig. Pelo apoio intelectual e profissional.

Ao COLÉGIO SION de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Campanha, pelo acesso ao seu acervo de livros.

Aos COLEGAS de doutorado, pela amizade e pela solidariedade.

É Shelley que está na moda,
E as mãos dela sobre a capa
Da edição de Oxford, orvalham
O couro negro macio
Com as gotas secas do brilho
Das unhas manicuradas.

Não quis mais ler porque livro
não lhe dá a gostosura
Que tem vendo as travessuras
Dos filhinhos em redor¹.

¹ - ANDRADE, Mário de. Tempo de Maria. In: Remate de males. Apud: _____.
Poesias completas. 5. ed. São Paulo, Martins, 1979. p. 184.

Sumário

1. RESUMO	9
2. INTRODUÇÃO	11
3. NEM IGNORANTES, NEM IGNORADAS	15
3.1 Fragmentos da história da educação feminina no Brasil	18
3.2 Fragmentos da história de três escolas femininas	34
3.2.1 Colégio Pestana	34
3.2.2 Colégio Sion	36
3.2.3 Colégio Coração de Jesus	40
3.3 Escola e positivismo: agentes formadores da mulher	42
4. VARIAÇÕES SOBRE O MESMO TEMA: O FEMINISMO NO BRASIL	54
4.1 Nísia Floresta	57
4.2 Luciana de Abreu	68
4.3 Maria Lacerda de Moura	75
4.4 Bertha Lutz	80
4.5 Júlia Lopes de Almeida e o contraponto masculino de Lima Barreto	90
5. IGREJA E LEITURA -- DIFÍCIL COMUNHÃO	119
5.1 Guia para as Consciências: Estrutura Interna	131
5.1.1 Primeira parte ou "Introdução"	132
5.1.2 Segunda parte	135
5.1.3 Terceira, quarta e quinta partes	148
5.1.4 Sexta parte	155
5.1.5 Sétima parte	159
5.2 Influências recebidas e critérios utilizados	166

6. MULHERES LEITORAS DE PAPEL E TINTA	177
6.1 Entre quatro paredes: a construção do espaço feminino	180
6.2 Conceição: leitora de cem romances?	211
6.3 Lendo as estantes das leitoras, segundo Júlia Lopes de Almeida	255
7. CONCLUSÃO	274
8. SUMMARY	282
9. BIBLIOGRAFIA	284

RESUMO

Mulheres leitoras, dos mais diversos matizes -- brancas, mulatas, ricas e instruídas, pobres e ignorantes -- fazem parte do universo de vários romances escritos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como se pode observar nas obras de França Júnior, Coelho Neto, Machado de Assis, Valentim Magalhães, Lima Barreto, Júlia Lopes de Almeida, Adolfo Caminha e Rachel de Queirós.

Embora ficcionais, essas leitoras parecem sugerir a lenta e tortuosa trajetória das brasileiras que viveram nesse período rumo aos livros pois, apesar de ter havido entre 1890 e 1920 alguns movimentos socioeconômicos priorizando a necessidade da educação feminina -- especialmente as campanhas contra o analfabetismo desenvolvidas pelo governo e as reivindicações do movimento feminista brasileiro --, a história da educação feminina no Brasil confirma a difícil formação do público leitor feminino.

É só a partir de 1920 que as brasileiras conseguem ter acesso mais garantido às escolas e à alfabetização -- condição primeira para tornarem-se leitoras. Embora numericamente mais alfabetizadas que as gerações anteriores, ainda sofriam resistência para tornarem-se leitoras: tanto a Igreja como a família consideravam os romances, especialmente os naturalistas franceses, nocivos e perigosos à formação da moral feminina. Portanto, era necessário tutelar a mulher leitora, a fim de evitar que ela se tornasse "imoral" e "leviana".

As leitoras ficcionais extraídas dos romances escritos nessa época podem ser interpretadas como uma imagem aproximada do pensamento corrente de então: a mulher deveria

ler apenas o necessário para ensinar as primeiras letras e as primeiras operações matemáticas às gerações mais novas. Se ultrapassasse esse limite intelectual, corria o risco de ter de escolher entre o casamento, ambição da maior parte das moças, e uma vida um pouco mais intelectualizada.

Ou seja: as várias personagens leitoras que vão sendo construídas nos romances do período não conseguem desfrutar de uma vida familiar e intelectual satisfatória. Algumas abandonam o hábito da leitura, a fim de preservar o casamento. As que mantêm o apreço aos livros, não se casam e não conseguem ser felizes na vida pessoal.

A mulher leitora de papel e tinta, portanto, parece não haver uma solução emancipadora e satisfatória até meados dos anos 20 do presente século. A maior parte dessas personagens termina suas histórias tristemente, apesar das estantes forradas de livros.

De todas as obras analisadas, apenas na de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) surgem mulheres leitoras, capazes de administrar marido e livros, o que parece sugerir uma pequena mudança de costumes na sociedade brasileira.

INTRODUÇÃO

Por dever de ofício, [a historiadora] é obrigada a fazer levantamento não restritos apenas às grandes figuras. Deve penetrar surdamente nos subterrâneos e mausoléus das bibliotecas e arquivos, percorrer revistas antigas e livros caducos, obras menores e autores obscuros. (...) Pois só mesmo a "simpática disposição à leitura" do pesquisador pode resgatar da queda definitiva no silêncio o sussurro inicialmente quase inaudível da vida literária passada¹.

Avaliar as representações da mulher leitora no Brasil no período compreendido entre 1890 e 1920, isto é, entre a Proclamação da República e o fim da *belle époque*², é tarefa complicada, uma vez que exige do pesquisador um conhecimento multidisciplinar.

Multidisciplinar porque não basta isolar as imagens das mulheres leitoras nos romances brasileiros e analisá-las: é necessário inseri-las num contexto mais amplo, que abranja desde o sistema educacional feminino, até as reivindicações então existentes do movimento das mulheres, passando, ainda, pela Igreja, instituição que cuidou não só das almas, mas da formação do gosto literário dos cristãos. Dispondo dessas informações, tornam-se mais interessantes e verossímeis as várias interpretações das representações das mulheres leitoras nos romances brasileiros.

¹ - MORICONI, Italo. Literatura versus dissolução. *Folha de S. Paulo*, 21 maio 1995. Livros, p. 5-14. (Nesse artigo o autor analisa a obra *Escritos da Maturidade*, uma seleção dos ensaios de Lúcia Miguel Pereira publicados na imprensa.)

² - Na esteira da tradição francesa, e aderindo à tese de Jeffrey Needell, autor de *Belle époque tropical* -- São Paulo, Companhia das Letras, 1993 - - estou chamando por *belle époque* o período compreendido entre 1898 e 1914, ao longo do qual a cultura de origem européia exerceu forte influência sobre a estrutura social e econômica no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, então capital do país.

Trata-se de uma pesquisa iniciada em meu Mestrado, cuja dissertação, *Mulheres entre linhas; imagens da leitora do início do século XX*³, mostra a existência de um estado de tensão entre as mulheres educadas (e portanto, leitoras) e alguns segmentos da sociedade, que se opunham à emancipação intelectual feminina e ao hábito de as mulheres lerem.

Tal estado de tensão/oposição frente às mulheres educadas ocorreu porque, principalmente a partir da década de 20 do presente século, as mulheres passaram a freqüentar em maior número as escolas femininas que então começavam a se instalar no país, tornando-se alfabetizadas e, portanto, leitoras em potencial.

A dificuldade enfrentada pelas mulheres para educarem-se no Brasil desde 1870 até meados dos anos 20 do presente século e a influência do positivismo para as mulheres terem instrução são os assuntos desenvolvidos no Capítulo I, "Nem ignorantes, nem ignoradas". Tabelas do IBGE relativas aos índices de alfabetização feminina e masculina no país entre 1872-1920 confirmam a lenta, mas segura trajetória das mulheres rumo aos bancos escolares.

O positivismo, doutrina que encontrou terreno fértil entre os republicanos brasileiros, idealizava uma mulher suficientemente instruída para ensinar aos seus filhos as primeiras letras e as primeiras operações matemáticas. Atribuindo às mulheres o papel de "regeneradoras da humanidade", isto é, de responsáveis pelo aprimoramento afetivo e intelectual das gerações mais novas, o positivismo acabou permitindo e estimulando o acesso das mulheres ao

³ - HELLER, Barbara. *Mulheres entre linhas; imagens da leitora brasileira do início do século XX*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes. Mimeogr.

ensino, embora com conteúdo diferente do recomendado aos homens.

Apesar de as condições sócio-políticas favorecerem o acesso das mulheres às escolas, a grande maioria de brasileiras enfrentou sérias dificuldades para se instruir, como sugerem as reivindicações das primeiras feministas no Brasil e os artigos publicados na nascente imprensa feminina.

No Capítulo II, "Variações sobre o mesmo tema: o feminismo no Brasil", tratamos justamente do feminismo brasileiro, elegendo quatro mulheres que se empenharam não só pela emancipação política, mas também pela educação feminina: Nísia Floresta, Luciana de Abreu, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz. Essas quatro mulheres, cada qual em sua época e a seu modo, lutaram pela melhoria de vida das brasileiras. Embora o feminismo começasse a ganhar maior articulação e adesão à medida que o século XX ia avançando, foi um movimento que provocou reações de descontentamento de setores da sociedade. Júlia Lopes de Almeida e Lima Barreto, escritores contemporâneos do feminismo, registraram em suas obras algumas dessas reações contrárias à atuação das feministas em geral.

Em outras palavras: o movimento feminista reforçou e ampliou a necessidade de a mulher ter instrução, pois não bastava mais ela ser apenas educada, mas era preciso ter profissão e remuneração.

Não é sem motivo que, nesse período, a Igreja no Brasil, instituição de natureza conservadora, começa a se inquietar com a qualidade dos livros que então circulavam e que começavam a ser lidos. Alguns, segundo os clérigos, eram perigosos porque poderiam comprometer a fé dos leitores e

estimular mudanças de papéis que não interessavam a Igreja, como mulheres mais independentes, sensuais e profissionais. No Capítulo III, "Igreja e leitura -- difícil comunhão", analisamos detalhadamente a obra *Através dos romances*; guia para as consciências, de Frei Sinzig, editada a primeira vez em 1915, com grande circulação em escolas religiosas e leigas no Brasil.

Tal obra apoiava-se em edições semelhantes já publicadas na Europa, o que sugere a preocupação da Igreja com o desenvolvimento da escrita e da leitura como prática social em nosso país, principalmente a partir da década de 20 do presente século.

Estes capítulos, por tratarem de questões pertinentes à leitura, oferecem subsídios para interpretarmos com maior propriedade a representação de mulheres leitoras em alguns romances do período -- assunto desenvolvido no quarto e último capítulo, "Mulheres leitoras de papel e tinta".

As várias personagens nele focalizadas em situações de leitura sugerem a lenta consolidação do público leitor feminino que, segundo Júlia Lopes de Almeida, consumia romances de qualidade duvidosa, embora recomendasse às suas leitoras obras de natureza filosófica, de pensadores franceses.

Acreditamos que, assim, estamos contribuindo para a construção da história da leitura feminina no Brasil, uma vez que o presente resgate não se limitou à questão literária. Ao contrário: a diversidade de fontes consultadas permitiu refinar as hipóteses sobre a trajetória das mulheres ficcionais rumo aos livros.

CAPÍTULO I

NEM IGNORANTES, NEM IGNORADAS

Para se plantar batatas e criarem-se aves domésticas não é absolutamente necessário aprender-se francês, inglês, piano e desenho...¹

Na epígrafe acima, Maria, viúva e mãe de quatro moças -- Cecília, de 20 anos; Cordélia, de 18; Joaninha, de 17, e Clara, de 14 -- queixa-se da impropriedade da educação recebida por suas filhas no Colégio Sion do Rio de Janeiro, pois no campo, onde teve de se estabelecer por motivos econômicos,

não há poesia, não há versos descantes, não há música, não há dança, não há mocidade (...)².

Maria também se pergunta se valeu a pena ter gasto tanto dinheiro com a educação das meninas e ter sofrido uma separação tão longa durante todo o tempo em que estiveram como pensionistas no colégio.

Publicado a primeira vez em 1913, essas passagens extraídas de *Correio da roça*, obra de Júlia Lopes de Almeida, permitem supor que até as primeiras duas décadas do século XX a educação feminina, pelo menos a retratada ficcionalmente, não preparava a mulher para uma profissão, só tinha utilidade se inserida no meio urbano, e, ainda, custava muito.

¹ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da roça*: romance epistolar. Rio de Janeiro, Presença, 1987. p. 37. (A primeira edição é de 1913.)

² - Idem, *ibidem*, p. 37.

Na verdade, essa já era a realidade vivida pelas brasileiras desde o século XIX, como testemunham os relatos de viajantes estrangeiros que visitaram nosso país em 1887, como o de Christopher Columbus Andrews e o de Moritz Lamberg:

É deplorável a condição da instrução primária no Brasil. Considerando a população livre de mais de sete milhões, existe uma escola para cada 1.356 habitantes, o que está longe de satisfazer as necessidades de uma população dispersa num território enorme e separada por grandes distâncias³.

As filhas das classes médias aprendem a ler e a escrever ou em alguma escola pública, ou em algum colégio, onde se acostumam também a fazer alguns trabalhos manuais finos. (...) Assim que conseguem pronunciar algumas frases em francês e arranhar piano, está terminada sua educação. Saem da escola e são moças, que os pais, com o máximo cuidado, preservam de qualquer contato com os homens.

(...)

As filhas das classes abastadas, isto é, dos fazendeiros ricos, dos altos funcionários públicos, dos grandes negociantes, advogados, etc., são frequentemente enviadas ao *Sacré Coeur* de Paris para serem educadas, ou, na

³ - ANDREWS, C. C. Instrução pública. In: LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro -- século XIX*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/INL/Fundação Nacional Pró-memória, 1984. p. 84.

maioria, aos conventos que por aqui há semelhantes a esses.

(...)

A rapariga das classes mais baixas do povo, que só em casos raríssimos aprende a ler e a escrever, cresce em absoluta liberdade (...)⁴.

Em outras palavras: apenas as meninas de famílias abastadas é que recebiam alguma educação formal, tornando-se fluentes em francês, boas pianistas e hábeis em trabalhos manuais.

Tais hipóteses podem parecer apressadas para um leitor que desconfie de romances e relatos de viagens. No entanto, como atesta a história da educação feminina no Brasil através dos números coletados pelo IBGE relativos aos índices de escolarização de 1872 a 1920, a educação feminina no Brasil, até a década de 1920, era realmente precária qualitativa e quantitativamente.

É só a partir dos anos 20 do presente século, como veremos mais adiante nesse capítulo, que a instrução feminina começa a se tornar eficiente, graças à urbanização, à industrialização e à imigração, entre outros fatores.

⁴ - LAMERG, Moritz. Educação formal. In: LEITE. Miriam Moreira, op. cit. pp. 85-7.

Fragmentos da história da educação feminina no Brasil

A educação feminina no Brasil está relacionada com a estruturação das Escolas Normais, que desempenharam papel relevante tanto na formação profissional das mulheres quanto na sua elevação cultural⁵.

Então, vejamos: logo após o Ato Adicional de 1834 foram estabelecidas as primeiras escolas normais, cabendo às Províncias legislá-las. Um ano mais tarde, surge a primeira Escola Normal do Brasil, no Rio de Janeiro. Em Minas, a primeira Escola Normal é fundada em 1840; na Bahia, em 1836 (mas instalada apenas em 1841), no Ceará em 1845 e, em São Paulo, em 1846⁶.

No entanto, essas escolas, ainda bastante improvisadas, não têm longa duração. Caso exemplar é a de São Paulo que, em 1846, contava apenas com um professor. Desaparece em 1867, ressurgindo em 1874, para fechar em 1877 e reabrir, finalmente, em 1880.

O fracasso dessas escolas deve-se, principalmente, ao fato de elas desejarem atingir uma camada da população menos afortunada, que se qualificasse profissionalmente para o ensino primário. Num país como o Brasil, com altos índices de analfabetismo, a instrução não era vista como meio de

⁵ - NADAI, Elza. A educação da elite e a profissionalização da mulher brasileira na Primeira República: discriminação ou emancipação?. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 17(1/2):8, jan/dez. 1991.

⁶ - TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no Estado de São Paulo -- 1890 /1930*. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1979. v. 16. p. 14 e 19.

ascensão social -- o que só vem a ocorrer com os efeitos da industrialização e da urbanização⁷.

Por isso mesmo, ainda no Brasil Imperial, a grande maioria das mulheres brasileiras não recebiam instrução formal, apesar das Escolas Normais, onde podiam estudar. Ficavam entre as quatro paredes do lar paterno, raramente recebiam visitas e ocupavam-se dos afazeres domésticos.

Segundo Charles Expilly, viajante francês em visita ao Brasil em 1853, as moças de famílias mais abastadas tinham como distrações

os bordados, os doces, a conversa com as negras, o cafuné, o manejo do chicote, e aos domingos uma visita à igreja (...)⁸.

e quando eram instruídas, a educação

[de uma brasileira] está completa desde que saiba ler e escrever correntemente, manejar o chicote, fazer doces e cantar, acompanhando-se ao piano, num romance de Arnaud ou de Luísa Puget. Até agora as senhoras não

⁷ - SAFFIOTTI, Heleith I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976. p. 198.

⁸ - EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. (Trad. Gastão Penalva.). 2. ed. São Paulo/Brasília, Nacional/INL, 1977. p. 269. (Essa obra é bastante criticada por Américo Jacobina Lacombe, autor de "Expilly e o Brasil", texto que abre a atual edição do autor francês. Segundo este crítico, Expilly descreve com má vontade os costumes brasileiros por ter sido mal-sucedido na tentativa de fundar no Rio de Janeiro uma escola normal, bem como na fábrica de fósforos que chegou a instalar. No entanto, *Mulheres e costumes do Brasil* serve como depoimento de costumes por aqui praticados em 1853 por grandes proprietários de escravos no fundo dos engenhos e das fazendas.)

tomaram da civilização senão a crinolina, o chá e a polca⁹.

Nota-se, na passagem acima, que aos olhos de um francês, a mulher brasileira, mesmo lendo partituras e romances, não era considerada instruída. No entanto, se levarmos em conta a precariedade das condições para a mulher tornar-se alfabetizada e educada no Brasil Imperial, a revelação de Charles Expilly aponta para uma conclusão diferente da dele: as mulheres brasileiras, pelo menos as de classe social mais favorecida, tinham instrução suficiente para lerem música e romances, o que não acontecia com as brasileiras menos afortunadas.

Ainda assim, quando Elizabeth e Jean Louis Agassiz vieram ao Brasil entre 1865 e 1866, ou seja, 31 anos depois de inaugurada a primeira Escola Normal, a educação feminina não apresentava alterações significativas. As mulheres continuavam tendo rudimentos de aprendizagem, uma fina camada de verniz, o suficiente para tornarem-se noivas e esposas mais dignas de seus futuros compromissos domésticos e familiares:

Em geral, no Brasil, pouco se cuida da educação das mulheres, o nível de ensino dado nas escolas femininas é pouquíssimo elevado; mesmo nos pensionatos frequentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que lhes retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver. A maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos

⁹ - Idem, ibidem, p. 272.

treze ou quatorze são consideradas como tendo terminado os estudos¹⁰.

Em 1873, para uma população total de aproximadamente 9.930.478 habitantes¹¹, existiam no Império 4.428 estabelecimentos de instrução primária e secundária pública e particular, freqüentados por 147.621 alunos de ambos os sexos. Um ano mais tarde, esse número sobe para 4.885 escolas, ou seja, surgem outras 457 escolas, para um total de 150.555 alunos -- homens e mulheres¹².

Essas escolas, bem como as Escolas Normais, ficaram, durante todo o Império, sujeitas à penúria financeira dos cofres provinciais, à descontinuidade administrativa e à descentralização de toda a infra-estrutura educacional.

O ensino secundário resumia-se ao Colégio Pedro II, exclusivamente masculino, e privado, o único que dava acesso direto aos cursos superiores.

Ainda em 1907, havia 15 escolas secundárias estaduais para o sexo masculino e nenhuma para o feminino. As poucas

¹⁰ - AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe e AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. (Trad. de João Etienne Filho. Apresentação de Mário Guimarães Ferri.) Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1975. In: LEITE, Miriam Moreira, op. cit., p. 74.

¹¹ - Essa é a população recenseada de 1872.

¹² - COUTO, José Maria do. *Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira -- ministro e secretário de Estado dos negócios do Império*. Rio de Janeiro, Tipografia de Hipólito José Pinto, 1873. p. 27 e 29.

mulheres secundaristas da rede pública estudavam nas 11 escolas mistas existentes em todo o país¹³.

A Escola Normal, nascida como instituição de ensino marcadamente profissional, constituía-se numa das poucas oportunidades de sociabilização e continuação dos estudos pela mulher. Assim, acaba recebendo crescente clientela: as moças que necessitavam profissionalizar-se e as que almejavam o casamento e a vida doméstica.

De um modo geral, a instrução pública era incipiente em todo o Brasil Imperial, mas começa a melhorar, gradativamente, nas primeiras décadas da República, como mostra a tabela:

¹³ - IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1o. ano. (1908-1912). Rio de Janeiro, Tip. da Estatística do IBGE, 1927. p. 1.039. v. 3.

Taxas de alfabetização no Brasil (1872/1920) segundo o sexo¹⁴

	1872	1890	1900	1920
% de alfabetização	15	14	25	24
Homens que não sabem ler e nem escrever	4.110.814	5.852.078	6.132.905	10.973.750
Homens que sabem ler e escrever	1.013.055	1.385.854	2.767.621	4.470.068
Mulheres que não sabem ler e nem escrever	4.255.183	6.361.278	6.836.848	12.168.498
Mulheres que sabem ler e escrever	551.426	734.705	1.701.060	3.023.289
Total de habitantes	9.930.478	14.333.915	17.438.434	30.635.605

Enquanto o total da população entre 1872 e 1920 quase triplicou, para o mesmo período o percentual de alfabetização feminina cresceu de 5,55% para 9,87%, enquanto a masculina de 10,20% a 14,59%. Esses dados permitem supor que embora em menor quantidade que os homens, as mulheres alfabetizadas experimentaram um ritmo de alfabetização mais intenso que os homens nesse mesmo período, provável consequência das campanhas contra o analfabetismo instauradas no Brasil a partir da Proclamação da República. Ou seja: as mulheres, embora em número mais reduzido que os homens, parecem ter se beneficiado mais que eles da campanha contra o analfabetismo, já que começaram a poder frequentar as escolas normais e religiosas femininas que então se instalavam no país.

Os resultados de 1900 parecem ser os mais satisfatórios em termos de aumento de taxa de alfabetização para os dois sexos, mas é o próprio IBGE quem reconhece a pouca confiabilidade de tais informações, devido à deficiência de dados censitários em muitas localidades desse ano. Consideraram-se apenas os locais de mais fácil acesso, os

¹⁴ - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Sinopse de recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920; População do Brasil; resumo do censo demográfico segundo o grau de instrução, idade, sexo e nacionalidade nos Estados e Capitais*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1920.

mais próximos dos centros populosos e, portanto, os mais escolarizados, com resultados pouco abrangentes.

Considerando os dados da tabela acima, a instrução pública para os dois sexos progrediu muito mais no período de 1900 a 1920 do que no período anterior de 1890 a 1900¹⁵.

Esses números, no entanto, não são absolutos, uma vez que não há dados sobre os percentuais de homens ou mulheres que nasceram nesse mesmo período. Ainda assim é possível deduzir que, de maneira geral, entre 1872 e 1920 os índices de alfabetização no Brasil demoraram para crescer.

Entre 1890 e 1920, o desenvolvimento das cidades, a vinda de imigrantes, o crescente número de empregados direta ou indiretamente envolvidos na comercialização do café, a multiplicação de bancos e casas exportadoras, a ampliação do funcionalismo público, a ampliação da rede ferroviária e aumento no movimento dos portos permitiram a formação de um contingente urbano, consumidor em potencial de bens culturais: livros, sessões de teatro e de cinematógrafos, etc¹⁶.

Surgem, então, nos centros urbanos que começam a crescer novas sociedades científicas, literárias e artísticas. Só para citar o Rio de Janeiro, que contava com o Real Gabinete Português de Leitura desde 1837 e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1838, a Academia Brasileira de Letras foi fundada em 1897. Novas associações, menos ou mais

¹⁵ - Em 1920 há um total de 21.789 escolas primárias, públicas e particulares, em todo o Brasil. (FONTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Sinopse do recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. População*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1920. v. 4.)

¹⁶ - LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1985. p. 25.

obscuras, foram sendo fundadas, como o Club Fluminense, em 1904, o Modesto Club Dramático, em 1906, o Centro Musical do Rio de Janeiro, em 1907, só para citar alguns¹⁷. No Brasil inteiro, no período de 1900 a 1911, são fundadas 99 instituições culturais¹⁸.

Em 1912, o Brasil contava com 465 bibliotecas, contra 406 em 1907¹⁹.

Ou seja: parece que a partir da Proclamação da República surgem não só campanhas contra o analfabetismo, como diversas atividades culturais. Os resultados começam a aparecer, também para as mulheres, embora não tenha surgido nessa época nenhuma nova corrente de idéias educacionais, nem uma nova política de educação no Brasil.

Há várias e possíveis explicações para o crescimento numérico de mulheres alfabetizadas: a estruturação do ensino em São Paulo, a fundação de Escolas Normais e religiosas femininas e a influência do positivismo.

*

Em São Paulo, a partir de 1890 verifica-se a expansão da rede de ensino e a organização e o aperfeiçoamento do sistema escolar²⁰. Em 1893, o Estado mantinha 1398 escolas públicas,

¹⁷ - IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil. 1o. ano. (1908-1912)*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística do IBGE do Rio de Janeiro, 1927. v. 3, p. 446.

¹⁸ - Idem, *ibidem*, v. 3, p. 453.

¹⁹ - Idem, *ibidem*, v. 3, p. 583.

²⁰ - TANURI, Leonor Maria, *op. cit.*, p. 78.

sendo 817 para o sexo masculino, 489 para o feminino e 92 mistas²¹.

Dois fatores principais contribuíram para São Paulo ter melhorias na área educacional: muitos dos republicanos paulistas eram militantes da causa educacional (tais como Rangel Pestana, que governou o Estado nos primeiros dias da República; Américo Brasiliense, governador do Estado em 1891; Gabriel Prestes, deputado estadual e diplomado pela Escola Normal em 1888 e seu diretor de 1893 a 1898) ao que se somava a posição de destaque que São Paulo ia conquistando no campo político e econômico do país, graças ao café, à construção de estradas de ferro, aos primeiros ensaios de industrialização²².

Foi o próprio Rangel Pestana quem fundou, também em São Paulo, em 1876, o Colégio Pestana, de nível primário e secundário, para alunas internas e semi-internas, que freqüentavam o colégio em período integral.

Pode-se dizer que foram tantos os progressos na esfera do ensino primário e Normal no Estado de São Paulo, que a educação paulista acabou servindo de paradigma para o resto do país nos primeiros trinta anos de República.

Segundo Tanuri²³

a preocupação inicial dos reformadores não foi apenas o aspecto qualitativo do ensino e

²¹ - Idem, *ibidem*, p. 100.

²² - Idem, *ibidem*, p. 75-6.

²³ - Idem, *ibidem*, p. 79.

a instalação de uma estrutura de alto padrão, mas também o aspecto quantitativo, ou seja, a organização em âmbito estadual do ensino primário e normal, consentânea com os ideais republicanos de generalização da educação popular, bem como com a concepção dos deveres e responsabilidades que o Estado deveria assumir a este respeito.

Como, entretanto, não havia condições econômicas e sociais que permitissem conciliar qualidade e quantidade, dois tipos de instituições formadoras do magistério acabaram se formando em São Paulo: uma, de padrão elevado, a *Escola Normal da Capital*, que absorveu pequena quantidade de alunos e que formaria reduzido número de docentes e as outras, de nível inferior e caráter mais popular, responsáveis pela produção de pessoal docente em quantidades adequadas às exigências do ensino primário em expansão.

A Escola Normal sofreu diversas reformas, entre elas a de 1892, que introduziu um currículo distinto dos anteriores pelo seu cunho marcadamente enciclopédico, como a inclusão de ciências e línguas modernas, ao lado das disciplinas que tradicionalmente compunham a formação de professores: português, aritmética, geografia, caligrafia, desenho, ginástica, música, cosmografia, física, química. Para as mulheres, no lugar da álgebra, da escrituração mercantil e dos exercícios militares, aprendiam-se prendas, exercícios escolares e economia doméstica²⁴.

A Escola Normal, embora de alto nível, formou pequeno número de diplomados, decrescente até 1901. Ou seja, a virada

²⁴ - Idem, *ibidem*, p. 92.

do século XIX para o XX assistiu a uma diminuição gradual do número de formandos da Escola Normal:

Anos	Sexo masculino	Sexo feminino	TOTAL
1890	26	31	57
1891	23	18	41
1892	12	20	32
1893	9	10	19
1894	19	16	35
1895	9	15	24
1896	4	5	9
1897	7	20	27
1898	3	21	24
1899	9	41	50
1900	10	28	38
1901	13	33	46
1902	12	62	74
1903	20	35	55
1904	16	51	67
1905	30	46	76
1906	16	33	49
1907	10	34	44
1908	13	52	65
1909	11	69	80
1910	17	89	106
1911	25	143	168
TOTAL	314	872	1186
%	26.48	73.52	100.00

O fato de as mulheres constituírem o maior contingente de formados da Escola Normal, 73,52%, significa que o magistério era visto como uma profissão muito mais talhada para mulheres do que para os homens. Nas palavras de Tanuri:

a Escola Normal passou a constituir, praticamente desde o final do Império e o início da República, a instituição ideal para

²⁵ - RODRIGUES, João Lourenço. *Livro jubilar da Escola Normal da Capital*. Apud TANURI, Leonor Maria, op. cit., p. 120.

a escolarização da mulher em nível ulterior ao primário²⁶.

Essa interpretação também justifica o maior número de matrículas de mulheres que de homens na mesma Escola Normal, de 1890 a 1910:

Matrículas na Escola Normal de São Paulo (1890-1910) ²⁷			
Anos	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
1890	84	107	191
1891	56	89	145
1892	51	87	138
1893	40	81	121
1894	41	89	130
1895	29	107	136
1896	44	146	190
1897	40	143	183
1898	44	146	190
1899	51	195	246
1900	76	202	278
1901	86	235	321
1902	111	228	339
1903	110	186	296
1904	83	184	267
1905	74	162	236
1906	61	248	309
1907	68	306	374

²⁶ - TANURI, Leonor Maria, op. cit., p. 117.

²⁷ - Fontes: De 1890-1893 e de 1908 a 1910 - *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, v. 1907-1908 e 1909-1910; de 1894 a 1905 - Dados colhidos na própria escola; de 1906 a 1907 - *Anuário Estatístico de São Paulo*, São Paulo, Repartição de Estatística e Arquivo, v. 1906 e 1907. Apud TANURI, Leonor Maria, op. cit., p. 118.

1908	76	385	461
1909	80	435	514
1910	97	495	592

Se confrontadas as duas tabelas é possível deduzir que, apesar do grande número de alunos ingressantes, poucos tornavam-se professores diplomados. Isso permite supor alto índice de desistência, principalmente entre os homens, dado que eram as mulheres a grande maioria dos formados nos anos referidos.

Em outras palavras: a Escola Normal ampliou as oportunidades de escolarização da mulher, permitindo seu ingresso na população economicamente ativa e também nos ensinos médio e superior.

Mas isso não era a realidade para a maior parte da população feminina. Aparentemente, mais do que qualquer profissionalização, o casamento e a maternidade ainda eram os principais objetivos das mulheres dos mais variados estratos sociais. Combina bem com isso que a educação formal das moças, tão precária e improvisada ainda no início de nosso século, não lhes desse garantias de emancipação intelectual, econômica ou social: a fragilidade da instituição escolar para mulheres compensava-se na pretensa segurança do casamento.

Há também uma presença significativa de escolas secundárias particulares na educação feminina, conforme estudo de Elza Nadai: em 1894, também em São Paulo, para um total de 44 escolas secundárias particulares, havia 17 dedicadas ao ensino feminino, 22 ao sexo masculino e 5 mistas. Trinta e seis eram laicas e 8 religiosas.

O termo "escola", no entanto, quando se refere ao ensino feminino, deve ser interpretado conforme o contexto da época: normalmente compunha-se de uma única sala, muitas vezes situada no interior da própria casa da professora, de existência efêmera e currículo mais voltado à religião e a trabalhos de agulha.

A escola leiga raramente era seriada, funcionava em regime de externato, contava com um número restrito de professores que lecionava todas as disciplinas²⁸.

A maior parte das mulheres que desejava estudar e tornar-se profissional ainda esbarrava em sérias dificuldades, principalmente se desejassem profissões para cuja capacitação o ensino superior fosse fundamental.

Embora o governo brasileiro houvesse aberto em 1879 as instituições de ensino superior do país às mulheres, como a Faculdade de Medicina²⁹, raras eram as moças que tinham condições de beneficiar-se do decreto, pois muito poucas tinham condições de obter o diploma de bacharel, condição para assegurar o ingresso no ensino superior: as moças que cursavam o ensino secundário freqüentavam escolas particulares, geralmente religiosas e inadequadas para esse objetivo³⁰.

²⁸ - NADAI, Elza, op. cit., p. 16.

²⁹ - Segundo June Hahner, em 1887 Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a receber o grau de médica no Brasil. (HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 72.)

³⁰ - HAHNER, June E., op. cit, p. 71 e SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989. p. 172.

As moças vindas de estratos mais abastados frequentavam as aulas das escolas católicas e protestantes do ensino secundário que começavam a se instalar no país, onde aprendiam línguas, ciências, música e trabalhos de agulha, principalmente bordado.

Em 1859, chegam à Província de São Paulo as Irmãs de São José de Chamberry, e fundam, em Itu, o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, a partir do qual inauguram uma rede de escolas³¹, em regime de internato, dedicadas ao sexo feminino.

À regularidade de seus cursos deve se somar a sua proposta pedagógica adequada aos padrões e comportamentos da família patriarcal e oligárquica paulista, não comprometendo pelo menos, diretamente, a estrutura familiar. Por exemplo, a profissionalização, nem chegou a ser cogitada³².

Em seguida, vieram outras congregações religiosas, de matrizes européias, que também fundaram colégios femininos.

Vinda da França, a Congregação da Nossa Senhora de Sion funda em 1888 o Colégio Sion no Rio de Janeiro; de 1897 a 1900, em Juiz de Fora (MG); em 1901 em São Paulo e em 1904 em Campanha (MG).

Da Alemanha, as Irmãs da Divina Providência inauguram em 1898, em Florianópolis (SC), o Colégio Coração de Jesus, que

³¹ - Em 1892, o Colégio Santana em São Paulo e outros em Franca, Taubaté, Piracicaba e Jaú. (NADAI, Elza., op. cit., p. 17.)

³² - NADAI, Elza, op. cit., p. 17.

se manteve exclusivamente voltado para o sexo feminino até 1968.

Da Espanha, as Filhas de Jesus, que se instalam em São Paulo em 1911, e, nos anos seguintes, em Mogi Mirim, Bragança Paulista, Campinas e em outras cidades.

Essas informações confirmam a predominância de escolas religiosas femininas sobre as leigas no período estudado (1890-1920). Por terem exercido papel formador de algumas gerações de brasileiras, tornando-as educadas e prendadas, tais instituições não só promoveram o ensino formal, como também se empenharam na formação do hábito da leitura de suas alunas, uma vez que importavam livros e formavam bibliotecas.

Apesar de mais numerosas e de duração prolongada, as escolas religiosas não foram as únicas que procuraram educar novas gerações de brasileiras. Nesse sentido, no setor privado, houve outras iniciativas, como a de Rangel Pestana, que, como veremos adiante, inovou o currículo, mas não obteve sucesso.

Tanto o Colégio Pestana (SP), como a Escola Sion (SP, RJ, MG) e o Colégio Coração de Jesus (SC), serão particularmente analisados, devido ao destaque que deram à formação intelectual da mulher. As duas escolas religiosas, aparentemente mais do que o Colégio Pestana, valorizaram tanto a leitura, que importaram livros e formaram bibliotecas.

Talvez não seja precipitado imaginar que estas bibliotecas religiosas foram as primeiras a serem consultadas pelas mulheres, ainda que no ambiente estritamente escolar.

Fragmentos da história de três escolas femininas

Colégio Pestana

O Colégio Pestana, de nível primário e secundário, funcionando em regime de internato e semi-internato, foi inaugurado em 1876. Além de cursos avulsos que a escola oferecia para pessoas da comunidade, tais como Taquigrafia, Noções Elementares de Física e Química e Higiene, havia um curso regular e seriado de estudos, além de ensino religioso.

Assim, as alunas de 7 a 14 anos acabavam percorrendo uma gama bastante extensa de disciplinas entre o 1o. e 6o. anos: escrita, português, aritmética, geografia, francês, história, inglês, desenho linear e caligrafia, música, costura e labores, italiano, alemão, dança, espanhol, física e química, cosmografia, álgebra e geometria, retórica e política, geologia, botânica e zoologia, economia doméstica, direito da mulher na sociedade brasileira, filosofia, literatura e exercícios práticos de ensino³³.

Estudava-se inglês pelo *Método de Ahn* e pelo *Manual de conversação*, de Clipton, e português pelos textos de João de Deus.

Além do próprio Rangel Pestana, o corpo docente compunha-se de sua esposa, Damiana Pestana, e de muitos correligionários republicanos: João Köpke, Caetano de Campos, Américo

³³ - Todas as informações sobre o Colégio Pestana tiveram como fonte: HILSDORF, Maria Lúcia S. Os anjos vão ao colégio: Rangel Pestana e a educação feminina. In: *Rev. Bibl. Mário de Andrade*. São Paulo, 53:47-56, jan./dez. 1995.

Brasiliense, Elias Fausto Pacheco, além de Madame Masson, conhecida em Campinas e outras cidades do interior onde tivera colégios de meninas, e Misses Annie Newman e Pinson.

Talvez pela própria inovação curricular, que ultrapassava os limites de qualquer colégio da época, o Colégio acabou enfrentando sérias dificuldades financeiras: em 1878, tinha 56 alunas matriculadas.

Apesar das reformulações curriculares efetuadas em 1878, subdividindo as disciplinas em grupos, a fim de atrair maior número de alunas, o resultado não foi satisfatório.

Apesar de a escola ter oferecido um conteúdo bastante moderno para a época, de caráter científico, ainda era uma proposta que reproduzia,

na ordem social, a divisão dos papéis e dos espaços entre meninos e meninas, e na ordem familiar, a mulher dependente do marido na sociedade conjugal. (...) À época, tal proposta apareceu como parte daquela ambigüidade provocada por uma instrução (conteúdo) avançada e uma educação (uma finalidade) conservadora (...) ³⁴.

Em 1879, Rangel Pestana retirava-se da direção do colégio, cargo assumido por Anna Schraeder, uma das professoras da casa, mas permanecia como professor. Em 1881, o prédio foi alugado para instalar a Escola Normal, encerrando definitivamente as atividades da ex-escola Rangel Pestana.

³⁴ - HILSDORF, Maria Lúcia S, op. cit., p. 52.

Colégio Sion

Desde o início o Colégio Sion gozou dos favores da família imperial: assim que chegaram ao Brasil, as religiosas foram recebidas no Palácio Imperial, em Petrópolis, e no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, ambos residências da família imperial.

Quando mudaram-se para Petrópolis em 1889, tentando fugir da febre amarela que se espalhava pelo Rio de Janeiro, as irmãs foram recebidas pelo próprio D. Pedro II e pela princesa D. Isabel.

Na falta de uma sede própria, o Colégio Sion, depois de funcionar por poucos meses à Rua dos Mineiros³⁵, chegou a se instalar, a partir de 30 de setembro de 1892 e por quase vinte anos, no Palácio Imperial de Petrópolis, até voltar a funcionar no Rio de Janeiro.

Era para o Sion que se encaminhavam as filhas das famílias mais abastadas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Curitiba. As filhas mais jovens do presidente Rodrigues Alves -- Celina, Zaïra e Belinha --, as três de Júlio de Mesquita, diretor e fundador de *O Estado de S. Paulo*, foram algumas das 180 alunas que formaram a primeira turma do Sion em São Paulo³⁶.

O Colégio Sion era um pedaço da França no Brasil: a língua falada, a maior parte dos textos e o modelo pedagógico eram todos franceses.

³⁵ - Nesta propriedade, adquirida em 1905 pela Congregação do Sion, foi construído o Colégio Sion de Petrópolis.

³⁶ - COLÉGIO SION. *Reminiscências - 1888-1938*. Petrópolis, Vozes, s.d. p. 103.

As meninas que se formavam no Sion eram conhecidas pelo francês impecável, pela obediência aos superiores e pela formação cristã -- características registradas até pela literatura do início do século XX:

[Eduardo Jorge] vai frequentemente aos bailes de mais fulgor. Em um deles, tendo sido apresentado a uma carioca da gema, pediu-lhe a honra de uma contradança. Sabendo o par brasileiro, naturalmente ele falou-lhe em português; qual foi a sua admiração quando, volvendo para ele os seus olhos castanhos de morena, ela lhe respondeu em francês! Eduardo Jorge fez um ato de coragem: respondeu por sua vez à moça -- em inglês! Se ela vinha do Colégio de Sion, ele vinha dos Estados Unidos; se a nossa língua é banida dos salões, porque as meninas educadas por francesas sabem melhor o francês do que o português; ele, por seu lado, sabendo melhor o inglês do que o francês, tinha o direito de optar por aquela contra esta língua! A moça enrubesceu; ele recitou-lhe trechos de Longfellow, máximas de Roosevelt e não sei que mais! Por fim, ela confessou que ele falava muito depressa e preferia ouvi-lo em... português! E foi em português que eles, afinal, se entenderam³⁷ !

Assim como mal se falava português no Sion, mal se estudava em livros brasileiros. A grande maioria dos textos eram franceses e aprendidos de memória, como mostra Jeffrey D.

³⁷ - Almeida, Júlia Lopes de. *Correio da roça*. 7. ed. Rio de Janeiro/Brasília, Presença Edições/INL, 1987. pp. 107-8. (A primeira edição é de 1913.)

Needell, que estudou algumas instituições culturais do Brasil do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, entre elas o Colégio Sion. Segundo este pesquisador, estes eram alguns títulos de livros por onde as alunas estudavam: a *Histoire de la littérature latine*, de Pichon, e "Jules César" e seus *Commentaires sur la guerre des gaules*. Havia Racine, Chateaubriand, Vigny, Sainte-Beuve, Corneille, Molière, La Rochefoucauld, Pascal e La Bruyère³⁸.

Ampliar a pesquisa relativa aos livros lidos pelas alunas não foi uma tarefa muito fácil, pois, apesar de o Colégio Sion ainda funcionar no Rio e em São Paulo³⁹, os documentos relativos aos primeiros tempos da formação da sua biblioteca não foram preservados.

Apenas em Campanha há um livro de registro da "Biblioteca Mãe Deodata de Sion", com dados referentes a aproximadamente mil exemplares que compuseram essa biblioteca, agora doada à Biblioteca Pública Municipal Cônego Victor, em Campanha.

A falta de um critério único para esse registro fez com que não constasse o ano de edição dos primeiros 325 títulos. Dentre eles, o *Através dos romances*, de Frei Pedro Sinzig⁴⁰, vários dicionários de português, inglês, italiano, francês, *Les acteurs grecs -- Demosthène, Platon, Euripide, Homère, Sophocle, Plutarque --*, *Gramática Elementar da Língua Latina*, *Obras completas*, de Casimiro de Abreu, *As minas de prata*, de

³⁸ - NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. p. 82.

³⁹ - O Colégio Sion de Campanha parou de funcionar como escola em 1974.

⁴⁰ - Frei Pedro Sinzig, um autor bastante importante para o escopo desse trabalho, será objeto de estudo no Capítulo III, "Igreja e leitura -- difícil comunhão".

José de Alencar, *Urupês e Cidades Mortas*, de Monteiro Lobato...

Finda essa primeira listagem, inicia-se outra, com diferente caligrafia e dados mais completos: além de título, autor e língua, itens observados anteriormente, há também o de localização nas estantes, número de tomos, tipo de encadernação, data, editora e "oferta de", o que faz supor que a prática de doações de livros era bastante freqüente à comunidade sionense...

A listagem é longa e as datas de publicação variam, aproximadamente, de 1857 -- com a obra *Formulário de libelos*, de J. Homem Correia Teles, da Tipografia Universal de Laemmert, possivelmente uma obra de Direito, se a informação do registro estiver correta -- até 1940, com a obra *Antologia dos Poetas Brasileiros -- Fase parnasiana*, de Manoel Bandeira, publicado pelo Instituto Nacional do Livro.

As obras *Entre dois mundos* e *Nellisinha do Santo Deus*, ambas do mesmo Frei Pedro Sinzig, autor de *Através dos romances*, citado anteriormente, surgem numa terceira listagem, dessa vez com informações ainda mais reduzidas, apenas constando o número do volume, título, autor, estante e prateleira onde se acham as obras.

O livro *História do Brasil*, de Jonathas Serrano, publicado pela F. Briguiet em 1931, tornou-se o livro didático de História do Sion.

Percebe-se, portanto, que, com o decorrer das primeiras décadas do século XX, os livros franceses começaram a deixar seus postos de liderança na biblioteca sionense, dando vez

para autores nacionais, e que livros de natureza religiosa tinham circulação e lugar garantidos nas suas prateleiras.

Colégio Coração de Jesus

Como já foi dito anteriormente, em 1898 as irmãs da Congregação da Divina Providência, da Alemanha, fundaram em Florianópolis o Colégio Coração de Jesus, religioso e exclusivamente feminino.

Também para lá se dirigiram as moças dos estratos sociais mais favorecidos de Santa Catarina. Segundo o registro de 1912, o mais antigo ainda existente, e os seguintes, as alunas ali matriculadas eram filhas de negociantes, estancieiros ou fazendeiros, desembargadores, empregados públicos, engenheiros, governadores de Estado, senadores, deputados, dentistas, etc⁴¹.

Considerando que foi no início do século XX que a população local cresceu e que membros da classe média começaram a ocupar postos tanto na burocracia federal, quanto na estadual, no comércio ou em outras atividades econômicas que então se formavam, é de se supor que o Colégio Coração de Jesus atendia à expectativa dos pais dessas famílias em ascensão social, ou seja, de transformar suas filhas de "senhoritas da sociedade" em "autênticas senhoras", que soubessem se comportar em ambientes públicos, tocar piano, cantar e pintar⁴².

⁴¹ - LEAL, Elisabeth Juchem Machado & CUNHA, Maria Teresa Santos. *A educação da mulher: uma visão do cotidiano de um colégio religioso feminino*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. Relatório de pesquisa apresentado ao Centro de Ciências da Educação, Departamento de Estudos Especializados em Educação, Departamento de Metodologia. Mimeogr. p.38.

⁴² - Idem, *ibidem*, p.40.

O Colégio cresceu rapidamente: em agosto do ano de sua fundação inicia-se a construção de um novo prédio, inaugurado em 1899. Em 1902 é inaugurada a nova capela e nos anos seguintes sucedem-se outras construções e ampliações.

Não só eram vários os prédios que compunham o colégio, como também as atividades educacionais ali oferecidas. Além do "ensino regular", para crianças e jovens em idade escolar, havia o "ensino particular para senhoras e senhoritas" da comunidade, tais como trabalhos de costura, bordados, pintura, tapeçaria -- também freqüentado por alunas regularmente matriculadas, mediante pagamento extra.

Às alunas também eram oferecidos cursos de contabilidade e correspondência, economia doméstica, datilografia e estenografia, saúde e enfermagem. Tais conhecimentos preparavam a mulher para atividades remuneradas fora do lar, sem, no entanto, ferir a expectativa que se tinha sobre o que moças educadas deveriam saber.

Os trabalhos manuais se constituíam num campo de destaque na educação da mulher no colégio, não só para a formação do bom gosto, mas como forma de combate ao ócio e às distrações, combatidos pela doutrina cristã.

O Colégio dispunha de várias bibliotecas. Em 1946, havia cinco bibliotecas: a "Soror Angélica", destinada aos professores, com livros didáticos de diversas disciplinas; a Biblioteca "Maria Desidéria", com livros, dicionários, enciclopédias, revistas; a Biblioteca "Ancilla Domini", infantil, a Biblioteca "Tristão de Athayde", com obras de

sociologia, pedagogia, psicologia e religião e a Biblioteca "Olavo Bilac", com obras de literatura e outras⁴³.

Apesar de essas bibliotecas terem sido arroladas em 1946 e talvez nem existirem na sua totalidade nas primeiras décadas do século XX, não parece incorreto supor que o Colégio tinha interesse na aquisição de livros e na formação de hábito de leitura de suas alunas. Se assim não fosse, como é possível justificar a existência de cinco bibliotecas, com temas distintos?

Apesar de o Colégio Coração de Jesus oferecer disciplinas que poderiam capacitar a mulher para o trabalho remunerado, não se pode dizer que preparava suas alunas para uma profissão.

Escola e positivismo: agentes formadores da mulher

Os colégios religiosos femininos instalados no Brasil preparavam as mulheres para serem boas donas de casa e mães. Portanto, o cuidado com a higiene pessoal, com a ordem dos armários e dos dormitórios, eram práticas que visavam o futuro doméstico de suas alunas, como lembra uma ex-aluna do Sion:

Antes de tudo, a educação sionense baseava-se numa formação cristã sólida e elevada.

O exame de consciência diário, o exame particular, a confissão freqüente, eram degraus por onde, continuamente, descíamos às profundezas de nós mesmas.

⁴³ - Idem, *ibidem*, p.54.

(...)

A apresentação era sempre esmerada e digna; a ordem, o asseio, impecáveis; o hábito das Religiosas distinto; e a linguagem apurada, as maneiras simples, mas polidas. Nada de feio, de vulgar ou afetado, mas uma atmosfera altamente educativa, de harmonia, de gosto e beleza.

Podemos concluir que recebemos em Sion uma educação clássica, que não se limitou a ornar a inteligência, mas trabalhou o moral e afinou o gosto.

Não me parece exagerado dizer que a Congregação de Sion foi para o Brasil do século XX, o que a Companhia de Jesus foi para o Brasil colonial: o elemento educativo por excelência -- moralizador e cultural -- uma sementeira de valores.

Decoramos muitas páginas, há muito esquecidas, mas as grandes lições que recebemos -- a nossa formação -- foi aquisição para o resto da vida^{**}.

Na maior parte das instituições religiosas femininas a vigilância era constante, seja nas salas de aula, seja nos dormitórios e refeitórios, durante as aulas e os recreios.

^{**} - LACERDA, Carmen de Faro. "Nossa formação sionense". In: *Reminiscências*. p. 130 e 132.

Estes, aliás, nem sempre eram momentos de descanso. No Colégio Coração de Jesus, por exemplo, as alunas que não tivessem a postura correta, deviam andar, após as refeições, com seu cabo de vassoura (cada aluna tinha um) atravessado nas costas, preso pelos braços dobrados na altura da cintura⁴⁵.

Assim como o corpo, as conversas também eram controladas, como se fossem suspeitas a priori.

A literatura da época também ilustrou a rotina enfrentada pelas alunas de colégios de freiras, em regime de internato. Trata-se do romance *A Silveirinha*, de Júlia Lopes de Almeida, publicado a primeira vez em 1913. Xaviera, uma das personagens, tem uma filha que estuda em um colégio de freiras no Rio de Janeiro. Em uma visita à família, Marília, a filha, conta à mãe suas impressões sobre a escola:

Como eu chorava no dormitório, à hora do sono, amordaçando-me com os lençóis para que ninguém me ouvisse, envergonhada da minha miséria e do meu abandono! Que medo eu tinha das freiras e como eu me sentia desfalecer de manhã, muito cedo, ainda em jejum e já ajoelhada na igreja, no suplicio de orações que eu não podia entender! (...)

Custava-me a engolir os alimentos insípidos das refeições escolares (...). A cama que me davam estava bem longe de parecer com a minha, e os meus pavores noturnos tinha de os suportar calada e tremendo.

⁴⁵ - LEAL, Elisabeth Juchem Machado & CUNHA, Maria Teresa Santos, op. cit., p.67.

(...)

No colégio não há tempo para entreter a imaginação das crianças com histórias de fadas, nem mãos desocupadas para fazerem a toilette de meninas da minha idade. Tudo é seco, disciplinar, metódico. Sentia-me enregelar ali (...) ⁴⁶.

Tais coerções das escolas religiosas femininas sobre suas alunas eram conseqüências diretas da posição da Igreja Católica que

reflete, de um lado, uma doutrina religiosa na qual a mulher sempre figurou como ser secundário e suspeito e, de outro, seus interesses investidos na ordem vigente nas sociedades de classes ⁴⁷.

Essa visão sobre a mulher pode ser historicizada dentro da Igreja Católica: na Encíclica de 15-5-1891, a Rerum Novarum, a mulher figura como ser suspeito, cuja honestidade sexual é preservada domesticamente. Seu lugar é no lar, garantindo a socialização dos filhos e a prosperidade da família.

Pio XI, em 1931, afirma que as mães devem trabalhar em casa, para ajudar na manutenção do lar, mas que não devem ter

⁴⁶ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Silveirinha*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1914. p. 271-2. (Esse romance foi originalmente publicado em forma de folhetim no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 1913.)

⁴⁷ - SAFFIOTTI, Heleith I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976. p. 92.

autonomia, nem direito à busca de satisfação no trabalho fora de casa e à realização pessoal através dele⁴⁸.

Portanto, as escolas femininas religiosas cristãs no Brasil mantiveram a ordem das coisas, a ordem da Igreja Católica. Formaram senhoras políglotas, educadas e preparadas para o casamento e para educarem os filhos, como testemunha mais uma vez uma ex-aluna do Sion:

Chamo agora minhas colegas de classe: as que fundaram um lar e cumprem a missão de esposas e mães, como (...); as que se distinguiram na vida pública e conquistaram lugares de destaque, graças ao esforço e valor pessoal⁴⁹, como (...); as que, não se contentando com o preceito, quiseram seguir os conselhos evangélicos, como (...); as que estão solteiras e espalham os tesouros de sua dedicação, na família ou nas obras sociais⁵⁰.

As moças de origem social mais humilde, em oposição às mais favorecidas, que freqüentavam as escolas religiosas, ao concluírem a Escola Normal tornavam-se professoras.

As outras profissões exercidas pelas brasileiras em 1904 concentravam-se principalmente no serviço doméstico: do total de 7.746.866 de mulheres brasileiras, 2.111.311, ou seja, 27%, dedicavam-se ao serviço doméstico, contra 3.581.026, ou

⁴⁸ - Idem, *ibidem*, p.90-8.

⁴⁹ - Segundo tal depoimento parece que algumas alunas egressas do Sion fizeram carreira pública. No entanto, não é possível descobrir quais cargos ocuparam e de que natureza. Assistência social? Carreira política?

⁵⁰ - - LACERDA, Carmen de Faro. Nossa formação sionense. In: *Reminiscências*. p. 132.

seja, 46%, em atividades improdutivas. Os 27% restantes distribuíam-se, principalmente, em atividades agrícolas, em artes e ofícios, comércio, manufatura, etc⁵¹ ..

Esses resultados não surpreendem. Afinal, vimos até agora como as escolas femininas não preparavam as brasileiras para uma profissão. No máximo, capacitavam-na para alguma tarefa remunerada fora do lar.

E isso não acontece por acaso. O projeto que se desenvolvia no Brasil recém-republicano no que se refere às mulheres previa **mães** bem educadas, que cuidassem da união da família, da procriação e da educação da prole.

Portanto, as mulheres não podiam mais ser ignoradas nem ignorantes. Estava em suas mãos o encaminhamento correto de seus filhos que, por sua vez, ajudariam a construir a nação republicana.

Essa mulher foi concebida por Augusto Comte em 1852, autor de *Catecismo Positivista* e pai do positivismo, doutrina que começou a influenciar intelectuais republicanos desde a década de 1870 no Brasil. Segundo esse filósofo

a superioridade masculina é incontestável em tudo o que diz respeito ao caráter propriamente dito, fonte principal do comando. Quanto à inteligência, ela oferece, no homem, mais força e extensão; na mulher, mais justeza e penetração.

⁵¹ - DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Relatório apresentado ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Diretor Geral em 1903*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1904. p. 38-9.

(...)

O melhoramento moral do homem constitui, pois, a principal missão da mulher nessa incomparável união instituída para o aperfeiçoamento recíproco dos dois sexos [o casamento]. Quanto às funções da mãe, já vós as definistes como consistindo sobretudo em dirigir o conjunto da educação humana, a fim de que o coração aí prevaleça sempre sobre o espírito. Assim, em virtude da sucessão normal destes dois ofícios femininos, vosso sexo permanece sempre sob a providência afetiva do meu. Semelhante destino desde logo indica que o laço conjugal deve ser único e também indissolúvel, a fim de que as relações domésticas possam adquirir a plenitude e a fixidez que sua eficácia moral exige⁵².

A mulher idealizada por Comte era, portanto, mais justa e afetiva que o homem. Como era sua função proporcionar o melhoramento moral do homem, era necessário educá-la para que pudesse ensinar seus filhos convenientemente:

até este termo [dentição da criança] é só a mãe que dirige uma educação inteiramente espontânea, ao mesmo tempo física, intelectual e moral.

(...)

⁵² - COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. p. 218-19.

Desde a dentição até a puberdade, a educação doméstica começa a sistematizar-se pela introdução gradual de uma série de estudos regulares. Contudo, continua sempre dirigida pela mãe, que facilmente poderá guiar trabalhos puramente estéticos, **quando ela própria tiver convenientemente recebido a educação universal**⁵³. (Grifo meu)

Comte prossegue sua longa explicação sobre todas as etapas de desenvolvimento intelectual da criança, porém, o que é necessário destacar é a importância que ele via na educação da mulher, ainda que tal educação não visasse beneficiar as mulheres mas, sim, prepará-las para educar os filhos.

Teixeira Mendes, divulgador do positivismo no Brasil, em conferência realizada em 1908 no Rio de Janeiro refere-se à mulher como sendo

a explicadora dos filhos: quem lhes dá o ensino fundamental. Mas, não é um ensino material, frio, vago, análogo ao mestre-escola, não. A mulher fará sempre ver, com a máxima nitidez, o encanto, a excelência do dever, que é a satisfação do altruísmo⁵⁴.

Assim, num Brasil em que até a década de 70 do século XIX as mulheres, em sua maioria -- das mais às menos humildes --

⁵³ - Idem, *ibidem*, p. 203-204.

⁵⁴ - TEIXEIRA MENDES, R. *A preeminência social e moral da mulher, segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva*. 4. ed. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1958. p.93.

eram iletradas⁵⁵, receber a influência das idéias positivistas em solo nacional significava começar a tomar consciência da necessidade de diminuir o analfabetismo feminino. Em outras palavras: apesar de continuar considerando a mulher intelectualmente inferior ao homem, o positivismo representou um certo avanço para o sexo feminino da época, pois dava-lhe acesso às primeiras letras e conferia-lhe um valor e uma importância na sociedade que, apesar de ainda bastante limitados, eram inexistentes até o advento da República.

Tanto a Igreja Católica quanto o positivismo educaram a mulher para exercer seu papel de mãe dentro do lar. Não se cogitava que a mulher ingressasse no mercado de trabalho. No máximo, podia atuar no magistério, onde, como se fosse um prolongamento do lar, continuava sua missão moralista e regeneradora do gênero humano.

A imagem da mulher era, portanto, de um anjo dedicado aos filhos, mas desprovido de intelecto.

Além da Igreja e do positivismo, a medicina do final do século XIX também reforçava na mulher a imagem de docilidade, maciez e baixo desenvolvimento intelectual.

⁵⁵ - José Veríssimo registra que "as nossas avós, na máxima parte, não sabiam ler, e o número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era, em uma população de 14.333.915 habitantes, de 12.213.356, isto é, sabiam ler apenas 16 ou 17 em cem brasileiros ou habitantes do Brasil." VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. 3a. série. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 46. (Esses números conferem com os registrados pelo IBGE, nos dados censitários 1872/1950. FONTE: IBGE/Conselho Nacional de Estatística. *A população do Brasil: dados censitários - 1872 - 1950*. Rio de Janeiro, 1958.)

No início do século XIX, Gall⁵⁶ justificava fisiologicamente a menor capacidade intelectual feminina. Segundo suas observações, as mulheres têm cabeça mais volumosa na parte posterior -- atribuída às faculdades afetivas -- e fronte mais estreita -- atribuída às faculdades intelectuais⁵⁷. Portanto, na mulher as emoções eram bastante acentuadas, em detrimento do seu desenvolvimento intelectual.

Cesare Lombroso e Ferrero Guglielmo, autores de *La femme criminelle et la prostituée*, obra escrita em 1896, exerceram forte influência nos meios jurídicos e policiais brasileiros, conforme informa Rachel Soihet em *Condição feminina e formas de violência*⁵⁸.

Nessa obra, os autores partiram das características das mulheres consideradas normais -- sexualidade, maternidade, inclinações afetuosas e, é claro, inteligência -- para analisar as desviantes -- prostitutas e criminosas.

Para comentarem especificamente sobre a inteligência feminina, os autores italianos compararam os seres humanos aos animais e concluíram que na escala zoológica o macho é sempre mais inteligente que a fêmea. A mulher, segundo eles, não fugiu à regra, principalmente pela sua total ausência de criatividade. Mesmo a famosa intuição feminina não passava de uma forma automática de adivinhar os sentimentos e pensamentos alheios.

⁵⁶ - Teixeira Mendes afirma que Augusto Comte, ao elaborar a teoria positiva da natureza humana, completou e reformulou as teorias de Gall. Se Comte não rejeitou os princípios de Gall na totalidade, não parece errado supor que o positivismo aceitava que as diferenças entre a inteligência do homem e a da mulher podiam ser atribuídas a questões fisiológicas. (TEIXEIRA MENDES, op. cit., p. 30.)

⁵⁷ - SOIHET, Rachel, op. cit., p. 81-114.

⁵⁸ - Idem, ibidem, p. 15.

Ainda segundo os dois médicos italianos, a mulher não tinha estímulo para alterar tais características: sem ser obrigada a mudar continuamente de condição de vida e de atividade para sobreviver, ao contrário do homem, acabou ocupando grande parte de seu tempo aos cuidados da maternidade, que, por serem sempre os mesmos, não desenvolveram sua inteligência.

Ainda segundo Lombroso e Guglielmo

Eram reconhecidas como virtudes essenciais ao sexo feminino a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato e a submissão. (...) O homem era o oposto exato da mulher. (...) Ser pai e ser mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher⁵⁹.

A mulher ligada à família e à maternidade tornou-se a afirmação do modelo feminino. Frente a ela, as outras tornaram-se desviantes, representando a desordem⁶⁰.

Os autores concluíram que se houvesse maior participação da mulher na vida coletiva, sua inteligência elevar-se-ia.

Em outras palavras: a mulher não estava condenada definitivamente à ignorância, pois sua pouca inteligência devia-se menos à fisiologia humana e mais à falta de oportunidades para exercê-la.

⁵⁹ - Idem, ibidem, p. 115.

⁶⁰ - Idem, ibidem, p. 81-116.

Seguindo essa linha de pensamento, Tito Lívio Castro, médico brasileiro e estudioso da fisiologia da mulher, autor de *A mulher e a sociogenia*, de 1887, atribuía a inferioridade mental da mulher em relação ao homem ao desuso do seu cérebro. Portanto, a solução para o desenvolvimento intelectual feminino encontrava-se na educação feminina, que permitiria uma recuperação do atraso a que esteve condenada pela sociedade.

A medicina, portanto, se acaba reforçando por um lado a imagem construída pela Igreja e pelo positivismo da mulher frágil física e moralmente, delicada e intelectualmente inferior ao homem, por outro, aponta uma solução para o desenvolvimento da inteligência da mulher, uma vez que sugere não haver nada errado com a sua fisiologia, mas, sim, com a sociedade.

Reforçando a vertente que se preocupava com a educação das mulheres, as feministas brasileiras do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, como veremos a seguir, também acreditavam ser a educação da mulher a condição inicial para efetuar transformações sociais. Ou seja: antes de emancipar social ou politicamente a mulher, era necessário educá-la, apesar das dificuldades que as brasileiras enfrentavam para freqüentar os bancos escolares.

Capítulo II

VARIAÇÕES SOBRE O MESMO TEMA: o feminismo no Brasil

Somos [mulheres] semelhantes à lua; que obstante por si mesma (sic), não brilha senão por uma luz emprestada¹.

O trecho utilizado como epígrafe foi extraído da tradução que Nísia Floresta² fez em 1832 da obra *Vindication of the rights of woman*, escrita em 1792 pela inglesa Mary Wollstonecraft, autora de diversas obras sobre direitos políticos, educação feminina e independência econômica³.

Em 1832, quando Nísia edita pela primeira vez sua tradução, o Brasil, embora libertado de Portugal, era ainda agrário, escravocrata, patriarcal e formado por grandes contingentes populacionais iletrados -- especialmente por mulheres.

Passadas algumas décadas desde essa tradução de Nísia Floresta, o Brasil pouco se modificou no que se refere à educação feminina. Vimos em capítulo anterior a difícil trajetória das brasileiras rumo aos bancos escolares no período compreendido entre 1872 e 1920. Poucas foram as mulheres que conseguiram prosseguir os estudos e exercer uma profissão. Para a grande maioria, a escolarização resumia-se às quatro operações, noções de bordado e conhecimentos rudimentares da língua pátria, de francês e de inglês. Aprendiam um pouco de piano e de dança para poderem

¹ - Floresta, Nísia. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo, Cortez, 1989. p. 45.

² - Pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em 1810 no Rio Grande do Norte e faleceu em 1885, em Rouen, França.

³ - Duarte, Constância Lima Duarte. *Posfácio: nos primórdios do feminismo brasileiro*. In: FLORESTA, Nísia, op. cit., p. 110.

frequêntar os salões e os bailes. Escolas mais eficientes, com propostas curriculares e corpo docente mais qualificados ficavam destinadas aos meninos, que mais tarde completariam os estudos na Europa, onde ganhavam o título de "doutor".

Acreditando ser impossível emancipar a mulher sem antes educá-la, algumas brasileiras empenharam-se em modificar os papéis atribuídos a ela. Nísia Floresta, considerada a precursora do feminismo brasileiro, empenhou-se mais pela educação feminina que pela sua emancipação, o que não aconteceu com Luciana de Abreu⁴, Maria Lacerda de Moura⁵ e Bertha Lutz⁶, que também lutaram, cada qual em sua época e a seu modo, pela melhoria de vida das brasileiras. Mas Nísia Floresta tinha em comum com as outras três a opinião de que era necessário instruir a mulher, ainda que as condições para que isso ocorresse fossem bastante difíceis.

Era necessário mudar o pensamento dominante sobre a função social da mulher. Não se discutia a maternidade, mas a melhor forma de exercê-la. Mulheres iletradas, ignorantes, frágeis física e psicologicamente não eram as mais indicadas para cumprirem essa função, como até então pregava o pensamento dominante. O que Nísia Floresta, Luciana de Abreu, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz queriam era primeiro educar a mulher, para depois emancipá-la.

Mais do que o pioneirismo de suas idéias, o que interessa recuperar é a atuação que tiveram no que se refere à

⁴ - Luciana de Abreu nasceu em 1847, no Rio Grande do Sul, e morreu em 1880, em seu estado natal.

⁵ - Maria Lacerda de Moura nasceu em 1887, em Minas Gerais, e morreu em 1945, no Rio de Janeiro.

⁶ - Bertha Lutz nasceu em São Paulo, em 1894, falecendo em 1977. (FONTE: HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.101-14.)

escolarização das mulheres, lembrando sempre a fragilidade das instituições educacionais até então vigentes.

Em outras palavras: Nísia Floresta, Luciana de Abreu, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz, apesar de partirem de um contexto social nada favorável à emancipação feminina, criaram condições para conquistas significativas nas décadas em que viveram e nas seguintes, como a criação de diversos jornais femininos a partir de 1862, a abertura das instituições de ensino superior ao sexo feminino em 1879, a fundação de diversas associações femininas, como o *Partido Republicano Feminino* em 1910, e o direito ao voto em 1932, só para citar algumas.

Apesar de um pouco desbotadas pelo esquecimento e pela precariedade dos registros, é possível resgatar e inserir no cânon dos estudos femininos contemporâneos as campanhas lideradas por essas mulheres que, embora bem-sucedidas em alguns de seus objetivos, não tiveram apoio de seus contemporâneos.

A literatura da época, especialmente a produzida por Júlia Lopes de Almeida e Lima Barreto, registrou algumas reações contrárias à atuação das feministas em geral. Tais críticas vão desde as idéias que defendiam até a pouca autonomia do movimento feminista, muitas vezes dependente do apoio masculino.

Este capítulo conta com cinco divisões: nas quatro primeiras são estudadas cada uma das feministas já citadas, e, na quinta, entram em cena os textos literários de Lima Barreto e Júlia Lopes de Almeida, autores que testemunharam o feminismo e suas lutas no Brasil nos primeiros vinte anos do nosso presente século.

Nísia Floresta

Não é impossível supor que a embrionária emancipação feminista contida no positivismo já encontrasse solo fértil no Brasil, pelo menos no minúsculo segmento feminino atuante nas letras e na educação.

Nísia Floresta Brasileira Augusta⁷ (1810-1885), considerada precursora do feminismo brasileiro, pôs em prática alguns desses ensinamentos -- como a necessidade de se educar a mulher -- mesmo antes da publicação do *Catecismo Positivista* em 1852⁸. Em 1831 estreou nas letras, escrevendo artigos sobre a condição feminina em diversas culturas antigas no jornal *Espelho das Brasileiras*, do tipógrafo francês Adolphe Emile de Bois Garin, dedicado às senhoras pernambucanas⁹. Fundou, ainda em 1838, no Rio de Janeiro, uma escola para moças, o *Colégio Augusto*, que excluía a obrigatoriedade do espartilho ao mesmo tempo em que introduzia a Educação Física

⁷ - O nome verdadeiro de Nísia Floresta, segundo Peggy Sharpe-Valadares, é objeto de controvérsia. Alguns nisianos chamam-na por Dionísia Pinto Lisboa; outros, por Dionísia Gonçalves Pinto. A forma "Nísia Floresta", adotada em nosso trabalho, segundo Gilberto Freyre, é uma versão abreviada de um pseudônimo composto dos seguintes elementos: Nísia, de Dionísia; Floresta, pelo lugar onde nasceu, no Rio Grande do Norte; Brasileira, para lembrar sua nacionalidade e Augusta, para guardar a memória de seu segundo marido, Manuel Augusto de Faria Rocha, morto repentinamente em 1833, com apenas 25 anos. (SHARPE-VALADARES, Peggy. In: FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. São Paulo/Brasília, Atual/Inep, 1989. p. VI-VII.)

⁸ - As primeiras manifestações do positivismo no Brasil datam de 1850. (FONTE: COMTE, Auguste. *Catecismo positivista*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. p. XIV.)

⁹ - DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta -- vida e obra*. Natal, UERN/Editora Universitária, 1995. p. 23.

e o estudo de línguas modernas, como o francês, o inglês e o italiano e suas respectivas literaturas¹⁰.

Não faltaram reações negativas e oposição a esta pedagogia. O jornal *O Mercantil*, de 1847, assim se exprimiu sobre os exames de línguas na escola de Nísia:

Trabalhos de língua não faltaram: os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos¹¹.

Em 1847, no mesmo jornal, há outro artigo ainda mais impiedoso em suas críticas:

Vamos à rua D. Manuel e lancemos uma vista d'olhos sobre o Colégio Augusto, dirigido por D. Nísia Floresta Augusta. Há casas de educação que têm o mau gosto de ensinar às meninas a fazer vestidos ou camisas. Mas parece que D. Augusta acha isso muito prosaico. Ensina-lhes latim. E porque não grego e hebraico? Pobre diretora! Está tão satisfeita de si mesma e de seu colégio; está tão intimamente persuadida que é o primeiro estabelecimento de instrução do império, que, em verdade causa dó arrancar-lhe tão suave ilusão! (...)¹².

¹⁰ - Idem. *Nísia Floresta: entre o mito e o estigma*. In: GOTLIB, Nádya Battella (org.). *A mulher na literatura*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. v. 2. p. 114.

¹¹ - LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1964. p. 19.

¹² - Apud DUARTE, Constância Lima, *Nísia Floresta -- vida e obra*, cit., p. 35.

Tais críticas, no entanto, revelam ao mesmo tempo o avanço das idéias e propostas educacionais de Nísia e a dificuldade da sociedade patriarcal e conservadora em aceitá-las.

O Colégio Augusto fechou suas portas em meados de 1850 e um ano mais tarde Nísia encontrava-se em Paris, assistindo a conferências de Auguste Comte.

Além de educadora avançada para a época, Nísia foi autora de vários livros; traduziu, em 1832, a obra *Direito das mulheres*, de Mary Wollstonecraft, de muito sucesso na Europa. Na tradução, Nísia ampliou a reivindicação central do texto original -- igualdade às mulheres -- mostrando a privação destes direitos e a injustiça cometida pelos homens que as impediam de se desenvolver¹³, como mostram os trechos que seguem:

Crendo-se-nos (sic) incapazes de aperfeiçoar o nosso entendimento, os homens nos têm inteiramente privado de todas as vantagens da educação e, por este meio, têm contribuído tanto quanto lhes é possível a fazer-nos criaturas destituídas de senso, tais quais eles nos têm figurado. Assim, faltas de educação, somos entregues a todas as extravagâncias porque nos tornamos desprezíveis; temos atraído sobre nós seus maus tratamentos por faltas de que eles têm

¹³ - Prefácio de BLAY, Eva A. In: AUGUSTA, Nísia Floresta Augusta. *Direitos das mulheres...*, cit., p. 10

sido os autores, tirando-nos os meios de evitá-las¹⁴.

Ao longo da obra, a tradutora transforma "desvantagens" femininas em "vantagens" diante do homem, afirmando, por exemplo, que

não se pode imaginar a diferença entre nossos órgãos e os deles [dos homens], salvo que os nossos são muito mais delicados e, por consequência, mais próprios a corresponder às intenções para que foram formados¹⁵.

Em outros momentos, Nísia parece defender um feminismo às avessas:

Os homens parecem concluir que todas as outras criaturas foram formadas para eles, ao mesmo tempo em que eles não foram criados senão quando tudo isto se achava disposto para seu uso. Eu não me proporia a fazer ver a futilidades deste raciocínio; mas concedendo que ele tenha alguma ponderação, estou certa que antes provará que os homens foram criados para o nosso uso do que nós para o deles¹⁶. (Grifo meu)

¹⁴ - AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direitos das mulheres...*, cit., p. 89-90.

¹⁵ - Idem, *ibidem*, p. 48

¹⁶ - Idem, *ibidem*, p. 35.

Essa obra permitiu à autora ser considerada a precursora do feminismo no Brasil, pois não há registro de texto anterior a esse que tenha versado sobre esse assunto¹⁷.

No conjunto de modulações que imprime ao feminismo, *Direito das mulheres e injustiça dos homens* não só representa os primórdios do movimento no Brasil, como esclarece as dificuldades enfrentadas pelas mulheres: não recebiam educação porque não desempenhavam tarefas em espaços públicos e não as desempenhavam porque não eram educadas.

Também em 1832, George Sand publicava em Paris seu primeiro romance, *Indiana*, com tom meio feminista e meio romântico e surgia, na mesma cidade, a primeira revista feminista francesa -- *Femme libre*¹⁸.

Tal coincidência de datas parece sugerir a existência de uma sintonia entre Nísia Floresta, que não conhecia de perto os preconceitos e a ignorância das mulheres no Brasil, e os avanços que começavam a surgir na Europa no que se refere à mulher.

As contradições da militância de Nísia podem ter como justificativas a pouca idade da autora quando "transcreveu" o *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, -- 22 anos --, o pioneirismo do assunto no Brasil em 1832, além da extrema habilidade de Nísia em "inverter e subverter tudo,

¹⁷ - DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta -- vida e obra*, cit., p. 24.

¹⁸ - Idem, *ibidem*, p. 24-5.

desmontando aos poucos as argumentações e as acusações masculinas"¹⁹.

Se, por um lado, a obra é avançada para o contexto cultural brasileiro, por outro, não podemos esquecer o fato de Nísia tê-la escrito numa sociedade patriarcal e conservadora -- fato que pode explicar a já comentada apropriação das idéias defendidas pelos homens e ausência da proposta de emancipar as mulheres e não só educá-las.

Três vezes impressa -- em Recife, em 1832; em Porto Alegre, em 1833; e no Rio de Janeiro, em 1839 -- , a tradução de Nísia esgotou-se ao longo dos anos. No entanto, não parece errado supor que, graças a esse trabalho, Mary Wollstonecraft migrou, sem pedir licença, para o interior do primeiro romance brasileiro, *A moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo, publicado em 1844. Carolina, a personagem feminina mais importante da história, tem conhecimento da obra desta autora inglesa, fato que sugere a Leopoldo, um de seus admiradores, que sua pretendente, até certo ponto, tem conhecimento do movimento feminista, como sugere o trecho que segue:

(...) a bela senhora [Carolina] é filósofa!... Faze idéia! Já leu Mary Wollstonecraft e, como esta defende o direito das mulheres, agastou-se comigo, porque lhe pedi uma comenda para quando fosse ministra de Estado, e a patente de cirurgião do exército, no caso de chegar a general²⁰.

¹⁹ - Essa idéia foi baseada no posfácio de Constância Lima Duarte na obra *AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. Direitos das mulheres...* cit., p.118.

²⁰ - MACEDO, Joaquim Manoel de. *A moreninha*. 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d. p. 92.

Nísia é autora de muitos artigos de jornal e de outras obras que tratam especificamente da educação feminina: em 1842, publica *Conselhos à minha filha*; em 1847, mesmo ano em que o Colégio Augusto é publicamente criticado, *Daciz, ou a jovem completa; Fany ou o modelo das donzelas e Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta*. *Opúsculo Humanitário* é de 1853; *A mulher*, de 1857.

Para falar sobre os índios, publica, em 1849, *A lágrima de um caeté*. Em 1850, *Dedicação de uma amiga* e, de 1857 a 1878, seus relatos de viagem²¹.

Segundo nos informa Constância Lima Duarte é na última parte do *Opúsculo Humanitário*, do capítulo XL ao LXXII, que Nísia traça seu plano de educação para a mulher²²: "defende a difusão em massa de escolas de primeiras letras para meninas em igual número das que eram criadas para meninos; exige uma fiscalização severa do governo na qualidade do ensino ministrado; protesta pelo impedimento do acesso feminino ao nível secundário de escolarização; (...) lamenta o baixo nível intelectual da maioria das professoras"²³ e alerta os pais de família -- não só as mães -- sobre os perigos que certos livros podem trazer às filhas mulheres:

²¹ - Para conhecer a bibliografia completa de Nísia Floresta, ver: DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta -- vida e obra*. Natal, UERN/Editora Universitária, 1995. p. 332-4.

²² - Como as obras de Nísia não são de fácil acesso, pois encontram-se em bibliotecas e arquivos espalhados pelo Brasil e pela Europa, estou utilizando-me das pesquisas realizadas por Constância Lima Duarte, op. cit. É sempre bom lembrar mais uma vez que o objetivo de meu trabalho é analisar a representação da mulher leitora na literatura brasileira e que a contribuição de Nísia, nesse caso, limita-se à sua luta para a mulher tornar-se educada -- condição primeira para tornar-se leitora. Portanto, não tenho a intenção de analisar a totalidade das obras de Nísia, nem as de Maria Lacerda de Moura, Luciana de Abreu ou Bertha Lutz.

²³ - DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta -- vida e obra*, cit., p. 215-6.

A vós, pais de família, a vós cumpre remediar os erros das gerações extintas! Educai vossas filhas nos sólidos princípios da moral, [educação] baseada no perfeito conhecimento de nossa santa religião, no exemplo de vossas virtudes, quer domésticas, quer cívicas. Em vez da leitura de inflamantes e perigosos romances que imprudentemente lhes deixais livre, fornecei-lhes bons, escolhidos livros de moral e de filosofia religiosa, que formem o seu espírito, esclareçam e fortifiquem sua razão. A história, principalmente a de nossa terra, de que bem poucas se ocupam, é um estudo útil e agradável, mais digno de ocupar as suas horas vagas que certos contos de mau gosto, inventados pela superstição ou fanatismo ignorantes para recrear a mocidade sem espírito²⁴.

Por que será que justamente ao comentar sobre livros e leitura para mulheres Nísia inclui entre seus interlocutores os pais de família? Os poucos vocativos que permeiam o *Opúsculo humanitário* -- "mães brasileiras", "povos do Brasil!", "Governo" -- sugerem serem os leitores previstos por Nísia mulheres ou homens ligados ao poder.

Nessa passagem surge a figura do pai, que tem por missão -- uma das únicas sugerida pela autora -- dirigir os hábitos de leitura da filha. Consciente da precariedade da instrução das brasileiras, Nísia provavelmente supunha ser o marido mais capaz que a esposa para aconselhar títulos e autores às

²⁴ - FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*, cit., p. 158.

filhas em formação escolar, já que a maior parte das mulheres no Brasil ainda não tinha sido convenientemente escolarizada o que, supostamente, as impediria de discriminar os bons e os maus livros.

Nísia Floresta, ao mesmo tempo em que sugere ser o homem intelectualmente mais preparado que a mulher no que se refere a seleção de livros, também deixa transparecer que existia um público leitor feminino interessado em "inflamantes e perigosos romances", ou seja, que havia circulação de certas obras para um público bastante específico. Para combater esses "maus" romances, indica textos com temática "de nossa terra", resvalando em uma tendência ao mesmo tempo moralista e nacionalista.

Moralista, porque ao condenar romances *a priori*, sem especificar títulos ou autores, sugere ser o gênero literário romance inadequado para a boa educação das mulheres, ao mesmo tempo em que propõe substituí-lo por livros "de moral e de filosofia religiosa". Nacionalista, porque também propõe no lugar desses romances histórias "de nossa terra", nas quais é até possível estudar. Banindo os romances das estantes das moças, abre-se espaço (físico e intelectual) para obras consideradas mais adequadas para jovens mulheres em formação.

Não se pode dizer que o amor à pátria confessado por Nísia Floresta beirasse o ufanismo. Ainda segundo Constância Lima Duarte, Nísia Floresta demonstra seu amor à pátria mostrando "o atraso cultural, a indiferença dos governantes, o caos educacional"²⁵ do Brasil.

²⁵ - DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta -- vida e obra*, cit., p. 212.

Ao mesmo tempo em que manifesta esse lado mais crítico e portanto progressista em relação à pátria, Nísia defende uma visão mais conservadora sobre o papel da mulher nessa mesma pátria:

1. as meninas devem educar-se no lar, tendo suas mães como preceptoras (as escolas atenderiam apenas as que não pudessem ficar em casa);

2. as meninas devem ser poupadas do contato com estranhos e escravos;

3. as meninas devem obedecer a horários rígidos para comer, estudar e descansar;

4. as mulheres devem buscar no casamento e na maternidade o ideal de vida²⁶.

Ou seja: apesar de ter dirigido um colégio para moças, oferecendo disciplinas pouco usuais na época e de empenhar-se pela ampliação da escolarização da mulher, Nísia Floresta pouco avançava na mentalidade da época, porque seu objetivo era o mesmo dos positivistas, religiosos ou homens da sociedade: preparar a mulher dentro de casa o melhor possível para assumir seu papel de mãe de família e não para experimentar uma profissionalização, o que podia pôr em risco a ordem estabelecida.

Não se trata de uma mãe qualquer, mas de uma mãe amorosa, responsável, conselheira, justa, simples, autêntica, pronta para servir o outro e esquecer de si mesma. Deveria, ainda, contrariando antigos hábitos franceses (e, em menor grau,

²⁶ - Esta contradição de Nísia Floresta sobre o papel da mulher é ricamente examinada por Constância Lima Duarte em *Nísia Floresta -- vida e obra*, cit., p. 216-9, obra que serviu de fonte para os itens arrolados acima.

brasileiros), cuidar de seus filhos desde o nascimento e amamentá-los, sem recorrer a amas-de-leite.

Essa dupla interpretação da realidade -- progressista e conservadora -- bem como a incoerência de, ao mesmo tempo, reivindicar maior número de escolas para moças e recomendar que estudem em casa, sugerem as etapas de amadurecimento por que Nísia e o próprio feminismo no Brasil estavam passando.

Afinal, tais modificações mexiam tanto com a estrutura patriarcal e conservadora da sociedade brasileira, que não seria em poucos anos que essas idéias se incorporariam à mentalidade nacional.

Foram necessários muitos outros esforços para que o papel da brasileira começasse a ser modificado, especialmente no que diz respeito à cidadania.

Luciana de Abreu

Também pioneira foi Luciana de Abreu (1847-1880), jornalista, poetisa e romancista, uma das primeiras mulheres que subiu à tribuna para abordar a tese da emancipação feminina. Tanto sua vida particular como profissional fizeram de Luciana Abreu uma mulher à frente de sua época. Abandonada ainda recém-nascida por sua mãe, foi adotada pela família de Gaspar Pereira Viana.

Casou-se em 1867 com um funcionário público, em 1869 matriculou-se na Escola Normal, obtendo o diploma de professora em 1872 com mais 19 colegas. A partir de então, passou a lecionar em escolas públicas chegando a tornar-se proprietária e diretora de um conceituado colégio de meninas em Porto Alegre, onde se educavam as filhas das famílias de maior prestígio do Rio Grande do Sul. Também foi eleita para o *Partenon Literário*, a mais importante sociedade de letras do Rio Grande do Sul na época, onde pronunciou alguns de seus discursos, como o que segue, de 1873, onde ressaltam preocupações com a educação da mulher:

O que convém pedir, o que venho aqui em vosso nome altamente reclamar é de parceria com a educação, a instrução superior comum a ambos os sexos; é a liberdade de esclarecer-nos, de exercer as profissões a que nossas aptidões nos levarem.

Dêem-nos educação e instrução! Nós faremos o mais. A nossa posição legítima na sublime missão de que estamos incubidas, nós a tomaremos pelo nosso trabalho, e a humanidade há de tudo ganhar com o nosso triunfo.

(...)

É preciso que a mulher se compenetre do importante papel que lhe está confiado, que faça mesmo lembrar ao homem que se ele é o rei da criação, ela é a legítima rainha.

(...)

Não desprezemos o estudo, o silêncio de nosso gabinete, nem o berço de nosso filhinho pelo turbilhão louco da valsa, nem pelo canto da sereia que se chama -- Moda (...).

O ser que vilipendiais deu a vida a vossos heróis e a vossos sábios!

Os Alexandres e Napoleões, os Homeros e Camões quando cruzaram a perigosa quadra da infância foram alimentados com o suco precioso dos peitos de uma mulher, seus primeiros passos foram por ela guiados, suas inspirações foram nela colhidas.

(...)

Podeis mostrar-nos algum dos quadros que representam a grande história da humanidade, sem que apareça a mulher?

Na entrada do mundo antigo vereis Eva, a mãe do gênero humano, a autora do grande cataclismo do Éden.

Na entrada do mundo moderno, Maria, mãe da graça, bendita, imaculada, co-redentora do gênero humano.

(...)

Negaste-nos o direito de obter cargos e honras, entretanto deixaste-nos o direito de distribuí-las.

Fechaste-nos as portas da ciência; mas nunca podereis privar-nos de avassalar os sábios e os heróis com os recursos de vosso engenho.

Em conclusão, senhoras, nós aparentemente os vencidos, somos na realidade, os vencedores²⁷.

Luciana de Abreu tem a visão do passado ao mesmo tempo em que vislumbra o futuro. Glorifica o papel de mãe, mas não se contenta apenas com ele. Fazendo coro ao pensamento comtiano, presente no Brasil desde a década de 1870, diz também que o sexo feminino tem (e sempre teve) a missão de regenerar a humanidade, tarefa que começa dentro de casa, com a educação dos filhos, mas que é necessário mais, muito mais, ou seja, acesso ao estudo superior.

Alerta também para a ameaça que os bailes e a moda representavam para a mulher de boa conduta moral, como se o

²⁷ - ABREU, Luciana. "Educação das mães de família". Discurso publicado na *Revista do Partenon Literário*, 2a. série, 2o. ano. Dezembro de 1873, n. 12. In: _____. *Preleções seguidas de uma série de artigos referentes à autora*. (Prefácio, estudo e coletânea de Dante de Laytano). Porto Alegre, Museu Júlio de Castilhos, 1949. p. 19.

mundo fora do lar pudesse perverter os bons costumes da mulher, principalmente seus cuidados com a prole.

Vista de hoje, também é possível reconhecer em Luciana de Abreu uma postura ao mesmo tempo progressista e conservadora. Progressista porque foi uma das primeiras mulheres a lecionar no Rio Grande do Sul, a lutar contra a escravidão, a participar do *Partenon Literário* e a lutar pela educação da mulher, também no nível secundário. Conservadora, porque não rompeu com a mentalidade da época que concebia o lar como refúgio dos perigos que a vida da cidade podia representar.

Além de redigir e proferir discursos, Luciana de Abreu também foi leitora de grande fôlego, como lembram José Antonio do Vale Caldre e Fião e Andradina de Oliveira, seus biógrafos:

A jovem professora Luciana amava os livros, pedia-os e lia-os com avidez e aproveitamento. Neste empenho servia-a com prazer seu adotivo pai, o dedicado guarda-livros que, na carência de bibliotecas públicas, os obtinha de seus amigos, quer fossem romances, quer de história, geografia, religiosos ou políticos (...) ²⁸.

Luciana dedicava-se então à leitura com louco anseio. O seu querido pai [padrasto] conseguia-lhe, entre os muitos amigos, livros

²⁸ - "Biografia de Luciana de Abreu por José Antonio do Vale Caldre e Fião". In: ABREU, Luciana, op. cit., p.73.

às centenas, que ela, ávida de conhecimentos, devorava: eram obras científicas, obras morais, obras religiosas, obras políticas, romances, dramas, poesia, tudo²⁹.

Tomando como verdadeiras as afirmações acima, talvez possamos atribuir a essa imensa variedade de títulos, obras e gêneros literários, a familiaridade de Luciana de Abreu com o pensamento filosófico vigente na sua época sobre instrução feminina.

Como nessa primeira metade do século XIX, vivíamos, literariamente falando, em pleno Romantismo, a imagem predominante e em circulação era a de mulheres bastante frágeis, vulneráveis e frívolas, sujeitas a doenças nervosas se submetidas a esforços físicos ou intelectuais. Por isso, não era assim tão fácil superar essa mentalidade e substituir essa mulher fragilizada e doentia por uma outra mais combativa, saudável, instruída.

Nessa mesma época, no Brasil, especialmente entre o público feminino letrado do qual Luciana de Abreu fazia parte, divulgavam-se, em obras de diferentes autores, como as de Júlia Lopes de Almeida, que viveu entre 1862 e 1934, e as de Lima Barreto, que viveu entre 1881 e 1922, as idéias postuladas por Michelet, Spencer e Comte, três filósofos que deram suporte às teorias sobre os benefícios e malefícios que a instrução traria à mulher.

²⁹ - "Luciana de Abreu segundo a opinião de Andradina de Oliveira". In: ABREU, Luciana, op. cit., p 93.

O primeiro, escritor de boa aceitação³⁰ entre o público masculino e feminino, publicou *La femme*, em 1859. Segundo Constância Lima Duarte, nessa obra, traduzida para o português em 1925, quando as mulheres brasileiras lutavam pelo direito ao voto, o autor "fixa uma imagem de mulher/esposa dócil, meiga, frágil e dependente"³¹. Ou seja, reforça o papel da mulher como sendo inferior e submissa ao homem.

Segundo Dante de Laytano, Spencer, filósofo inglês que viveu entre 1820 e 1903, autor de *Educação moral, intelectual e física*, lançada em 1861, diz que a mulher deveria ter algo além de um espírito prático e sugere que homens e mulheres deveriam gozar de condições de igualdade, também no que se refere à educação³².

Comte, por sua vez, como já vimos em capítulo anterior, achava que a mulher deveria ser instruída para poder servir melhor à regeneração da humanidade, ou seja, para educar melhor os filhos, o que não significava acesso a estudos secundários, muito menos à profissionalização.

Embora bastante resumidas, podem-se perceber as diferenças de idéias entre esses três filósofos. Aparentemente, apenas para Spencer a mulher deveria ser tão instruída quanto o homem. Para os outros dois, embora por razões diferentes, a mulher deveria ter uma educação diferenciada e inferior à do homem.

³⁰ - Júlia Lopes de Almeida, que será estudada em capítulo posterior, é uma grande admiradora de Michelet. A aceitação de Júlia Lopes de Almeida das idéias desse filósofo será retomada no Capítulo IV.

³¹ - DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta -- vida e obra*, cit., p. 204.

³² - LAYTANO, Dante. Luciana de Abreu. In: ABREU, Luciana, op. cit., p. 36.

Luciana de Abreu era ainda bastante jovem quando essas obras estavam sendo lançadas. Talvez tenha se deixado influenciar pelas idéias de seus autores que, como vimos, nem sempre emancipavam a mulher. Mas, não custa dizer novamente, para a época, o simples fato de conhecer e debater publicamente temas relativos à emancipação feminina já era bastante avançado para uma mulher.

Também cabe a Luciana de Abreu o mesmo comentário já feito a propósito de Nísia Floresta: a de que essa aparente ambigüidade de idéias acaba por revelar a imaturidade não só do feminismo no Brasil, mas também da educação feminina. Na verdade, como nessa época o Brasil ainda se esforçava para construir sua própria identidade, definindo quem e como eram os (as) brasileiros(as)³³, não se pode esperar que um grupo de mulheres isolado pudesse estar à frente de todo um contexto sócio-político frágil e precário.

³³ - LEITE, Miriam L. Moreira. Uma construção enviesada: a mulher e o nacionalismo. In: GOTLIB, Nádia Batella (org). *A mulher na literatura*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. Vol. 3. p. 57.

Maria Lacerda de Moura

Maria Lacerda de Moura nasceu em 1887, na fazenda Monte Alverne, em Manhuaçu, Minas Gerais, e faleceu aos 58 anos, em 1945, no Rio de Janeiro.

Em 1891, mudou-se com a família para Barbacena (MG), onde, um ano mais tarde, ingressou no externato de freiras do Asilo de Órfãos para cursar o primário da cidade. Aos 12 anos, em 1899, ingressou na *Escola Normal de Barbacena*, formando-se professora em 1904. Um ano mais tarde, casou-se com Carlos Ferreira de Moura, de quem se separou em 1925. Contrariando os costumes da época, continuou trabalhando durante os anos em que esteve casada. Além de professora, assumiu o cargo de diretora do *Pedagogium*, uma escola de Barbacena. Suas primeiras publicações no jornal local datam de 1912, mesmo ano em que adotou duas crianças e criou a *Liga contra o Analfabetismo*, na mesma cidade.

Aos 31 anos, em 1918, publicou *Em torno da educação*, e, em 1919, *Renovação*. Nessas duas obras, a autora referiu-se aos esforços de Bertha Lutz³⁴ para criar a *Federação pelo Progresso Feminino*, o que acabou ocorrendo em 1919, tendo por fundadoras ela mesma e Bertha Lutz. Quando, em 1924, publicou *A mulher é uma degenerada?*, Maria Lacerda de Moura já havia se afastado do movimento sufragista liderado por Bertha Lutz por considerar o voto um instrumento inadequado de luta pelo poder, beneficiando poucas mulheres da burguesia em detrimento da grande maioria.

Maria Lacerda de Moura foi a mais politizada das feministas até agora analisadas. Antifascista, anticapitalista,

³⁴ - Bertha Lutz será analisada nesse mesmo capítulo.

anticlerical e anarquista, tinha como objetivo "conscientizar as mulheres da situação em que se encontravam e dos caminhos que havia a percorrer para uma efetiva participação social"³⁵.

Como presidente da *Federação Internacional Feminina*, de 1921 a 1923, criada com o fim de "tornar a mulher brasileira um elemento ativo da formação nacional", propôs a criação de uma cadeira de História da Mulher, para ser ministrada em todas as escolas femininas.

Autora de diversos livros e discursos, projetou três obras que não chegaram a ser publicadas, mas que revelam sua preocupação com o ensino: a cartilha *Quero aprender a ler, mamãe*, de 1933, uma *História da pedagogia feminina*, de 1929, e um segundo volume de *Lições de Pedagogia*, de 1931³⁶. Duas coletâneas de 1924 -- *Uma nesga de idealismo para os nossos filhos* e *Antologia rebelde* -- também não foram publicadas.

Segundo Miriam Moreira Leite, nesses textos a autora alinha-se com o pensamento anarquista, propondo, no lugar do autoritarismo da imprensa, da escola, da família e do Estado, círculos literários, centros de estudos e escolas libertárias.

Maria Lacerda de Moura propunha-se a educar a totalidade da população brasileira, mas de maneira crítica, a saber: que os subalternos resistissem à dominação e satisfizessem suas necessidades culturais. Para ela, a educação era o meio pelo qual a sociedade tornar-se-ia mais justa:

³⁵ - LEITE, Miriam Moreira L. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984. p. 23.

³⁶ - Idem, *ibidem*, p. 82.

E enquanto a porcentagem de analfabetos for a que conhecemos em todos os países, e enquanto a instrução permanecer o que é e acessível apenas a uma parte da humanidade, enquanto o proletariado não cuidar de suas escolas, da sua cultura, num surto titânico contra a exploração do homem pelo homem, -- inútil pensar na equidade social porquanto haverá sempre uma facção mais esperta a qual tomará as rédeas dos governos e os lugares privilegiados, em detrimento de outros sonhos mais altos. É preciso, pois, a mentalidade individual, a noção de responsabilidade³⁷.

Diferentemente de Nísia Floresta e Luciana de Abreu, Maria Lacerda de Moura, segundo análise de Miriam Moreira Leite, não aderiu ao positivismo, inspirando-se nas obras e idéias de Romain Rolland³⁸, Tolstói³⁹, Gandhi⁴⁰, Han Ryner⁴¹ e

³⁷ - MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada?* In: LEITE, Miriam Moreira L. *Outra face do feminismo...* cit., p. 74.

³⁸ - "Romain Rolland (1866-1944), romancista francês, foi professor de História da Arte na Sorbonne até 1912. (...) Tornou-se internacionalmente conhecido pelo romance psicológico *Jean Christophe*, que lhe valeu o Prêmio Nobel. O conjunto de suas obras denuncia a guerra e o egoísmo nacional." (Todas as informações sobre este e os demais pensadores que influenciaram Maria Lacerda de Moura foram extraídas de: LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo...* cit., p. 70-1 e 83.)

³⁹ - "Leão Tolstói (1829-1910), autor de *Guerra e Paz*, obra de aceitação mundial, influenciou Maria Lacerda de Moura por suas idéias desenvolvidas posteriormente a 1880: repúdio à propriedade privada, rejeição à autoridade da Igreja e do Estado e adesão à vida camponesa."

⁴⁰ - "Mohandas Karamchad Gandhi (1869-1948), criador da revolução não-violenta pela libertação da Índia. Abandonou a prática da advocacia pela pobreza voluntária. Em 1915 criou a associação de cultores da verdade, da não-violência, do celibato e do destemor. Suas campanhas de desobediência civil, contra a guerra bem como suas greves de fome fizeram com que se tornasse uma figura sagrada e temida."

⁴¹ - "Han Ryner, pseudônimo de Jacques Elie Ner, francês (1861-1938). Professor até 1912, aposentou-se para se dedicar à obra escrita. Vivia quase ao nível da miséria, suprindo apenas suas necessidades básicas. É

Francisco Ferrer⁴² -- pensadores que lutaram contra o autoritarismo, buscando novas formas de organização social.

Ou seja: Maria Lacerda de Moura, mais do que suas antecessoras, participou de campanhas que ampliavam a luta pela emancipação feminina. Não se tratava mais de apenas educar a mulher para melhorar sua qualidade de mãe, mas de estimulá-la a participar ativamente de movimentos contrários ao autoritarismo e à guerra. Para isso, por exemplo, pedia às mulheres que se recusassem a colaborar nos serviços diretos e indiretos relacionados aos preparativos de guerra e aos combatentes, e também que não tivessem mais filhos, a fim de impedir o nascimento de uma população que o Estado incorporaria aos exércitos.

Maria Lacerda de Moura identificou-se com os que viam na educação um processo de modificação da sociedade. Em nenhum momento a educação ou a cultura cumpriam funções de mera ilustração:

colocado por seus tradutores como um dos expoentes do anarquismo individualista. O que parece ter marcado Maria Lacerda de Moura foi o horror de Han Ryner a doutrinas, teses e afirmações sentenciosas. Han Ryner condena o amor único e exclusivo, sempre exigido das mulheres, e propõe respeito à liberdade do companheiro sexual."

⁴² - "Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), espanhol, idealizador das Escolas Modernas, nasceu numa família pobre e numerosa. Trabalhou em diversas ocupações, enquanto procurava se educar. Ligado à maçonaria, criou uma biblioteca circulante para operários e organizou greves. Morreu fuzilado na prisão, acusado de ter participado de uma rebelião em julho de 1909, em Barcelona.

Propunha escolas que, ao invés de domar a infância através de castigos corporais, oferecesse condições para extirpar do cérebro tudo que colaborasse para a divisão entre os homens. Considerava indispensáveis para a construção de uma nova sociedade a fraternidade e a solidariedade.

Suas idéias foram aplicadas em algumas escolas em São Paulo e no Paraná, mais tarde fechadas pela polícia."

Sou mulher e, como mulher, procuro tratar de assuntos educativos, de assuntos patrióticos, chamando a mulher à compreensão dos seus deveres⁴³.

Educação e pátria, embora sejam duas categorias distintas, igualam-se na ótica de Maria Lacerda de Moura quando esta recomenda à mulher conhecer "assuntos educativos" e "assuntos patrióticos" na busca do conhecimento de seus deveres. Estranhamente, nesse texto de 1924, Maria Lacerda de Moura não incentiva a luta pelos direitos da mulher, fato que pode sugerir certa timidez da militância da autora de *A mulher é uma degenerada?* no que se refere à cidadania da mulher. Sem falar nos seus direitos, mas no cumprimento de seus deveres, Maria Lacerda de Moura acaba reforçando nessa passagem, ainda que subliminarmente, o pensamento dominante na época sobre a função das mulheres: boas esposas e excelentes mães.

No entanto, no conjunto de sua obra, Maria Lacerda de Moura combatia o autoritarismo na família, na sociedade, na educação e na organização política, sugerindo às mulheres que rompessem a esfera privada, até então domínio delas, e atuassem na vida pública, tendo como objetivo principal trabalhar a favor das camadas exploradas e oprimidas.

Para finalizar, pode-se dizer que Maria Lacerda de Moura esforçou-se para conscientizar as mulheres da situação em que se encontravam e dos caminhos que havia para que ocorresse uma efetiva participação social.

⁴³ - MOURA, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada?* In: LEITE, Miriam Moreira L. *Outra face do feminismo...* cit., p. 80.

Bertha Lutz

Bertha Lutz nasceu em São Paulo, em 1894, e morreu em 1977. Filha de pais intelectuais e de origem européia -- seu pai, Adolfo Lutz, foi pioneiro da medicina tropical no Brasil, e sua mãe, Amy Fowler, foi enfermeira de leprosos --, não é de estranhar que tenha iniciado seus estudos no Brasil e completado-os na Europa, uma vez que as instituições escolares brasileiras ainda no início do século XX eram bastante inadequadas para as mulheres que quisessem buscar formação profissional. Em 1918, com 24 anos, recebeu na França sua *Licenciée des Sciences* pela Sorbonne e, mais tarde, cola grau pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Conforme informações de June Hahner, foi apenas por volta de 1920, praticamente no mesmo ano em que Bertha Lutz concluiu seu curso em uma universidade estrangeira, que algumas mulheres brasileiras conseguiram ingressar em profissões ligadas a cursos superiores, bem como ter acesso a importantes cargos públicos, como Maria José do Castro Rebelo que, em 1917, obteve o primeiro lugar no concurso para um cargo no Ministério do Exterior⁴⁴. Dois anos mais tarde, em 1919, é a própria Bertha Lutz, bióloga recém-chegada ao Brasil, quem obteve colocação num concurso no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Muitas outras brasileiras, nas décadas de 20 e 30 do presente século, acabaram obtendo educação superior, alcançando profissões antes inimagináveis para quem usasse

⁴⁴ - Trata-se, possivelmente, da "amanuensa", personagem descrita em crônica por Lima Barreto em 1918, publicada originalmente no Jornal ABC, do Rio de Janeiro, e, mais tarde em *Bruzundangas*, em 1923.

saias: inspetoras de escolas, engenheiras, farmacêuticas, dentistas, além de médicas e advogadas⁴⁵.

Dentre esse grupo de mulheres, Bertha Lutz foi quem mais se destacou por liderar o movimento sufragista feminino brasileiro. Ainda em 1918, já no Brasil, publicou o artigo "Cartas de Mulher", na *Revista da Semana*, publicação do Rio de Janeiro, no qual chamava a atenção das mulheres para a necessidade de educarem-se, além de estimular a "fundação de uma liga de mulheres brasileiras":

É certo que muito, que quase tudo, no estado atual, depende do homem. Mas uma das maiores forças da emancipação de progresso (sic) está em nosso poder: a educação da mulher e do homem. Dela, para que seja intelectualmente igual e para que sua vontade se discipline. Dele, para que se acostume a pensar que a mulher não é um brinquedo para o distrair; para que, olhando sua esposa, suas irmãs e lembrando-se de sua mãe, compreenda e se compenetre da dignidade da mulher. Para conseguirmos esse resultado, para mostrarmos a nossa equivalência, um esforço individual e coletivo é necessário. (...) D. Maria José, conquistando o primeiro lugar em um concurso, também contribuiu grandemente para o êxito da nossa causa. Finalmente, todas as professoras normalistas e outras, às quais a nação confia a educação de seus filhos, mostram que em nosso país também há mulheres de grande valor. Foram esses tão excelentes exemplos que me incitaram a escrever esta

⁴⁵ - HAHNER, June E. *A mulher brasileira ... cit.*, p. 98.

carta e propor-lhe canalizar todos esses esforços isolados para que seu conjunto chegue a ser uma demonstração. Para esse fim venho propor-me fazer um ensaio de fundação de uma liga de mulheres brasileiras. Não proponho uma associação de "suffragettes" para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela⁴⁶.

Bertha Lutz propõe um esforço coletivo para a mulher tornar-se educada. Não bastava promovê-la intelectualmente, num esforço isolado, pois, sem o reconhecimento e o respeito masculinos, pouco adiantaria qualquer erudição a mais por parte das mulheres. Era necessário que ambos os sexos participassem do projeto de educar e emancipar a mulher.

Portanto, homens e mulheres deveriam estar, na medida do possível, igualmente convencidos da necessidade de se educar e emancipar o sexo feminino. Quanto mais coletivo o esforço, melhor o resultado. Mais uma vez percebe-se o esforço do movimento feminista em estimular a mulher a frequentar o espaço público, pois, ao "cumprir os deveres políticos", o lar deixava de ser o único local no qual ela podia mandar e administrar.

⁴⁶ - LUTZ, Bertha. Cartas de mulher. *Revista da Semana*, 28/12/1918. Apud HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. pp. 110-101.

A rua com seus clubes, teatros e salas favorecia a organização da mulher em associações, tais como a proposta por Bertha Lutz, a *Legião da Mulher Brasileira*, formada em 1919 com o lema "Amparar e elevar a mulher", liderada por Alice Rego Monteiro, com Júlia Lopes de Almeida como presidenta honorária, que se transformou em 1920 na *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, organizada juntamente com Maria Lacerda de Moura. Contava com aproximadamente quarenta sócios, dentre eles alguns do sexo masculino, e dispunha-se a fazer reconhecer os direitos da mulher e sua ampla participação na vida pública⁴⁷. Maria Lacerda de Moura desejava formar um "pequeno exército de propagandistas da educação racional e científica da mulher para a sua perfeita emancipação intelectual"⁴⁸. Os interesses de Bertha Lutz variavam desde assuntos genéricos, como a paz mundial, até assuntos específicos, como pagamento igual a homens e a mulheres pelo mesmo trabalho, oportunidades educacionais iguais aos dois sexos. Para isso, no entanto, era necessário ter acesso ao processo político, ter participação política direta e legítima, o que se faria através do voto.

Nem sempre Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura concordavam. Como já foi mencionado anteriormente, em 1924 Maria Lacerda de Moura já havia abandonando o movimento sufragista feminino por considerá-lo inadequado para atingir a grande maioria das mulheres.

Apenas em 1922, depois de uma visita de Bertha Lutz aos Estados Unidos, onde participou da "Primeira Conferência Inter-Americana de Mulheres" é que o feminismo brasileiro

⁴⁷ - HAHNER, June E. *A mulher brasileira...*, cit., p. 103 e SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão da mulher - 1919-1937*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1974. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Mimeogr. p. 11.

⁴⁸ - HAHNER, June E. *A mulher brasileira...* p. 102.

institucionalizou-se, filiando-se a entidades congêneres internacionais, ganhando, portanto, maior envergadura.

Nessa ocasião, Bertha Lutz conheceu Mrs. Carrie Chapman Catt, grande líder do feminismo norte-americano, presidente da Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino que, a pedido de Bertha Lutz, ajudou-a a elaborar os estatutos da nova associação no Brasil, a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, (F.B.P.F.).

O artigo 3 dos estatutos da F.B.P.F. definia os seguintes objetivos⁴⁹ :

- 1.Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina.
- 2.Proteger as mães e a infância.
- 3.Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.
- 4.Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão.
- 5.Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público.
- 6.Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos.
- 7.Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental.

O trabalho feminino foi a grande bandeira de Bertha e das 170 mulheres que se juntaram à F.B.P.F em 1922, ano em que

⁴⁹ - Idem, ibidem, p. 107 e SOLHET, Rachel. *Bertha Lutz...*, cit., p. 13.

também é realizada a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, e em que é fundado o Partido Comunista Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Das 170 mulheres, 71% declararam uma profissão. As advogadas, engenheiras e farmacêuticas foram superadas em número por datilógrafas, professoras, funcionárias públicas, compositoras e encadernadoras. Ou seja: a F.B.P.F deixava de ser uma organização formada exclusivamente por mulheres provenientes da classe média ou alta, embora sua liderança ainda estivesse nas mãos de mulheres da classe média alta ou de membros da elite.

Assim, a década de 20, marcada por intenso movimento reivindicatório, concretizou algumas aspirações dos setores mais ativos da sociedade: artistas e intelectuais, com a Semana de Arte Moderna; militares, com o motim do Forte de Copacabana e o tenentismo; educadores, com o movimento da Escola Nova; políticos, com o Partido Comunista Brasileiro e, finalmente, as feministas, com a luta pelo direito ao voto e à educação.

As várias associações femininas que nasceram nos anos 20, dentre elas as organizadas por Bertha Lutz, mostram o gradual amadurecimento do movimento feminista: em 1919, no Rio de Janeiro, surge a *Legião da Mulher Brasileira* de natureza mais filantrópica que política. Em 1920, a *Legião* transforma-se na *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher*, ainda composta por um pequeno grupo local, que lutou para conseguir igualdade política para as mulheres. Em 1922, surge a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, que, além de contar com maior número de participantes, elabora estatutos e filia-se à *Aliança Internacional pelo Voto feminino*. Vários dias após a criação da *Federação*, foram fundadas a *Liga Paulista pelo Progresso Feminino*, mais tarde chamada de

Conselho Paulista de Senhoras, e a *Liga Mineira pelo Progresso Feminino*. Outras associações do gênero vão surgir também em outros Estados⁵⁰. É como se o feminismo, antes de natureza tão individual, como já vimos em Nísia Floresta e em Luciana de Abreu, começasse a ganhar força e reconhecimento nacional e internacional a partir de Maria Lacerda de Moura e de Bertha Lutz, que reconheceram a importância do coletivo e do social na luta pela emancipação feminina.

*

Nísia Floresta, Luciana de Abreu, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz simbolizam a trajetória do movimento feminista no Brasil. Vistas na seqüência cronológica de seus diferentes tempos, sem nenhuma inter-relação, as quatro construíram, cada qual em sua época e de sua maneira, pedaços da mesma história, ou seja, da educação e emancipação femininas.

Como todo processo histórico, o feminismo brasileiro foi constituído de avanços e recuos. Seria errado supor que Luciana de Abreu continua do lugar em que Nísia Floresta parou ou que Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz prosseguem do ponto deixado por Luciana de Abreu.

Evidentemente, quanto mais próximos do século XX, mais significativos e coletivos vão ficando os resultados, pois o movimento feminista vai ganhando organização interna, experiência, adesão nacional e até internacional (como em 1922, ano em que Bertha Lutz filia o feminismo brasileiro a entidades congêneres do exterior).

⁵⁰ - HAHNER, June E. *A mulher brasileira...*, cit., p. 106.

Embora Nísia Floresta tenha o mérito de ser a primeira voz a se manifestar a favor da educação da mulher, tem a seu desfavor sua inexperiência e a falta de repercussão de suas idéias num Brasil ainda monárquico e avesso a mudanças dessa natureza, fatos que permitem explicar, pelo menos em parte, sua prolongada permanência na França.

A militância de Maria Lacerda de Moura e a de Bertha Lutz já no século XX, atualizaram os ideais de igualdade e de liberdade, abrindo um campo fértil para a defesa da educação da mulher e de sua participação mais ativa na sociedade.

Isso significa que ambas viveram num Brasil diferente do de Nísia Floresta. Se, para a autora do *Direito das mulheres e injustiça dos homens* a questão central ainda era permitir às mulheres acesso à educação formal, para as outras duas, além da educação, era necessário colocar a mulher, cada vez mais, em contato com a esfera pública, próxima de bens materiais e culturais que até então lhe haviam sido negados, tais como a imprensa, a literatura, o teatro, os bailes.

Cenário de toda essa transformação sócio-cultural, as cidades também se urbanizavam rapidamente, oferecendo novas alternativas de convivência social às mulheres tanto na esfera pública, como os cafés e os cinematógrafos, quanto na privada, como a sala de visitas, onde freqüentemente ocorriam saraus noturnos, com música e leitura de romances.

Ainda durante os primeiros anos da República também surgia um forte movimento sufragista feminino, defendido pela

imprensa feminina bastante atuante desde meados do século XIX⁵¹.

Além de instruída, a mulher que o movimento feminista idealizava devia ter condições de igualdade com o homem e participar no mundo da cultura, do trabalho e da política.

Ter conquistado o direito ao voto em 1932 foi uma vitória quase simultânea à de outros países⁵², importante e significativa para as mulheres brasileiras, mas que não pode ser entendida como garantia para a realização das outras reivindicações.

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Lima Barreto (1881-1922), escritores criticados pela Igreja, vivenciaram o feminismo dos anos 20 e 30 e registraram em algumas de suas obras a atuação das feministas, nem sempre de forma favorável. É interessante notar, no entanto, que em alguns de seus romances há mulheres leitoras e instruídas que, embora não possam ser consideradas feministas, agem com mais independência que as demais que não lêem⁵³. Isso permite supor que, por alguma via, uma das reivindicações do feminismo -- a educação da mulher -- incorporou-se à literatura da época, através dessas personagens, como veremos

⁵¹ - BICALHO, Maria Fenanda Baptista. "O BELLO SEXO: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX". In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Rebelião e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais e Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 81-2, 96.

⁵² - A legislação americana permitiu o voto às mulheres em 1920; a inglesa, em 1928. (ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 45 e 47.)

⁵³ - Estou me referindo às seguintes obras: *Correio da roça* (1913), e *A família Medeiros* (1891), de Júlia Lopes de Almeida; e *Numa e a ninfa* (1915), de Lima Barreto.

mais adiante no Capítulo IV, "Mulheres leitoras de papel e tinta".

Júlia Lopes de Almeida e o contraponto masculino de Lima Barreto

Júlia Lopes de Almeida, que viveu entre 1862 e 1934, tinha 60 anos em 1922, quando o movimento feminista começou a ser mais atuante e significativo no Brasil.

Lima Barreto, que viveu entre 1881 e 1922, morreu no mesmo ano em que as feministas brasileiras começaram a divulgar suas idéias através de livros, jornais femininos e conferências.

Portanto, ambos tiveram a oportunidade de testemunhar com os próprios olhos e registrar em suas obras as impressões que iam tendo sobre as mulheres que brigavam por educação, pelo direito ao voto, ao espaço público, etc.

Em *Livro das donas e donzelas*, publicado em 1906, em *Eles e elas*, de 1910, e em *A Silveirinha*, de 1914, Júlia Lopes de Almeida tece diversos comentários sobre as brasileiras que estavam adotando idéias e costumes defendidos pelas feministas, mesmo antes dos anos 20, quando estavam sendo fundadas associações femininas, algumas filiadas a entidades congêneres internacionais.

Em *Bruzundangas*, de 1923, obra póstuma, Lima Barreto critica as feministas, pois não aceitava que estas desejassem trabalhar em repartições públicas e tornar-se eleitoras, sem serem obrigadas ao serviço militar. Muitas vezes irônico, chama o movimento de "feminismo bastardo, burocrático", pois buscava igualdade dos direitos das mulheres em relação aos homens na forma de leis, mas não na de deveres. Além disso, achava que o feminismo era um movimento passageiro, que servia a amigos, uma vez que muitos dos políticos que

assinavam as leis eram conhecidos pessoais das senhoras feministas.

As datas de publicação das obras aqui citadas -- de 1906 a 1923 -- sugerem ser o movimento feminista perceptível já na década de 10. É como se a autora de *Eles e elas* estivesse testemunhando o início do movimento feminista, enquanto Lima Barreto estivesse vivendo momentos de grande efervescência desse mesmo movimento.

É sempre bom lembrar que Júlia Lopes de Almeida participou da já citada *Legião da Mulher Brasileira*, uma das primeiras organizações feministas no Brasil formada em 1919, o que parece sugerir seu interesse e adesão à causa feminista. Em dezembro de 1922, por ocasião da realização do *I Congresso Feminino no Brasil*, Júlia Lopes de Almeida, ainda na condição de presidente honorária da *Legião*, e Bertha Lutz, na condição de líder da recém-fundada *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, recepcionam a feminista norte-americana Carrie Chapman Cat. Não parece errado supor, portanto, que Júlia Lopes de Almeida, que parece ter participado do feminismo brasileiro até 1922, já acompanhasse de perto a trajetória do feminismo no Brasil desde o momento em que vozes ainda isoladas começaram a se pronunciar pela necessidade de emancipação da mulher, o que pode explicar a ocorrência de temas voltados à causa feminista em sua obra ainda nos anos 10.

Por ter participado do movimento feminista brasileiro, as observações de Júlia Lopes de Almeida são de grande interesse, pois permitem conhecer a visão que uma mulher de letras e instruída tinha a respeito das propostas encaminhadas pelas feministas.

Já Lima Barreto não teve nenhum envolvimento pessoal com o movimento feminista. Suas críticas são as de alguém que vê a situação estando do outro lado -- do lado dos que têm de assimilar os novos costumes. Talvez nem pudesse ser de outra forma, já que poucos homens participaram -- ou foram convidados a participar -- do movimento das mulheres.

Portanto, seu testemunho sobre as reivindicações das feministas e a forma que alguns políticos encontraram para levar tais reivindicações a instâncias superiores, tais como o Senado, revelam algumas incoerências de um movimento que, embora organizado por mulheres, dependia da aceitação masculina para ampliar e se tornar vitorioso.

A fim de não incorrer em erros de interpretação deve-se levar em conta na análise dos trechos que seguem não só a diferença de idade de Júlia Lopes de Almeida e Lima Barreto, como a de gênero⁵⁴. Sendo a primeira mulher, e sexagenária nos anos 20, pode-se inferir que seu envolvimento com a causa feminista não foi unicamente de ordem intelectual, mas de solidariedade e participação. Já o autor de *Bruzundangas*, morto aos 41 anos em 1922, não tem tanta simpatia pelas novidades que as feministas lutavam para implementar, possivelmente por estar marginal ao processo, embora acompanhasse as notícias que a imprensa ia divulgando.

*

Júlia Lopes de Almeida, envolvida nas campanhas pelo aprimoramento da educação feminina, assim descreve a mulher

⁵⁴ - Segundo a categoria "gênero", utilizada a partir dos anos 70 nos meios acadêmicos, as diferenças entre masculino e feminino são entendidas como uma construção social, histórica e cultural e não determinadas (exclusivamente) pela biologia.

brasileira na obra *Livro das donas e donzelas*, de 1906, uma coletânea de crônicas voltada a assuntos de interesse feminino, com textos os mais variados: vestuário feminino, arte culinária, árvores e plantas:

A brasileira não se contenta com o ser amada: ama; não se resigna a ser inútil: age, vibrando à felicidade ou à dor, sem ofender os tristes com a sua alegria e sabendo subjugar o sofrimento. Parecerá por isso indiferente ou sossegada, a quem não a conhecer senão pelas exterioridades. Mas não tivesse ela capacidade para a luta e ainda as portas das academias não se lhe teriam aberto nem teria conseguido lecionar em colégios superiores. A esses lugares de responsabilidade ninguém vai por fantasia nem chega sem sacrifícios e coragem. Apesar da antipatia do homem pela mulher intelectual, que ele agride e ridiculariza, a brasileira de hoje procura enriquecer a sua inteligência freqüentando cursos que lhe ilustrem o espírito e lhe proporcionem um escudo para a vida, tão sujeita a mutabilidades...⁵⁵

Nesse trecho a autora recupera parte da trajetória da mulheres brasileiras rumo à escolarização ao mencionar que freqüentavam as academias e eram docentes em "colégios superiores"⁵⁶. De fato, em 1879 as instituições de ensino

⁵⁵ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906. p. 36.

⁵⁶ - Não se pode ter certeza sobre o que eram, na época, os tais "colégios superiores". No entanto, é possível deduzir, a partir da pesquisa realizada por Arilda Ines Miranda, que eram internatos, instituições que passaram a receber o nome de "colégios" a partir de 1860. Possivelmente Júlia Lopes de Almeida estava se referindo a internatos de nível

superior abriram suas portas às mulheres⁵⁷, e, na década seguinte, as primeiras escolas religiosas femininas, juntamente com as Escolas Normais, começaram a se instalar, formando professoras.

Já vimos no Capítulo I que em São Paulo, a partir de 1890, verifica-se a expansão da rede de ensino e a organização e o aperfeiçoamento do sistema escolar. Em 1893, o Estado atingia 1398 escolas públicas, sendo 817 para o sexo masculino, 489 para o feminino e 92 mistas⁵⁸.

Há também uma presença significativa de escolas secundárias particulares na época: em 1894, também em São Paulo, para um total de 44 escolas secundárias particulares, 17 eram dedicadas ao ensino feminino, 22 ao sexo masculino e 5 mistas. Trinta e seis eram laicas e 8 religiosas⁵⁹.

Apesar de esses números sugerirem a escolarização e a conseqüente profissionalização da mulher na educação, quando recuperamos dados oficiais relativos às profissões femininas em 1904, vemos que o comentário de Júlia Lopes de Almeida sobre a docência em "colégios superiores" mais parece um ato de fé, do que uma descrição da realidade. Vimos também no

secundário, onde algumas mulheres eram docentes. (RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX*; o Colégio Florence de Campinas. Campinas, Centro de Memória/Unicamp, 1996.

⁵⁷ - Apesar de supostamente a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro aceitar mulheres como alunas desde 1879, apenas em 1881 ocorreu a primeira matrícula de uma estudante. (SAFFIOTI, Heleith I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976. p. 203.)

⁵⁸ - TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1979. v. 16. p. 100.

⁵⁹ - NADAI, Elza. A educação da elite e a profissionalização da mulher brasileira na Primeira República: discriminação ou emancipação?. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, 17, (1/2):16, jan/dez. 1991.

Capítulo I que, em 1904, ou seja, dois anos antes da publicação de *Livro das donas e donzelas*, do total de mulheres brasileiras, 27% dedicavam-se ao serviço doméstico, contra 46% em atividades improdutivas. Os 27% restantes distribuíam-se, principalmente, em atividades agrícolas, em artes e ofícios, comércio, manufatura, etc⁶⁰... Portanto, não se pode dizer que a docência comentada por Júlia Lopes de Almeida fosse significativa para a parcela feminina da população.

Talvez "antipatia" não seja a melhor palavra para explicar o sentimento que o homem nutria pela mulher intelectual. Tratava-se, possivelmente, de uma resistência social mais efetiva e organizada, também apoiada em estudos médicos, que impedia a mulher de se tornar profissional e ter independência, não só para driblar as incertezas da vida, como queria Júlia Lopes de Almeida, mas para se emancipar.

Deve-se lembrar ainda que a mulher retratada por Júlia Lopes de Almeida é a da elite, que tinha acesso aos estudos. A grande maioria da população feminina ficava distante dos bancos escolares e de qualquer possibilidade de profissionalização.

Quase no final de sua exposição sobre a mulher brasileira, escreve Júlia Lopes de Almeida:

A verdade, que deve aparecer aqui, é que nos acontecimentos culminantes da nossa história, aqueles que nos fastos da nacionalidade brasileira iniciam períodos de renovação e de

⁶⁰ - DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Relatório apresentado ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Diretor Geral em 1903*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1904. p. 38-9.

progresso -- a independência, a abolição, a república -- a intervenção da mulher, direta ou indiretamente considerada, quando não foi nula, foi hostil.

Entretanto, estes fatos, para só falar dos principais, tiveram todos longa, persistente, tenacíssima propaganda, e realizaram-se sem a mulher ou... apesar da mulher!

A sinceridade deste livro exige este desabafo doloroso...⁶¹

Ao que o trecho acima indica, a mulher brasileira parecia ser bem mais alienada do que Júlia Lopes de Almeida gostaria que fosse. Se é verdade que todos os movimentos políticos mais libertadores aconteceram sem a participação feminina ou apesar dela, então não parece errado supor o estado ainda embrionário do movimento feminista em 1906 que, só 16 anos mais tarde, ou seja, em 1922, passou a reivindicar, entre outras coisas, a participação das mulheres em questões sociais e de alcance público, como rezava o estatuto elaborado da já mencionada *F.B.P.F.*

Quanto à defesa da abolição dos escravos, houve algumas mulheres mais atuantes, mas nenhuma chegou a alcançar posições que não fossem secundárias e auxiliares. Até mesmo as sociedades abolicionistas que chegaram a fundar foram freqüentemente mantidas ou sugeridas por homens abolicionistas, o que reforça a frágil participação feminina nesse movimento⁶².

⁶¹ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das donas e donzelas*, cit., p. 40.

⁶² - HAHNER, June. *A mulher brasileira...*, cit., p.48-9.

José Murilo de Carvalho, em *A formação das almas*⁶³, ao analisar a participação da população feminina na Proclamação da República em nosso país, reforça a declaração de Júlia Lopes de Almeida. Ao contrário do que aconteceu na França, onde as mulheres representaram papel real nas diversas revoluções, inclusive na queda da Bastilha em 1789, no Brasil estavam ausentes de quase todos os processos políticos, o que reforçava o papel que se esperava delas: o de mãe, de esposa e de guardiã do lar⁶⁴.

Se até mesmo os homens estiveram ausentes da Proclamação da República, uma vez que foi um movimento cujo desfecho se deu a portas fechadas, mais precisamente na Câmara Municipal, onde José do Patrocínio, Anibal Falcão e Pardal Malet oficializaram a Proclamação⁶⁵, o que dizer do povo feminino? Lembrando as palavras de José Murilo de Carvalho:

⁶³ - CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p. 93.

⁶⁴ - Parece ser possível afirmar a quase inexistência de heroínas no Brasil ao longo da sua história, o que parece se confirmar mesmo quando analisamos as publicações de três autores em cujas obras se procurou resgatar a memória de brasileiras "célebres" ou "ilustres": *Brasileiras célebres*, de Joaquim Norberto de Souza, (1862); *Mulheres célebres*, de Joaquim Manoel de Macedo, (1878), *Mulheres ilustres*, de Ignez Sabino, (1899).

Nas obras desses três autores surgem nomes de mulheres guerreiras índias e brancas, poetisas, religiosas e educadoras, muitas das quais caíram no esquecimento. Genericamente falando, as mulheres citadas não formaram seguidoras, agindo sempre individualmente. Portanto, eram minoria, cujas presenças, não fosse o esforço dos três literatos empenhados em construir a figura da heroína, quase passariam despercebidas.

A ausência de heroínas ao longo da História também pode ser atribuída ao analfabetismo feminino, uma vez que as mulheres, até a segunda metade do século XIX, raramente sabiam escrever e registrar suas próprias atividades. Dependentes da oralidade para perpetuar suas histórias, ou do registro de literatos e historiadores, muitas delas caíram no esquecimento ou não foram devidamente valorizadas.

⁶⁵ - MARTINS, Ana Luiza. *República: um outro olhar*. São Paulo, Contexto, 1989. p. 67.

Se não havia povo político masculino, como pensar em povo político feminino? Havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher, se pública, era prostituta. (...) Não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que elas participassem. Política era coisa de homem⁶⁶.

Como já se disse anteriormente, esse mesmo povo feminino, ausente das ruas e das transformações políticas, encontrava-se no lar, cuidando dos afazeres domésticos e da prole. Mas nem todas as mulheres estavam satisfeitas com o confinamento privado, e começaram, lentamente, a frequentar espaços públicos: as ruas, o cinematógrafo, os salões, as lojas, as casas de outras mulheres.

Essa lenta e crescente ampliação dos novos espaços permitidos às mulheres não se deu sem resistência masculina. Desacostumados ao ir e vir das mulheres, alguns homens, os mais ressentidos, atribuíam ao movimento feminista esse novo padrão de comportamento feminino. É o que sugere o texto "Ah! os senhores feministas", de 1910, de Júlia Lopes de Almeida, no qual o narrador em primeira pessoa, um homem, reclama a ausência da esposa no lar:

Ah! os senhores feministas! pudesse eu enforcá-los a todos com uma só corda...

São as suas teorias desordenadas, subversivas, é a tragédia burlesca das suas

⁶⁶ - CARVALHO, José Murilo de, op. cit., p. 92.

justas reivindicações, que têm posto a sociedade neste estado. Pois quando é que se viu nunca uma senhora casada e mãe de filhos, como é a minha, não estar em casa à hora em que o marido entra para o jantar! De mais a mais, nem deixou dito para onde ia.

Pela liberdade, hein? Os tempos aconselham estas independências, aproveitemo-las! E o marido? O marido que cada, que se sujeite, que sorria, que diga amém!

Vem para casa morto de fome? Que espere pela senhora, que virá depois e quando bem quiser, de... de onde? Do desconhecido!⁶⁷.

Masculinizando a mulher feminista ao chamá-la de "senhor", Júlia Lopes de Almeida parece sugerir não ser socialmente aceitável uma senhora casada comportar-se de maneira mais independente. É como se feminilidade e independência de ações fossem duas características que não pudessem andar juntas: ou a mulher continuava cumprindo seu papel de guardiã do lar e da família, e, portanto, prestando conta de suas atividades ao marido, ou perdia a doçura dos gestos, mas ganhava liberdade de ação.

Para explicitar essa incompatibilidade, a autora acabou por eleger um narrador masculino em primeira pessoa, o marido da tal "feminista", que por se sentir vítima dos novos costumes, não tem receio de criticá-los abertamente. Se colocasse na voz de uma personagem feminina a mesma crítica do comportamento feminino, Júlia Lopes de Almeida talvez não

⁶⁷ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1910. p. 69.

conseguisse produzir o mesmo efeito: o de realçar a pouca aceitação das novas formas de agir das mulheres no interior do próprio casamento e o assombramento que essas atitudes provocavam em seus cônjuges.

O narrador atribui ao feminismo a responsabilidade por essas mudanças de costumes da mulher já em 1910, ano de publicação de "Ah! Os senhores feministas", o que sugere certa envergadura da imprensa feminina, dirigida à família e especialmente à mulher, que, desde o final do século XIX e início do XX, publicava desde informações úteis à economia doméstica, educação e higiene dos filhos, até artigos reivindicando o direito de a mulher votar, estudar nas universidades, fazer carreira profissional e acadêmica⁶⁸.

A tabela abaixo torna mais visível a proliferação de títulos dessa imprensa feminina no Brasil de 1852 a 1914:

Jornais escritos por mulheres e dirigidos ao público feminino ⁶⁹		
Ano(s) de publicação	Cidade	Título
1852 e 1855	Rio de Janeiro	<i>Jornal das senhoras</i> , jornal ilustrado, com modas, literatura, belas artes, teatro e crítica
1862	Rio de Janeiro	<i>O bello sexo</i> , periódico religioso, de instrução e recreio, noticioso e

⁶⁸ - BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo -- imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1988. p.219-21.

⁶⁹ - FONTES: BICALHO, Maria Fernanda Baptista, op. cit., p.9-10 e HAHNER, June. *A mulher brasileira...*, cit., p. 63.

		crítico moderado
1873 a 1875	Rio de Janeiro	<i>O domingo</i> , jornal literário e recreativo
1873 a 1876 e ressurgindo em 1889	Rio de Janeiro e Minas Gerais	<i>O sexo feminino</i> , semanário dedicado aos interesses da mulher
1879, suspenso em 1880 e voltando em 1885	Rio de Janeiro	<i>Echo das damas</i>
1880	Minas Gerais	<i>Primavera</i> , revista semanal, instrutiva e noticiosa
1881	Nova York	<i>A mulher</i> , periódico ilustrado de literatura e belas artes
1888 a 1897	São Paulo e Rio de Janeiro	<i>A família</i> , jornal literário dedicado à educação da mãe de família
1897	São Paulo	<i>A mensageira</i> ⁷⁰
1889	Rio de Janeiro	<i>O quinze de novembro do sexo feminino</i> , periódico quinzenal, literário, recreativo e noticioso especialmente dedicado aos interesses da mulher, em substituição a <i>O sexo feminino</i>
1914	São Paulo	<i>Revista Feminina</i>
1919	Rio de Janeiro	<i>O nosso jornal</i>

⁷⁰ - Apesar de ser revista, *A mensageira* aparece listada na tabela referente a jornais por ter publicado diversos textos de Júlia Lopes de Almeida.

Alguns desses jornais circulavam semanal ou quinzenalmente, sobrevivendo quase exclusivamente de assinaturas. Entre figurinos, receitas culinárias, moldes de trabalhos manuais, conselhos de moda, contos e folhetins, os artigos publicados, dentre eles os assinados por Júlia Lopes de Almeida em *A mensageira*, uma das colaboradoras mais assíduas da imprensa feminina, defendiam a educação e a emancipação feminina⁷¹.

Ainda em "Ah! os senhores feministas" encontramos outras passagens que anunciam a mudança de comportamento da mulher:

(...) a sua obrigação de boa esposa é estar em casa, não fazer nunca sentir a sua falta, e estar sobretudo naquela hora sentada naquela cadeira, dirigindo o movimento do serviço! Minha mulher é-me tão indispensável à mesa, como o pão, o saleiro, a garrafa de vinho ou o guardanapo.

(...)

Ora, se há vinte anos uma senhora honesta, pacata, mãe de família, seria capaz de andar ao lareque pelas ruas da cidade à hora em que o pobre do marido volta para casa, esfalfado de tanto trabalhar!

⁷¹ - Sobre a atuação de Júlia Lopes de Almeida na revista *A mensageira*, ver: DE LUCA, Leonora. *Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e o feminismo no Brasil na virada do século*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. Relatório final da pesquisa de iniciação científica no curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. p.50-6.

Naqueles bons tempos, uma senhora de quarenta anos não tinha coragem de sair à rua sem a sua capinha pudibunda e um toucado que atestava resignadamente a sua idade provecta.

Era a submissão completa a todas as leis da vida. Hoje opõem resistência a tudo; até à idade... São terríveis!

(...)

Para a mulher, o marido talvez seja alguma coisa mais complexa; para o marido, porém, a mulher é sobretudo um hábito... Cá por mim não posso viver sem a minha, nem quando penso nas outras.

E a boa verdade obriga-me a confessar que este caso é muito frequente em mim⁷².

Ainda segundo o narrador, vinte anos antes seria impensável uma mulher de quarenta anos comportar-se com tamanha liberdade. Ora, vinte anos antes de 1910, data da publicação de *Eles e elas*, é 1890, época em que as mulheres ainda estavam confinadas no lar, vigiadas pelos pais ou maridos, raramente saindo às ruas. A maior parte das moças que recebiam educação não frequentavam as escolas, mas tinham aulas particulares de preceptoras europeias. Ao mesmo tempo, 1890 e os anos seguintes eram os primeiros tempos pós-República e pós-abolição, movimentos que reforçaram os ideais de liberdade e igualdade, gerando transformações sócio-políticas e económicas, favorecendo também a emancipação

⁷² - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Eles e elas*. cit., p.70-4.

feminina. Pode-se dizer que a partir de 1890 é que as mulheres começaram a experimentar novas formas de autonomia, num processo lento, mas consistente.

Esse narrador parece tão irado com a falta de sua esposa no lar, e tão irônico com a imagem da mulher mais independente, que acaba não se lembrando que as mulheres já estavam experimentando novos padrões de comportamento há aproximadamente vinte anos. Sua esposa talvez nem estivesse infringindo nenhum costume social, mas praticando uma liberdade já vigente entre brasileiras menos conservadoras.

O texto finaliza com o apaziguamento do narrador quando este recebe um telegrama da esposa comunicando o motivo de tão prolongada ausência: a mãe dele estava doente, necessitando dos cuidados da nora.

Este desfecho acaba reforçando a imagem tradicional da boa esposa que, muitas vezes, confunde-se com a de uma enfermeira, já que é ela quem cuida da saúde de todos os familiares. A esposa do narrador, portanto, não estava se beneficiando de nenhuma mudança de comportamento das mulheres, pois simplesmente cumpria com competência um de seus papéis.

Resumindo: Júlia Lopes de Almeida ao mesmo tempo em que denuncia a imagem de mulher-objeto aos olhos dos homens, anuncia a gradual mudança do comportamento feminino gerada pelas feministas e a resistência que as mulheres encontraram quando ficavam mais presentes nas ruas e menos nos lares.

Em outro romance de Júlia Lopes de Almeida, *A Silveirinha*, de 1914, também se pode observar esse novo comportamento feminino, para desespero do marido:

É que a mulher evitava intimidades. Saía todos os dias, a horas desencontradas, sozinha e sem dizer para onde, como se fugisse de sua companhia. Muitas vezes, ele voltava, ansioso, para casa, na doce esperança de uma convivência amável; mas logo ao entrar, esbarrava com a criada que lhe dizia:

-- A senhora saiu...

-- Deixou dito para onde ia?

-- Disse que ia visitar uma amiga, mas voltava cedo...

-- Está bem...

E ele entrava para o escritório, disfarçando a sua decepção, mas não tanto que a ladina da criada não a percebesse. Começava então a tragédia de abrir e fechar livros e de atirar cigarros apenas começados para o cinzeiro de bronze, em pouco tempo repleto⁷³.

Embora a protagonista de *A Silveirinha* saísse de seu lar de recém-casada para buscar orientação religiosa na igreja, o simples fato de ela esquivar-se da casa, sem comunicar nada a ninguém, pode sugerir a maneira pela qual as mulheres, mesmo as casadas, estavam buscando a liberdade de ir e vir. Mais uma vez pode-se notar através dos romances de Júlia Lopes de

⁷³ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Silveirinha*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1914. p. 47.

Almeida o conflito entre o espaço público e o privado, cujos limites vão se adelgaçando, à medida que o século XX vai avançando.

O romance termina com a reconciliação do casal, que passa a fazer projetos para o futuro. Marido e mulher tentam aprender a conviver sob o mesmo teto, apesar de nem sempre compartilharem as mesmas opiniões -- principalmente as de natureza religiosa. Ao tornar o lar novamente em um local harmonioso e familiar, a autora sugere ser este o ambiente ideal da mulher, de onde ela nunca deve se ausentar.

No Capítulo IV da tese, veremos que Júlia Lopes de Almeida, em outros momentos de sua produção literária, trata da apropriação do espaço privado pela mulher, sem, com isso, propor mudanças de costumes.

Apesar de Júlia Lopes de Almeida produzir nos textos analisados imagens de um feminismo ameno, sem alterações bruscas na sociedade, as mulheres, à revelia de seus conselhos, devem ter realizado conquistas de difícil aceitação para os homens. Dessa vez é Lima Barreto quem testemunha algumas das transformações sociais provocadas por essa nova mulher na obra *Bruzundangas*:

Desde que os lugares públicos, mesmo os que não o são, mas que naturalmente são destinados aos homens, sejam invadidos pelas mulheres, tal fato irá prejudicar a regularidade da reprodução da nossa raça.

O nosso interesse está em favorecê-la da melhor forma e nunca prejudicar a perpetuidade da espécie humana no planeta.

É sabido que, desde que as mulheres foram, na Europa, chamadas aos serviços exercidos normalmente pelos homens, de ano em ano, as dimensões antropométricas exigidas para os recrutas eram diminuídas. Está isto no Spencer, *Introdução à Ciência Social*⁷⁴. Favorecer, empregando meninas na burocracia, tal coisa, é um pecado de lesa-humanidade.

A mulher ressent-se muito mais que o homem de semelhante espécie de serviço. (...)

A inteligência da moça é, em geral, reprodutora, portanto muito própria para esse estudo de línguas muito do gosto das repartições catitas, como o Itamarati; mas nunca é capaz de iniciativa, de combinação de imagens, dados concretos e abstratos que definam a verdadeira inteligência⁷⁵.

O texto acima, publicado a primeira vez em 1918 no jornal ABC, do Rio de Janeiro, e mais tarde reproduzido em 1923, data da primeira edição de *Bruzundangas*, sugere que a mulher trabalhando como funcionária pública na Europa já não era novidade, o que pode ter estimulado as brasileiras a tentarem

⁷⁴ - Aparentemente trata-se de uma incoerência, pois já foi comentado à p. 17 que na obra *Educação moral, intelectual e física*, também de Spencer, o autor sugere igualdade de educação para homens e mulheres. Em *Introdução à Ciência Social*, o mesmo autor, segundo Lima Barreto, comenta as diferentes formas físicas do homem e da mulher e as consequências disso no desempenho profissional de ambos os sexos. Mais do que resolver possíveis incoerências desse filósofo, o que interessa nesse momento é enfatizar as referências feitas a ele no interior de obras literárias brasileiras, o que sugere algumas das influências recebidas pelos escritores do período estudado.

⁷⁵ - LIMA BARRETO, Afonso Henriques. "A amanuensa". In: _____. *Bruzundangas*. São Paulo, Rio de Janeiro, Mérito, 1944. p. 193.

realizar a mesma coisa. É o que parece ter acontecido a uma moça que, admitida em um concurso para ocupar o lugar de terceira oficial da secretaria do Exterior, acabou servindo de pretexto para Lima Barreto expor sua indignação:

O seu ato [de Nilo Peçanha, Ministro do Exterior], admitindo em concurso, para o lugar de 3o. oficial da sua secretaria, uma moça, aprovando-a e nomeando-a, aberra de todas as nossas concepções políticas e vai de encontro a todos os princípios sociais⁷⁶.

Seguindo seu raciocínio, uma vez ocupando cargos anteriormente ocupados pelos homens, estes acabam formando excedente de mão-de-obra e acabam sendo incorporados pelo exército, mesmo sem terem as melhores condições físicas para isso. Conseqüentemente, ainda segundo Lima Barreto, enfraquece-se o poderio militar da nação, o que poderia ser evitado se as mulheres não disputassem o emprego dos homens.

Ainda segundo Lima Barreto, outra possível conseqüência de empregarem-se mulheres é o enfraquecimento da capacidade reprodutiva do sexo feminino, gerando filhos menos saudáveis e em menor quantidade.

A referência a Spencer não parece ser mero acaso. É como se a obra desse intelectual, que defendia o princípio darwiniano de que o mais apto sobrevive ao mais fraco e de que o conhecimento científico é o valor mais elevado para a humanidade, reforçasse a opinião de que é melhor a mulher casar-se com um bom marido, do que tornar-se funcionária de uma Secretaria de Estado. Entretanto, como já foi dito

⁷⁶ - Idem, *ibidem*, p. 193.

anteriormente, a direção do pensamento spenceriano parece ser outra: a de que homens e mulheres devem educar-se e aperfeiçoar-se, sem distinção entre os sexos, ajustando-se ao meio hostil, o que exige formas vivas cada vez mais complexas e perfeitas⁷⁷.

Tal ajustamento, segundo Spencer, ocorre com a correta preparação física tanto de homens quanto de mulheres, como sugere o texto que segue:

Um incômodo físico crônico lança tristeza sobre os projetos mais brilhantes, ao passo que a vivacidade de uma saúde forte alegra até os infortúnios.

(...)

Nas mulheres os defeitos deste sistema forçado são, se é possível, ainda mais nocivos do que nos homens.

Privadas como são em grande escala dos exercícios vigorosos e alegres pelos quais os rapazes mitigam os inconvenientes dos estudos excessivos, as meninas sofrem todos os males na sua máxima intensidade. Daqui resulta o pequeno número delas que crescem bem proporcionalmente e saudáveis. Nessas meninas pálidas, angulosas, de peito chato, tão

⁷⁷ - Herbert Spencer será retomado no Capítulo IV, "Mulheres leitoras de papel e tinta". As fontes aqui consultadas foram: MORA, José Ferrater Mora. *Diccionario de Filosofia*. 6. ed. Madrid, Alianza Editorial, 1988 e MARINHO, Inezil Penna. *Os clássicos e a educação física*. Rio, Editora Educação, 1945.

abundantes nos salões de Londres, nós vemos os efeitos de uma aplicação impiedosa sem o socorro dos brinquedos da mocidade; e essa degeneração física prejudica muito mais a sua felicidade do que valem todas as suas prendas⁷⁸.

Spencer, que desenvolveu toda a sua filosofia em torno da Natureza, preocupou-se com questões relativas ao desempenho físico não só dos escolares, mas da população em geral. Por isso, quando Lima Barreto refere-se a Spencer e à diminuição das medidas antropométricas do exército inglês, não parece estar exatamente preocupado com as medidas dos seus(suas) soldad(os)(as), mas com a adesão de seus leitores à crítica que faz da invasão das mulheres nos lugares públicos até então "naturalmente destinados aos homens", uma vez que este filósofo inglês gozava de bastante popularidade entre os intelectuais brasileiros nas primeiras duas décadas do presente século.

Lembrando que a ficção de Lima Barreto é crítica, irônica e caricatural⁷⁹, também é possível raciocinar de forma oposta: a de que Lima Barreto não se opunha ao trabalho feminino em instituições públicas, o que reforçaria a referência a Spencer. Poder-se-ia supor que, exagerando pelo contrário, Lima Barreto estaria sugerindo ao leitor a importância de a mulher inserir-se no trabalho fora do lar.

No entanto, essa interpretação que constrói um Lima Barreto solidário com conquistas femininas logo se desfaz no texto

⁷⁸ - SPENCER, Herbert. "Educação Intelectual Moral e Física". In: MARINHO, Inezil Penna. op. cit., p.216-7.

⁷⁹ - SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 200.

que segue ao de "A amanuensa". Em "O nosso feminismo", inicialmente publicado no jornal *Careta*, no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1921, o autor de *Bruzundangas* continua criticando e ironizando as novas funcionárias públicas:

Hoje, a não ser nas repartições do Ministério da Guerra e da Marinha, não se entra em nenhuma que não se tope logo com uma rua do Ouvidor de datilógrafas, amanuenses e até secretárias, sabendo grego e latim e aspirando à Academia de Letras, antes de terem publicado a mais desvaliosa "plaquette" de versos.

(...)

É muito engraçado! Para o tal feminismo que anda por aí, o "brasileiro" da Constituição inclui as mulheres quando se trata do provimento de cômodos artigos públicos; mas, quando se trata do trabalhoso serviço militar, criado para a "defesa da Pátria", nos termos da Constituição, no "brasileiro" desta, não entra mais a mulher, mas unicamente o homem, sendo preciso uma lei especial do Congresso, para que a "mulher" possa prestar o árduo mister de soldado ou marinheiro.

Não é preciso pôr mais na carta, para se ver o que visa esse "feminismo" caricato que prolifera pelos solicitados jornais. O que ele quer não é a dignificação da mulher, não é a sua elevação; o que ele quer são lugares

de amanuenses com cujos créditos possa comprar vestidos e adereços, aliviando nessa parte os orçamentos dos pais, dos maridos e irmãos.

É o feminismo que sustenta, com a Constituição na mão, poder a mulher ser escriturária; mas teme essa mesma Constituição quando esta, segundo a hermenêutica de tais damas, exige que a mulher vá para a tarimba ou para o picadeiro.

Tenho dito⁸⁰.

Desprestigiando a capacidade intelectual das mulheres para o ofício de escriturárias, denominando de Rua do Ouvidor as repartições públicas que, ao invés de serem ambientes silenciosos e produtivos, por serem ocupados por mulheres tornaram-se ruidosos, frívolos e improdutivos, Lima Barreto sugere ao mesmo tempo a falta de profissionalismo delas e a pouca necessidade de terem trabalho remunerado, uma vez que gastam o salário com "vestidos e adereços". Se tomarmos como corretas as descrições do autor, as novas funcionárias públicas são as da elite, sustentadas desde sempre por homens: seus pais ou maridos.

De fato, já nos anos 20 de nosso século, as mulheres, principalmente as das camadas mais abastadas, já alcançavam posições no serviço público: basta lembrar que, em 1917, Maria José de Castro Rebelo obteve o primeiro lugar no concurso para um cargo no Ministério do Exterior e, em 1919,

⁸⁰ - LIMA BARRETO, Afonso Henriques. O nosso feminismo. In: _____. *Bruzundangas*, cit., p.196.

Bertha Lutz, também se concursava no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Lima Barreto registrou, portanto, o movimento das mulheres da elite rumo ao trabalho público. A se considerar o desdém que dispensou a elas, diminuindo-lhes o empenho e desprezando-lhes a necessidade do trabalho remunerado, não se pode dizer que estivesse satisfeito com essas transformações. Talvez para justificar sua desaprovação, questiona a coerência da Constituição brasileira ao defender o direito da mulher ao trabalho, uma vez que não a obrigava ao serviço militar.

De fato, Lima Barreto tocava em uma ferida que o feminismo não conseguiu resolver: o de conceder igualdade às mulheres no que diz respeito ao voto, mas sem obrigá-las a prestar serviço militar. Isso talvez explique a resistência e a ironia de Lima Barreto toda vez que se referia às feministas. Esse tema será retomado em outros textos de sua autoria, como o inicialmente publicado no *Rio-Jornal*, em 26 e 27 de agosto de 1921:

É verdade que a Constituição fala que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, e, afinal de contas, as mulheres que nascem no Brasil são gramaticalmente, em conjunto com os homens brasileiros; mas também afirma a Constituição que todo o brasileiro é obrigado ao serviço militar; entretanto, quando se trata de saber se a mulher pode ou não ser soldado, há hesitação em se decidir que também ele (sic) é o brasileiro de que fala a constituição, e pede-se uma lei ao Congresso. Desde, porém, que se trate de fazer uma dama secretário de

qualquer coisa ou amanuense disso ou daquilo, a questão fica logo resolvida; pode exercer o cargo. O Congresso é dispensado⁸¹.

A implicância de Lima Barreto com o feminismo em função da desigualdade entre os sexos no que se refere à obrigatoriedade do serviço militar não impede que ele registre a formação, em 1919, da já citada *Legião da Mulher Brasileira*, em texto publicado pela primeira vez no *ABC* do Rio de Janeiro, em 27 de março de 1920.

Lima Barreto noticia o evento, mas não deixa de tecer novas críticas ao feminismo, pois julga-o dependente da aprovação masculina. Comentando os convidados à sessão de abertura da *Legião*, dentre eles alguns homens, como Carlos de Laet -- professor, intelectual e homem de letras -- além de dois sacerdotes católicos, Lima Barreto, com sua fina ironia, justifica a presença masculina num evento que teoricamente deveria ser exclusivamente feminino pela falta de experiência das mulheres em organizarem sessões solenes. Pormenorizando detalhes, alguns retirados da grande imprensa, Lima Barreto termina seu texto "desejando muito a prosperidade da *Legião da Mulher Brasileira*"⁸².

O autor de *Bruzundangas* revela estar atualizado com os movimentos sociais, uma vez que anuncia em 27 de março de 1920 a *Legião* que havia sido fundada no ano anterior.

Pode-se dizer, em linhas gerais, que o estranhamento de Lima Barreto para com as feministas dava-se mais nas questões

⁸¹ - Idem. A poliantéia das burocratas. In: _____. *Bruzundangas*, cit., p. 204.

⁸² - Idem. *Legião da mulher brasileira*. In: _____. *Bruzundangas*, cit., p. 212.

do voto e do trabalho, uma vez que as mulheres passaram a ser concorrentes em potencial dos homens. No entanto, ele não parece contrário à idéia de a mulher educar-se e nem de se organizar em associações. Talvez por ser homem e por não estar diretamente envolvido com a causa feminista, Lima Barreto não tinha como compreender o movimento feminista dos anos 20 que, como já foi dito anteriormente, não objetivava revolucionar ou reestruturar a sociedade, mas estender às mulheres alguns dos direitos exercidos pelos homens.

O fato de as feministas pertencerem às classes sociais mais favorecidas pode explicar a ironia de Lima Barreto quanto à reivindicação do direito ao trabalho, uma vez que não tinham de se sustentar.

Em resumo, a forma pela qual o movimento feminista conduzia suas reivindicações fez Lima Barreto concluir que se tratava de um "feminismo de secretaria, burocrático":

O que se está fazendo com esse feminismo bastardo, burocrático, é uma coisa de momento, clandestina, para servir a amigos, disfarçando-se a bastardia das medidas com pareceres graciosos, familiares, e consultas tendenciosas (...) ⁸³.

Dizendo que o feminismo servia a interesses particulares, pois as feministas usavam seu relacionamento pessoal para influenciar políticos, Lima Barreto chega a comentar que não foi por mero acaso que a escolhida para presidente de honra da *Legião Feminina Brasileira* fosse Mary de Sayão Pessoa, esposa do então presidente do Brasil, Epitácio Pessoa.

⁸³ - Idem. A poliantéia das burocratas. In: _____. *Bruzundangas*, cit., p.207.

Estranhamente apenas a obra de Lima Barreto dá essa informação⁸⁴, que chega a ser contraditória com outros estudos sobre o feminismo no Brasil, que dizem ter sido justamente Júlia Lopes de Almeida a presidente honorária dessa mesma associação⁸⁵.

Isso não significa que a informação de Lima Barreto esteja necessariamente errada. A tradição brasileira de mecenato, isto é, de uma família abastada e de prestígio social pagar, sustentar e promover um artista ou uma entidade, talvez possa explicar a inclusão do nome da mulher do presidente da República como membro da Legião. Outra hipótese é a atuação de Mary Sayão Pessoa ter sido pouco significativa e por isso ter caído no esquecimento. Lima Barreto usa o nome da esposa do presidente para flagrar a fragilidade do feminismo no Brasil, que necessitava de homens ligados ao poder ou de pessoas ligadas a eles para conseguir atingir seus objetivos -- e essa, a meu ver, parece ser a crítica mais pertinente do autor de *Bruzundangas*.

Na verdade, Lima Barreto sugere a imaturidade e o conservadorismo do feminismo no Brasil na medida em que este necessitava do apoio das elites dominantes.

Com tudo que já foi dito, começam-se a esboçar os perfis dos dois literatos: Júlia Lopes de Almeida nunca propôs alterações de costumes, nem criticou o movimento das mulheres, enquanto Lima Barreto denunciava a dependência masculina das mulheres e a exigência de gozarem os mesmos direitos que os homens sem se sujeitarem aos mesmos deveres.

⁸⁴ - Idem. Legião da Mulher Brasileira. In: _____. *Bruzundangas*, cit., p. 211.

⁸⁵ - VER HAHNER, June. *A mulher brasileira...*, cit., p.102.

A autora de *Eles e elas* não advoga autonomia das mulheres: sugere-lhes que se eduquem para serem boas mães e que participem de questões sociais, sem com isso alterarem a ordem vigente. A dependência masculina das mulheres parece não tê-la incomodado, pois não há referências em sua obra que permitam interpretar propostas de modificações da relação homem-mulher. Ao contrário, o casamento e a maternidade defendidos em seus textos situam a mulher como alguém que está sempre provendo alguém da família e raramente a si mesma.

Vemos, portanto, que os textos até aqui analisados serviram de testemunho dos problemas enfrentados pelas feministas e o feminismo brasileiro: mais conservador que libertário e mais dependente do que autônomo. Por outro lado, se considerarmos a precariedade da instrução feminina até a década de 20 de nosso século e a resistência que as mulheres enfrentaram quando começaram a sair mais às ruas e a ocupar posições no funcionalismo público, não se pode dizer que o feminismo do período estudado tenha sido ineficiente. Ao contrário: pôs em evidência a necessidade de as mulheres educarem-se, seja para serem mães mais capazes, seja para se profissionalizarem.

Pode-se afirmar que, além de conceder em 1932 o direito ao voto feminino, um dos resultados mais concretos que o feminismo gerou foi uma mulher mais educada, com acesso mais garantido às escolas e aos livros que suas mães e avós.

Sendo mais educadas que as gerações anteriores, as mulheres das primeiras décadas do presente século tornaram-se leitoras em potencial que, não obstante o movimento feminista, não tiveram livre acesso às obras que as interessavam. Entre elas e os livros, havia instituições que pretendiam controlar a leitura, como a família -- na maior parte das vezes

representada pela figura masculina -- e a Igreja -- produtora de documentos de censura relativos a obras e autores.

A Igreja, como veremos no próximo capítulo, preocupou-se com a leitura tanto de homens como de mulheres, por considerar a leitura um perigo em potencial, uma vez que poderia desvirtuar o bom comportamento dos cristãos. Dado que os índices de alfabetização começaram a se expandir no Brasil principalmente na década de 20, era necessário alertar o público leitor sobre os "maus" livros, especialmente os romances naturalistas franceses, cujas personagens femininas são, muitas vezes, de "moral duvidosa". Para isso, surgiram diversas obras redigidas e editadas por clérigos, primeiro na Europa e mais tarde no Brasil, como o *Através dos romances; guia para as consciências*, de Frei Pedro Sinzig.

CAPÍTULO III

IGREJA E LEITURA -- DIFÍCIL COMUNHÃO

Já entraram alguma vez numa das nossas grandes livrarias do Rio? Quais maçãs de faces rosadas, em todas elas se apresentam lindos livros, de capas sedutoras e títulos sugestivos. Exercem uma quase irresistível fascinação. Muitas mocinhas que passam, já não podem desprender o olhar da vitrina. Pedem ao pai ou ao irmão que as acompanhe; manuseiam esta ou aquela novidade literária, e não deixam de escolher a que mais sedutora se lhes apresente.

Horas depois o veneno começa a agir. Denuncia-se pelas faces coradas, que não sabem ocultar a sensação. Quando os pais dão fé, muitas vezes é tarde: murchou a flor da inocência.¹

Papéis impressos começaram a existir desde 1454, na Alemanha. Até o final do século XV, boa parte dos países europeus já estava imprimindo livros. A Igreja, atenta ao perigoso papel que a imprensa poderia desempenhar na difusão de idéias imorais e hereges, empenhou-se no desenvolvimento de mecanismos de controle sobre materiais escritos: em 1501, o papa Alexandre VI exigiu que os príncipes cristãos submetessem trabalhos tipográficos a uma "comissão"-- a Real Pragmática" -- dando início à censura religiosa, que teve sua forma mais bem acabada com a publicação, em 1559, do *Index librorum prohibitorum*, uma relação de autores e livros proibidos².

Alguns séculos mais tarde, em pleno período colonial, a Igreja implantou no Brasil um projeto de difusão da fé

¹ - SINZIG, Frei Pedro. *Através dos romances; guia para as consciências* (Notas sobre 21.553 livros e 6.657 autores.). 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1923. p. 4. (A primeira edição é de 1915.)

² - HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil; sua história*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985. p. 3.

católica e das normas tridentinas através de instrumentos orais -- sermões dominicais, palavras ditas pelo padre nos confessionários -- e impressos -- manuais de confissão. O objetivo era atingir, principalmente, as mulheres casadas e mães, na maior parte das vezes as únicas responsáveis pelo nascimento, sobrevivência, saúde e educação de seus filhos.

Na verdade, a Igreja preocupava-se com o fortalecimento do matrimônio para, através dele, a mulher realizar sua vocação materna, ou para regularizar a vida moral e religiosa daquelas que já tinham tido filhos e que, portanto, não viviam de acordo com as normas cristãs.

Estudos recentes sobre o Brasil Colônia mostram que grande parte das mulheres pobres vivia sem vínculo formal com o(s) pai(s) de suas crianças. Diferentemente das mulheres da elite, que muitas vezes casavam-se para preservar o patrimônio da(s) família(s) ou para reforçar suas esferas de influência, as de classe subalterna, geralmente negras, mulatas ou índias, moviam-se pelo interesse afetivo e sexual, nem sempre de longa duração³.

O objetivo da Igreja era fazer da mãe um exemplo e da maternidade uma tarefa, pois cabia à mulher cuidar da casa, da família, do casamento e dos filhos. Além disso, era seu dever, através da educação da prole, defender o Catolicismo contra a difusão da Reforma protestante. Era, portanto, necessário educar a mulher para que ela pudesse cumprir competentemente essa multiplicidade de tarefas.

³ - PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Edunb, 1993. p.43-7.

Igualmente necessária era a catequese dos índios e a educação dos jovens brancos, tarefas empreendidas pelos jesuítas, os primeiros educadores do Brasil, que chegaram à Bahia juntamente com o governador geral Tomé de Sousa em 1549 e aqui permaneceram até 1759, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal. Nesses quase dois séculos de permanência implantaram e reformaram escolas e currículos, ensinando língua portuguesa, leitura e escrita, empreitada nem sempre bem-sucedida, pois muitas vezes os índios, sabendo que podiam ser escravizados pelos brancos, não aceitavam fazer contato com os jesuítas. Por serem nômades também não se radicavam nas reduções, fato que comprometia o efeito do trabalho dos jesuítas⁴.

Tais dificuldades, no entanto, não impediram que os jesuítas encomendassem e introduzissem livros no Brasil, vindos, a maior parte, de Portugal. Em 1550, Padre Antonio Manuel da Nóbrega já anunciava a chegada de duas caixas de livros; em 1553, o Irmão Pero Correia pedia obras "em linguagem", ou seja, em português: *Confissão de um pecador*, *Doutrina Cristã*, *Exposição do Primeiro Salmo de David Beatus vir*, *Suma de doutrina cristã* e o *Catecismo cristão*. Em 1593, Padre João Vicente Yate encomendou várias obras em inglês, latim e espanhol⁵.

Apesar do empenho dos jesuítas em formar bibliotecas escolares e em educar nossos jovens, ainda no século XVIII alguns educadores chamavam a atenção para a necessidade de os pais preocuparem-se com a formação dos filhos. Em 1783, um livro de autor desconhecido, localizado em Portugal, ensina

⁴ - LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1991. p.14-7.

⁵ - SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro, Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938. Tomo II. p. 541.

como mães cristãs deveriam educar suas filhas. As primeiras, servindo de modelo às segundas, têm de ensinar-lhes "a falar pouco, falar com discrição e a não falar senão coisas necessárias, úteis e honestas." Às filhas também não era permitido se vestir para agradar a rapazes nem ler "romances nem comédias, nem poesias perigosas onde se pintam as paixões com as mais vivas cores, nem ver quadros e as representações imodestas, infames e desonestas"⁶.

Outros autores e obras reforçam o empenho da família pela educação dos jovens, dentre eles o *Verdadeiro método de estudar*, de Luiz Antonio Verney, bastante popular em 1746, quando foi publicado na Itália. Entre muitos pontos, alguns dos quais próximos das futuras idéias positivistas formuladas por Comte em 1852, mais de um século mais tarde, Verney advoga a necessidade de se instruírem as mulheres por serem as primeiras mestras de seus filhos, além de recomendar que lessem, sendo elas casadas ou solteiras⁷.

Ou seja: apesar de ter sido educada para educar seus filhos, e não para se satisfazer intelectualmente, a mulher passou a constituir um público leitor definido, o que acabou gerando mudanças substanciais na literatura brasileira do século XIX: aumento do número de obras em prosa, de consumo mais fácil que os textos em verso; surgimento do romance e do folhetim com tramas envolventes; valorização da personagem feminina e das emoções⁸.

⁶ - B. N. L. *Regras para a cristã educação dos meninos*. Apud: PRIORE, Mary del, op. cit., p.314-5. (O livro citado encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa e contém um capítulo específico sobre educação feminina: "Regras particulares para a boa educação das donzelas".)

⁷ - ZILBERMAN, Regina. *Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX*. *Revista de Estudos de Literatura*, 1(1):33, out. 1993.

⁸ - ZILBERMAN, Regina. *Leitoras...*, cit., p. 33.

A Igreja, porém, não poderia permitir livre-trânsito entre obras e leitoras, uma vez que via os livros como inimigos em potencial da mãe cristã, seja porque poderiam contradizer os dogmas, seja porque poderiam contrariar os bons costumes. Acrescente-se a isso a herança secular de a Igreja não autorizar a democratização do saber, pois considerava-se proprietária da produção e da discussão do conhecimento. Como lembra Roger Chartier em "As práticas da escrita",

A aculturação escrita das sociedades ocidentais teve, portanto, de conviver com a persistente idéia de que a disseminação do saber equivale a uma profanação. A difusão da capacidade de ler e escrever e a multiplicação de materiais impressos afligem os clérigos, eclesiásticos ou seculares, que pretendem monopolizar a produção ou a discussão do conhecimento. Uma primeira formulação dessa ambição é a do cristianismo, que faz dos clérigos os únicos intérpretes autorizados dos segredos de Deus, da natureza ou do Estado⁹.

A Igreja, aliás, considerava que ter controle estrito da escrita não era só seu direito, mas seu dever, e que havia dois grupos distintos de leituras: um, de uso do clero e de grupos sociais que compartilhavam seu saber; outro, dos leigos e dos menos instruídos, para quem era preciso alertar

⁹ - CHARTIER, Roger. "As práticas da escrita". In: _____. *História da Vida Privada - Da Renascença ao século das luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. p. 125.

sempre sobre os perigos que as más leituras poderiam exercer¹⁰.

A Igreja no Brasil sempre se envolveu com questões relativas à leitura desse "segundo grupo". Basta lembrar que desde os tempos dos jesuítas a censura de livros já era praticada por aqui, assim como a "técnica" de limpar certos textos, eliminando passagens consideradas impróprias para olhos cristãos:

Naturalmente, havia seleção de leituras e de livros. Não se davam a ler a todos, indistintamente, à proporção que iam chegando da Europa. Determinou-se que se examinassem antes, e corrigissem, no que tivessem (se tivessem) contrário à edificação e bons costumes. (...). Os livros poéticos não estavam nas boas graças da pedagogia da época. Distinguiam-se, porém, os livros escritos em latim e os escritos "em romance". Com os últimos havia maior rigor, pelos devaneios que suscitam em cabeças juvenis, e porque eram obstáculo ao cultivo sério do latim, a língua culta de então. Sendo informado o P. Geral, de que se introduzira no Brasil o costume de celebrar as festas com sonetos e coplas espirituais, mostrou-se contrário, e proibiu tal uso, não por ele, em si, mas pela leitura de livros profanos, a que esse hábito daria ocasião. Igual proibição atingia certos clássicos latinos. A Congregação Provincial da Bahia (1583)

¹⁰ - CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. São Paulo, Ática, 1995. p. 22.

propôs "que se desse alguma emenda aos livros de humanidades de Plauto, Terêncio, Horácio, Marcial e Ovídio". Com efeito, receberam-se no Brasil estes autores, como se usavam, já expurgados e adaptados ao ensino da juventude, no Colégio Romano¹¹.

Se textos latinos sofriam censura por parte dos clérigos nos idos de 1580 no Brasil, é porque havia um pressuposto de que os jesuítas seriam capazes de alfabetizar os índios e os filhos dos brancos aqui residentes. Alfabetizar era, na verdade, um meio de catequizar, isto é, converter os índios ao cristianismo. Para isso, foram fundados na maior parte das aldeias litorâneas pequenos seminários ou escolas elementares, onde os índios aprendiam a ler, a escrever e os princípios da religião cristã. A leitura, portanto, devia ser religiosa e instrutiva e não era um fim em si mesma.

Ainda nos séculos XVI e XVII os intelectuais passaram a assumir o lugar antes ocupado pelos clérigos, o que reforça a suposição da existência de uma pequena minoria letrada e erudita contra uma grande maioria iletrada para quem o livro era um objeto estranho, de raro manuseio.

É sempre bom lembrar que mesmo com a passagem dos séculos, os índices de alfabetização no Brasil nunca foram muito satisfatórios, tanto para homens como para mulheres¹². É só a partir dos anos 20 do presente século que eles começam a melhorar, diminuindo o distanciamento entre letrados e iletrados e

¹¹ - SERAFIM LEITE, S. I., op. cit., p. 543.

¹² - Uma análise mais detalhada sobre índices de alfabetização no Brasil encontra-se no Capítulo I: "Nem ignorantes, nem ignoradas".

conferindo ao texto impresso um status social, uma presença no espaço político e cultural que ultrapassa amplamente os limites das capacidades individuais¹³.

Justifica-se assim o surgimento, em pleno século XX, inicialmente em países europeus e mais tarde no Brasil, de publicações de religiosos sobre a necessidade de disciplinar a leitura, tanto para homens como para mulheres. Afinal, para a Igreja, deixar de monopolizar o saber, uma vez que a cultura escrita passava a ser domínio de boa parte da população à medida que o século XX avançava, equivale à perda do controle sobre os fiéis. Para evitar o caos moral, as obras produzidas por religiosos sobre o que ler e não ler acabaram funcionando como uma forma de censura, possivelmente bastante eficiente, dada a sua profusão, tanto em tiragem quanto em diversidade de títulos.

Em 1904, Pe. Bethlêem edita na França o *Romans à lire et romans à proscrire*, que chegou a ultrapassar 120.000 exemplares, cujos objetivos eram guiar

a massa dos fiéis desorientados pela superabundância dos impressos e (...) constituir os católicos como força de pressão suficiente para que sua influência pese eficazmente no espaço público, tanto sobre a cena política quanto sobre o mercado editorial¹⁴.

¹³ - CHARTIER, Anne-Marie e HÉBRARD, Jean, op. cit., p. 22.

¹⁴ - SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares. *A voz do veto: a censura católica aos romances na obra de Frei Pedro Sinzig*. Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras. p. 74.

De 1908 a 1914, o mesmo autor publica uma revista mensal, a *Romans-Review*. De 1919 a 1939, a revista mudou de nome e passou a ser a *Revue des Lectures*¹⁵.

Em outros países europeus também surgem guias de leitura, igualmente escritos por padres: na Espanha, o *Novelistas malos y buenos*, do jesuíta Pablo Ladrón de Guevara e *Lecturas nocivas y lecturas utiles*, de Frei Amado de C. Burguera y Serrano; na Alemanha, a *Literarischer Ratgeber für Katholiken Deutschlands*, de José Kösel; a *Was soll ich lesen?*¹⁶, de Hermano Acker e *Keiters Katholischer Literatur Kalender*, de Freudebel e Koenen. Na Bélgica, o *Guide de Lecture* da "Bibliothèque Choisie"¹⁷.

No Brasil, em 1915, surge *Através dos romances; guia para as consciências*, de Frei Pedro Sinzig, contendo notas sobre 11.863 títulos e 5.150 autores, publicado pela Vozes de Petrópolis, editora de natureza religiosa. Na segunda edição de 1917, o número de livros comentados salta para 17.766 e, o de autores, para 5.641. Em 1923, essa obra é reeditada pela última vez, contendo 21.553 verbetes sobre livros e 6.657 sobre autores¹⁸.

Esse crescendo de obras e autores numa obra censória poderia traduzir o desenvolvimento da escrita e da leitura como prática social no Brasil durante os primeiros vinte anos

¹⁵ - Idem, *ibidem*, p. 74.

¹⁶ - Traduzindo: *O que eu devo ler?*

¹⁷ - Todas essas informações foram extraídas de SINZIG, Frei Pedro, *op. cit.*, p. 12 e 24.

¹⁸ - Pesquisa realizada por Maria Aparecida Paiva Soares dos Santos, *op. cit.*, revelou a data da primeira edição da obra em questão. No exemplar que possuo, de 1923, não há nenhuma referência sobre edições anteriores. (Ver: SANTOS, *op. cit.*, p. 17 e 121.)

de nosso século, período ao longo do qual o analfabetismo começava a diminuir entre homens e mulheres. Por hipótese, ao se criarem condições de ampliação do público leitor, os escritores, muitas vezes sobrevivendo exclusivamente do jornalismo e da docência, poderiam dedicar-se mais à literatura, aumentando, portanto, o número de títulos publicados. Motivados pela suposta ascensão econômica desses escritores, outros literatos poderiam surgir, aumentando ainda mais a produção literária do país. No entanto, não foi bem isso que aconteceu: muitos autores não possuíam base material segura em que pudessem sustentar sua independência intelectual e continuaram ganhando a vida através de outros meios, mas não da literatura ou não exclusivamente dela. Sinzig, portanto, deve ter ampliado o número de autores estrangeiros que começavam a ser lidos e traduzidos no Brasil, e não o de autores nacionais¹⁹, uma vez que a tradução começou a se constituir numa alternativa de trabalho no Brasil desde 1830²⁰, embora ainda na década de 30 do presente século promovesse, algumas vezes, dificuldades de ordem econômica para quem dependesse exclusivamente dela para garantir o sustento da família²¹.

A hipótese sobre a inclusão de autores estrangeiros parece se confirmar com o levantamento elaborado por Maria Aparecida Paiva Soares dos Santos em sua tese sobre o *Guia*: na edição de 1923, de um total de 6.657 autores, há apenas 127 escritores brasileiros. Desses 127, 20 são mulheres, número até considerável, uma vez que o confinamento a que estavam sujeitas as impossibilitava de escrever e publicar suas

¹⁹ - Trata-se, evidentemente, de uma hipótese, uma vez que não foi possível localizar as edições anteriores do *Guia*.

²⁰ - CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 5. ed. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1975. v. 2. p. 121.

²¹ - LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. O dinheiro vem chegando. In: _____. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996. p. 106-7.

obras. Os 6.105 escritores restantes pertencem a 51 nacionalidades distintas e respondem pelos 21.172 verbetes²².

Sinzig parece estar ciente de quão lida e traduzida era a literatura estrangeira que predominou no *Guia*:

Estendi o exame de livros à literatura estrangeira para que, visto serem frequentíssimas as traduções, o *Guia*, em vez de perder, ganhe em valor prático de dia para dia²³.

Apesar de não ter havido maior número de autores brasileiros incluídos no *Guia*, este contava, sim, com a formação e a ampliação de um público leitor, que Sinzig imaginava ser composto principalmente por crianças ou jovens:

Inúmeras vezes, quem folhear estas páginas, encontrará, mesmo com relação a obras de autores sérios, a nota "reserva", "perigoso", ou termo semelhante. São maus estes livros? Muitas vezes não prejudicariam o leitor adulto, sensato, que o lesse por algum justo motivo. O chefe de família, porém, preferirá para seus filhos um livro que seja de todo inofensivo, a outro que possa impressionar mal. E como o pai, assim agirá para seu próprio uso toda a consciência delicada²⁴.

²² - SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares, op. cit., p. 88.

²³ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 25.

²⁴ - Idem, ibidem. (Obs.: A página desse trecho não está numerada, mas, caso o fosse, seria p. 2.)

Por ter sido escrito e por ter circulado nas primeiras décadas deste século, principalmente em escolas religiosas (mas também leigas) no Brasil²⁵, o Guia materializa o discurso normatizador da Igreja sobre questões de leitura, pois seu autor, ao comentar obras considerando-as adequadas e/ou inadequadas, acabou por reunir alguns milhares de títulos de obras que, possivelmente, habitavam as estantes das casas dos leitores, das bibliotecas particulares e escolares brasileiras.

Um dos grandes méritos do Guia, portanto, é o de ter esboçado a literatura em circulação nos mais diversos ambientes, o que o torna um documento precioso para começar a desvendar obras e autores que possivelmente compuseram o cenário literário das décadas de 10 e 20 do presente século no Brasil -- período ao longo do qual o público brasileiro experimentava diversas transformações sociais encabeçadas pelas mulheres.

Por reconhecer a preciosidade das informações contidas nele, o Guia será analisado sob diversos aspectos: sua estrutura interna, influências recebidas e critérios utilizados na elaboração dos verbetes.

²⁵ - SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares dos, op. cit., p. 9.

Guia para as Consciências: Estrutura Interna

O exemplar em análise data de 1923, ano de sua terceira e última edição. Suas aproximadamente 1030 páginas estão distribuídas em sete partes:

1ª) - com somente três páginas, pode ser considerada uma espécie de "Introdução". Contém um texto do então Bispo de Niterói e dois outros do próprio Sinzig;

2ª) - com 22 páginas, compõe-se de dez textos sem assinatura, por hipótese de autoria do próprio Frei Sinzig, que alertam sobre os perigos que os maus livros e as más leituras podem exercer sobre leitores despreparados²⁶;

3ª) - com 749 páginas, compõe-se da análise dos autores, dispostos em ordem alfabética, com entrada pelo sobrenome;

4ª) - com 17 páginas, é um suplemento contendo nomes de autores provavelmente ausentes de edições anteriores;

5ª) - com 228 páginas, é o índice alfabético com entrada por títulos de livros;

6ª) - com quatro páginas, é a recepção crítica do Guia, isto é, a reprodução dos mais diversos depoimentos de críticos saudando a publicação da obra;

7ª) - com 6 páginas, é a reprodução de um "catálogo de bons livros editados pela administração das Vozes de Petrópolis".

A fim de tornar a leitura e a exposição de idéias mais claras, o Guia será analisado parte por parte:

²⁶ - A epígrafe da p. 1 é extraída de um desses textos, quase todos comparando os maus livros à natureza em vias de degradação.

Primeira parte ou "Introdução"

O texto de abertura do *Guia*, datado de 18 de julho de 1915, é de autoria do então Bispo de Niterói, que assim saúda a publicação da obra de Sinzig:

Se é, pois, de grande mérito a propaganda da leitura sã, como não será de valor um guia seguro nos declarando os bons livros, especialmente referindo-se aos romances, cuja leitura no presente é avidamente procurada²⁷ ?

O Bispo registra ainda que foi através da chamada leitura "sã" que Santo Agostinho e Ignácio de Loyola tornaram-se bons representantes da Igreja, e que foi sob a influência de um discurso cristão que Louis François Veuillot, importante jornalista francês do século XIX, tornou-se um dos mais ardentes defensores da Igreja. Tais exemplos reforçam a importância da divulgação de livros de propaganda da fé cristã e, ao mesmo tempo, de forma subliminar, acaba por sugerir cautela quando o que se deseja ler são romances.

Ao distinguir literatura saudável dos romances, o Bispo sinaliza o objetivo de Sinzig: evitar a propagação descontrolada dos textos considerados impróprios pela Igreja, na maior parte das vezes, romances naturalistas.

No segundo texto dessa mesma "Introdução", Sinzig explica sua obra:

Julgam-se livros, não a pessoa do autor.
Trata-se de guia para as consciências, não

²⁷ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit. (Obs.: A página desse trecho também não está numerada, mas, caso o fosse, seria p. 1.)

para um curso de literatura. Se errei em algum qualificativo, desde já peço que me perdoem e que me forneçam informações mais amplas²⁸.

Neste trecho, Sinzig parece dar continuidade ao pensamento do Bispo de Niterói, quando informa que o *Guia* não tem a pretensão de ser uma obra de parâmetros literários, mas, sim, um roteiro moral de leitura. Assim sendo, quando diz diferenciar o autor da sua obra, explica que apenas a segunda é que está em avaliação. Ao separar o homem de sua criação, Sinzig parece pretender ser o menos parcial possível, como se estivesse obedecendo a critérios de ordem moral, bem definidos pela Igreja, sem se deixar influenciar pelo gosto ou opinião pessoal.

É nesse mesmo texto que Sinzig dedica o *Guia* ao então Ministro do Supremo Tribunal Federal, "Exmo. Sr e Amigo Dr. Augusto Olympio de Castro", fato que não parece ser mero acaso. Referir-se a uma pessoa que ocupa cargo tão importante na vida política do país como "distinto amigo" pode significar, entre outras coisas, vínculo estreito entre Igreja e política, suposição reforçada pela intimidade que Sinzig dispensa ao ministro, quando lhe oferece a obra como "singela lembrança do auspicioso dia de suas bodas de prata". Com essa frase, Sinzig também acaba por enfatizar a importância do matrimônio enquanto instituição para a Igreja.

Em brevíssimas linhas, Sinzig manda seu recado a seus leitores: o de que o valor de sua palavra acrescenta, ao percurso balizado pela Igreja, o conceito que gravita em torno do sistema judiciário brasileiro, com quem parece estar

²⁸ - Idem, *ibidem*. (Obs.: A página desse trecho também não está numerada, mas, caso o fosse, seria p.2.)

bastante afinado. Não é apenas com o Bispo de Niterói que Sinzig dialoga, mas, também, com o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Muito provavelmente, por mais ingênuos que possam ser, os leitores do *Guia* reconhecerão que a autoridade de Sinzig, apoiada pela Igreja e reforçada pelo Poder Judiciário, torna-se praticamente inquestionável. Com esta estratégia, a palavra de Sinzig ganha uma dimensão maior: não se trata mais nem apenas da opinião de um clérigo qualquer, mas praticamente a tradução mais literal possível tanto dos valores religiosos e morais, quanto dos políticos então vigentes.

No texto seguinte, em "Duas Palavras", Sinzig, cuja autoridade acabou de ser devidamente reforçada pelas páginas anteriores, justifica possíveis erros e agradece nominalmente ao diretor da Editora Vozes, Frei Fernando Fiene, por ter empreendido a correção das provas do *Guia*, e a D. Hilda Leite Guimarães, escritora mais conhecida na época pelo pseudônimo "Ancilla Domini", pela colaboração prestada à obra²⁹. Apesar de já ter expressado anteriormente que sua obra poderia conter possíveis enganos, é nesse texto que Sinzig faz profissão de modéstia, reconhecendo abertamente não ser infalível, pedindo possíveis correções ou mesmo sugestões de obras que não tenham sido analisadas. Como já garantiu a legitimidade de sua opinião ao referir-se ao Bispo e ao Ministro, torna-se possível dialogar com possíveis leitores, provavelmente menos qualificados que ele próprio.

²⁹ - Hilda Leite Guimarães, escritora fluminense, assinava suas obras com o pseudônimo de Ancilla Domini. Alguns de seus contos e romances tematizaram questões religiosas ou morais. Atualmente é uma autora desconhecida nos meios acadêmicos. Faleceu em 1916.

Depois de devidamente apresentados -- autor e obra --, passa-se à segunda parte, composta por dez textos.

Segunda parte

Nesses dez "capítulos" -- que a título de clareza serão precedidos pelas letras "A" a "J" -- o autor compara o livro a frutas, as editoras a árvores que dão "frutos em pencas" e as livrarias a grandes pomares³⁰.

A) Em "Maças de faces vermelhas", uma espécie de parábola da história de Adão e Eva, ou de Branca de Neve, a "filhinha", encantada pelo vermelho brilhante de uma maçã exposta em uma vitrine, pede ao pai que lhe compre a fruta. Horas mais tarde, morre envenenada por essa maçã. Ao contrário de Eva, que é expulsa do Paraíso por ter comido a fruta proibida, ou a personagem Branca de Neve, que só não morre envenenada porque o beijo do príncipe funcionou como um antídoto, a "filhinha" aqui retratada tem um final trágico. Morre na flor da idade, para desespero da família. A polícia intervém, "procedendo contra o proprietário da loja de frutas", mas não abre inquérito para descobrir quem inoculou o veneno na maçã.

Para os objetivos de Sinzig, a falta de investigação policial e o final não poderiam ser diferentes: como para ele o veneno pode ter origem em diversos lugares, não é aconselhável achar um único culpado; como ler um mau livro pode ser tão perigoso quanto comer uma fruta envenenada, as conseqüências podem ser igualmente desastrosas. Portanto,

³⁰ - Ao longo dos dez textos que compõem a segunda parte do *Guia* -- e que até podem ser considerados pequenos capítulos independentes, mas interligados --, o autor pretende mostrar que o mal da leitura pode ter diversas fontes: o autor, o editor ou o livreiro. Ver: SANTOS, Maria Aparecida Soares dos, op. cit., p. 79.

antes de presentear uma criança com um livro, é necessário verificar se seu conteúdo não esconde um veneno fatal.

Exagerando ainda mais, Sinzig alerta para a eficiência do veneno contido nos livros: ao contrário do da maçã, que mata apenas quem a come, o do mau livro pode "arruinar muitas existências e talvez gerações inteiras". Portanto, o livro é um inimigo perigoso e poderoso, pois com apenas uma única dose é capaz de matar algumas centenas de pessoas.

B) Prosseguindo na metáfora do livro como fruto, Sinzig, no texto seguinte, "Frutos em penca", compara um pessegueiro lindo e carregado, mas plantado no terreno do vizinho, com editoras. Sabendo que todos os pêssegos, apesar da boa aparência, estão bichados, Sinzig compara a árvore a uma editora alemã, a F. Volkmar, com sede em Leipzig e filiais em Stuttgart e em Berlim. Relatando incrível quantidade de detalhes -- do número de funcionários a telefonemas em um único ano nessa editora -- Sinzig lamenta a má qualidade da produção dessa casa editorial:

E dizer-se que toda essa árvore gigantesca,
frondosa, com importantíssimos rebentos, está
plantada em jardim fora da Igreja Católica!
Cruzaremos os braços³¹ ?

Assim como o pessegueiro está localizado no terreno do vizinho, a condenável editora não pertence aos domínios da Igreja. Portanto, embora o perigo esteja próximo e iminente, não é interno, e por isso pode ser combatido mais facilmente. Além disso, não compromete o narrador, pois o outro é que detém o que não pode ser aceito pelos preceitos cristãos.

³¹ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 5.

Se no texto das maçãs o veneno do livro é capaz de matar gerações inteiras, no caso do de uma editora, que publica milhares de obras num único ano, a "epidemia" pode se alastrar funestamente por um país inteiro e contagiar as pessoas ainda sadias, de continente em continente, aumentando o número de possíveis vítimas.

C) No terceiro capítulo, "O veneno a atuar", não são mais maçãs ou pêssegos, mas uma mangaba que se tornou a metáfora do livro. Tropicalizando a fruta, isto é, inserindo-a no contexto brasileiro, Sinzig parece sugerir que o Brasil também pode ser vítima dos efeitos que maus livros podem provocar. Assim como o apreciador da fruta examina-a antes de comer, para ver se não está estragada, o mesmo deveria acontecer com livros. Nessa passagem, Sinzig atribui as inúmeras mortes provocadas pela Revolução Francesa à influência dos livros ingleses, quase todos desabonando a religião, as leis ou incentivando a sensualidade. Portanto, sob a perspectiva de Sinzig, os livros podem ser revolucionários e podem matar centenas de milhares de pessoas.

D) No quarto capítulo, "Frutos podres", os livros são comparados a laranjas, mas agora a comparação se faz por oposição: segundo Sinzig, apesar de estas frutas, quando mofadas, estragarem o apetite de quem as vê, o mesmo parece não acontecer com os livros ruins, que são "tomados sofregamente, por mais que conservem o gosto do lixo literário".

No parágrafo seguinte, Sinzig explica de que é formado o lixo literário:

de livros maus pelo lado literário, maus pelo lado moral, ou maus por ambos os lados. Os primeiros não prejudicam a moralidade do leitor, mas estragam-lhe o gosto, tornando-o incapaz de saborear obras de arte. Os outros levam-no, insensível ou francamente, a um abismo (...) sobre o qual já se acha debruçado³².

Encontramos aqui uma contradição de Sinzig que, poucas páginas antes, havia afirmado que o *Guia* não tinha como objetivo julgar livros a partir de critérios literários, adequados a cursos de literatura, mas a partir do papel que desempenham na formação das consciências.

A distinção que Sinzig realiza entre literatura para ser estudada e literatura para formar consciências, traz um pressuposto interessante: o de que, para esse educador religioso, os cursos literários então vigentes deveriam cuidar da formação do gosto literário. No entanto, não era bem isso o que acontecia dentro das instituições escolares: a literatura costumava servir como pretexto para ensino da língua, da gramática, da oratória, do falar e do escrever corretamente. O próprio material pedagógico adotado nas escolas reforça essa noção, caso da *Antologia Nacional*, sucesso por mais de 70 anos ao longo de suas 43 edições entre os anos de 1895 a 1969, adotada oficialmente nos principais colégios secundários do país -- O Colégio Pedro II, o Colégio Militar e a Escola Normal do Rio de Janeiro³³.

³² - Idem, *ibidem*, p. 7.

³³ - Sobre a *Antologia Nacional*, ver: RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *Antologia Nacional (1895-1969) -- Museu Literário ou Doutrina?* Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1992. Dissertação de mestrado

Os filólogos Fausto Barreto e Carlos de Laet, autores desse manual escolar, preocupavam-se tanto com o estudo da língua, que antecediam os excertos escolhidos com um estudo de análise sintática³⁴. Não parece errado supor que, de forma genérica, os estudos literários vigentes na época em que Sinzig publicava o *Guia* não visavam a formação do gosto do leitor, mas o estudo da língua portuguesa. E que Sinzig parece desconhecer a forma pela qual a literatura era ensinada nas escolas leigas e possivelmente nas religiosas também.

Assim como os critérios literários imaginados por Sinzig não eram estudados de forma isolada nos meios escolares por inserirem-se no campo da gramática, também não o eram no *Guia*, pois muitas vezes o aspecto literário acabava sendo analisado sob o viés moral, o que sugere que talvez todas as obras e autores de que se ocupa o *Guia* não escaparão de uma crítica também literária.

Ainda nesse mesmo texto "Frutos Podres", o autor cita diversos romances policiais de má qualidade -- *Proezas de Raffles, gatuno amador; A volta ao mundo por dois garotos*³⁵; *Buffalo Bill; Nick Carter* -- sem explicitar seus autores, e

apresentada ao Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Mimeogr.

³⁴ - RAZZINI, Márcia de Paula Gregório, op. cit., p. 28.

³⁵ - Causa estranheza a inclusão dessa obra no rol de livros considerados de má qualidade. A se considerar pelo título -- *A volta ao mundo por dois garotos* --, tal publicação parece assemelhar-se bastante à obra *Le tour de la France par deux garçons*, de G. Bruno, pseudônimo de Augustine Tuillerie, publicada em 1877. Em 1910, inspirados nesse livro francês, Olavo Bilac e Manuel Bonfim publicam *Através do Brasil*. Segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman, essas histórias difundem civismo e patriotismo, valores que não podem ser considerados contrários aos preceitos defendidos pela Igreja. (VER LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo, Ática, 1985. p.32-5.)

se detém nas conseqüências nefastas que esse tipo de literatura pode produzir:

-- Devido a tais leituras, três rapazes de 17 anos de idade, de Mannheim (Alemanha), projetaram efetuar um roubo importante e depois emigrar para o Brasil. Armados de revólveres, punhais, etc., realizaram a primeira parte do projeto, sendo, porém, mais tarde, presos. Confessaram na polícia que teriam feito uso das suas armas, se tivessem sido surpreendidos no roubo.

-- Em Kiel, dois meninos roubaram para poderem comprar os fascículos *Nick Carter*.

Um vendera o vestido da mãe, outro, a cama. Entretanto, os *Nick Carter*, uma vez lidos, perderam aos seus olhos todo o valor, tanto que os trocaram por cigarrilhos...

(...)

-- O rico fazendeiro Pedro Balú, de Varma (Bulgária), devido à leitura insensata do *Nick Carter* e quejandas publicações, enlouqueceu. Julgando ser assassino e *detetive* ao mesmo tempo, matou a mulher e dois filhos, denunciando-se em seguida a si mesmo, em carta assinada "*Sherlock Holmes*"³⁶.

³⁶ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p.8-9.

Os exemplos se repetem, anunciando a recepção de obras policiais, que começavam a ganhar maior número de leitores, na medida em que se ampliavam também as condições de leitura, com o aumento de número de escolas e de publicações. Pode-se dizer ainda que o gênero policial já havia se configurado nos anos 20 do presente século, uma vez que Edgar Allan Poe, que viveu entre 1809 e 1849, é considerado o criador e o exemplo mais expressivo desse tipo de narrativa, seguido por Conan Doyle, que nasceu dez anos após a morte de Poe, morrendo em 1930.

Outro índice de aceitação desse tipo de narrativa é o fato de ela ter sofrido algumas modificações à medida que os leitores tornaram-se fiéis ao gênero: os detetives, antes uma "máquina de pensar", tornam-se mais humanos e, portanto, mais próximos do leitor, que chegam a refletir com eles sobre o crime³⁷.

E) No quinto texto, a pedagogia do contra-exemplo cede lugar à pedagogia da positividade. Em "Está servido... À mesa!", os livros são comparados a frutos que, quando servidos em mesas bem guarnecidas, fazem aumentar o apetite. Assim também acontece com os livros que, quando bons, aumentam a vontade de ler.

Citando bibliotecas alemãs ao lado da de Petrópolis (cidade onde mora), Sinzig observa o crescente número de consulentes e de consultas, mas se preocupa com a qualidade do que está sendo lido. A fim de evitar a propagação de más leituras, considera exemplar a política da *Bibliothèque Choisie*, da Bélgica: essa biblioteca aceita livros que não estejam totalmente de acordo com as idéias cristãs, pois seus

³⁷ - REIMÃO, Sandra Lúcia. *O que é romance policial*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

idealizadores acreditam que não se pode reduzir a cultura a que os cidadãos têm direito a livros inteiramente ortodoxos. Por isso, nessa biblioteca, os livros que não são totalmente fiéis aos princípios da Igreja são marcados com um R (de *reservé*), quando considerados apenas um pouco perigosos; e são marcados com RR (de *doublement réservé*), quando muito perigosos. O adulto que quiser ler os livros considerados R ou RR, deverá ter permissão eclesiástica e ainda acrescentar no talão de pedido o R ou RR, assumindo toda a responsabilidade pela leitura.

Estão em jogo diferentes políticas de leitura e diferentes práticas censórias. Para os clérigos belgas, chamar a atenção do leitor para o perigo que pode ameaçar sua fé ou inocência parece constituir prática mais eficiente do que simplesmente proibir a obra ou entregá-la sem aviso prévio. Para Sinzig, essa "catalogação" deve acontecer em bibliotecas públicas, de grande porte. As pequenas, destinadas a colégios ou associações piedosas, devem conter apenas os livros totalmente bons, porque atendem a uma clientela reduzida.

Sinzig encerra o texto registrando a vantagem de medidas singulares no Brasil, ou seja, que seu *Guia*, que também inclui livros censurados e impróprios e censurados, fosse transformado numa sistemática adotada pelas grandes bibliotecas brasileiras.

F) No sexto texto, "Brinde de honra", Sinzig cede a palavra ao Padre Luiz Coloma, da Espanha. Nesse texto de 1890, ou seja, bem anterior à primeira edição do *Guia*, o padre espanhol explica a necessidade de orientar a leitura do leitor cristão.

Trata-se, na verdade, da reprodução da introdução da obra *Pequeñeces*, de autoria do próprio padre espanhol, na qual ele parece antecipar algumas das preocupações já detectadas na obra de Sinzig, ou seja, que é preciso diferenciar o certo do errado, o bem do mal, aos leitores intelectualmente menos qualificados:

Porque tu, leitor cándido e piedoso, sentado como estás às margens [de] uns arroios de mel que fertilizam a Jerusalém celeste que habitas, tu cometes um erro crassíssimo, julgando estar a noção do bem e do mal tão claramente compreendida em todos os corações, como a achas no teu entendimento iluminado pela graça. No mundo, em certa classe do mundo sobretudo, devido à própria confusão de idéias que por toda parte reina, o mal parece desconhecer-se a si mesmo³⁸.

Mais uma vez a Igreja explicita possuir um conhecimento a respeito dos perigos do mundo, que julga ser exclusivamente seu. Para impedir que os cristãos se percam, considera ser sua missão revelar os caminhos do bem.

Recuperar um texto tão antigo de um padre espanhol parece parte da estratégia sinziguiana de ampliação do seu poder moral sobre seus leitores, pois além das autoridades brasileiras já mencionadas, Sinzig também se reporta a religiosos de outras nações, internacionalizando suas opiniões. Mais uma vez, Sinzig parece representar diversas opiniões ilustres, dos mais diversos recantos do mundo.

³⁸ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 15.

G) No sétimo texto, "Pomares abençoados", Sinzig compara novamente editoras a árvores e frutos. Dessa vez, porém, detém-se a iniciativas de cristãos alemães que fundaram bibliotecas religiosas, citando número de membros filiados, número de empréstimos, etc. Mais para o final, elogia iniciativas semelhantes na Itália, Bélgica, Inglaterra e França.

Sinzig, ao mesmo tempo em que dá prosseguimento à internacionalização de suas idéias ao citar diversos casos europeus considerados modelares por ele, parece sugerir que os brasileiros também são merecedores de editoras de tão boa qualidade, tarefa possível de ser realizada por ele.

H) No oitavo texto, "Na terra de Santa Cruz", como indica o próprio título, Sinzig analisa questões nacionais, lamentando a falta de editoras e de bibliotecas cristãs no Brasil, ao mesmo tempo em que lembra a existência do *Centro da Boa Imprensa* e da *Liga da Boa Imprensa*, sediados em Petrópolis desde 1910.

Voltando às metáforas de frutas e flores, explica a atuação dessas instituições: a *Liga* foi responsável pela distribuição, entre 1910 e 1918, de alguns milhares de livros considerados bons nas bibliotecas a ela filiadas; o *Centro* editou o primeiro número da revista infantil *O beija-flor*, de publicação quinzenal, em 1915. Além de se preocupar com os livros, o *Centro* também se responsabilizou pela censura de filmes cinematográficos no Rio de Janeiro e contribuiu para a formação de jornais católicos, a "árvore gigantesca".

Sinzig realçou nessa passagem as iniciativas cristãs voltadas à leitura que considerava eficientes no Brasil, embora, em trechos anteriores, lamentasse a falta de boas

editoras ou de tiragens significativas, quando comparava nosso país a qualquer parte da Europa.

Nesse sentido, pode-se dizer que Sinzig conhecia o assunto de que tratava, pois referia-se à Europa e ao Brasil com a mesma desenvoltura e qualidade de informações.

I) No nono texto, "Pratos apetitosos", Sinzig noticia a formação de livrarias católicas, principalmente a *Livraria Araújo*, no Rio de Janeiro, e pede aos escritores católicos brasileiros que escrevam muito, a fim de contribuírem com esta livraria e fortalecerem a literatura católica no Brasil.

Embora não tenha sido possível determinar os números relativos à leitura católica nesta época, é bastante provável que tenham se expandido nas décadas de 10 e 20 do presente século, uma vez que o movimento editorial brasileiro como um todo estava em expansão nessa época. Assim sendo, os temores dos clérigos em geral, particularmente de Sinzig, sobre os malefícios que maus livros poderiam provocar sobre leitores cristãos, parecem se justificar, embora, ainda em 1906, já existisse uma imprensa católica atuante, como o *Correio Católico*, de Uberaba, jornal que viveu por mais de 16 anos, e várias revistas cristãs, distribuídas em diversas partes do Brasil³⁹.

Aparentemente, essa imprensa cristã não era quantitativa ou talvez qualitativamente eficaz para se contrapor às tiragens de livros leigos editados no período. Só para citar como exemplo, em 1923, mesmo ano de publicação da terceira edição

³⁹ - CARVALHO, Joaquim José de. "O catolicismo na República". In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, O. P. *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano; um aprendizado de liberdade*. São Paulo, Loyola, 1990. p. 114.

do *Guia*, apenas a editora Monteiro Lobato & Cia havia publicado 208 000 exemplares. *Urupês*, encontrava-se na nona edição; *Negrinha*, na terceira; *Cidades Mortas*, na quarta. Além das obras de Lobato, várias outras eram lançadas, como *Ritinha*, de Leo Vaz, *Assombração*, de Manuel Vitor, *Memórias de um recruta*, de Osvaldo Barroso, ou reeditadas, como a *Gramática expositiva*, de Ed. Carlos Pereira, que alcançava sua vigésima terceira edição⁴⁰.

Os números elaborados pelo IBGE relativos ao número de obras das bibliotecas existentes no período compreendido entre 1907 a 1912 também apontam aumento de publicações adquiridas: de 944.865 obras em 1907, para 1.108.237 obras em 1912, ou seja, um acréscimo de 17,29% do volume total, num período de 5 anos⁴¹.

Tais números, se por um lado não se referem especificamente ao total de obras publicadas no período, por outro, refletem, ainda que indiretamente, a expansão do mercado editorial no período, uma vez que são obras novas as que são adquiridas pelas bibliotecas.

Em 1920, algumas obras alcançaram tiragens surpreendentes para a época (e mesmo para a atualidade): o *Almanaque Agrícola Brasileiro*, atingia a marca de 48.000 exemplares; *Alma cabocla*, obra poética de Paulo Setúbal, 8.000; *Negrinha*, de Monteiro Lobato, 6.000; *Narizinho Arrebitado*, também de Lobato, 5.000; *Cidades Mortas* e *Idéias de Jeca Tatu*, duas reedições lobatianas, ambas atingindo a marca de 4.000

⁴⁰ - MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1979. vol. VI. p.288-307.

⁴¹ - IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1o. ano. (1908-1912). Rio de Janeiro, Tip. da Estatística do IBGE, 1927. p. 593.

exemplares cada; *Madame Pommeroy*, de Hilário Tácito, 3.000, só para citar alguns⁴².

Tais tiragens pressupõem a existência de um público leitor bastante variado, que lia desde revistas agrícolas até poesias e romances.

J) Finalmente, no décimo texto, "Um guia no labirinto", Sinzig explicita suas fontes, inscrevendo seu *Guia* num cenário maior, tendo se inspirado em manuais europeus (já citados aqui), agradecendo a colaboração de amigos:

É, pois, um trabalho ingrato, que excede as forças de um só homem, mormente quando este já anda bastante atarefado, e que só o assume por contar com o valioso auxílio de alguns amigos⁴³.

Neste texto volta a agradecer Ancilla Domini, além de citar outros colaboradores, dentre eles jornalistas cristãos e padres brasileiros. Refere-se também ao *Centro da Boa Imprensa* que financiou a compra do acervo a ser examinado.

Esses dez textos que antecedem os verbetes de autores -- o que estou chamando de terceira parte -- não deixam nenhuma margem de dúvida ao leitor sobre o objetivo do *Guia*: evitar a influência dos livros perigosos para a religião cristã.

⁴² - DEL FIORENTINO, Teresinha. *Prosa de ficção em São Paulo: produção e consumo*. São Paulo, Hucitec/Secretaria do Estado de Cultura, 1982. p. 12.

⁴³ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 24. (A fim de facilitar a leitura, tanto nesse trecho como nos seguintes atualizei a ortografia.)

A excessiva utilização de metáforas da natureza pode sugerir que, assim como frutas e árvores se desenvolvem naturalmente em terra fértil depois de plantadas, o mesmo pode acontecer com os desvios de comportamento dos homens e das mulheres. Uma vez germinados, os maus hábitos podem crescer e se multiplicar, comprometendo cada vez mais a boa conduta dos cristãos. A fim de evitar essa degradação, deve-se cuidar da leitura, numa perspectiva que supere a vertente religiosa, ou seja, aspectos políticos, culturais e literários devem ser igualmente valorizados.

Terceira, quarta e quinta partes

São a coluna vertebral do *Guia*, contendo, na terceira parte, os verbetes por sobrenome de autores, a mais longa e importante seção da obra; na quarta, o suplemento de autores não incluídos em edições anteriores e, na quinta, o índice alfabético por títulos de livros, em ordem alfabética. Essas divisões permitem ao consulente do *Guia* encontrar informações sobre qualquer obra ou seu autor, pois, na hipótese de não se conhecer o nome de quem a escreveu, é possível pesquisar pelo título da obra e vice-versa.

A fim de tentar justificar, ainda que parcialmente, os motivos que levaram Sinzig a redigir uma obra dessa natureza, vale lembrar a origem e a formação do autor do *Guia*: Sinzig nasceu na Alemanha em 1876 e desde sua infância mostrou-se apaixonado por livros e histórias. Aos 11 anos ingressou numa escola holandesa, destinada exclusivamente àqueles que estudavam para sacerdotes da ordem franciscana. Tornou-se missionário e chegou no Brasil em 1893⁴⁴.

⁴⁴ - Essas informações foram extraídas de SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares, op. cit., p. 37-59.

Nessa época, a Igreja no Brasil tinha vínculos muito fortes com o exterior e organizou-se com o objetivo de reivindicar alterações na Constituição de 24 de fevereiro de 1891, a fim de suprimir artigos e parágrafos considerados ofensivos às crenças e à vontade da nação, principalmente o parágrafo 7º do artigo 72, que estabelecia a separação do Estado e da Igreja⁴⁵.

Não é de se estranhar, portanto, que Sinzig conhecesse os esforços de religiosos europeus de propagar a fé cristã e se impusesse a mesma tarefa no Brasil nas primeiras duas décadas do presente século, que além de ter separado Estado de Igreja, laicizou a educação, eliminando a religião dos currículos escolares e proibiu os governos federal e estadual de subvencionar escolas religiosas. Era preciso pôr ordem na casa, isto é, na Igreja, aumentando o número de dioceses, repovoando conventos e seminários e melhorando a qualidade de ensino do clero nacional⁴⁶.

É nesse contexto que ganha outros contornos a necessidade histórica de controlar a palavra escrita, uma vez que textos impressos podem tornar-se bons aliados (ou inimigos) da difusão dos princípios da Igreja. A forma e os critérios pelos quais tal controle se dava começa a ficar visível em verbetes do *Guia*. Alguns autores eram censurados na totalidade, como Aluizio Azevedo:

*A casa de pensão é considerada "imoral"*⁴⁷;

A Condessa Vesper, "inconveniente";

⁴⁵ - DESCHAND, Pe. Desidério. Questionamento ao regime republicano. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, O.P., op. cit., p.129.

⁴⁶ - SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares, op. cit., p. 45 e 48.

⁴⁷ - As aspas estão indicando os termos transcritos do *Guia*.

Girândola de amores, "impudico e leitura desenxabida";

A mortalha de Alzira, "leitura pernicioso";

Demônios, "detestáveis" [alguns contos];

O cortiço, "imundíssimo";

O Coruja, "inconveniente";

O Homem, "para o fogo! Muito imoral";

Uma lágrima de mulher, "imoral";

O livro de uma sogra, "inconveniente e torpe";

O mulato, "o que se pode conceber de mais pornográfico";

Os mistérios da Tijuca, [só há] "seduções e sensualidades";

Pegadas, "rejeitem-no"⁴⁸.

Machado de Assis, que nada tem a ver com o naturalismo de Aluizio Azevedo, que tanto chocou Sinzig, também foi herdeiro das diversas modalidades de julgamento que permearam a obra sinziguiana:

Contos fluminenses, "embora alguns sejam inócuos, outros há que prejudicam o leitor";

Dom Casmurro, "não ousamos recomendar sua leitura";

⁴⁸ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 79-80.

Esau e Jacó, (...) "o livro, de enredo pouco interessante, ressen-te-se de espírito materialista e frívolo";

Helena (...) "pode ser lido por todas as pessoas de alguma experiência";

Histórias sem data, "dezoito contos, alguns impedem que se recomende o livro";

A mão e a luva, "a leitura do livro não pode impressionar bem";

Memorial de Aires, "a leitura não é das mais interessantes, mas inofensiva";

Memorial de Brás Cubas (sic), "contém passagens inconvenientes" ⁴⁹ ;

Memórias póstumas de Brás Cubas, "não pode ser recomendado";

Outras relíquias, "tem páginas inconvenientes e nocivas";

Páginas recolhidas, "não é livro para bibliotecas católicas";

Papéis avulsos, "a moral deixa a desejar";

Quincas Borba, "leitura exaustiva e que não pode ser recomendada a todos";

⁴⁹ - O fato de Sinzig comentar uma obra que jamais foi escrita dá margem a algumas hipóteses: 1 - Sinzig não examinava pessoalmente todos os volumes inseridos no Guia; 2 - Mesmo tendo recebido colaborações de outros religiosos e simpatizantes da divulgação dos princípios cristãos relativos à leitura, não foi possível checar todas as informações recebidas; 3 - Possivelmente, Sinzig e "equipe" apoiaram-se em outros manuais de leitura, provavelmente com o mesmo erro, o que pode sugerir a(s) forma(s) pela(s) qual(is) o Guia foi elaborado.

Relíquias da Casa Velha, "amores ilícitos, adultérios e frivolidades deturpam este livro";

Várias histórias, "nem todas são aceitáveis";

Iaiá Garcia, "há alguns desejos a formular quanto ao lado religioso-moral do livro, mas a leitura pode ser permitida aos adultos de alguma experiência"⁵⁰.

Já Hans Christian Andersen teve suas obras aprovadas:

O homem de neve, "inofensivo";

O javali de bronze, "excelente para adultos e crianças";

A virgem das geleiras, "pode ser lido por todos".

Os sapatinhos encantados e *O sino* "também podem ser lidos" (...) ⁵¹.

A transcrição dos juízos relativos aos escritores aqui citados serve apenas de exemplo do tratamento que Sinzig dava a obras e autores. Alguns, como Aluizio Azevedo, eram integralmente proibidos; outros, como Machado de Assis, só parcialmente; e outros, ainda, como Hans Christian Andersen, não sofriam restrições. A aprovação ou o veto passavam principalmente pelo aspecto religioso e moral, a fim de garantir que leitores cristãos não se expusessem a idéias contrárias à Igreja, mas já vimos também que o valor literário também era observado.

⁵⁰ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 71-3.

⁵¹ - Idem, ibidem, p. 62.

Nesse sentido, é necessário lembrar que durante a década de 20, quando foi publicada a última edição do *Guia*, a estética literária que a vanguarda intelectual pregava no Brasil desestimulava preocupações estilísticas, reprodução da norma padrão e o falar elevado. No seu lugar propunham o popular, o coloquial e a representação do contemporâneo. Ou seja: a elite intelectualizada vivia, literariamente falando, um período de grandes transformações, como a Semana de Arte Moderna, em 1922, em São Paulo, que mais tarde se ramificou pelo país.

Embora a maior parte da população dos anos 20 nem tivesse conhecimento das idéias defendidas por esse grupo de escritores, não se pode negar a influência que esses intelectuais exerceram sobre a linguagem no decorrer da década.

Para Sinzig, o trabalho inovador com a linguagem que esses escritores contemporâneos estavam realizando talvez não fosse tão perturbador quanto a temática dos romances naturalistas, publicados no Brasil principalmente a partir de 1881, com a publicação de *O Mulato*, de Aluísio Azevedo.

De que outra forma Sinzig poderia lidar com esses romances naturalistas que descreviam doenças, diagnósticos, temperamentos histéricos, tensões sociais, taras e instintos, a não ser condenando-os? Como um clérigo poderia aprovar essas histórias, muitas vezes com finais trágicos? A forte oposição da Igreja frente a estes temas não permitiu que a qualidade literária dessas obras superasse aspectos considerados impróprios à moral cristã. Entre a moral e o literário, Sinzig optou pelo primeiro, categoricamente.

Por outro lado, já foi mencionado anteriormente que por mais que pretendesse ignorar aspectos literários dos textos que examinava, Sinzig muitas vezes comentava-os, fato que faz supor que quando os temas eram considerados escabrosos demais, acabavam por condenar a obra a priori. Quando não o eram, Sinzig até ponderava os aspectos morais e literários. Exemplar, nesse sentido, é o verbete destinado a Lima Barreto:

Triste fim de Policarpo Quaresma: não é imoral; no entanto, não se recomenda. O livro é irreligioso. A figura mais simpática no romance não quis casar na Igreja: por quê? Não no-lo diz o autor. Algumas invectivas contra a Igreja a propósito da velha acusação de inquisidora.

Quaresma era um sonhador otimista, cuja única paixão era a Pátria; por ela, tudo, a ela, toda a sua vida consagrou, e só recebeu em troca ingratidão, e por fim foi condenado à morte, como revoltoso. O autor quer provar que a idéia da Pátria e o sentimento que esse nome desperta, são coisas fictícias e sem realidade alguma. A narrativa é fraca em todos os sentidos, o estilo deixa a desejar e o enredo desperta pouco interesse.

No mesmo livro há outros contos, alguns muito livres, outros inócuos.

(....)

O livro todo, no entanto, não se pode recomendar⁵².

Ser "irreligioso" é um defeito grave o suficiente para desvalorizar a noção de Pátria que Lima Barreto desenvolve em *Policarpo Quaresma* e para desqualificar a obra como um todo - - "a narrativa é fraca em todos os sentidos". Ou seja: nada se salva nesse romance, nem mesmo o estilo ou o tema. Não falar bem da Igreja, ou simplesmente apresentar aspectos que não são favoráveis à sua doutrina, acaba por comprometer o restante da obra. É interessante notar, no entanto, que apesar de vetar a obra, Sinzig teceu comentários, ainda que brevíssimos, a respeito do estilo e do enredo, o que não chegou a acontecer com Aluizio Azevedo, possivelmente por este ser "imoral" demais.

Sinzig também não perdeu a oportunidade de enfatizar mais uma vez a importância do casamento para a Igreja ao comentar, em tom de reprovação, que em *Policarpo Quaresma* Lima Barreto não justifica a atitude de um dos personagens de não querer se casar no ritual religioso⁵³.

Sexta parte

Esta sexta parte registra o que estou chamando de "recepção crítica" do livro. Trata-se de dez textos, ora assinados por autoridades religiosas (entre eles o Arcebispo do Rio de Janeiro e o Arcebispo de São Paulo), ora extraídos de publicações religiosas (como a *Resenha Eclesiástica*, de Florianópolis) ou leigas, que unanimemente aplaudem o *Guia*.

⁵² - Idem, *ibidem*, p. 476-7.

⁵³ - Trata-se de Olga, afilhada de Policarpo Quaresma, que se casa com Armando Borges, depois de formado em Medicina.

Escritos provavelmente para a edição de 1915 (alguns deles têm esta data) e reproduzidos nas edições posteriores, estes textos, ao registrarem a recepção positiva do livro de Sinzig por parte de autoridades e instituições religiosas, avalizam a boa qualidade da obra. Tal estratégia funciona como uma espécie de "propaganda", utilizada ainda hoje em dia com a publicação de opiniões de críticos especializados ou de leitores qualificados nas páginas que antecedem a obra ou mesmo nas "orelhas" dos livros.

Estampar julgamentos tão especializados é estratégia eficiente para atingir vários objetivos: vender o livro, sugerir que o leitor tenha a mesma opinião que o crítico, estimular no leitor comum sua capacidade de reflexão a respeito da obra que vai ou que acabou de ler. Ele poderá tanto reforçar como modificar seu juízo crítico, o que é uma atitude bastante bem-vinda, uma vez que ajuda não só a formação do gosto pessoal, como também pode funcionar como uma espécie de retorno aos profissionais envolvidos com a publicação sobre sua adequação a um público específico imaginado por eles.

Todos os textos reproduzidos nessa seção do Guia referem da mesma forma que Sinzig a proliferação de livros e os perigos que os maus romances contêm, temor que, como já foi analisado anteriormente, parece se justificar com a expansão do mercado editorial brasileiro:

A falta de um mentor como este já se fazia sentir, no meio desse amontoado de livros de todos os feitios, de todas as cores, de uma literatura arrevezada e impulsiva, que tão

grandes males tem feito à mocidade incauta e ávida de impressões de toda ordem⁵⁴ .

Hoje em dia, é tal a aluvião de publicações que inunda e perverte o mundo, e tão grande é a arte enganadora dos filhos das trevas, que até mesmo os homens mais cultos e honrados por si não sabem e com segurança se não podem orientar sobre o verdadeiro valor de um romance⁵⁵ .

Este livro preenche de fato umas lacunas sentidíssimas no campo da literatura, na aluvião de produções beletrísticas de todos os gêneros, numa promiscuidade do mais sublime com o mais baixo, do trigo com o joio, do mais santo com o mais imoral⁵⁶ .

No meio da colossal produção contemporânea, quando sobre cada assunto há avultadas bibliotecas, como discernir, como escolher, como, de antemão, saber o que convém aceitar e o que cumpre repelir, a fim de se não perder, quando menos, preciosíssimo tempo, tão escasso no turbilhão hodierno⁵⁷ ?

⁵⁴ - JOAQUIM, Arcebispo do Rio de Janeiro. In: SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 1027.

⁵⁵ - GUISEPPE, Arcebispo de Sardes. In: SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 1027-8.

⁵⁶ - SANTUÁRIO DA APARECIDA, 21-8-1915. In: SINZIG, op. cit., p. 1028.

⁵⁷ - AFFONSO CELSO. "Jornal do Brasil". Rio, 19.10.1915. In: SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 1029.

A última transcrição, de Affonso Celso, foi publicada originalmente no *Jornal do Brasil*, em 19 de Outubro de 1915. A inclusão de seu nome também não parece ser mero acaso. Assim como relativamente às páginas iniciais mostramos como as referências ao Bispo de Niterói e ao Ministro do Supremo Tribunal Federal imprimiram dupla autoridade -- religiosa e leiga -- a Sinzig, a transcrição de Affonso Celso também amplia o crédito do autor do *Guia*.

Affonso Celso é autor do *Por que me ufano de meu país*, obra escrita para comemorar o 400.^o aniversário da descoberta do Brasil. Publicada em 1901, teve a primeira edição totalmente vendida em meses e tornou-se leitura obrigatória nas escolas secundárias por muitos anos, chegando a ser traduzida para o alemão, para o francês e para o italiano⁵⁸.

Filho do Visconde de Ouro Preto (o último primeiro-ministro do Império), membro da Academia Brasileira de Letras e católico praticante, Affonso Celso representa a sociedade leiga e intelectualizada do Rio de Janeiro, que divide com os clérigos a mesma opinião sobre a necessidade da publicação do *Guia*, face às grandes tiragens e à variedade de títulos que então eram publicados. Ao contrário das outras citações transcritas, Affonso Celso deixa de lado o aspecto moral e religioso e, para aprovar o *Guia*, utiliza o moderníssimo argumento da economia de tempo quando se deseja escolher uma obra. Com isso, Affonso Celso parece mais sintonizado que os religiosos com as características da vida urbana moderna, ancorando nelas o aplauso à publicação do *Guia*. Nesse aspecto, o texto de Affonso Celso fala diretamente ao habitante da modernidade, que precisa administrar seu tempo.

⁵⁸ - HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 170 e SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 36.

Se é porque economiza tempo, ou porque afasta os leitores dos maus romances, o sentido que os primeiros dez textos da "primeira parte" e os dez últimos dessa recepção crítica produzem é que a publicação do *Guia* é bastante festejada, não apenas pela sociedade religiosa, mas pela dos leigos também. Tal sentido visa, obviamente, assegurar a adesão do leitor aos valores do texto, tornando-se difícil ao leitor que procurar qualquer informação no *Guia* discordar dele, uma vez que são múltiplas as vozes que falam nos verbetes de Sinzig: da Igreja, da sociedade política, da sociedade literária e do homem leigo, mas ilustrado, como Affonso Celso.

Sétima parte

Esta última parte é uma relação de várias obras recomendadas, publicadas pela Vozes que, é bom lembrar, também editou o *Guia*. Os 25 primeiros volumes pertencem à coleção "Biblioteca Universal", com cerca de cem páginas cada um, "contendo narrativas e contos, estudos históricos, científicos e sociais, dramas e comédias". Dentre eles, encontram-se *A caricatura na imprensa brasileira*, de Frei Pedro Sinzig, *Da arena da vida* e *O colar perdido*, duas obras de contos da já mencionada *Ancilla Domini*.

Entre obras recomendadas leigas e religiosas, percebe-se a tentativa da Vozes de editar livros voltados tanto para assuntos nacionais como para assuntos da Igreja, como *As cobras do Rio Grande do Sul*, ilustrado por S. J. Ambrosio Schupp, *Voltaire e os anticlericais do Paraná*, de P. Desidério Deschand, *Creio, senhor!*, de diversos padres da Companhia de Jesus, *Padre Nosso que estais no céu*, um conto natalino traduzido por Dr. Manoel de Queiroz Mattoso Ribeiro, e *A supressão da Companhia de Jesus*, de J.B.Hafkemeyer, entre outros.

A relação de obras da Vozes continua, distinguindo os livros que recomenda em diferentes categorias, como "romances e contos", "livros instrutivos", "biografias e vida de santos", "devocionários e livros religiosos", "biblioteca ascética" e "livros escolares".

Na categoria romances e contos encontram-se, por exemplo, *Ai! Meu Portugal, Guerra!!!*, *Nellizinha "do Santo Deus"*, os três de Sinzig; *Aventuras duma abelha*; conto para crianças, de Waldemar Bonsels, traduzido pelo Padre Humberto Rohden.

A presença quase ostensiva das obras de Sinzig nessa e em outras relações de livros sugere uma estratégia de mercado bastante refinada para os anos 20 por parte da Vozes, pois ao divulgar obras de um autor já renomado da casa, indica que os outros, embora eventualmente menos conhecidos, são igualmente bons.

Na categoria livros instrutivos, são anunciados a segunda edição do *Guia* e o segundo volume de *A caricatura na imprensa brasileira*, também de Sinzig, além de vários outros títulos.

Sinzig também é autor citado nas biografias e vida de santos, de devocionários e livros religiosos.

A biblioteca ascética compõe-se de um pequeno número de obras -- apenas 8 --, com títulos que sugerem a reflexão e a introspecção, como *Breves meditações*, também de Sinzig, e *A vida espiritual*, de R. P. Maurício Meschler.

Entre os livros escolares, encontram-se os de leitura, de aritmética, de gramática e ortografia. É interessante observar que em nenhum deles consta o nome do autor, mas sim o número de edições, nunca inferior a 3 nem superior a 15.

Possivelmente são obras de criação coletiva, pois o leitor é informado, em texto de letras miúdas, que são livros "compilados, segundo autores modernos, pelos professores da Escola Gratuita de São José, em Petrópolis, e adotados em inúmeras escolas dos diversos Estados do Brasil". Apenas nas obras que versam sobre religião, são citadas as iniciais do nome do autor, como em *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, por F. B. H.

Parece ser mais eficiente divulgar o nome do local de atuação da equipe que compilou as obras -- no caso aqui citado, uma escola religiosa em Petrópolis -- do que os nomes de seus componentes, uma vez que o objetivo de uma editora didática é vender as obras para o maior número possível de estabelecimentos de ensino. Ao publicar o nome de uma escola específica e informar que a obra já foi adotada em inúmeras escolas em diversas regiões do Brasil, a Vozes está insinuando a boa qualidade das obras que edita.

Mais do que confirmar a grande primazia de obras religiosas sobre as leigas publicadas pela Vozes, ou compreender suas categorias para definir coleções, o que interessa realçar é a expressiva quantidade de autores que são religiosos, incluindo-se aí Sinzig. A partir dessa observação é possível imaginar as diversas funções que um religioso dos anos 20 do presente século deveria exercer: além de guia espiritual da comunidade, deveria conhecer um pouco de literatura, seja escrevendo obras, seja traduzindo-as. Bem mais intelectualizado que o público leitor, cabia ao clero, ou a parte dele, produzir obras "boas" que se opusessem às "más". Assim sendo, a Igreja censurava certos livros, mas esforçava-se para substituí-los por outros, proporcionando gerações de padres/autores/tradutores que, como nos mostra a história literária recente, acabaram caindo no esquecimento. Afinal, não se sabe mais quem foram, nem que nacionalidade tinham

Frei Domingos Schmitz, autor de *Entre bárbaros*, ou Frei Donato Pfannmüller, autor de *Pela terra dos doidos*, ou Dr. Francisco de Macedo Costa, autor de *Ataques e defesas*.

Constatamos, portanto, que a Igreja "não cruzou os braços" na sua campanha contra os maus livros, para recuperar a expressão usada por Sinzig no seu já comentado texto "Frutos em penca". Ao contrário, ela pôs mãos à obra, notadamente os padres de origem européia, autores da maior parte dos livros arrolados. Os de nacionalidade brasileira, quando citados, colaboraram mais como tradutores do que como autores, o que pode sugerir tanto uma possível predominância numérica de religiosos estrangeiros sobre os brasileiros, quanto maior tradição dos primeiros em escrever obras de natureza literária ou religiosa⁵⁹.

Não cabe agora analisar o motivo do ostracismo desses padres/autores, mas, isto sim, reconhecer que Sinzig recebeu da Vozes um tratamento diferenciado do de seus pares⁶⁰.

Como boa parte da produção literária e até musical de Sinzig foi publicada pela própria Vozes, o autor pôde conhecer bem seu público-leitor: os leitores de formação cristã. Em outras palavras: como Sinzig provavelmente sabia o *quê, como e para quem* escrever, tinha recepção quase segura de suas obras, o que talvez possa explicar a profusão de títulos de sua autoria.

⁵⁹ - Apesar de não se conhecer atualmente a biografia dos religiosos em questão, é possível supor, a partir de seus nomes próprios, que a maioria é de origem européia.

⁶⁰ - Ao longo de sua vida, Sinzig escreveu 14 romances e contos, 18 livros instrutivos e didáticos, 7 biografias e vidas de santos, 7 devocionários e livros religiosos e 16 traduções, além de textos publicados em revistas religiosas. Além da literatura, enveredou também pela música, chegando a compor 85 peças musicais. Ver: SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares, op. cit., p. 214-22.

Embora muito provavelmente não fosse essa a intenção da Vozes ao elencar algumas dessas obras de Sinzig no seu catálogo, a mera inclusão de seu nome também pode ter funcionado como um reforço a favor da sua autoridade. O leitor atento do Guia observará que Sinzig é autor de diversas obras, todas elas tidas como boas, e que, portanto, trata-se de um homem erudito, versado nos mais diversos assuntos.

É importante citar, ainda, que Sinzig não foi o único padre no Brasil envolvido com a divulgação da boa literatura. Bem anterior à publicação do Guia, Cônego Januário Barbosa publica em 1831 o *Parnaso brasileiro*, uma coletânea de textos poéticos, com o objetivo de "servir de modelo, ou de estímulo à nossa briosa mocidade, que já começa a estrada das Belas Letras"⁶¹.

Seja para orientar o público leitor, no caso de Sinzig, seja para orientar os literatos em formação, no caso de Januário Barbosa⁶², o que se deve observar é a participação de representantes da Igreja na vida literária do Brasil. Na verdade, desde a Independência em 1822, os religiosos começaram a publicar revistas e jornais de vários tipos, dada a agitação da vida política de então.

⁶¹ - BARBOSA, Januário da Cunha. "A quem ler". In: _____. *Parnaso Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1829. Apud LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996. p. 144

⁶² - De forma genérica, Januário Cunha Barbosa pode ser considerado como homem bastante ligado à imprensa, pois foi diretor da Tipografia Nacional e do *Diário Fluminense*, além de cronista do Império, diretor da Biblioteca Nacional, fundador e secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Apud LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação...*, cit., p. 337.)

Oscar de Figueiredo Lustosa, estudioso da imprensa católica no Brasil, chegou a esquematizar quatro fases distintas, mas flexíveis, de atuação dessa imprensa:

1 - fase de iniciação - (1830-1860), período ao longo do qual foram dominantes o empirismo, o artesanato e a dispersão das iniciativas;

2 - fase de consolidação - (1870-1900), período ao longo do qual a imprensa se consolida, tornando-se mais informativa sobre a vida interna da Igreja;

3 - fase de organização e articulação - (1900 - 1945), período ao longo do qual os responsáveis pelo jornalismo católico se preocupam mais com a infra-estrutura do jornal. Fundam-se o Centro da Boa Imprensa e a Liga da Boa Imprensa, cujos objetivos são difundir a boa imprensa e a literatura sã;

4 - fase de especialização (1945/ ...) , período ao longo do qual jornalistas católicos tomam consciência sobre a necessidade de reformular a política eclesial sobre a imprensa⁶³ .

Sinzig, embora seja autor de livros e não de periódicos, encaixa-se na terceira fase, a da organização e articulação, o que torna seu *Guia* ainda mais significativo, uma vez que, também por diferentes vias, como a do jornalismo, outros religiosos empenhavam-se em aprofundar o diálogo entre a fé e a cultura.

Vimos, portanto, que foram diversas características internas e externas do próprio *Guia* que contribuíram para reforçar e ampliar o papel de Sinzig. Mais do que um autor,

⁶³ - LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo, Loyola/CEPEHIB, 1983. p. 12.

ele é censor, político, intelectual, apoiado pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Influências recebidas e critérios utilizados

Já vimos que apesar de pretender julgar as obras pelo critério exclusivamente moral/religioso, Sinzig acabou por considerar o literário, ainda que de forma velada. Por ter também recebido apoio dos mais diversos segmentos da sociedade -- do Poder Judiciário, da elite intelectualizada e da própria Igreja -- é legítimo supor que Sinzig tenha pretendido atender à expectativa de todos eles. Nesse sentido, fica um pouco mais fácil compreender por que o aspecto literário também acabou sendo considerado: porque Sinzig também tinha em mente agradar o leitor comum, além dos homens de letras, para os quais a estética é o aspecto fundamental da obra.

São, portanto, diversas as influências recebidas por Sinzig na elaboração do Guia, tornando essa obra ainda mais significativa do que se fosse única e exclusivamente moldada pela e para a Igreja. Essas múltiplas vozes com quem o Guia dialoga talvez possam explicar a noção que Sinzig tinha do seu poder limitado de censor. Afinado com a sociedade em geral, Sinzig deveria ter consciência de que a produção impressa tornava-se cada vez mais numerosa, o que explica seu esforço em manter o sentido moralizante e cristão da leitura e, ao mesmo tempo, em não ignorar os títulos desrecomendados. Talvez imaginasse que, de tanto desaconselhar certo tipo de literatura, acabaria convencendo seu leitor de seu ponto de vista, estratégia mais eficiente do que simplesmente deixar de incluir em sua obra certos escritores.

No entanto, nem sempre ficam muito claros os critérios utilizados na elaboração desses verbetes. Se bons são os romances que não prejudicam nem desviam a alma cristã, e maus o contrário disso, há romances e autores duvidosos, irregulares no tocante à exigência da Igreja, como Bernardo

Guimarães, cujas obras receberam os mais diversos comentários:

A escrava Isaura: "Embora de assunto muito escabroso é de linguagem delicada, de modo que pode ser lido por adultos ponderados";

O garimpeiro: "delicado e interessante. Pode ser lido por todos";

Histórias e tradições da Província de Minas Gerais: "tem algumas cenas fortes, o que restringirá seus leitores ao número de pessoas calmas e ponderadas";

O índio Afonso: "É vedada a leitura deste livro a menores. Não vejo a conveniência que terão adultos em lê-lo"⁶⁴.

Vemos, portanto, que ao lado da questão moral/religiosa, que desrecomenda o autor, convivem também critérios de ordem estética, pois assim se expressa Sinzig sobre a obra *Maurício ou Os paulistas em S. João del Rei*:

Na descrição tanto de terras brasileiras, como da alma de seus filhos, Bernardo Guimarães é mestre⁶⁵.

Os critérios de classificação dos romances muitas vezes nos parecem, aos leitores do final do século XX, pouco rigorosos:

⁶⁴ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 371-2.

⁶⁵ - Idem, ibidem, p. 372.

"inofensivo", "leiam", "para todos", "excelente para todos, também para crianças", "só para adultos experimentados", "para adultos ponderados", "para leitores cultos", "leiam à vontade", "leiam, sem medo", "não vale grande coisa", "não recomendamos" e assim por diante.

Afinal, qual a diferença entre "leitores experimentados" e "leitores cultos"? Sem medo de quê, no "leiam, sem medo"? Tantas variantes de classificação podem ser atribuídas à falta de critérios definidos no interior de uma obra que se propõe a analisar mais de 21.000 títulos (uma enormidade) e à dificuldade com que todos os críticos literários até hoje se deparam: o que é e o que não é literatura? O que é boa ou má literatura?

Possivelmente Sinzig projetava diversos perfis de leitores do *Guia*: desde adultos com experiência de vida e intelectualmente preparados, até homens e mulheres facilmente sugestionáveis, provavelmente a quem eram destinadas as expressões do tipo "ler sem medo", "leitura inconveniente", "leitura de moral duvidosa", pois elas têm por intenção prevenir os leitores de possíveis turbulências de espírito provocadas por leituras consideradas "impróprias".

Amélia Rodrigues, uma das escritoras aprovadas por Sinzig, religiosa (apesar de não ser freira) e defensora da manutenção da moralidade católica, além de sua colaboradora e correspondente durante anos seguidos, conforme revela pesquisa efetuada por Maria Aparecida Paiva Soares dos Santos⁶⁶, parece ter conseguido superar a ambigüidade dos critérios utilizados. Correspondendo-se com o autor do *Guia* desde 1918, especialmente para pedir-lhe orientação sobre como escrever bem, parece ter seguido seus conselhos, uma vez

⁶⁶ - SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares, op. cit., p.166.

que o verbete a ela destinado está recheado de gordos elogios que aprovam incondicionalmente sua obra, quer da perspectiva "literária", quer da perspectiva "moral":

RODRIGUES, Amélia --, nascida em 26.V.1861.

Uma das mais distintas e beneméritas escritoras do Brasil católico. Todos os seus livros são positivamente úteis. Como poetisa Amélia Rodrigues tem versos de sentimento, idéia e forma.

(...)

Do meu Arquivo -- (...) Isto sim! Um livro que enche as medidas. Cenas bem observadas, narrações lógicas, linguagem fluente, poética, sempre cuidada, valor moral e utilidade positiva. Que mais querem? E, de mais a mais, cenas não da Patagônia ou do Japão, e sim daqui, familiares a todos, e que ganham com a superioridade da sua exposição.

(...)

Em um gênero, à autora parece caber a primazia entre os escritores católicos do Brasil: na apologia da Religião. Aquele profundo conhecimento do dogma, da Religião e do coração humano (...) ⁶⁷.

⁶⁷ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 632.

A crítica feita a Amélia Rodrigues é reveladora de alguns critérios que parecem garantir a um autor sua aprovação pela Igreja: linguagem cuidada, a saber, "narrações lógicas, linguagem fluente, poética", conhecimento dos dogmas cristãos e cuidado na construção da identidade nacional. Portanto, descrever cenários locais e familiares aos brasileiros era extremamente bem-vindo, uma vez que a Igreja no Brasil tinha como projeto nas primeiras décadas do presente século dar início à "re cristianização" da sociedade, o que passava pela amor à pátria⁶⁸. "Ser positivamente útil" não parece significar estar de acordo com a teoria de Comte, uma vez que o positivismo era apontado pelos seus seguidores como uma filosofia capaz de substituir a tutela intelectual exercida no país pela Igreja Católica, embora Comte elogiasse a ordem católica⁶⁹. "Ser positivamante útil", parece significar "ser bastante útil", o que, no caso da autora acima, deve consistir em divulgar a religião católica.

A leitura do verbete destinado à já citada Ancilla Domini, outra de suas mais assíduas colaboradoras, reforça as hipóteses mencionadas acima:

ANCILLA DOMINI --, Pseudônimo de D. Hilda Leite Guimarães, piedosa escritora fluminense que guardou o "incógnito" até a sua morte.
(...)

Neste *A Família Moraes Gomes* há muito que admirar e que aprender. Admirar a facilidade da exposição, o estilo leve e saltitante, a variedade das cenas, o aprumo das

⁶⁸ - SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares, op. cit., p.171.

⁶⁹ - Comte, Auguste. *Catecismo Positivista*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. p. XIII-XIV.

personagens. (...) Assim é o romance de Ancilla Domini. Romance genuinamente brasileiro, onde os episódios, ora se arrastam sob uma pressão forte e violenta, ora saltitam e brincam numa encantadora exaltação de fé.

(...)

Os contos de Ancilla Domini são assim, de uma simplicidade encantadora. Prendem-se quase exclusivamente aos hábitos do país e raro é aquele em que a alma da mulher brasileira não seja estudada com muito cuidado e com muito espírito⁷⁰.

Mais uma vez são valorizados o estilo simples, a exaltação da fé e a brasilidade na produção literária. Nesse caso específico, o estudo da alma da mulher brasileira surge como mais um qualificativo, ou seja, além de tratar de assuntos nacionais, é bastante recomendável que também se trate dos próprios cidadãos brasileiros, no caso, das cidadãs. Em se tratando de uma autora, nada mais justo que se façam referências à mulher, uma vez que a escritora possui "graça no diálogo, brilho nas descrições, doçura nos afetos que expõe levemente, como que a brincar".

"Graça", "doçura nos afetos", "como que a brincar" são expressões que dificilmente seriam aplicadas a um homem das letras, por mais cristão e literariamente competente que fosse, uma vez que tais atributos sempre foram valorizados na mulher e condenados no homem. Embora a intenção de Sinzig

⁷⁰ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 59-61.

fosse elogiar rasgadamente a autora, a quem devia ser grato por seu trabalho de colaboradora, não é possível deixar de notar que seu julgamento crítico, refletido na linguagem que emprega nesse verbete, não só perde a imparcialidade que pretendia ter, como qualifica Ancilla Domini às avessas, pois bastava ser mulher e minimamente educada segundo os padrões da época para receber tais elogios, não sendo imprescindível ser erudita, letrada e boa cristã.

Vimos até agora que Sinzig, apesar de pretender escrever um "guia para as consciências", não conseguiu desprezar a questão literária, nem deixar de atender às expectativas dos diversos grupos sociais que, velada ou explicitamente, deixaram suas marcas na obra. Ou seja: *Guia das consciências* revela a fragilidade da crítica católica quando esta se depara com questões literárias, como bem analisa Mário de Andrade em 1943:

Está claro que sob o ponto-de-vista literário, toda crítica dotada de doutrina religiosa ou política é falsa, ou pelo menos imperfeita. Pragmaticamente exata mas tendenciosa. Há um contraste insolúvel entre os detalhes duma religião ou sistema político, e a criação artística. Há. Há desde o início, por ser impossível estabelecer a medida justa em que a criação passe a pecado⁷¹.

Por se tratar de uma obra feita pela Igreja, cujo intuito principal era preservar a moral e os bons costumes cristãos, e menos o refinamento literário dos livros citados, seria

⁷¹ - ANDRADE, Mário. *Tristão de Ataíde*. In: _____. *Aspectos da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo, Martins, 1974. p. 7.

inadequado analisar o *Guia* exclusivamente sob a perspectiva literária. O que deve ser lembrado mais uma vez é que alguns aspectos literários -- linguagem, estilo e construção das personagens -- também eram analisados.

A proposta da obra de Sinzig é dirigir-se "não tanto aos letrados, e sim às consciências". Posto isto, vale dizer que o objetivo é atingir os responsáveis pela leitura: pais, professores, autoridades civis e eclesiásticas, segundo o próprio autor⁷², e possivelmente uma parcela menor do público leitor, interessado em algum julgamento crítico.

Vimos como as páginas introdutórias estão repletas de textos de religiosos parabenizando o bom resultado do *Guia*, o que nos permite uma dupla interpretação: 1 - a Igreja é a produtora e a consumidora da própria obra e 2 - a Igreja, enquanto instituição, sabe operar o código ético, religioso, político e cultural através da divulgação de suas idéias, não sendo necessário o uso da violência ou da força bruta.

Ainda enquanto Instituição, a Igreja não se preocupa em atingir um indivíduo especificamente, mas, isso sim, em influenciar um sistema como um todo. Para isso, ela deve estabelecer relações com outras instituições sociais e culturais tais como escolas, jornais, editoras, etc.⁷³.

Várias pessoas colaboraram na confecção desse *Guia*, cujo destaque maior coube à já citada Ancilla Domini ou D. Hilda

⁷² - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 9.

⁷³ - Essas idéias são longamente desenvolvidas no texto de HOHENDAHL, Peter U. *Beyond reception aesthetics*. Especificamente nessa passagem estou apoiando-me na p. 140.

Leite Guimarães, escritora católica, e, em menor grau, a Amélia Rodrigues.

Essas raras referências a colaboradoras do sexo feminino podem ser explicadas pela rígida separação entre os sexos na Igreja, o que surpreende, uma vez que o tema estudado é romances -- assunto feminino por excelência no início do século XX. A falta de presença significativa do sexo feminino na elaboração do *Guia* denuncia a exclusão da voz do outro -- provavelmente a parte mais significativa do público consumidor dos romances citados, mas não necessariamente do próprio *Guia*.

Conseqüentemente, as análises refletem preferências muito marcadas pelos universos religioso e masculino, isolados das mulheres que, nessa época, lutavam por transformações significativas, tais como o sufrágio feminino, o acesso ao ensino superior e sua profissionalização, liberdade para ir e vir, etc.

Essa ebulição dos modos e dos costumes também pode explicar a inclusão dos maus livros no *Guia*. Não só para evitar que más obras fossem consideradas boas, como justifica o autor, mas porque a sociedade assumia novos valores. Como excluir de uma obra como essa os romances de Balzac ou de Zola, se a intelectualidade ansiava por respirar os ares de Paris? Que verossimilhança o *Guia* teria se excluísse autores tão lidos em seus países de origem⁷⁴ e que também eram largamente traduzidos e lidos no Brasil a partir de 1830?

⁷⁴ - Sobre Balzac encontramos o seguinte comentário: "O nome de Honoré de Balzac não é alheio ao *Índice dos livros proibidos*. Proíbem-se neste 'os romances de amor' de Balzac."

Sobre Zola, a proibição, como não podia deixar de ser, é mais rigorosa: "Suas obras são tão ignóbeis que até seus amigos acabaram por ter náusea delas." (SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 83 e p. 769.)

Sinzig, na verdade, acabou por reeditar nas primeiras décadas do século XX a censura que os jesuítas já praticavam nos idos de 1596 em nosso país: proibir totalmente os livros obscenos, admitir com a devida cautela os heréticos e imprimir maior rigor aos romances "pelos devaneios que suscitam em cabeças juvenis"⁷⁵.

Na versão sinziguiana da censura, entre um leitor católico ter de se abster de uma obra ou aprender a escolhê-la, era preferível a segunda alternativa, proposta que já havia sido efetuada pelo seu predecessor francês, Padre Bethléem, em 1904, ao editar o já citado *Romans à lire et romans à proscrire* e a já comentada *Bibliothèque Choisie*, da Bélgica, que aceitava livros que não estivessem totalmente de acordo com as idéias cristãs, pois seus idealizadores acreditavam que não se podia reduzir a cultura a que os cidadãos têm direito a livros inteiramente ortodoxos.

Ao mesmo tempo em que Sinzig reeditava seu *Guia*, autores brasileiros de origem familiar e formação cultural diferentes escreviam e publicavam esses romances "pouco ortodoxos", muitos dos quais permeados de personagens leitores, na maioria, de leitoras. Ao colocar livros nas mãos e nas estantes de seus personagens, esses escritores acabaram sugerindo como a sociedade leiga de então adaptava-se aos novos hábitos de leitura: com certa relutância, uma vez que quanto mais lidos eram seus personagens, menos felizes ou menos adaptados à moral da época eles eram.

Se Sinzig, enquanto representante da Igreja, punha restrições à maior parte da produção romanesca, alguns romancistas leigos e contemporâneos do Frei parecem não divergir muito dele. O que poderia ser interpretado apenas

⁷⁵ - SERAFIM LEITE, S. I., op. cit., p. 543.

como uma contradição de uma parcela dos escritores -- um autor, que quer viver de literatura, sugerir restrições ao hábito de ler --, vai se configurando como uma mentalidade corrente nos anos 20 no Brasil, como veremos a seguir.

CAPÍTULO IV

MULHERES LEITORAS DE PAPEL E TINTA

Azevedo e Adelaide estavam no jardim que ficava em frente da casa onde ocultavam a sua felicidade. Azevedo lia alto; Adelaide ouvia-o ler, mas como se ouve um eco do coração, tanto a voz do marido e as palavras da obra correspondiam ao sentimento interior da moça¹.

Mulheres leitoras, dos mais diversos matizes -- brancas, mulatas, ricas e instruídas, pobres e ignorantes -- fazem parte do universo de vários romances produzidos no final do século XIX e início do XX.

Nesse capítulo estudaremos algumas dessas personagens femininas que, embora ficcionais, indicam os percursos que permitiram às mulheres de carne e osso tornarem-se leitoras.

França Júnior, Coelho Neto, Machado de Assis, Valentim Magalhães, Lima Barreto, Júlia Lopes de Almeida, Adolfo Caminha, Aluizio Azevedo e Rachel de Queirós (alguns mais contemporâneos que outros ao período estudado), produziram histórias permeadas de mulheres leitoras.

A primeira parte desse capítulo deter-se-á, principalmente, na análise e na descrição de algumas dessas personagens leitoras, mostrando que à medida que elas se apropriam do espaço privado, ou seja, da própria casa ou de parte dela, tendem a tornar-se leitoras mais qualificadas, pois ter um local adequado de trabalho, mesmo que intramuros, possibilitou-lhes momentos de privacidade, durante os quais era possível ler, escrever e meditar.

¹ - ASSIS, Machado. "Linha reta e linha curva". In: _____. *Contos fluminenses*. São Paulo, Jackson Editores, 1957. (p. 233-4.)

Aparentemente, a conquista desse espaço foi gradual. Do escritório exclusivo do marido, onde a esposa era quase uma intrusa, a mulher chegou a ter o seu próprio, onde o estranho era o homem. Entre os dois extremos, o escritório marcadamente masculino, mas adaptado às necessidades femininas.

Apesar de ter conquistado espaço próprio para dedicar-se à leitura, a mulher leitora e proprietária de uma biblioteca particular devidamente instalada em seu escritório continuou sendo retratada como uma intelectual de menor fôlego que o homem, de conduta moral duvidosa.

Não parece errado supor que tal familiaridade entre mulher e livros, segundo alguns romancistas, tenha estimulado comportamentos femininos indesejados para os padrões morais então vigentes, como mostra a análise de algumas leitoras fictícias que encerra a primeira parte do capítulo.

Na segunda, algumas leitoras fictícias serão contrapostas a Conceição, personagem central do romance *O quinze*, de Rachel de Queirós², em cujas páginas é possível encontrar referências a vários títulos e autores lidos pela protagonista.

Através do diálogo de Conceição com suas companheiras de papel, é possível começar a esboçar a literatura em circulação (ou que se desejava que circulasse), bem como a forma pela qual a ficção brasileira desse período foi construindo o imaginário feminino, uma vez que grande parte dessas personagens inclui em seus sonhos o casamento com um

² - QUEIRÓS, Rachel. *O quinze*. São Paulo, Siciliano, 1993.

homem que, além de suprir as necessidades do lar, compartilhasse com a esposa momentos de leitura.

Em outras palavras: os romances que apresentam **leitoras** entre suas personagens, especialmente quando justapostos, permitem interpretar matizes e variantes da prática de leitura feminina nem sempre muito visíveis ao leitor, mas de grande importância na construção da história sociocultural da mulher brasileira.

Na terceira e última parte analisaremos o ideal de leitura feminina na visão de Júlia Lopes de Almeida, autora que viveu durante o período abordado nesse trabalho e que registrou em suas obras questões relativas a leitura.

Assim sendo, acreditamos que tanto através do resgate ficcional, quanto do testemunho dessa autora, é possível começar a construir o perfil da mulher leitora brasileira: sua origem social, seus hábitos e suas preferências.

Entre quatro paredes: a construção do espaço feminino

Um bom piano, uma grande biblioteca, uma janela aberta para uma linda paisagem -- e aí está a felicidade³!

As *doutoras*, de França Júnior, escrita em 1899⁴, e *A mulher*, de Coelho Neto, em 1907⁵, são peças teatrais que tematizaram mulheres que liam e tinham instrução⁶. Mas, não obstante a educação recebida (ou talvez por causa dela), Luisa e Leonor, as respectivas personagens, extraídas da elite branca, eram leitoras de pouco fôlego. Precariamente intelectualizadas, compõem uma fraca imagem da leitura feminina que se repete em outras fontes, inspirando, ao que parece, a imagem feminina a que se referem prefaciadores de compêndios escolares e de romances.

Nesse caso, é exemplar o texto de Valentim Magalhães, de 1890, que antecede a tradução de *Coração*, de Edmundo Amicis, romance publicado na Itália em 1866:

Foi ele [Edmundo Amicis] quem (...) conseguiu escrever um tratado de educação, sem fazer uma obra propriamente pedagógica, escrever o

³ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da roça*; romance epistolar. 7. ed. Rio de Janeiro/Brasília, Presença Edições/INL, 1987. p. 153.

⁴ - JÚNIOR, França. *As doutoras*. (Introd. de Edwaldo Cafezeiro.) São Paulo, Tecnoprint, 1985. p. 105-166.

⁵ - NETO, Coelho. "A mulher". In: _____. *Theatro*. Porto, Chardron, 1907. p. 117-64.

⁶ - Uma análise detalhada sobre essas obras encontra-se em minha dissertação de mestrado: HELLER, Barbara. *Mulheres entre linhas*; imagens da mulher leitora brasileira do início do século XX. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes. Mimeogr.

livro (...) que ele pressentia necessário às mães, quando, na solidão das suas câmaras, à noite, esperando os maridos ou vendo-os dormir, subjugados pelo cansaço, elas pensam na sua maternidade, prestes a desabrochar em frutos de amor (...)

Pena tenho eu que se leia tão pouco neste país [Brasil] e principalmente que as senhoras, em geral, se limitam às suas leituras, às revistas de modas e aos folhetins -- romances⁷.

Textos como este insinuam, por exemplo, que embora estas personagens tivessem na leitura uma aliada contra o tédio e a ignorância, o livro poderia se tornar uma poderosa ameaça contra o casamento -- pretensão de qualquer moça de boa família -- que previa noivas pouco ou menos instruídas que seus futuros cônjuges. Ao mesmo tempo, esses textos supõem que era bastante conveniente que as moças, por serem mães em potencial, para o bem de seus filhos e para a manutenção da ordem familiar, tivessem o mínimo de instrução, como rezava a cartilha positivista.

As obras de França Júnior e Coelho Neto, quando inseridas no ambiente cultural em que foram produzidas, a *belle époque*⁸, podem ser interpretadas como flagrantes dos papéis vivenciados pelas mulheres da elite: com os costumes sociais

⁷ - Prefácio de MAGALHÃES, Valentim. In: AMICIS, Edmundo. *Coração*. São Paulo, Teixeira & Irmão, 1891. (O livro foi publicado a primeira vez na Itália em 1866.)

⁸ - Como já foi dito anteriormente, estou chamando por *belle époque* o período compreendido entre 1898 e 1914, ao longo do qual a cultura de origem européia exerceu forte influência sobre a estrutura social e econômica no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, então capital do país.

menos rígidos, as mulheres abastadas tinham mais liberdade de circulação na cidade (principalmente as do Rio de Janeiro), para freqüentar clubes e teatros, para viajar para Paris e para aprimorar seu ainda limitado universo cultural.

Como lembra Jeffrey Needell:

As mulheres aprenderam o que se esperava delas, porque estavam expostas, na Europa e na Corte, a um contato maior com a cultura européia (sic)⁹.

Ainda segundo Jeffrey Needell, essas novidades de comportamento não significaram liberação das mulheres. Elas apenas tornaram-se mais ativas e experientes, porém adaptadas às "necessidades e ambições dos homens dos novos tempos"¹⁰.

Ainda assim, essas transformações parecem ter motivado os profissionais da pena, como França Júnior e Coelho Neto: armados de muita tinta e papel, puseram-se a escrever sobre os perigos e as ameaças que a leitura representava para quem usasse corpetes parisienses. Afinal, essas mulheres começavam a se instruir, a assumir responsabilidades crescentes em relação aos filhos, a lutar pelo direito ao voto e à instrução.

Lúisa, a personagem principal de *As doutoras*, justifica o abandono do estudo da Medicina:

⁹ - NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. p. 163.

¹⁰ - Idem, *ibidem*, p. 164.

Meu pai: dizem que o cérebro da mulher é fraco. Pois bem, por um sentimento de vaidade, que dizem também ser inato em nosso sexo, eu enchi esse cérebro de tudo quanto a ciência pode ter de mais grandioso e mais útil. Percorri com coragem inaudita toda a escala do saber humano na minha especialidade. Calquei ódios e vaidades dos colegas, ergui a cabeça, sem corar, acima desses preconceitos sociais de que falou há pouco e que eu também considerava estúpidos! Venci. Entrei na sociedade triunfante com o meu título. O prestígio que se formou em torno do meu nome fez-me esquecer de que era uma mulher... A glória atordoava-me... Dentro de mim sentia, porém, qualquer coisa de vago, de estranho, que não sabia explicar! Eu que muitas vezes no anfiteatro havia apalpado o coração humano, que o tinha dissecado fibra por fibra, que pretendia conhecer-lhe a fundo a fisiologia! Desconhecia entretanto o sentimento mais sublime que enche todo esse órgão. Tudo quanto aprendi nos livros, tudo quanto a ciência podia dar-me de conforto, não vale o poema sublime do amor que se encerra neste pequeno berço!¹¹

Também em *A mulher*, de Coelho Neto, várias personagens femininas manifestam-se negativamente quanto à influência exercida pela leitura. Maria, a empregada da casa, a mais ignorante de todas as mulheres retratadas, condena a leitura da jovem Leonor:

¹¹ - JÚNIOR, França, op. cit., p. 162.

Cruzes! (...) Olhe, menina, não se zangue comigo, mas quer-me parecer que lhe meteram coisas demais na cabeça. Eu, quando como muito, tenho pesadelos. A instrução, assim às porções, deve embuxar (sic) como as pratarrazes de couves. Tudo tem a sua medida. (...) Sei o bastante para acompanhar o sacrifício da missa e para escrever aos meus, que lá estão na minha pequena aldeia. Para que mais?¹²

De outro extremo social, mas identificando-se com as teses da empregada, a avó de Leonor, irritada com a comportamento anti-social provocado pelo excesso de leitura da neta, explica que a educação tinha de ser bem dosada. Usando-se como modelo, discursava:

Que grandes livros possuía eu? Pobre de mim! O meu consultor era o bom senso, o meu código era a virtude. E vivi vinte e cinco anos à sombra do grande homem [o marido] sem que ele jamais tivesse ocasião de corrigir a minha ignorância ou de conter o meu estouvamento e, quando o perdi, continuei a viver na sociedade respeitada e querida. De livros sei apenas o bastante para não ser mistificada pelos que os frequentam com assiduidade. Filha, há duas ordens de sabedorias -- a do cérebro, que se adquire no estudo e a do coração, que se ganha na experiência: esta é a sabedoria da mulher¹³.

¹² - NETO, Coelho, op. cit., p. 123-4.

¹³ - Idem, ibidem, p. 129-30.

França Júnior, Coelho Neto e Valentim Magalhães são bons exemplos da crítica que se fazia à mulher instruída até pelo menos as duas primeiras décadas do século XX.

A avidez de cultura que o "belo sexo" começou a ter não parecia ser bem aceita, nem mesmo no interior da família. Caso houvesse, entre os familiares, uma mulher leitora, as funções que cabiam ao homem ou à mulher não deviam se misturar ou se confundir.

Essa separação de funções era reforçada pela divisão dos cômodos da casa entre homens e mulheres. Funcionando como um espelho, as partes ocupadas por cada um dos gêneros refletem a importância que desfrutavam no lar. Em casas de famílias mais abastadas, por exemplo, a mulher, íntima dos filhos, não dispunha de um ambiente doméstico onde pudesse ler ou escrever à vontade; o homem, distante da prole, possuía um escritório todo seu, onde convivia intimamente com papéis e livros:

Lêde o *Coração*, minhas senhoras, lêde-o (...).

Lêde-o e relêde-o, e depois, à noite, lêde uma página aos vossos filhos e não deixeis que o vosso esposo se recolha ao seu gabinete de trabalho ou ao seu quarto de cama, sem pedir-lhe a colaboração do seu saber e do seu entender para a completa inteligência do que pretende De Amicis neste ou naquele passo de sua obra e para a mais perfeita execução dos seus planos educativos.¹⁴ (Grifo meu)

¹⁴ - Prefácio de MAGALHÃES, Valentim. In: AMICIS, Edmundo, op. cit.

O grifo ratifica a hipótese da separação dos ambientes de leitura quando pai, mãe e filho estão presentes na casa.

Como o trecho todo tem a plasticidade de um quadro, não custa descrevê-lo, acrescentando-lhe os detalhes que Valentim Magalhães omitiu: num primeiro plano, algumas crianças deitadas em suas camas estão quase adormecendo. Ao lado delas, a mãe, enternecida, lê uma página do *Coração*, iluminado por um candelabro. Ao fundo, o pai da família trabalha em outro aposento da casa. Sentado à escrivaninha, lida com papéis e livros, com uma iluminação igualmente precária.

Em outras palavras: a leitura feminina transcorre num ambiente à parte, sem a presença masculina. Mulher e filho -- os dois destinatários previstos por Valentim Magalhães -- compartilham o mesmo interesse e a mesma intimidade. Já o pai, embora presente, tem seus próprios aposentos -- o gabinete de trabalho e seu quarto de cama -- e seus afazeres. Ele não participa da cena, embora esteja acessível.

Machado de Assis, em trecho de *Iaiá Garcia*, obra escrita em 1878, também descreve o escritório como espaço de trabalho masculino:

Iaiá ficou só, e um instante pensativa; mas, logo depois ergueu os ombros, pegou de um trabalho de agulha, inventado para matar o tempo, e caminhou para o gabinete do pai¹⁵, onde o foi achar com Estela.

¹⁵ - Grifo meu.

-- Virgem Nossa Senhora! disse a moça parando à porta.

Ao pé da secretária estava uma cesta, transbordando de papéis; sobre a secretária papéis; papéis na mão de Luis Garcia; outros na mão de Estela; alguns esparsos no chão. (...) Estela tinha entrado pouco antes da enteada; sentara-se em uma cadeira rasa, e entretinha-se a receber ou apanhar algum pedaço de jornal velho, e a ler algum trecho que os olhos acertavam de cair¹⁶.

O trecho é sugestivo: embora mulheres pudessem entrar no escritório de Luis Garcia, a leitura, quando praticada por elas nesse ambiente, era casual, descomprometida. Minutos antes, Iaiá Garcia ocupara o tempo ocioso com trabalho manual e não com leitura; já Estela, lia "algum trecho em que os olhos acertavam de cair".

Curiosamente -- e de forma muito significativa -- é neste ambiente que transcorre uma cena decisiva do romance: quando instada a ler por Luis Garcia uma carta de Jorge, Estela perturba-se pelas imagens do passado que a carta lhe aviva, emoção que passou despercebida a Luis Garcia, mas não a Iaiá que, a partir de então, começou a fazer deduções -- incorretas, exageradas e maliciosas -- das relações entre Estela, Jorge e Luis Garcia.

Pode-se dizer que, a partir da observação da reação de Estela à leitura da carta, Iaiá desenvolveu uma maturidade até então inexistente.

¹⁶ - ASSIS, Machado. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro/São Paulo/ Porto Alegre, Jackson Editores, 1957. p. 152-3.

Essa passagem do romance sugere -- numa interpretação maliciosa -- que a leitura de uma carta, quando praticada por uma mulher na presença do homem e no escritório dele, pode ser desestabilizadora: por provocar-lhe alterações na alma, inconfessáveis naquele momento, a mulher tenta esconder seus sentimentos mais íntimos. No entanto, como nem sempre é bem-sucedida na camuflagem de suas emoções, o resultado pode ser desastroso ou de difícil solução, como no caso de Estela, que não conseguiu mais recuperar a confiança que até então Iaiá Garcia depositava nela.

Ou seja: a leitura da carta por olhos femininos, no espaço e na presença masculina, parece estar deslocada, fora de lugar. Impedida de ali manifestar reações livremente, Estela prefere dissimular a expressar seus sentimentos. Talvez essa estranha fusão de rendas e cavanhaque num território que deveria ser exclusivamente do homem ganhe outras dimensões quando lembramos que Luís Garcia em nenhum momento do romance tem comportamento de personagem forte e patriarcal. Ao contrário, é dominado pelas personagens femininas, que comandam sua vida e têm sentimentos completamente desconhecidos por ele.

Fosse Luís Garcia dominador, as mulheres possivelmente não passariam da porta de seu escritório e, portanto, não recuperariam a carta que comprometeu a harmonia vigente na casa¹⁷.

Em outro romance, não é uma carta, mas um artigo de revista que faz Fernanda, personagem de *Correio da roça*, obra de 1913

¹⁷ - Como a história ganha força a partir da leitura dessa carta, não parece errado imaginar que sem a sua descoberta não haveria o romance machadiano em questão.

de Júlia Lopes de Almeida, entrar no escritório do marido, mas, dessa vez, atendendo a um chamado seu:

Preparava-me eu ontem para o meu passeio das cinco horas, quando meu marido mandou chamar-me ao seu escritório. Tive um sobressalto. Apesar de toda a minha filosofia e sobretudo de toda a lucidez do meu espírito, que em todas as circunstâncias vê mais ou menos as coisas como elas são, supus tratar-se de algum caso grave. (...) A primeira idéia que me assaltou o espírito foi a de um desastre em meu filho, que anda agora pela Suécia, estudando a organização das escolas e patinando furiosamente nos duros gelos daquele país. (...).

Refeita do meu susto, sem o auxílio da água de laranjeira com açúcar, sentei-me e indaguei qual o motivo por que ele me mandara chamar.

Ele explicou, revolvendo a papelada que sobe em pilhas quase até o teto, de cada lado da sua secretária, que por me ver tão interessada na organização da tua vida, queria mostrar-me uma página de certa revista, com que ele estava muito de acordo, sobre colonização estrangeira no Brasil.

Após uns cinco minutos de procura por cima, por dentro, por baixo de pastas, e por entre jornais esparsos do terrível caos que é essa secretária em que não me é dado sequer pôr as

pontas dos dedos, ele sacou do fundo de uma gaveta um folheto cor-de-rosa, em cuja capa li o nome da revista: *Itália e Brasil*¹⁸.

Mesmo sendo instruída, leitora de romances russos, "lúcida de espírito" e "filósofa", Fernanda sente-se deslocada no escritório do marido. Assim que ultrapassa suas portas, é apenas o instinto (ou terror) de mãe que atravessa seu espírito, julgando ter sido chamada para ouvir uma notícia trágica sobre seu filho adulto e residente em país distante.

Só depois de informada pelo marido que nada de errado havia acontecido com o filho do casal, e que tal preocupação era natural, pois, afinal, Fernanda "é uma mulher como todas as outras", é que ela consegue recuperar a lucidez, enquanto observa, com um olhar bastante feminino e crítico, a desordem na mesa de trabalho do marido, onde nem sequer podia "pôr as pontas dos dedos".

Fernanda parece conformada com a impotência de alterar a ordem (ou desordem) das coisas, mediante a proibição de organizar a papelada aparentemente caótica do marido, mas, diferentemente de Estela, Iaiá Garcia ou a leitora de Valentim Magalhães, é proprietária, em algum lugar indefinido da casa, de "uma pequena secretária Luiz XV", onde escreve suas cartas.

¹⁸ - ALMEIDA, Júlia Lopes de, *Correio da roça*. cit., p. 120-1. (Apesar de não ter sido possível conferir se a mencionada revista *Itália e Brasil* realmente foi editada, a comprovação de outro título do gênero -- *Portugal e o Brasil* -- publicada em 1908 em São Paulo, sugere a existência de publicações que versavam sobre países europeus e o Brasil. FONTE: DEL FIORENTINO, Teresinha Aparecida. *Prosa de ficção em São Paulo: produção e consumo (1900-1922)*. São Paulo, Hucitec/Secretaria de Estado da Cultura, 1982. p. 127.)

Não parece ser mero acaso que justamente esta personagem de Júlia Lopes de Almeida, no tocante a ambiente de trabalho intelectual dentro de casa, desfrute de uma posição um pouco mais favorável que as personagens anteriormente citadas.

Afinal, em depoimento a João do Rio, declara a autora de *Correio da roça*:

Pois eu em moça fazia versos. Ah! não imagina com que encanto. Era como um prazer proibido! Sentia ao mesmo tempo a delícia de os compor e o medo de que acabassem por descobri-los. Fechava-me no quarto, bem fechada, abria a secretária, estendia pela alvura do papel uma porção de rimas...

De repente, um susto. Alguém batia à porta. E eu, com a voz embargada, dando volta à chave da secretária: já vai! já vai!¹⁹ !

Tanto Fernanda como a própria Júlia Lopes de Almeida possuíam um lugar onde escrever, embora a escrita da primeira fosse mais escondida que a da segunda. Na verdade, Fernanda não sofre censura ou críticas por escrever cartas, mas não escapa da ironia do marido:

Diz meu marido que tenho a mania de epistolar e que só eu gasto mais tinta na minha pequena secretária Luiz XV do que todo o pessoal de

¹⁹ - RIO, João do. "Um lar de artistas". In: _____. *O momento literário*. Rio de Janeiro, Garnier, s. d. p. 23.

todas as secretarias públicas reunidas do Rio de Janeiro²⁰ .

Não é pouca coisa uma mulher ter sua própria mesa de trabalho já nos anos 10 do presente século, como a Fernanda aqui citada. Despossuídas de quase todas as vantagens que os homens já desfrutavam -- educação formal, dinheiro, profissão, reconhecimento, etc., etc. -- as mulheres, quando queriam escrever, faziam-no em condições precárias, muitas vezes escondendo-se do pai ou do marido, anotando rapidamente pensamentos esparsos em tirinhas de papel.

É o que também afirma Virginia Woolf, em *Um teto todo seu*, de 1928, obra que tematiza a dificuldade de as mulheres tornarem-se escritoras na Inglaterra do início do século XIX. Assim diz o(a) narrad(or)(a) em primeira pessoa:

Mas para as mulheres, pensei, olhando para as prateleiras vazias, essas dificuldades [para escrever] eram infinitamente mais descomunais. Em primeiro lugar, ter um quarto próprio -- sem falar num quarto sossegado ou num quarto à prova de som -- estava fora de questão, a menos que seus pais fossem excepcionalmente ricos ou muito nobres, mesmo no início do século XIX. (...) Essas dificuldades materiais eram imensas; muito piores, porém, eram as imateriais. (...) O mundo dizia numa gargalhada [à mulher

²⁰ - ALMEIDA, Júlia Lopes de, *Correio da roça*, cit., p. 121.

escritora]: "Escrever? E que há de bom em
você escrever?"²¹

As poucas e precárias condições materiais das mulheres, além do desprezo masculino pela sua escrita, também foram temas explorados por Júlia Lopes de Almeida. Quando o marido de Fernanda compara a "mania de epistolar" da esposa com o serviço público, acaba por desqualificá-los mutuamente. A comparação feita por um homem entre o hábito de escrever cartas -- normalmente uma atividade doméstica executada por mulheres, que não requer nenhuma profissionalização, apenas ser alfabetizada -- e o serviço público, sugere que tanto o primeiro quanto o segundo podem ser feitos por pessoas sem formação intelectual, de forma descompromissada e sem preocupação com resultados. A desqualificação das mulheres sugere, ainda, os preconceitos e as dificuldades enfrentadas por aquelas que, nessa época, desejavam expandir seus horizontes, seja educando-se em escolas, seja saindo às ruas mais livre e freqüentemente.

Estudos recentes sobre Júlia Lopes de Almeida ressaltam o pioneirismo de suas idéias, seu empenho pela emancipação feminina, realizado porém sempre de forma equilibrada e discreta²².

²¹ - WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. p. 69.

²² - DE LUCA, Leonora. *Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e o feminismo no Brasil da virada do século*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. Relatório final da pesquisa de iniciação científica no curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 7; TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1987. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais. p. 274 e 486. Outros estudos contemporâneos analisam a obra de Júlia Lopes de Almeida, mas não se preocupam em qualificar a militância de D. Júlia: BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo, T.A. Queiroz, 1989; HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo,

Não é de outra forma que Júlia Lopes de Almeida aborda os mais variados temas nas obras de aconselhamento²³, como *O livro das noivas*, de 1896, o *Livro das Donas e Donzelas*, de 1906, ou *Eles e elas*, de 1910.

O texto "Da sala à cozinha", inserido no *O livro das noivas*, é exemplar. Nele, Anita, a anfitriã, descreve os aposentos da casa à autora, quando esta lhe faz uma visita: começam pela sala, passam pelo escritório, pelo quarto de toilette, pelo quarto de dormir, pelo quarto de roupa, pelo terraço, pela copa, pela cozinha, pela dispensa, terminando no jardim. Trata-se, portanto, de uma casa confortável, compatível com pessoas relativamente abastadas para padrões do fim do século XIX.

É na descrição do escritório do marido de Anita que talvez possamos deduzir alguns valores caros à militância feminista de Júlia Lopes de Almeida: que esse espaço, mesmo sendo do homem, não seja estranho ou proibido à mulher. Ao contrário, que lhe seja tão agradável, que possa até ter intimidade com ele, desde que o homem seja ordeiro:

Meu marido tem muito método e muita ordem.

Gosta de estudar e de ler em sossego. Esta sala demonstra isso mesmo. Tudo aqui é sólido, simples, fresco e elegante... Tem os livros catalogados; ajudei-o nessa tarefa,

Brasiliense, 1981; PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. "Introdução". In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da roça*. 7. ed. Rio de Janeiro/Brasília, Presença/INL, 1987.

²³ - Estou chamando de obras de aconselhamento aquelas que, diferentemente dos romances, contêm crônicas ou anedotas que visam ensinar, principalmente o público feminino, as tarefas que lhe cabem: como administrar uma casa, como deve ser o vestuário feminino, como lidar com doenças infantis, etc.

muito contente por auxiliá-lo e ouvir-lhe as explicações que me dava deste ou daquele autor.

Nessa estante estão só livros de engenharia e alguns aparelhos cujos nomes não decorei. Nesta estão os clássicos, começando por Camões, que eu não compreendia e que meu marido me tem ensinado a amar; também estão aqui, embaixo, num cofre, os manuscritos de algumas celebridades nossas e estrangeiras e algumas obras de ciência. Aquelas outras estantes são exclusivamente destinadas à literatura moderna, brasileira, portuguesa, francesa, etc.

Naquela estante estão de preferência poetas; nesta, romancistas. Bem vêes que assim ele não perde tempo em procurar uma obra qualquer. Os dicionários, livros didáticos, etc., têm todos lugares determinados; podemos ir buscá-los às escuras!

Conquanto te interessem os livros, vamos andando, sim²⁴?

Anita, ao contrário das personagens citadas anteriormente, circula livremente pelo escritório do marido. Tão livremente, que até pode mostrá-lo a uma amiga. Os livros do marido, em certo sentido, parecem também lhe pertencer, uma vez que começa a lê-los e, principalmente, a apreciá-los. Inicialmente empregando o pronome "ele" para se referir ao

²⁴ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. "Da sala à cozinha". In: *Livro das noivas*. 4. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1926. p. 155-6.

dono dos livros, passa ao "nós", o que sugere, mais uma vez, a íntima relação que tinha com a biblioteca formada pelo marido, chegando a conhecer o lugar de cada exemplar e seu conteúdo.

Além de aprender a organizar e a catalogar obras com seu marido, Anita, por sua influência, torna-se leitora de clássicos, explicitamente de Camões. Os livros que estão à sua disposição, portanto, não são histórias açucaradas, de pouco valor literário, mas sim obras de autores consagrados, das mais diversas origens.

Por um lado, assim, Anita parece desfrutar de uma biblioteca particular invejável, já que aparentemente tem plena liberdade na escolha de obras -- dentre as que compõem o acervo familiar. Por outro, a tutela do homem sobre as leituras da mulher ainda persiste, uma vez que aparentemente não é Anita quem adquire ou encomenda livros novos, mas, sim, o marido.

Tais liberdades, ainda que limitadas, não parecem ter estado disponíveis para a grande maioria das mulheres do início do nosso século, talvez nem mesmo para as que, como Anita, gozavam de posição social privilegiada, sugerida pela quantidade de aposentos da casa.

O trecho que acabamos de analisar talvez pudesse constituir um projeto de Júlia Lopes de Almeida para as mulheres burguesas brasileiras: que pudessem dispor de livros e de ambiente agradável de leitura no lar sem, no entanto, abrirem mão dos cuidados da casa e dos filhos. Afinal, os papéis que a mulher ainda deveria desempenhar não eram muito diferentes dos das gerações anteriores de brasileiras: cuidar da casa, da educação e da saúde dos filhos. A leitura funcionava como

um meio para a mulher poder cumprir melhor seus múltiplos deveres e não como um fim.

Júlia Lopes de Almeida não está propondo abandono das funções domésticas ou maternas, mas, ao mesmo tempo, está sugerindo, através de uma situação modelar, como a mulher pode progredir intelectualmente, sem ferir princípios ou costumes da época.

Em *A Família Medeiros*²⁵, romance publicado em 1891 e ambientado em propriedades rurais paulistas produtoras de café, Júlia Lopes de Almeida já sugere a ausência de um local para a mulher dedicar-se aos estudos e à leitura,

*A saleta de costura era contígua e, ouvindo a bulha, Noemia, a irmã mais nova, abandonou a lição e, deixando a mestra só, veio cair risonha nos braços de Otávio*²⁶. (Grifo meu)

sem prejuízo de suas obrigações de boa dona de casa:

[Eva] voltou-se para o interior da saleta [de música], sentou-se perto da mesa e pôs-se a folhear um livro, resolvida a falar com firmeza a Paulo sobre a conveniência de arranjar um marido. Esteve assim pouco tempo; depois, seguindo o conselho de Paulo, percorreu toda a casa, renovando ordens, alterando a posição de alguns trastes e

²⁵ - Idem. *A Família Medeiros*. Rio de Janeiro, Empresa Nacional de Publicidade, 1919. (Escrito entre 1886 e 1888 e publicado em 1891 em forma de folhetim no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, o romance é editado pela primeira vez em livro em 1892. A segunda edição é de 1894.)

²⁶ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família Medeiros*, cit., p. 14.

feitorando o serviço. Os cuidados domésticos conseguiram muito: Eva distraiu-se²⁷. (Grifo meu)

A Noemia aqui retratada tem quinze anos e estudou no Colégio de Itu de onde saiu sem, aparentemente, concluir o curso. Para complementar sua frágil educação, por vontade de seu pai, toma aulas temporariamente com uma preceptora alemã na saleta de costura de sua casa.

Sem muito interesse pelos estudos, Noemia mal aprende as lições, passando boa parte dos dias envolvida em brincadeiras com seus cães. Na verdade, não sente falta de um escritório ou de um local isolado para aprimorar seus conhecimentos.

Eva, prima de Noemia, ao contrário, tem 20 anos, é educada, fala francês e alemão, recita versos de Goethe de cor, sabe costurar, cuidar de plantas, administrar uma casa e sente-se desconfortável sem um local privado onde possa ler.

Apesar de as duas personagens terem idades e comportamentos distintos, são igualmente desprovidas de locais onde possam dedicar-se à leitura.

Eva busca compensar essa falta no quarto da preceptora alemã, onde, todas noites, as duas faziam serões, lendo e recitando poesias. Tal atitude de Eva revela não só a superação de barreiras sociais de ambas, que passam a conviver em locais da casa geralmente distintos -- família e serviçais não costumam frequentar os quartos de dormir uns dos outros --, como a forte influência da educação alemã no Brasil do final do século XIX e início do XX, tema recuperado

²⁷ - Idem, ibidem, p. 193.

anos mais tarde, em 1927, por Mário de Andrade, na obra *Amar, verbo intransitivo*, na qual Fräulein, também alemã, inicia a vida sexual e os estudos literários em alemão do seu jovem aluno Carlos.

Também não parece improvável imaginar que Júlia Lopes de Almeida tivesse conhecimento da experiência de Ina von Binzer, alemã que veio ao Brasil em 1881, contratada para educar sete dos doze filhos que "Dr. Rameiro", fazendeiro e proprietário de escravos no Rio de Janeiro, teve em seu segundo casamento²⁸.

Independentemente de esta hipótese estar correta, Júlia Lopes de Almeida retratou em *A família Medeiros* questões pertinentes à época, uma vez que esse romance trata de temas que variam desde as mazelas da escravidão e práticas agrícolas, até a falta de condições de educar convenientemente mulheres que vivem no campo. Sendo Eva uma agregada, a ausência de um espaço adequado e privado para ler pode ser justificado pelo fato de a família já ter disposto de todos os aposentos antes de sua chegada à casa.

No entanto, nem mesmo antes de mudar-se para o sítio de seu tio, quando ainda vivia na casa de seu pai, homem de idéias avançadas, que substituiu o trabalho escravo pela mão-de-obra livre muito antes da Abolição, e que implantou a policultura quando a monocultura ainda era praxe, Eva tinha um escritório todo seu.

Ricamente mobiliada para os padrões de uma casa rural na época, a propriedade do pai, herdada por Eva ainda jovem,

²⁸ - DUARTE, Paulo. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. In: BINZER, Ina von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo, Anhembi, 1956. p. 8.

abrigava um gabinete de trabalho de Paulo, seu irmão de criação e futuro marido:

O gabinete de Paulo era adornado com severidade: mobília de jacarandá, mesa espaçosa, com carrancas a guarnecerem-lhe os cantos, estantes envidraçadas e cadeiras antigas de espaldar alto²⁹.

Os homens nesse romance geralmente dispõem de uma sala exclusiva para discutir política, falar sobre negócios ou assuntos de família, ou de um escritório:

Entraram todos para a sala dos homens³⁰.

Fora então que, uma vez, enquanto as crianças brincavam no jardim e a dona da casa cosia noutra sala, Gabriel Medeiros, no seu escritório, vendo de longe a filha, lhe contara a sua vida toda³¹.

Apesar da rigidez dos costumes da família patriarcal brasileira, cabendo ao homem as decisões e às mulheres a execução das ordens, não se observa em *A família Medeiros* nenhuma proibição às mulheres de conviverem com os homens em seus gabinetes ou escritórios.

Esse livre-trânsito sugere, mais uma vez, que os papéis masculinos e femininos, na visão de Júlia Lopes de Almeida,

²⁹ - ALMEIDA, Júlia Lopes de, *A família Medeiros*, cit., p. 182.

³⁰ - Idem, *ibidem*, p. 22.

³¹ - Idem, *ibidem*, p. 95.

não precisam necessariamente sofrer alterações para a mulher começar a circular em ambientes anteriormente proibidos e praticar um mínimo de leitura. Também é possível imaginar que Júlia Lopes de Almeida, talvez numa vertente utópica, estivesse propondo uma convivência entre homens e mulheres em espaços onde as últimas não eram aceitas.

Outra personagem feminina leitora, Edgarda, de *Numa e a ninfa*³² -- romance de Lima Barreto de 1915, que descreve a vida do Rio de Janeiro recém-republicano, as oscilações, os sobressaltos e os conchavos dos políticos interessados em ocupar ou em manter o poder -- tem uma biblioteca particular em casa. Não se trata mais de compartilhar a do marido, mas de ter a sua própria:

D. Edgarda, mulher de Numa, não andou muito contente uns dias e ela os passou recolhida à sua biblioteca a ler e a pensar.

Os livros estavam fora dos seus lugares nas estantes; viviam pelas mesas, pelo chão, abertos, com marcas à vista; e um tal aspecto era mais o da biblioteca de um sábio em desesperada polémica que o da de uma senhora que faz plácidas leituras³³.

³² - LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *Numa e a ninfa*. Rio, São Paulo, Porto Alegre, Gráfica Editora, 1940. (A primeira edição é de 1915, mas começou a circular em 1917. Em 1953, na obra *Marginália*, também de Lima Barreto, é publicado o conto intitulado *Numa e a Ninfa*, preservando-se o enredo e as características dos principais personagens retratados no romance *Numa e a Ninfa*, exceto o nome da protagonista, que passou a ser Gilberta e não mais Edgarda.)

³³ - LIMA BARRETO, Afonso Henriques, op. cit., p. 128.

Percorremos até agora algumas representações do espaço onde a leitura era praticada: desde o quarto de dormir da preceptora alemã, precariamente preparado para abrigar livros, citado em *A família Medeiros*, até a biblioteca de uma mulher, descrita por Lima Barreto, com estantes e mesas, mas em total desordem, e uma biblioteca meticulosamente classificada, com móveis adequados, conforme descrição de Júlia Lopes de Almeida no *Livro das noivas*.

Entre o improvisado do quarto de dormir adaptado à leitura, à biblioteca organizada e limpa, não há gradação qualitativa que permita interpretar ocorrência de melhores condições de prática de leitura em ambientes domésticos, mas, isto sim, flagrantes de como livros e seus(uas) leitores(as) começaram a conviver em espaços pouco ou nada adaptados à formação de bibliotecas privadas, fato que sugere a lenta e gradual formação do hábito feminino de ler.

Machado de Assis, em 1895, ou seja, quatro anos após a publicação de *A família Medeiros* de Júlia Lopes de Almeida, fornece, com muita ironia, outra representação da leitura, ao atribuir a falta do hábito de ler à carência de estantes adequadas e à falta de estética dos livros:

Que pouco se leia nesta terra é o que muita gente afirma, há longos anos, é o que acaba de dizer um *bibliômano* na *Revista Brasileira*. Este, porém, confirmando a observação, dá como uma das causas do desamor à leitura o ruim aspecto dos livros, a forma desigual das edições, o mau gosto, em suma. Creio que assim seja, contanto que essa causa entre com outras de igual força. Uma destas é a falta de estantes. As nossas grandes mercenarias estão cheias de móveis ricos, vários de

gosto; não há só cadeiras, mesas, camas, mas toda a sorte de trastes de adorno, fielmente copiados dos modelos franceses. (...) Entra-se nos grandes depósitos, fica-se deslumbrado pela perfeição da obra, pela riqueza da matéria, pela beleza da forma. Também se acham lá estantes, é verdade, mas são estantes de músicas para piano e canto, bem acabadas, vários tamanhos e muitas maneiras³⁴.

A recuperação deste texto de Machado de Assis ressalta a influência dos padrões estéticos franceses ao mesmo tempo em que denuncia a escassez da prática da leitura no Brasil. Apesar dessa observação machadiana, o que estou querendo demonstrar em meu trabalho é que as leitoras ficcionais parecem trafegar na contramão dos romancistas e dos historiadores da literatura que lamentam a pouca leitura praticada no Brasil, pois, além de elas lerem com certa assiduidade, vão, aos poucos, construindo espaço próprio para poder gozar de momentos de intimidade com as mais variadas obras, como no caso de Edgarda, proprietária de uma biblioteca exclusivamente sua.

Edgarda rompe os padrões da dona de casa exemplar, ao conviver bem -- ao contrário de Fernanda, de *Correio da roça* -- com a desordem de sua biblioteca, estereótipo da de um sábio, que também deixa os livros consultados na mais completa confusão. Diferentemente de Fernanda, que deseja arrumar a papelada do marido, é ela mesma quem deixa o ambiente sem asseio, com livros abertos e espalhados, quando descobre que a carreira política do marido estava por desabar.

³⁴ - ASSIS, Machado de. "11 de agosto". In: _____. *A Semana (1892-1897); Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, Jackson Editores, 1957. p. 414-15.

Pode-se pensar, num primeiro momento, que ter sua própria biblioteca, recheada de livros escolhidos por ela, faz de Edgarda a personagem mais emancipada das até agora discutidas. Afinal, nem Luísa, de França Júnior, nem Leonor, de Coelho Neto, nem Estela e Iaiá García, de Machado de Assis, nem Fernanda, Anita e Eva, de Júlia Lopes de Almeida, possuem livros ou as mesmas condições de prática de leitura que Edgarda. Algumas dessas personagens possuem livros de estudos, mas sofrem pressões sociais para abandoná-los; outras, raramente lêem e outras, ainda, só lêem o que é permitido pelo marido.

Edgarda, representa, portanto, uma leitora bastante diferenciada, cuja liberdade de seleção de títulos e disponibilidade para a leitura seriam inimagináveis para suas colegas de papel.

Filha de importante político do Rio de Janeiro, educada em escola religiosa feminina, Edgarda casa-se sem amor com Numa Pompílio de Castro, acreditando que o futuro político do marido seria tão brilhante quanto o do pai.

Mais lida e educada que seu cônjuge, é Edgarda quem, com muito esforço, consegue fazer de Numa um político mediano, ao propor-lhe temas para debates e, principalmente, ao redigir seus discursos, tarefa que ele era incapaz de realizar.

Edgarda parece entender melhor que Numa os meandros da política, talvez por ter passado toda sua vida de solteira observando o trabalho do pai e por ter sempre lido muito:

E ela lia poetas, lia os romances, e foi alargando o campo de leitura. Deste e daquele modo foi completando a sua instrução,

adquirindo essa segunda que as mulheres, no dizer de Balzac, só adquirem com um homem. Apanhara bem a relação que há entre a vida que não vivera e o livro que lia; entre a realidade e a ficção³⁵.

O que torna Edgarda uma leitora bastante qualificada é o fato de aprender com os romances, aplicando corretamente na vida real as lições dos livros, a tal ponto que chega a inverter os papéis com o marido, pois é ela quem o ensina e o aconselha sobre o que fazer:

Edgarda, depois de levar a xícara aos lábios, sorver um gole e descansá-la, observou:

-- É preciso aparecer, Numa!

Com preguiça e mansidão, o marido objetou:

-- Para quê, Edgarda? Para quê? Há tanta gente inteligente que não preciso incomodarme.

-- Eu -- fez ela -- se estivesse no caso de você, por isso mesmo é que me incomodava. Você tem vergonha?

-- Não, ao contrário; sou até desembaraçado, mas... mas... preciso estudar.

-- Pois então estude! Que dificuldade há? Você por que não experimenta? Não se discute a tal questão do novo Estado?

-- Discute-se.

³⁵ - LIMA BARRETO, Afonso Henriques, op. cit., p. 44.

-- Por que você não fala?

-- É... É... Mas...

-- Precisa estudar, não é?

-- É.

-- Eu ajudo.

-- Como? Você sabe?

-- Não. Vejo os livros -- pergunto a papai; você indica outros, tomo notas e depois você as redige. Lê alguns discursos e o resto se arranja.

-- Não vá sair a coisa com algumas inconveniências!

-- Qual! Passo a limpo e você leva a papai, para ver o que há.

A peça oratória foi assim composta; e, na redação final, Numa ficou muito contente com a habilidade da mulher. Encontrou muitas modificações felizes, muita frase bonita e cheio de uma intensa alegria, perguntou:

-- Você já escreve há muito tempo, Edgarda?

-- Não, nunca escrevi. Por quê? -- respondeu a mulher com algum estremecimento na voz.

-- Por quê?... Porque tem muita coisa que você escreveu melhor que eu.

-- Pois você pode ficar certo de uma coisa: escrevi o que está no teu rascunho,

modificando uma ou outra coisa,
naturalmente³⁶.

A independência intelectual de Edgarda faz com que ela não se sinta na obrigação de prestar contas ao marido sobre suas atitudes. No entanto, não consegue libertar-se da influência do pai, para quem sempre acaba recorrendo quando as situações tornam-se complexas demais.

Numa, por sua vez, vive satisfeito ao lado de Edgarda, por quem nutre mais um sentimento de gratidão do que de amor ou de desejo. Nem quando percebe estar sendo traído por Edgarda com o primo dela, verdadeiro autor das idéias e dos discursos que Edgarda dizia serem suas, manifesta qualquer reação. Avalia simplesmente o que teria a perder, caso procedesse de forma agressiva:

[Numa] pensou em ir ver a mulher; em ir agradecer-lhe com um abraço o trabalho que estava tendo por ele. Calçou as chinelas e dirigiu-se vagarosamente, pé ante pé, até o aposento onde ela estava. Seria um surpresa. As lâmpadas dos corredores não tinham sido apagadas. Foi. Ao aproximar-se, ouviu um cicio, vozes abafadas... Que seria? A porta estava fechada. Abaixou-se e olhou pelo buraco da fechadura. Ergue-se imediatamente... Seria verdade? Olhou de novo. Quem era? Era o primo... Eles se beijavam, deixando de beijar, escreviam. As folhas de papel eram escritas por ele e passadas logo a limpo pela mulher. Então era ele? Não era ela? Que devia fazer? Que

³⁶ - Idem, ibidem, p. 23.

descoberta! Que devia fazer? A carreira... o prestígio... senador... presidente... Ora bolas!

E Numa voltou, vagorosamente, pé ante pé, para o leito, onde sempre dormiu tranqüilamente³⁷.

O leitor fica tão surpreso quanto Numa ao ser informado pelo narrador em terceira pessoa que Edgarda, na verdade, não era autora dos discursos políticos do marido. Tudo não passava de uma farsa, pois desde sempre era o cérebro do primo-amante, e não o dela, que se punha em ação para elaborar as "frases bonitas", fazer as "modificações felizes". Sua função era mera perfumaria: passar tudo a limpo, com sua caligrafia caprichada.

Nas últimas páginas do romance, portanto, quando tais fatos são revelados, desfaz-se a imagem de Edgarda como sendo mulher livre, erudita, emancipada. No seu lugar, surge uma Edgarda dependente de neurônios masculinos para escrever discursos políticos, fato que não chega a invalidar sua experiência de leitora sofisticada e experiente, que encomendava as mais variadas obras a livreiros do Rio de Janeiro.

Talvez pelo fato de ser no ambiente privado o local onde Edgarda encenava sua farsa, Numa não parecia aborrecido com o fato de sua esposa aparentar ser melhor do que ele em papéis antes exclusivamente masculinos. Seja por acomodação, seja por incompetência, Numa não se sentia ameaçado ou ridicularizado pela esposa. Apesar de Edgarda não terminar no

³⁷ - Idem, *ibidem*, p. 213-5.

romance tão independente intelectualmente quanto no início, não se pode negar que era ela quem fazia todas as costuras políticas entre Numa e o sogro, quem sabia convencer o marido sobre a atualidade de certos temas que deveriam ser discutidos pelos políticos. Em outras palavras: Edgarda sabia cumprir com muita inteligência e perspicácia seu papel de esposa, único meio de que dispunha para manter-se entre a elite do Rio de Janeiro.

A biblioteca, antes exclusivamente local de trabalho, ganha ares de alcova. Sendo esse o único cômodo da casa que realmente lhe pertencia, onde o estranho era o marido, parece correto supor que era o local mais apropriado para seus encontros amorosos. Portanto, a biblioteca passa a acumular dupla função: o de local de trabalho e o de realização de prazeres escondidos.

De tudo que já foi comentado, podemos dizer que as personagens femininas até agora analisadas oscilaram entre dois extremos: desde a total ausência de espaço até o domínio de um local doméstico e de trabalho exclusivamente feminino, onde podiam exercer alguma atividade intelectual.

Permeando essas duas situações, há o escritório marcadamente masculino, mas que não exclui a mulher. O escritório do marido é tão familiar à mulher quanto a cozinha da casa. Sabendo onde os livros estão guardados, seus autores e títulos, é possível lê-los, sem intermediação masculina direta. Para essa mulher não há nenhum constrangimento em circular nesse aposento, embora tenha uma relação respeitosa com o ambiente. Seria impossível imaginar nessa biblioteca uma cena como a descrita na de Edgarda ou na da família Sousa Costa, onde Carlos, aluno de Fräulein, recebia lições de amor permeadas por expressões em alemão no já lembrado romance de Mário de Andrade, *Amar*, verbo intransitivo:

Sobre a grande escrivadinha, legítimo liceu-de-artes-e-ofícios, o menino [Carlos] escrevia com lentidão. Hesitava mais que o necessário. Sucedia então que Fräulein se inclinava sobre ele para ver e corrigir, Fräulein era míope. Inclinava, se encostava toda nele e Carlos não gostava daquilo. Escritório úmido, frio, fechado no silêncio³⁸.

Esses romances confirmam que além de a figura feminina começar a tornar-se comum nos espaços públicos, também no espaço privado começam, por assim dizer, a feminizar-se certos espaços antes exclusivamente masculinos. Não que tal processo tenha se desenvolvido de forma linearmente progressiva: as conquistas são lentas, e o centro da vida continua a ser, portanto, a casa e seus afazeres, bem como a educação dos filhos que ficavam sob seu comando

a mulher burguesa empenhou-se em [ordenar] e [delimitar], garantindo, a partir dali, o exercício de seu poder³⁹.

A restrição ao espaço público, a favor do privado, não garantiu a manutenção ou a preservação da moral feminina imposta pelo casamento. À medida que vão se apropriando do espaço doméstico, as leitoras de papel e tinta abriram espaço na casa e na rua, passando a ter atitudes antes impensáveis para mulheres educadas.

³⁸ - ANDRADE, Mário. *Amar, verbo intransitivo*. 5. ed. São Paulo, Martins, 1976. p. 76.

³⁹ - NADAI, Elza. A educação da elite e a profissionalização da mulher na primeira república: discriminação ou emancipação?. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 17 (1/2):27 jan./dez. 1991.

Conceição: leitora de cem romances?

[Conceição] Foi à estante. Procurou, bocejando, um livro. Escolheu uns quatro ou cinco, que pôs na mesa, junto ao farol⁴⁰.

Conceição, protagonista do romance *O quinze*, de Rachel de Queirós, representa uma mulher que desfruta da disponibilidade necessária para a vida intelectual. Moça normalista, de 22 anos, residente numa cidade nordestina⁴¹ e proveniente de uma família em situação financeira confortável⁴², pode identificar-se com o segmento da população feminina brasileira que, no primeiro quarto de nosso século (o romance foi publicado em 1930 e narra a grande seca de 1915), tinha como ofício a prática do magistério, com requintes de leitura.

A cultura de Conceição, embora não muito extensa (pois conhecia todos os seus livros de cor)⁴³, parece bastante

⁴⁰ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 8.

⁴¹ - O romance não explicita o nome da cidade onde Conceição vive, mas deve localizar-se no Ceará, onde se passa o romance. Apenas há referências sobre "a casinha amarela de três portas, na Rua de São Bernardo, bem perto da igreja" (p. 59), acessível por trem de Logradouro, onde mora sua avó, no sertão. É uma cidade litorânea, pois de seu porto muitos retirantes embarcavam rumo a São Paulo e outras paragens (p. 114). Outra cidade mencionada na história, Baturité (p. 34), situa-se a 105 km de Fortaleza, informação que reforça a hipótese de ser cearense a cidade de Conceição.

⁴² - O romance nos informa que além da casa na cidade, Conceição possuía um pedaço de terra na serra de Baturité (p. 34) e que sua avó era proprietária de uma fazenda que criava gado em Logradouro (sertão nordestino). Em nenhum momento da história Conceição ou sua avó passam dificuldades, ao contrário dos outros personagens, que caem na mais absoluta miséria durante a seca.

⁴³ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 8-9: Aqueles livros -- uns cem, no máximo -- eram velhos companheiros que ela escolhia ao acaso, para lhes saborear um pedaço aqui, outro além, no decorrer da noite. Pegou no primeiro livro que a mão alcançou, fez um monte de travesseiros ao canto da cama, perto da luz, e, ficando o cotovelo neles, abriu à toa o volume.

E ao repô-lo na mesa, lastimava-se:

variada: inclui diversos autores -- Sienkiewicz, Coulevain, Nordau e Renan -- e passa por diferentes temáticas: livros sobre religião, socialismo e feminismo compõem sua biblioteca particular. Como toda a elite brasileira culta da época, Conceição lê tão bem português quanto francês.

Com um tal currículo, Conceição parece uma leitora modelar: tem preferências definidas por autor e gênero, horas disponíveis para a leitura, lê francês e, principalmente, sente prazer no ato de ler.

Mas não é bem assim. Sua escolha de autor ou obra muitas vezes é aleatória e às vezes há tropeços na compreensão dos livros:

aqueles livros (...) eram velhos companheiros
que ela escolhia ao acaso⁴⁴ .

pegou no primeiro livro que a mão alcançou⁴⁵ .

É tão complexo, isso de ambiente... Afinal...
Mas sei lá!⁴⁶ .

A aparente ambigüidade da competência de leitura de Conceição gera algumas perguntas -- ela era ou não autônoma na escolha de títulos? Compreendia o que lia? Podia/queria adquirir títulos novos? -- cujas respostas talvez se delineiem se prestarmos atenção às influências recebidas, talvez responsáveis por seu comportamento intelectual e emocional.

-- Está muito pobre, essa estante! Já sei quase tudo decorado!

⁴⁴ - Idem, *ibidem*, p. 8.

⁴⁵ - Idem, *ibidem*, p. 8-9.

⁴⁶ - Idem, *ibidem*, p. 126.

Seu finado avô, livre-pensador, maçom e herói do Paraguai, dono de vários exemplares lidos por Conceição é, aparentemente, figura expressiva na história de leitura da moça:

[Conceição] voltou com um grosso volume encadernado que tinha na lombada, em letras de ouro, o nome de seu finado avô;

às vezes lhe acontecia citar o Nordau ou o Renan da biblioteca do avô.⁴⁷

Afinal, são seus livros que Conceição herda, sobrepondo-se aqui sua herança intelectual e simbólica à material e econômica, já que o romance não refere propriedades deixadas pelo avô.

Ou seja, o avô de Conceição acumula ao longo da vida um patrimônio cultural que transmite à geração seguinte. Mas ele quebra a tradição do patriarca nordestino, fundador de linhagens (masculinas) identificadas no latifúndio, já que se trata aqui da fundação de uma linhagem feminina letrada, identificada nos cem títulos que Conceição lia e relia.

Ter sido maçom também significa ter sido homem de posses, já que, para ingressar nessa sociedade secreta era necessário pagar, e bem⁴⁸, fato que reforça a hipótese do conforto material da família de Conceição.

⁴⁷ - Idem, ibidem, p. 8-10.

⁴⁸ - Jamil Almansur Haddad transcreve a tabela cobrada pela maçonaria em 1873:

Iniciação do aprendiz 50\$000

A informação de que este avô pertencia à maçonaria torna verossímil sua familiaridade com livros, já que faz parte do código maçônico o pai ser de seu filho uma espécie de mestre intelectual e espiritual. O avô funciona como uma espécie de mentor intelectual de Conceição num meio pouco favorável a livros como o sertão nordestino, onde fica a velha fazenda onde viveu junto com sua esposa D. Inácia, marcado por prolongadas e seguidas secas, :

Até os 12 anos, sê o seu mestre; até os 20, seu pai espiritual, e até à morte, seu amigo⁴⁹ .

Sua identidade de leitor, vocação seguida por Conceição, parece fundamental para formar, manter e ampliar a biblioteca familiar. Em outras palavras: Conceição e seu avô parecem ter os mesmos interesses de leitura, o que nem sempre acontece quando os leitores são de sexos opostos.

Com tudo isso, Conceição encontra na herança do avô, leitor qualificado, legado suficiente para começar a compor sua

Regularização	50\$000
Filiação dos Maçons do Círculo do Grande Or.	12\$000
Filiação de Maçons de Círculos diferentes	20\$000

(HADDAD, Jamil Almansur. *O romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo*. São Paulo, [Siqueira], 1945. p. 42.) Para auxiliar a interpretação desses valores, vale lembrar que, segundo HALLEWELL, por volta de 1870, um professor de escola rural ganhava 33\$000 por mês, ou seja, 25% do total cobrado pela maçonaria. (HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985. p. 140.)

⁴⁹ - "Código maçônico". In: SILVA, Raul. *Maçonaria simbólica*. São Paulo, Pensamento, 1962. p.95-7. (A única referência explícita à mulher no código maçônico manda que ela seja respeitada e nunca desonrada. Portanto, a formação espiritual e intelectual da mulher não era prioridade para os maçônicos, mas, de alguma forma deve ter sido para o avô de Conceição, uma vez que lhe faz herdar seus livros.)

própria biblioteca, misturando títulos e autores e assim inaugurando, pela mão do avô, sua história de leitura.

Por outro lado, na contramão dessa história de leitura de raízes familiares, fica a condenação da avó Inácia tanto no que se refere às escolhas literárias da neta quanto nas horas gastas por ela com a leitura:

E esses livros prestam para moça ler, Conceição? No meu tempo, moça só lia romance que o padre mandava.⁵⁰

-- Apaga a luz, menina! Já é meia-noite!⁵¹ ;

-- E você sem largar esse livro! Até em hora de missa!⁵²

Tantas eram as advertências da avó, que não foram poucas as vezes que Conceição teve de se defender para garantir seu direito à leitura no ambiente doméstico.

Em outras palavras: não obstante a figura tutelar do avô, Conceição estava deslocada no círculo familiar: se enquanto normalista era respeitada⁵³, não o era enquanto leitora.

⁵⁰ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 123.

⁵¹ - Idem, ibidem, p. 9.

⁵² - Idem, ibidem, p. 123.

⁵³ - Ser professora era uma das poucas profissões que davam à mulher um status diferente do de dona de casa, ainda em 30, quando o romance foi escrito.

O estranhamento que a leitura acarreta para Conceição no espaço das relações familiares e doméstico torna-se decisivo para a história que o romance narra, já que ele acaba envolvendo Vicente, primo de Conceição, com quem ela tinha um início de namoro, e que terminou por achá-la pedante:

Em vão [Vicente] procurou naquela moça grave e entendida do mundo, a doce namorada que dantes pasmava com a sua força, que risonhamente escutava os seus galanteios, debruçada à janela da casa-grande, cheirando o botão de rosa que ele lhe trouxera.

Quando saiu, ia debaixo dum sentimento de desgosto, vago, mas opressivo. Por que estava Conceição tão longínqua e distraída?... E ao fim da visita, quando ela falava sobre o efeito da seca na vida da cidade, pareceu-lhe até pedante... Tinha na voz e nos modos uma espécie de aspereza espevitada, característica de todas as normalistas que conhecia...⁵⁴

Para Vicente, a súbita transformação de Conceição de doce namorada em normalista que ele considera pedante era incompreensível. Para ela, no entanto, havia um motivo bastante claro que a fazia tomar distância de seu primo-namorado: crescia a diferença cultural entre ambos que, aos olhos de Conceição, definitivamente os separava:

[Conceição] pensou no esquisito casal que seria o deles, quando à noite, nos serões da

⁵⁴ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 78.

fazenda, ela sublinhasse num livro querido um pensamento feliz e quisesse repartir com alguém a impressão recebida. Talvez Vicente levantasse a vista e lhe murmurasse um "é" distraído por detrás do jornal... Mas naturalmente a que distância e com quanta indiferença...⁵⁵

São várias as leitoras retratadas pela literatura brasileira que exatamente por serem leitoras parecem muito diferentes do meio que as cerca. Conceição, assim como Guiomar e Estela, de Machado de Assis⁵⁶, Olímpia, de Aluizio Azevedo⁵⁷, Maria do Carmo, de Adolfo Caminha⁵⁸, e Eva, de Júlia Lopes de Almeida⁵⁹, são professoras ou, quando não, moças educadas e de fino trato com hábitos de leitura e escrita pouco usuais em seu tempo e em sua classe.

A apresentação de Guiomar, protagonista de *A mão e a luva*, romance publicado por Machado de Assis em 1874, logo no início da história frisa a profissionalização da moça:

era uma moça de 17 anos, e, por ora, simples aluna-professora no colégio de uma tia do

⁵⁵ - Idem, *ibidem*, p. 79-80.

⁵⁶ - Guiomar é personagem de: ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inco, 1957. (A primeira edição é de 1874.); e Estela é de: ASSIS, Machado de. *Jaiá Garcia*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inco, 1957. (A primeira edição é de 1878.)

⁵⁷ - AZEVEDO, Aluizio. *Livro de uma sogra*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1959. (A primeira edição é de 1895.)

⁵⁸ - CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. 8. ed. São Paulo, Ática, 1985. (A primeira edição é de 1893.)

⁵⁹ - ALMEIDA, Júlia Lopes de, *A família Medeiros*, cit.

nosso estudante [Estevão], à rua dos Inválidos⁶⁰.

Diferentes passagens do romance dão prosseguimento à construção da identidade de leitora de Guiomar, com frequência representada em cenas de leitura:

[o] que ele [Estevão] viu, além do perfil, dos cabelos, e da tez branca, foi a estatura da moça [Guiomar], que era alta, talvez um pouco menos do que parecia com o vestido roçagante que levava. Pôde ver-lhe também um livrinho, aberto nas mãos, sobre o qual pousava os olhos, levantando-os de espaço a espaço, quando lhe era mister voltar a folha, e deixando-os cair outra vez para embeber-se na leitura.

(...)

A moça chegara à cerca; esteve de pé algum tempo, olhou em derredor e por fim sentou-se no banco que ali havia, dando as costas para o jardim de Luís Alves. Abriu novamente o livro, e continuou a leitura do ponto em que a deixara tão só consigo, tão embebida no livro que tinha diante, que não a despertou o rumor, aliás sumido, dos passos de Estevão nas folhas secas do chão⁶¹.

⁶⁰ - ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inco, 1957. p. 15

⁶¹ - Idem. *A mão...*, cit., p 41.

De noite [Jorge] foi à casa da tia. Achou as senhoras à volta de uma mesa; Guionar lia, para a madrinha ouvir, um romance francês, recentemente publicado em Paris e trazido pelo último paquete⁶².

Estela, personagem de *Iaiá Garcia*, romance machadiano de 1878, ao enviudar e premida pela precariedade de sua condição social e econômica, assume sua profissão de professora, até então não exercida:

Uma antiga condiscípula de Estela, residente no norte de S. Paulo, aceitava a proposta que esta lhe fizera, de ir dirigir-lhe o estabelecimento de educação que ali fundara desde alguns meses⁶³.

Olímpia, personagem do *Livro de uma sogra* que Aluizio Azevedo publica em 1895, descreve-se em primeira pessoa como

inocente e pura, educada sob os mais austeros exemplos de moral e virtude, tendo feito a minha aprendizagem doméstica sem prejuízo dos meus pequenos dotes sociais, sabendo coser (...) e mais: tinha boa ortografia, alguma leitura, que não era composta só de maus romances, um pouco de francês, um pouco de inglês, um pouco de desenho (...) ⁶⁴.

⁶² - Idem. *A mão...*, cit., p. 113-4.

⁶³ - ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inco, 1957. p. 298.

⁶⁴ - AZEVEDO, Aluizio. *Livro de uma sogra*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1959. p. 19.

e inclui a vida intelectual compartilhada como requisito para a harmonia conjugal, acreditando que para um casamento ser bem-sucedido deve o marido

abster-se de escrever, com assinatura, artigos em jornais e livros principalmente; não deve ler senão as obras que possa dar também a ler à sua família (...) ⁶⁵ .

Maria do Carmo, protagonista de *A normalista*, de Adolfo Caminha, cuja primeira edição é de 1893, realiza os primeiros estudos na escola de freiras Imaculada Conceição e passava um domingo por mês na casa do padrinho. Já aí o romance sublinha o caráter ambíguo de sua leitura que, não obstante perfazer-se a propósito de uma obra de devoção, a *Imitação de Cristo*⁶⁶, desenvolve-se num ambiente de clandestinidade, embora não sugira nenhuma leitura erótica da obra:

metia-se para os fundos do quintal ou pelas camarinhas, muito calada, muito sonsa, a ler a *Imitação*⁶⁷ .

⁶⁵ - AZEVEDO, Aluizio, op. cit., p. 37.

⁶⁶ - Surpreendentemente Sinzig não fez nenhuma anotação sobre essa obra, apesar de ela certamente circular entre as mocinhas de formação cristã. (SINZIG, Frei Pedro. *Através dos romances -- Guia para as consciências*; notas sobre 21.553 livros e 6.657 autores. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1923.) Essa hipótese também é reforçada pelo depoimento em primeira pessoa de Helena Morley, autora de *Minha vida de menina*, em cujas páginas encontramos o seguinte trecho, datado de 1893: "Como não sou capaz de desobedecer a vovó, voltei. Já a encontrei na porta, aflita, com um livro na mão. Foi me entregando o livro da *Imitação de Cristo*, dizendo: "Leia isto para você aprender a ter paciência e saber que os mais velhos é que têm de corrigir os mais moços". (MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 16. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.)

⁶⁷ - CAMINHA, Adolfo, op. cit., p. 16. A obra referida -- *Imitação* -- é de natureza religiosa, coerente com o fato de Maria do Carmo, nesse momento do romance, ainda ser aluna de uma escola de freiras.

Anos mais tarde e frequentando a Escola Normal, a nota clandestina da leitura de Maria do Carmo acentua-se. Abandonada a *Imitação de Cristo*, seu acervo passa a incluir o polêmico *Primo Basílio*, cuja leitura vai mergulhar de vez no clima de clandestinidade. Maria do Carmo lia o romance de Eça

só à noite, no seu misterioso quartinho do meio da casa (...) ⁶⁸,

sendo esta leitura apresentada como responsável pela manifestação da sexualidade de Maria do Carmo, traduzida em sensações que o livro não hesita em inventariar, transformando-se, assim, Maria do Carmo numa virtual Luiza, tamanha a identificação da normalista com a protagonista do romance queirosiano:

A primeira entrevista de Basílio com Luiza causou-lhe uma sensação estranha, uma extraordinária superexcitação nervosa; sentiu como um formigueiro nas pernas, titilações em certas partes do corpo, prurido no bico dos seios púberes; o coração batia-lhe apressado, uma nuvem atravessou-lhe os olhos... Terminou a leitura cansada, como se tivesse acabado de um gozo infinito... (...).

Até aquela data só lera romances de José de Alencar, por uma espécie de bairrismo mal entendido, e a *Consciência* de Heitor Mallot ⁶⁹

⁶⁸ - Idem, *ibidem*, p.24.

⁶⁹ - Heitor Mallot -- nasceu em 1830 na França e morreu no mesmo país em 1907. Suas obras, comentadas por Sinzig no *Guia*, não receberam juízo favorável (incluindo-se *Consciência*, uma das leituras que o narrador diz ter sido lida por Maria do Carmo), excetuando-se *Sem família*, aprovada

publicada em folhetins na Província. A leitura do *Primo Basílio* despertou-lhe um interesse extraordinário⁷⁰.

Mais para o final do romance, quando Maria do Carmo percebe estar gerando um filho de seu padrinho, sente momentos de desespero e desgosto. Novamente a leitura surge, desempenhando agora um novo papel, espécie de consolo e distração no quotidiano tacanho da normalista. Coerente com as novas funções cumpridas pela leitura, o escandaloso romance realista cede lugar a uma publicação mais doméstica⁷¹:

Maria não dizia palavra, recolhia-se ao silêncio do seu quarto a costurar ou a ler o *Almanaque das Senhoras* por desfastio, para se distrair⁷².

Um ano após a publicação de *A normalista*, Júlia Lopes de Almeida lança *A Família Medeiros*, romance já mencionado e protagonizado por Eva, mulher culta e leitora. Os trechos reproduzidos abaixo são parte de um diálogo entre Otávio, recém-chegado da Europa e filho do proprietário da fazenda onde se passa o romance, e sua irmã Noemia. Não sabendo quem era Eva, Noemia explica ao irmão que a desconhecida era uma prima, que passou a viver com a família durante os anos em que ele esteve ausente:

sem restrições pelo clérigo e editada pela Francisco Alves. (SINZIG, op. cit., p. 500.)

⁷⁰ - CAMINHA, Adolfo, op. cit., p. 24.

⁷¹ - As leituras praticadas por Maria do Carmo e por Zuza, seu namorado, são tema de análise no texto "A Normalista: um romance para maiores de 18 anos?", prefácio de Marisa Lajolo em CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. 8. ed. São Paulo, Ática, 1985.

⁷² - CAMINHA, Adolfo, op. cit., p. 111.

-- (...) E que janela é aquela, que está com luz?

-- É de Mme. Grüber [a preceptora de Noemia].
Eva faz serão no quarto dela, lêem e trabalham juntas.

(...)

-- Eva fala francês?

-- Fala. E um pouco de alemão.

-- Imagino... aposto que não sabe coser!...

-- Costura até muito bem... Eva sabe tudo⁷³.

Para essas seis personagens -- Conceição, Guiomar, Estela, Olímpia, Maria do Carmo e Eva --, portanto, livros e leituras não constituíam mero acessório da feminilidade, signos da disponibilidade ociosa de estudantes; moças solteiras, casadas ou viúvas, já exercendo a profissão ou vivendo maus pedaços, mantinham-se leitoras, refinando e selecionando autor(es) ou título(s), como nos indica a experiência de Conceição e a de Maria do Carmo.

Mas não são apenas as personagens femininas que lêem. Muitos romances também oferecem alguns elementos que tecem a história de leitura dos companheiros destas leitoras, o que nos permite começar a perceber um contraponto entre a leitura praticada pelas mulheres ficcionais e pelos homens de papel e tinta, que merece ser também analisado.

Diversamente da maior parte das leitoras ficcionais até agora analisadas, que se identificam com as histórias que

⁷³ - ALMEIDA, Júlia Lopes de, *A família Medeiros*, cit., p. 30-1.

lêem, os leitores masculinos raramente entendem ou interpretam corretamente o que estão lendo. Constituem, na sua maioria, leitores de segunda linha, sem apreço aos livros e à literatura.

O já mencionado Lima Barreto que, em *Numa e a ninfa* construiu uma leitora bastante competente, escreve *Clara dos Anjos* em 1922, (mas a obra é publicada a primeira vez em 1948), sem caracterizar nenhuma personagem feminina leitora. Nesse romance é o homem quem lê -- mal -- e compreende ainda pior.

Cassi Jones, principal personagem masculina de *Clara dos Anjos*, surpreende-se com as livrarias da rua Ouvidor e suas estantes carregadas, lotadas de livros:

Por desfastio, desviou-se a olhar as vitrines de uma livraria. Olhou-lhe também o interior. Livros de alto a baixo. Para que tantos livros? Aquilo tudo só seria para fazer doidos. Ele tinha livros, na verdade; mas eram alguns, livros de amor... Que livros, meu Deus!⁷⁴.

Seu desamor pelos livros articula-se aos demais pontos que o apresentam como sedutor barato, tocador de modinhas e desvirginador de moças humildes: Cassi Jones desaparece logo depois do primeiros encontros amorosos, abandonando, na maior parte das vezes, as mães dos seus filhos por nascer.

⁷⁴ - LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *Clara dos anjos*. São Paulo, Ática, 1995. p. 114. (A primeira edição é de 1948.)

Vivendo à custa da família ou dos rendimentos provenientes de seus galos de briga, termina o romance vendendo os bichinhos para fugir do Rio de Janeiro e das moças a quem prometeu casamento.

Bem se vê, portanto, que sua minúscula biblioteca particular, composta por livros de amor⁷⁵, não deu a Cassi Jones nenhum vestígio de respeito ao próximo, especialmente às mulheres:

Não lia jornais, nem coisa alguma; mas, num retalho apanhado aqui, num almanaque acolá, num livro que lhe ia ter às mãos, sem saber como, conseguia ler alguns e os entender pela metade. Dales, desses sonetos e mais poesias que, por acaso, iam parar em seu poder, ele concluía, com a sua estupidez congênita, com a sua perversidade inata, que tinha o direito de fazer o que fazia, porque os poetas proclamam o dever de amar e dão ao Amor todos os direitos, e estava acima de tudo a Paixão. Vê-se bem que ele não sentia nada do que, poetas medíocres que o guiavam nas suas torpezas, falavam; e, sem querer apelar para grandes ou pequenos poetas, percebia-se perfeitamente que nele não havia Amor de natureza nenhuma e nenhum grau⁷⁶.

Cassi Jones parece ser um leitor moldado pelo acaso, sem preferências literárias. Lendo "um retalho apanhado aqui",

⁷⁵ - Apesar da malandragem e da sensualidade de Cassi Jones, o romance não nos permite interpretar que esses livros pudessem ser eróticos. Aparentemente, são histórias açucaradas.

⁷⁶ - LIMA BARRETO, Afonso Henriques, *Clara dos anjos*, cit., p. 66.

"um almanaque acolá" ou "um livro que lhe ia ter às mãos", não parece improvável que tenha conhecido algumas das obras populares que invadiam as ruas do Rio de Janeiro, segundo relata João do Rio, em crônica de 1951⁷⁷. Segundo o cronista, essa literatura, de pouquíssima qualidade literária, era

vorazmente lida na Detenção, nos centros de vadiagem, por homens primitivos, balbuciada à luz dos candieiros de querosene nos casebres humildes, piegas, hipócrita e mal feita (sic), é a sugestionadora de crimes, o impulso à exploração de degenerações sopitadas, o abismo para a gentalha⁷⁸.

Se apostarmos nas informações de João do Rio, Cassi Jones parece coincidir com o perfil desse leitor de segunda linha, uma vez que suas atitudes podem identificá-lo como sendo "um homem primitivo", ou pertencendo à "gentalha". Sem refletir sobre suas atitudes, na maior parte das vezes prejudiciais às pessoas que o cercam, e sem muita (ou nenhuma) prática de leitura, parece provável que Cassi Jones torne-se vítima em potencial das histórias criminosas relatadas nessas brochuras -- perigo previsto por João do Rio:

E falam do veneno da literatura francesa, que perde o cérebro das meninas nervosas e aumenta o nosso crescido número de poetas! Que se dirá dessa literatura -- pasto mental dos caixeiros de botequim, dos rapazes do povo, dos vadios, do grosso, enfim, da

⁷⁷ - RIO, João do. "Os mercadores de livros e a leitura das ruas". In: _____. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Simões, 1951. p. 66-71.

⁷⁸ - Idem, *ibidem*, p. 69.

população? Que se dirá desses homens que vão inconscientemente ministrando em grandes doses aos cérebros dos simples a admiração pelo esfaqueamento e o respeito da tolice⁷⁹ ?

As leituras efetuadas por Cassi Jones -- de baixa qualidade e pouca quantidade -- permitem supor sua pequena disponibilidade para a leitura e seu despreparo intelectual para tirar algum proveito dos raríssimos textos que lhe caíam nas mãos.

Já Clara dos Anjos, a protagonista do livro, segundo informa o narrador em terceira pessoa, termina o romance grávida e abandonada pelo sedutor Cassi Jones. Não tinha livros nem hábitos rudimentares de leitura, mas "sonhos vagos", alimentados pelas modinhas promovidas pelo pai e por "certas poesias populares"⁸⁰ .

Constantemente vigiada pela mãe, Clara só podia sair de casa para aprender com uma vizinha a bordar e a costurar. Nas raras vezes em que ia ao cinema, comprar fazendas ou calçados, fazia-o na companhia dessa mesma senhora. Moça de apenas dezessete anos, fazia projetos humildes para o futuro:

seu ideal na vida era adquirir uma personalidade, não era ser ela, mesmo ao lado do pai ou do futuro marido. Era constituir função do pai, enquanto solteira, e do marido, quando casada⁸¹ .

⁷⁹ - Idem, *ibidem*, p. 71.

⁸⁰ - LIMA BARRETO, Afonso Henriques, *Clara dos anjos*, cit., p.42.

⁸¹ - Idem, *ibidem*, p. 89.

Clara não tem perfil de leitora. É ignorante, honesta e ingênua. Deixou-se seduzir por Cassi Jones porque foi iludida, acreditando na promessa de um casamento estável. Sua experiência de vida, praticamente iniciada depois de conhecer Cassi Jones, fê-la começar a relacionar fatos, desconfiar de pessoas e prever que acabaria solteira e grávida.

Cassi Jones, ao contrário, sabe livrar-se das situações embaraçosas e desconfortáveis que ele mesmo cria. Favorecido pelo fato de ser homem e poder desfrutar de mais liberdade que Clara dos Anjos, age quase por instinto, sem medir as conseqüências de suas atitudes sobre os outros. Nos raros momentos em que tenta justificar seus atos, muitas vezes perversos, baseia-se na leitura enviesada que fazia dos versos líricos para se defender. Não se pode dizer, entretanto, que a poesia fosse uma referência positiva ou negativa para Cassi Jones, uma vez que raramente recorria aos versos para buscar momentos de reflexão ou de prazer. Para Cassi Jones a poesia servia como uma espécie de argumento para si mesmo, um reforço de sua maneira de ser.

Contraopondo-se a Cassi Jones, Otávio, personagem de *A família Medeiros*, romance de Júlia Lopes de Almeida, é um rapaz bem-comportado e educado que para formar-se em engenharia, estudou durante vários anos na Europa. Apesar de sua escolarização bastante refinada, não se tornou um leitor interessado ou assíduo. As raras passagens do romance que mencionam seu envolvimento com livros revelam uma certa displicência no ato da leitura

Passaram-se muitos dias na maior serenidade.
Otávio passeava, punha em ordem os seus
livros, interessava-se pela lavoura,

influindo o pai (sic) para algumas modificações (...) ⁸² .

Sobre a pele de tigre, já velha, estendida ao pé do sofá, caíra um número do *New-York Herald*, escorregado por ali das mãos do leitor sonolento [Dr. Morton], uma hora antes. Otávio levantou-se e pôs-se a lê-lo maquinalmente (...) ⁸³ .

O convalescente [Otávio], recostado em almofadas, lia uma revista de engenharia, recebida poucas horas antes ⁸⁴ .

e uma relativa incapacidade de ler por conta própria:

[Otávio] sentou-se a seu lado [de Eva] (...); depois pediu-lhe que encetasse uns serões musicais e que o ajudasse a ler os seus livros. As noites em Santa Genoveva eram intermináveis, medonhas ⁸⁵ !

Não se pode concluir que Otávio tivesse na leitura um hábito quotidiano. Aparentemente, lia ao acaso, conforme lhe caíssem nas mãos livros ou revistas. É o que acontece com o jornal *New-York Herald* e com a revista técnica da qual parece ser assinante.

⁸² - ALMEIDA, Júlia Lopes, *A família Medeiros*, cit., p. 47.

⁸³ - Idem, *ibidem*, p. 91.

⁸⁴ - Idem, *ibidem*, p. 197.

⁸⁵ - Idem, *ibidem*, p. 90.

Saber ler inglês fluentemente ou interessar-se pela literatura técnica de sua profissão são qualidades pouco valorizadas no meio rural, escravocrata e pouco dado aos livros em geral que o cerca.

Suas idéias abolicionistas não vêm da leitura, mas, sim, da experiência de vida, quando, vivendo na Europa, com sua mesada reduzida à terça parte em virtude de dificuldades financeiras do pai, conheceu um outro brasileiro de origem humilde, por cujas idéias mais liberais se deixou influenciar.

Otávio, no entanto, apesar de pouco freqüentar os livros, aprecia quem os conhece. Por isso, simpatiza imediatamente com a preceptora de Noemia e com Eva, por quem também se sente fisicamente atraído.

Na verdade, essas duas personagens femininas, segundo o narrador em terceira pessoa, "indubitavelmente as de mais espírito ali", são as únicas que proporcionam a Otávio uma sensação de bem-estar no ambiente familiar.

Seu pedido para Eva ajudá-lo na leitura de seus livros pode significar um reconhecimento da superioridade intelectual de Eva sobre a sua, uma vez que a prima, além de poliglota, era leitora competente e incansável. Embora Otávio fosse engenheiro formado por uma universidade européia, percebe durante a convivência com Eva que seu título acadêmico não faz dele, aos olhos da prima, um homem muito diferente dos demais que o rodeiam -- a maior parte composta de trabalhadores ou proprietários rurais de hábitos rudes, pouco ou nada escolarizados.

Ao notar que para Eva a leitura era uma virtude, Otávio mostra-se interessado pelos livros, talvez porque tivesse realmente querendo conhecer o prazer da leitura ou talvez porque desejasse aproximar-se da prima com quem, mais tarde, planeja se casar.

Em outras palavras: Otávio reconhece a importância da leitura no universo da prima e tenta, seja por interesse intelectual, seja por interesse afetivo, conhecer melhor os livros, para desfrutar da companhia dela. Seguindo esse raciocínio, não é improvável supor que se Eva não atraísse a atenção de Otávio, talvez ele nunca se interessasse pelos livros.

Outros romances, quando mencionam hábitos de leitura de personagens masculinos, também sugerem práticas diferentes do homem e da mulher, já flagradas pela literatura brasileira desde o século XVIII⁸⁶ até os dias de hoje. O romance queiroziano *O quinze* também sublinha a diferença, quando Conceição observa como ela e Vicente divergiam no que se referia a livros e literatura:

(...) provavelmente Vicente nunca lera o Machado... Nem nada do que ela lia. Ele dizia sempre que, de livros, só o da nota do gado...⁸⁷

Como já se disse, é exatamente essa incompatibilidade de experiências e de expectativas de leitura que gera o desencontro Conceição-Vicente: sendo impossível compartilhar

⁸⁶ - Refiro-me à obra de Tomás Antonio Gonzaga, *Marília de Dirceu*, comentada e analisada por LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita*. São Paulo, Brasiliense, 1991. p. 83-8.

⁸⁷ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 78-9.

o gosto da leitura com seu primo, Conceição abandona o projeto de casar-se com ele:

[Conceição] pensou no esquisito casal que seria o deles, quando à noite, nos serões da fazenda, ela sublinhasse num livro querido um pensamento feliz e quisesse repartir com alguém a impressão recebida. Talvez Vicente levantasse a vista e lhe murmurasse um "é" distraído por detrás do jornal... Mas naturalmente a que distância e com quanta indiferença....

Pensou que, mesmo o encanto poderoso que a sadia fortaleza dele exercia nela, não preencheria a tremenda largura que os separava⁸⁸.

Não é apenas Conceição quem tem expectativa de ter no marido um companheiro interessado por suas leituras. Outros textos e personagens sugerem igualmente que a felicidade conjugal passa também pela leitura compartilhada pelo casal.

Em *Correio da roça*, de Júlia Lopes de Almeida, Maria observa a felicidade de Cecília, sua filha recém-casada:

Cordélia toca na sala interior: estuda umas músicas de Grieg, recebidas ontem; e aqui na larga mesa da biblioteca, Cecília lê com o marido um romance francês.

⁸⁸ - Idem, *ibidem*, p. 79.

Estive agora mesmo alguns momentos com a pena no ar, olhando para eles e gostando de os ver assim de cabeças unidas, inclinadas para a mesma página. Meu genro lê a meia voz, pára de quando em quando para comentar uma ou outra passagem, beleza ou defeito de estilo, singularidades dos costumes descritos ou comoção da cena. A luz da lâmpada cai em cheio sobre as suas mãos unidas, a de Cecília, morena e esguia, de unhas reluzentes, a dele forte, branca, coberta de ligeiros pêlos louros. Lá fora, o silêncio dos campos, o aroma das matas traspassando os ares; aqui dentro, o amor, a bondade, a inteligência satisfeita e gloriosa. Através das páginas dos romances, eles vêem o mundo e aprendem a olhar com interesse para os pobres que os rodeiam⁸⁹.

Mas esta leitura compartilhada, no entanto, nem sempre é gratuita: além de proporcionar momentos de privacidade e felicidade do casal, também deve ter papel formador para um dos cônjuges, na maior parte das vezes, para a mulher:

A leitura feita em comum sugere-lhes discussões curiosas e dão azo a que Cecília seja esclarecida pelo marido em muitos pontos que, sozinha, teriam ficado para ela sempre obscuros. Quem me diria, quando tirei as minhas filhas do colégio para as apresentar na sociedade fluminense, em cujo seio eu vivia verdadeiramente embriagada de luxo, que bastaria para fazer a felicidade de qualquer

⁸⁹ - ALMEIDA, Júlia Lopes de, *Correio da roça*, cit., p. 141.

delas o amor sossegado de um lavrador modesto, uma casa em que por todo o luxo há um bom piano e uma excelente biblioteca⁹⁰ !

Mais uma vez a ficção defende a necessidade de a mulher ser tutelada na leitura pelo marido. Cecília, bem como suas três irmãs, não prosseguem os estudos no Sion do Rio de Janeiro, pois, totalmente endividada, a família inteira se vê obrigada a vender o patrimônio que tinha na cidade e mudar-se para uma antiga propriedade rural do falecido pai, onde acabam refazendo parte da fortuna.

Assim, a escolarização incompleta de Cecília pode justificar sua necessidade de auxílio para compreender textos considerados mais complexos. Mas, dessa vez, não é um homem letrado, urbano, proprietário de livros, quem orienta a leitura de sua esposa, mas um do campo, com raízes ainda mais rurais que as de sua esposa. Ou seja: mais do que a trajetória escolar, o que parece diferenciar as práticas de leitura é o gênero das personagens, cabendo à mulher, na maior parte das vezes, papel secundário, com raras exceções, como a já mencionada Edgarda, de *Numa* e a *ninfa*, mas cuja superioridade intelectual perde pontos em função de seu caráter moral duvidoso.

Possivelmente não se trata de um acaso o fato de a imoral Edgarda ser a leitora mais eficiente de todas até agora analisadas: seguindo o raciocínio exposto anteriormente por João do Rio, segundo o qual "o veneno da literatura francesa faz perder o cérebro das meninas nervosas e aumentar o nosso crescido número de poetas", Edgarda pode ter sido influenciada pelos romances franceses, cujas histórias, principalmente se de autores naturalistas como Zola, expoente

⁹⁰ - Idem, *ibidem*, p. 142.

do Naturalismo francês e desaconselhado para mocinhas pelos conservadores e pela Igreja⁹¹, representavam liberação dos costumes femininos.

Já o marido de Edgarda não tem interesse pelos livros, a não ser por aqueles que possivelmente possam ajudá-lo profissionalmente. Apesar desse desapego à literatura, Numa Pompílio de Castro, como todo homem urbano e político, sabe que a leitura é um bem socialmente valorizado:

O deputado, com essas comissões da mulher [de trazer para casa os livros encomendados] ganhara uma certa prática dos livros e matara um pouco em si a aversão que sempre sentira por eles. Só julgava perdoáveis aqueles que lhe serviam à carreira, os outros julgava que deviam ser queimados.

Passava frequentemente pelas livrarias, comprava um e outro, dava-os à mulher que sempre tivera o hábito de ler. E ela lia poetas, lia os romances, e foi alargando o campo de leitura. (...)

Numa tinha o cuidado de não dizer aos indiscretos que os livros eram para a mulher; e gostava daqueles encargos, mirando às vezes as estantes da esposa, com íntimo orgulho⁹².

⁹¹ - O *Guia* de Sinzig condena a totalidade das obras de Zola. Ver SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 769.

⁹² - LIMA BARRETO, Afonso Henriques, *Numa e a ninfa*, cit., p. 44.

Nesse romance, Edgarda, embora menos intelectualizada do que parecia, é leitora de grande fôlego, e não se zanga com o desinteresse literário do marido. Sem criar nenhuma expectativa de compartilhar com ele momentos de emoção provocados por passagens de certos textos, vive a rotina de seu casamento.

Numa não só estimula a leitura de sua esposa, como usa-a a seu favor, tentando promover-se pessoalmente ao se fazer passar como leitor das obras que a esposa mandava comprar nas livrarias, o que sugere serem os interesses literários de Edgarda compatíveis com os de um homem, já que nenhum livreiro suspeita não ser Numa o leitor das obras encomendadas.

Edgarda, no entanto, não é tão imune à ignorância masculina quanto uma primeira análise pode sugerir. Apesar de a falta de leitura do marido não incomodá-la, não me parece errado imaginar que tenha escolhido seu primo como amante porque, entre outras qualidades, estavam a de ser leitor e rico, qualidades opostas à de Cassi Jones, de Lima Barreto, que além de pobre era ignorante:

Moço, ilustrado, a par de tudo, rico ainda, podia bem viver fora do Rio, mas dava-se mal fora dele, sentia-se desarraigado, se não respirasse a atmosfera dos amigos, dos inimigos, dos conhecidos, das tolices e bobagens do país. Lia, cansava-se de ler, passeava por toda parte, bebia aqui e ali, às vezes mesmo embebedava-se, ninguém lhe

conhecia amores e as confeitarias o tinham por literato⁹³.

Sob esse prisma, Edgarda não parece tão diferente das outras personagens femininas leitoras, uma vez que possivelmente valoriza no amante também sua habilidade de leitor e, mais para o final do romance, de autor de textos políticos.

Em *O quinze*, a decisão de Conceição em não se casar com seu primo por ser pouco dado às letras, contraria frontalmente a de Maria do Carmo, de *A normalista*, que arrasta a figura do namorado Zuza para as elocubrações que a leitura romanesca lhe sugere, mais uma vez mimetizando a queirosiana Luiza:

[Maria do Carmo] imaginava-se ao lado do Zuza, numa casinha muito bem mobiliada, com cortinas de cretone na sala de jantar e um viveiro de pássaros, -- ele, de chambre e gorro, sentado na escrivaninha a fazer versos, feliz, despreocupado; ela com um robe-de-chambre todo branco, fitinha na frente d'alto a baixo, cabelo solto, a ler o último romance à moda, recostada na espreguiçadeira, sem filhos... Que vida!⁹⁴

Este Zuza, personagem de *A normalista*, ao contrário de Vicente, de *O quinze*, embora talvez só fizesse versos na imaginação de Maria do Carmo, era efetivamente leitor, mas de um repertório diferente do de sua namorada:

⁹³ - Idem, *ibidem*, p. 54.

⁹⁴ - CAMINHA, Adolfo, *op. cit.*, p. 28.

Começou a ler *A Casa de Pensão* em voz alta, em tom de recitativo, pausadamente, repetindo frases inteiras, aplaudindo o romancista com entusiasmo, exclamando de vez em vez: -- "Bonito, seu Zuza" como se fosse ele próprio o autor do livro. Depois, sacudindo o romance sobre uma cadeira, levantou-se espreguiçando-se com estalidos nas articulações, escancarando a boca num bocejo largo. Que horas seriam⁹⁵ ?

Com que deliciosa alegria ele ergue-se da rede no dia do embarque, de manhã muito cedo, as malas no meio do quarto, prontas, a passagem no bolso, sem dívidas, sem compromissos, completamente pronto a deixar o Ceará! (...)

Ah! Ia deixando fora a *Casa de Pensão*. Tomou do livro que se achava sobre a mesa e colocou-o na maleta, ao lado, para ler em viagem.

Agora sim, não faltava mais nada⁹⁶ .

Zuza detestava Camilo Castelo Branco, como todo o resto da literatura portuguesa, exceto *Os Lusíadas*, "uma epopéia imortal". Além disso, revela estar atualizado e a par da literatura brasileira, pois o romance que lia e relia, *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1884, tem apenas 11 anos em 1895, data da primeira edição de *A normalista*.

⁹⁵ - Idem, *ibidem*, p. 61.

⁹⁶ - Idem, *ibidem*, p. 106.

Essas referências literárias dentro do próprio romance não só reforçam a imagem de Zuza como leitor competente e homem instruído, como também recomendam aos leitores de *A normalista* que livros devem ser lidos pois, estando nas mãos ou nos comentários de Zuza, passam a desfrutar do mesmo prestígio que o personagem.

Tal proximidade de Zuza com os livros não é acidental: como candidato a bacharel em ciências jurídicas, filho de família rica de Fortaleza e amigo do presidente da província, é natural que tivesse certo apreço às letras, no mínimo para memorizar frases que considerava bonitas, para aumentar seu repertório de futuro orador, o que o diferencia do já comentado Cassi Jones, de Lima Barreto.

Este, morador do subúrbio do Rio, não tem nenhum interesse pela literatura. Como já se disse anteriormente, a leitura enviesada que fazia de poesias de amor servia para justificar seu comportamento libertino.

Enquanto para o homem do campo Vicente, de *O quinze*, que cuidava do gado e da fazenda, lápis e papel serviam apenas de instrumento de cálculo, para os urbanos e endinheirados Numa Pompílio de Castro, de Lima Barreto, e Otávio, de Júlia Lopes de Almeida, os livros tinham certa serventia: para o primeiro, salvavam-se da fogueira os livros relacionados à carreira política e, para o segundo, a leitura, apesar de pouco praticada, era o diferencial positivo entre os personagens que o cercam.

Se Zuza, Vicente, Cassi Jones, Numa e Otávio eram diferentes, também o eram Conceição, Maria do Carmo, Clara dos Anjos, Edgarda e Eva, leitoras femininas cujos perfis passam a ser retomados.

A primeira, além de mais velha, era formada pela Escola Normal, exercia sua profissão e lia os mais diversos autores e títulos, muitas vezes com a intenção de aprender com os livros; a segunda, com 14 anos, ainda era estudante, lia de livros religiosos a Eça de Queirós. Clara dos Anjos, de 17 anos, além de inexperiente, não lia, não estudava e supunha que apenas o casamento lhe traria alguma felicidade. Edgarda, de mais de vinte anos, nascida e criada no Rio, educada em escola religiosa e filha de importante político, casou-se mais com o intuito de manter-se nas rodas senatoriais e burguesas, do que para viver um grande amor. Já para Eva, de 20 anos, a leitura representava refúgio, uma forma de tornar sua vida mais agradável enquanto vivia sob o mesmo teto que seu tio. Talvez por ter lido tantos romances, não acreditava no casamento "sob encomenda", jurando a si mesma casar-se apenas por amor.

Possivelmente a conjunção de todos esses fatores fizeram Conceição recusar a idéia de casar-se com Vicente e Maria do Carmo ansiar pelo matrimônio com Zuza, assim como Clara dos Anjos, com Cassi Jones, Edgarda com Numa e Eva com Paulo, seu irmão de criação e grande amor.

Zuza, na verdade, significava a salvação de Maria do Carmo que, órfã de mãe e pai, e perseguida sexualmente por seu padrinho, não vê, a não ser no casamento com o namorado, a perspectiva de uma vida feliz.

Clara dos Anjos aceita que seu destino depende do casamento com Cassi Jones, mas não consegue se tornar uma mulher casada.

Edgarda mantém as aparências de mulher casada com Numa, enquanto tem encontros amorosos com seu primo.

E Eva, finalmente, é a única que vive feliz ao lado de Paulo, homem de idéias avançadas.

Maria do Carmo não tem nada da independência de Conceição. Embora conterrâneas -- ambas viveram no Ceará --, protagonizam obras separadas por mais de 30 anos. *A Normalista* é de 1893 e *O quinze*, como já foi mencionado, de 1930.

Esses 37 anos que separam as duas obras e suas personagens foram marcados por vários fatores sociais e políticos já referidos, que permitiram à mulher maiores oportunidades de autonomia e de crescimento emocional.

Possivelmente essas transformações na vida da mulher ajudam a explicar o fato de Conceição⁹⁷ abrir mão do casamento com relativa facilidade, mantendo embora o interesse pela maternidade. Por isso, mesmo solteira, decide "adotar" Duquinha, filho de retirantes que migram para São Paulo.

Tais decisões, pouco usuais nos anos 30 do nosso século, se ficam bem na pele de Conceição, não cabem na figura de Maria do Carmo, que ainda vive sob a tutela de um patriarca, sofrendo toda sorte de preconceitos.

Conceição parece ser uma Maria do Carmo emancipada: vive de seu trabalho, não vê no casamento o único caminho da felicidade e não depende de opiniões masculinas para decidir o que fazer. Na verdade, ao lado de Conceição convivem várias mulheres das mais variadas idades que, mesmo quando se relacionam com homens, continuam mantendo-se bastante

⁹⁷ - Estou novamente retomando e particularizando Conceição pois essa personagem tem um perfil de leitora diferenciado das demais, uma vez que é quem mais enumera autores e títulos lidos por ela.

independentes, dentro dos limites impostos por uma sociedade patriarcal e rural.

Depois de ter adotado Duquinha e, portanto, realizado pela adoção o desejo da maternidade, Conceição parece dedicar-se com mais vigor ainda aos livros, mesmo que a pouca idade da criança e a constância dos cuidados exigidos por ela, dificultem a leitura:

Gravemente Duquinha a fitou, num esforço de compreensão. Depois, riu-se, parecendo reconhecer alguém na figura:

-- Ah! a *Badinha!* Óia a *Badinha!*

Conceição quis reencetar a leitura:

-- Pois sim! Vá-se sentar. E brinque caladinho que a *Badinha* quer ler.

Mergulhou os olhos no livro (...).

(...)

Circunvagou os olhos pela sala, pelos quartos, a mesa cheia de livros, fixou-os em Duquinha que sentado no chão fazia a bruxa cavalgar a lata...⁹⁸

Também a separar Conceição de Maria do Carmo trabalha a natureza das leituras de *O quinze*. Em meio às mais variadas circunstâncias, Conceição lança-se a um tipo de leitura que, diferentemente dos romances que **também** apreciava, destinava-se à formação intelectual:

⁹⁸ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 126.

Dona Inácia tomou o volume das mãos da neta e olhou o título:

-- E esses livros prestam para moça ler, Conceição? No meu tempo, moça só lia romance que o padre mandava....

Conceição riu de novo:

-- Isso não é romance, Mãe Nácia. Você não está vendo? É um livro sério, de estudo...

Tais "livros sérios", mas sem título no romance, poderiam tornar Conceição uma leitora mais gabaritada e uma mulher mais esclarecida:

[Vó Inácia] -- De que trata? Você sabe que eu não entendo francês...

Conceição, ante aquela ouvinte inesperada, tentou fazer uma síntese do tema da obra, procurando ingenuamente encaminhar a avó para suas tais idéias:

-- Trata da questão feminina, da situação da mulher na sociedade, dos direitos maternais, do problema...

Dona Inácia juntou as mãos, aflita:

-- E minha filha, para que uma moça precisa saber disso? Você querera ser doutora, para escrever livros?

Novamente o riso da moça soou:

-- Qual o quê, Mãe Nácia! Leio para aprender,
para me documentar...⁹⁹

Apesar do esforço de ler obras que versassem sobre a questão feminina e sobre socialismo, Conceição não consegue incorporar aquilo que os livros -- sérios -- lhe diziam.

Três dos autores mencionados dos chamados livros sérios -- Sienkiewicz, Coulevain e Renan -- mereceram atenção de Sinzig. O primeiro é apresentado pelo Guia como:

O maior romancista polaco, nascido a 4.V.1846, em Wola Okrzejska, na Polônia russa. Substituiu por suas obras a literatura positivista. Recebeu em 1905 o prêmio Nobel. Seus grandes romances têm cenas grandiosas, riquíssimas, muito vivas, cujo acentuado realismo geralmente não permite a leitura senão a pessoas instruídas e ponderadas¹⁰⁰.

Já Coulevain, segundo o mesmo Sinzig, era

pseudônimo da senhorita Favre, falecida em 1913. Reservas para: *Au coeur de la vie; Ile (L') inconnue (sic); Noblesse américaine; Sur la Branche.*

Eva triunfante contém liberdades e tutti quanti.

No índice dos livros proibidos (12.IV. 1915):
Roman (le) merveilleux.

⁹⁹ - Idem, ibidem, p. 124.

¹⁰⁰ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 672-3.

Reservas para Na incerteza¹⁰¹,

e Renan, orientalista e historiador francês, é apresentado como escritor que

manchou sua vida e sua fama literária pela infame *Vida de Jesus* e outras obras proibidas pelo índice¹⁰².

Lembrando que Sinzig era porta-voz da Igreja católica no que se refere a leituras, pode-se inferir que o tratamento que dispensa a obras e autores ilustra algumas das categorias através das quais a leitura era gerenciada em seu *Guia*. Ou seja: autores e obras podiam ser aprovados, condenados ou desrecomendados porque concordavam ou se contrapunham aos preceitos da ideologia católica representada pelo Frei.

Na verdade, outras categorias a balizar os livros no *Guia* parecem acomodar diferentes matrizes do discurso crítico: somando-se, assim, à ortodoxia católica pinceladas da ortodoxia da crítica literária, que recorre à retórica para agenciar categorias através das quais recorta as obras de que fala.

O verbete destinado a Sienkiewicz, por exemplo, explicita o duplo referencial de Sinzig: se, por um lado, ele adere ao reconhecimento canônico da qualidade literária do escritor (maior autor polaco; prêmio Nobel; grandes romances), chegando mesmo a inventariar alguns dos efeitos da leitura

¹⁰¹ - Idem, *ibidem*, p. 216.

¹⁰² - Idem, *ibidem*, p. 616-7.

eventualmente responsáveis por tal qualidade (*cenar grandiosas; riquíssimas; muito vivas, de acentuado realismo*), tais qualificações são insuficientes para que sua leitura seja permitida para além do restrito círculo de "pessoas instruídas e ponderadas".

Coulevain, na verdade mulher e autora de diversas obras de pouca qualidade moral cristã, como nos faz entender o texto de Sinzig, parece ser uma escritora à frente de seu tempo, uma vez que parte de seus livros são considerados impróprios pela Igreja. Como não há referências que permitam interpretar o valor literário de suas obras, parece provável que Sinzig não a considere importante enquanto romancista, mas perigosa pelas idéias que aparentemente defende.

Infringindo assim padrões de leitura católica que poderia supor vigentes ao tempo em que o romance representa, Conceição manifesta-se uma leitora independente, que não hesita em freqüentar obras desaprovadas pela Igreja, possivelmente por veicularem idéias muito avançadas para a mentalidade local e da época.

Mas, apesar das leituras de autores pouco conservadores, que poderiam transmitir valores mais libertários, Conceição incorre em atitudes preconceituosas como a que se manifesta na cena em que descobre que Vicente conversava com a negra Zefinha:

A moça [Conceição] exaltou-se, torcendo nervosamente os cabelos num coque alto da cabeça:

-- Tolice, não senhora! Então Mãe Nácia acha uma tolice um moço branco andar se sujando com negras?

Dona Inácia riu, conciliadora:

-- Mas, minha filha, isso acontece com todos... Homem branco no sertão -- sempre saem essas histórias... Além disso não é uma negra; é uma caboclinha clara...

-- Pois eu acho uma falta de vergonha! E o Vicente, todo santinho, é pior do que os outros! A gente é morrendo e aprendendo!¹⁰³

Nesse momento do romance, Conceição -- uma leitora experiente -- e a avó Inácia -- uma mulher sem cultura literária -- igualam-se nas idéias. Ambas condenam "um moço branco sujar-se com negras", e nem o esforço de Vó Inácia em esbranquiçar a pele da caboclinha diminui a intolerância de Conceição:

[Conceição]: -- Pois eu não! Morro e não me acostumo! É lá direito! Olhe, Mãe Nácia, eu podia gostar de uma pessoa como gostasse, mas sabendo duma história assim, não tinha santo que desse jeito!¹⁰⁴

A questão do preconceito racial de Conceição traz para o livro a questão étnica, já que ela mesma não parece ser nem branca

As redes brancas, armadas das colunas à parede, com as varandas pendentes, ofereciam seu aconchego macio.

Já Vicente sentado, Conceição dizia:

¹⁰³ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p.60-1.

¹⁰⁴ - Idem, ibidem, p. 61.

-- Que sol horrível! Não sei como não cega a gente... Já estou preta e descascando, só do mormaço.

-- Quanto mais eu, que passo o dia a cavalo...

A velha [Inácia] interveio:

-- Mas você não é **moreno** como Conceição. Branco leva sol, fica corado; preto fica cinzento...¹⁰⁵ (Grifo meu)

nem negra:

Conceição lentamente deu as costas, e enxugou os olhos molhados no lenço com que acenara para o mar.

Um negro dos quindastes, que fumava, ao sol, com gotas de suor aljofrando-lhe a testa preta e brilhante, olhou-a admirado, abanando a cabeça:

-- Tem gente pra tudo, neste mundo! **Uma moça branca**, tão bem pronta, chorar mode retirante!¹⁰⁶ (Grifo meu)

Conceição parece estampar na própria indefinição da cor de sua pele o conflito de que é vítima e que não consegue resolver. Aos olhos de uma mulher branca, é morena; aos de um negro, é branca. Em outras palavras: seu comportamento, assim como sua tez, variam conforme o meio. Dependendo de quem a vê, Conceição é igual ou diferente de Zefinha.

¹⁰⁵ - Idem, ibidem, p. 14-5.

¹⁰⁶ - Idem, ibidem, p. 114.

Clara dos Anjos, caracterizada como mulata desde o início da história, não tem as mesmas oportunidades que Conceição, talvez pelo fato de as oportunidades para as mulheres serem ainda menores em 1904, ano em que o romance começou a ser escrito. Filha de um carteiro e de uma dona de casa "que tratou de esquecer tudo o que tinha estudado¹⁰⁷" quando se casou aos 18 anos, não estuda e mal sai de casa.

Mais do que sua cor de pele, é sua origem humilde que faz de Clara uma personagem imobilizada, com final infeliz. Em nenhum momento do romance Clara tenta modificar seu destino, antecipado desde sempre por seu padrinho:

A priori [as raparigas do nascimento e da cor de sua afilhada], estão condenadas, e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social¹⁰⁸.

Conceição, diferentemente de Clara, de origem familiar bem mais abastada, faz escolhas e opta por seu destino. No entanto, a partir da passagem em que se mostra preconceituosa, perde aquele requinte "a mais" que a leitura lhe conferia, de professora culta, informada e filantrópica, passando a mover-se por idéias bastante reacionárias e imunes a novidades.

Vê-se, portanto, que, num nível, Conceição é uma leitora diferenciada das demais personagens femininas do romance que, quando lêem, lêem Escrich, revistas ou histórias açucaradas:

¹⁰⁷ - LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *Clara dos anjos*, cit., p. 53.

¹⁰⁸ - Idem, *ibidem*, p. 42.

Lourdinha calara-se.

Fitando-o pensativamente, lamentou no irmão [Vicente] uma dessas penas de amor, igual às que exaltavam os heróis dos seus romances, e viu nele um "grande industrial" ou um galã de Escrich¹⁰⁹.

Mas, não obstante a "qualidade" de leitura de Conceição ultrapassar o nível romanesco da de Lourdinha, seu juízo de valor ainda está carregado de preconceitos ou de idéias muito próprias e confusas, como nos conta em terceira pessoa o narrador de *O quinze*:

Acostumada a pensar por si, a viver isolada, criara para seu uso idéias e preconceitos próprios, às vezes largos, às vezes ousados, e que pecavam principalmente pela excessiva marca de casa.¹¹⁰

Embora Conceição aparente maior sofisticação de leitura se comparada a Lourdinha, identifica-se com esta na medida em que ambas são leitoras de obras igualmente desaconselhadas por Sinzig, ainda que este, a propósito de Escrich, aproprie-se da opinião de um outro religioso:

[em] 1852, começou a publicar dramas e romances. "De doutrinas e linguagens contraditórias. Piedoso umas vezes, imprudente e perigoso outras... Seus títulos

¹⁰⁹ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 136.

¹¹⁰ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 10.

mais de uma vez enganam." (P. Guevara. S. J.)¹¹¹ .

Para Sinzig, Sienkiewicz, Renan ou Nordau assemelham-se a Escrich, pois na obra de todos eles há trechos ou tramas considerados avançados demais. Nesse sentido de transgressoras, Conceição e Lourdinha equivalem-se como leitoras, embora a primeira seja muito mais intelectualizada que a segunda, pois conhece outros autores (não só romancistas), é versada em francês, e não faz referências a Escrich -- romancista preferido de muitas gerações de moças leitoras brasileiras¹¹² .

Na vida amorosa, ambas têm soluções diferentes. Conceição permanece solteira e percebe a felicidade de Lourdinha quando esta se casa e constitui família:

Conceição ficou olhando pensativamente a moça [Lourdinha] afastar-se, graciosa, feliz, ao braço do marido, levados ambos pela mesma

¹¹¹ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 281.

¹¹² - Para reforçar a informação da grande aceitação de Escrich pelo público leitor feminino, utilizo-me das palavras de Monteiro Lobato:

As meninas, já essas vão todas para Escrich. Só Escrich sabe o segredo de interessar a sensibilidade de nossas "meninas e moças".

Em Escrich ama-se com furor, pelos processos embriagadores do "romantismo do coração". A vida ali é uma coisa só: amor. A ação: amor. O objetivo, o fim supremo de tudo: cair nos braços do objeto amado ou traduzindo isso na linguagem utilitária da mulher: casar.

(...)

Quem examinar um desses Escrich de edição barata verá que prodigiosa legião de olhos -- olhos verdes, azuis, negros, castanhos, lindos olhos quase todos -- já lhe choraram sobre as páginas amareladas e encardidas.

(LOBATO, Monteiro. "Os livros fundamentais". In: _____. *A onda verde*. São Paulo, Brasiliense, 1948. p.87-8. A primeira edição é de 1920.)

passada uniforme, como que movida por uma só vontade.

A seu lado, o moço dentista disse qualquer coisa. Despertando de sua cisma, Conceição voltou-se:

-- O senhor falou?

-- Perguntei qual era o motivo de sua abstração...

-- Estava pensando que Lourdinha é muito feliz...

O rapaz insinuou um galanteio:

-- Mas, Dona Conceição, a senhora não tem felicidade igual porque não quer...

Conceição riu:

-- Quem lhe disse? ¹¹³

O trecho acima, que praticamente finaliza o romance, parece apontar para uma certa infelicidade de Conceição: sem conseguir fugir aos ciúmes e ao preconceito, rejeita o amor de Vicente. Sozinha, lamenta a falta de um filho próprio, gerado por ela. Nem mesmo os livros "sérios" conseguiram substituir o ideal de um casamento feliz e estável.

Disso talvez possamos tirar duas conclusões: a primeira, a de que a leitura, por si só, não basta para superar as estreitezas de um meio tacanho. É necessário saber encontrar nos livros respostas para perguntas definidas -- que Conceição não sabia formular. Por isso, ela acaba mantendo

¹¹³ - QUEIRÓS, Rachel, op. cit., p. 148.

opiniões conservadoras, mesmo depois de ler obras de natureza ideológica mais avançada. Não me parece errado supor, então, que a família, bem como o resto do contexto social, contrários ou pouco habituados à leitura, exerceram uma força oposta e mais intensa do que as idéias que Conceição ia "lendo", mas que não conseguia incorporar.

A segunda conclusão é a de que Conceição, quando renuncia ao projeto de casar-se com o "homem de sua vida" por considerá-lo menos intelectualizado que ela mesma, comporta-se como leitora romântica. Ou seja: o celibato lhe parece uma idéia mais suportável do que a convivência com um parceiro cujos defeitos, quando se sente traída, parecem assumir proporções cada vez maiores.

Como Vicente não correspondia à imagem idealizada de um marido perfeito, Conceição não consegue observar nele outras qualidades e subestima-se enquanto influência que poderia alterar os hábitos do parceiro.

Ou seja: apesar de teoricamente interessar-se pela "questão feminina", na prática Conceição desvaloriza-se tanto na sua relação com Vicente, que desiste de brigar por ele.

Nesse sentido, Conceição caminha no sentido inverso de outra personagem: Luísa, de *As doutoras*, de França Júnior¹¹⁴, obra citada no início do capítulo, que abandona os estudos e o exercício da Medicina para casar-se e ser mãe. Apesar dos diferentes destinos, ambas tiveram na leitura um fator de instabilidade na vida sentimental.

¹¹⁴ - JÚNIOR, França, op. cit.

Enquanto a primeira prioriza os livros e não a vida conjugal, a segunda, depois de muitos conflitos pessoais e familiares, rejeita o intelecto a favor do matrimônio. Tanto para uma como para outra os livros e o conhecimento neles adquirido trouxeram dificuldades e certa infelicidade. Impossível conjugar marido e leitura -- uma fica sem cônjuge e outra sem livros -- mas ambas tornam-se mães.

A leitura, portanto, parece impedir-lhes a felicidade plena. O filho preenche a ausência de livros no caso de Luísa e a falta de um casamento no de Conceição. Mas os livros, companheiros de papel e tinta, nem sempre são suficientes para a realização das personagens femininas. Às vezes, ao contrário, tornam-se elementos geradores de perturbação. Talvez as personagens leitoras devessem aprender a diferenciar livros e autores, apostando que nesse meio-termo é possível conjugar leitura e casamento.

Júlia Lopes de Almeida, a já referida autora de *Correio da roça* e *A família Medeiros*, como veremos a seguir, também postulava que a leitura feminina, quando realizada por leitoras de carne e osso, deveria ser igualmente seletiva, a fim de salvaguardar a família e manter o hábito de leitura da mulher.

Lendo as estantes das leitoras, segundo Júlia Lopes de Almeida

Quem está acostumado a uma leitura sadia, às obras dos mestres, não suporta a linguagem pervertidora dos romances maus¹¹⁵.

[Capitu] estava abatida, trazia um lenço atado na cabeça; a mãe contou-me que fora excesso de leitura na véspera, antes e depois do chá, na sala e na cama, até muito depois da meia-noite, e com lamparina...¹¹⁶

Já entraram alguma vez numa das nossas grandes livrarias do Rio? Quais maçãs de faces rosadas, em todas elas se apresentam lindos livros, de capas sedutoras e títulos sugestivos. Exercem uma quase que irresistível fascinação. Muitas mocinhas que passam, já não podem desprender o olhar da vitrina. Pedem ao pai ou ao irmão que as acompanhe; manuseiam esta ou aquela obra, folheiam esta ou aquela novidade literária, e não deixam de escolher a que mais sedutora se lhes apresenta.

Horas depois o veneno começa a agir. Denuncia-se pelas faces coradas, que não sabem ocultar a sensação. Quando os pais dão fé, muitas vezes é tarde: murchou a flor da inocência¹¹⁷.

As três epígrafes acima, embora extraídas de obras, autores e épocas diferentes, expressam a mesma opinião: os maus romances podem perverter, ou, no mínimo, prejudicar a saúde de suas leitoras.

Neste capítulo apontamos como diversas obras literárias caracterizam as leitoras como desadaptadas do meio social em

¹¹⁵ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. "Os livros". In: _____. *Livro das noivas*. 4. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1926. p. 35. (A primeira edição é de 1896.)

¹¹⁶ - ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*, São Paulo, Jackson Editores, 1957. p. 145.

¹¹⁷ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 4.

que vivem. Para recuperarem sua auto-estima, acabam precisando optar entre suas leituras e o projeto de um casamento estável.

Júlia Lopes de Almeida parece ter se dado conta de que tal escolha não precisa ser efetivamente realizada. Em seu *Livro das noivas*, de 1896, dedica um capítulo inteiro aos livros que devem habitar as estantes de uma pretendente ao matrimônio, a fim de garantir não só o sucesso do contrato matrimonial, como da continuação do hábito de leitura por parte da mulher.

A inclusão desse tema numa obra destinada a noivas não parece ser mero acaso. Tudo leva a crer que a autora, falecida em 1934 aos 72 anos, vivenciou as dificuldades enfrentadas no início do século XX pelas mocinhas casadoiras e inexperientes, que deviam cuidar desde a roupa branca, das flores do jardim, até das doenças infantis.

Segundo Júlia Lopes de Almeida, a fim de evitar que as filhas mentissem sobre seus hábitos de leitura, o melhor que suas mães tinham a fazer não era nem ignorar, nem proibir-lhes a leitura de romances:

As filhas começam a mentir-lhes, lendo às ocultas no seu quarto, de noite. Perdem assim as horas consagradas ao repouso, tão necessário à saúde; de manhã estão pálidas, abatidas, nervosas, alegando uma doença qualquer, como desculpa dos olhos pisados e do cabelo em desalinho; sentam-se à mesa sem apetite, com um modo pasmado, a alma suja pelas novelas prejudiciais, insalubres,

recheadas de aventuras românticas e dos heróis perigosos¹¹⁸ .

A machadiana Capitu descrita na epígrafe acima parece ilustrar o caso da filha que não dorme à noite porque fica lendo às escondidas. Com expressão abatida, parece doente no dia seguinte. Portanto, Júlia Lopes de Almeida adere à noção de que ler corretamente é uma questão de saúde -- física e moral.

Assim sendo, para ela, deve-se evitar tanto o excesso de horas noturnas dedicadas à leitura, quanto certos autores, dentre eles, Montepin e Ponson du Terrail, bastante traduzidos no Brasil¹¹⁹ :

Porque, depois dos pais que não concedem um simples livro às filhas, estão os pais para quem isso é coisa perfeitamente indiferente; isto é, pais também culpados. Deste modo a família esgota em pouco tempo volumes tirados ao acaso da biblioteca, envenenando-se com todas as paixões de Montepin, e chorando em todos os duelos de Ponson du Terrail!¹²⁰

¹¹⁸ - ALMEIDA, Júlia Lopes de, *Livro das noivas*, cit., p. 36.

¹¹⁹ - Segundo Brito Broca, em "O fracasso de uma sociedade literária em 1890", texto extraído de sua obra *Naturalistas, parnasianos e decadentistas*, Alexandre Herculano considerava os dois escritores medíocres e de grande penetração popular. Apud: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996. p. 100.

¹²⁰ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. "Os livros". In: _____. *Livro das noivas*, cit, p. 37. Xavier de Montepin e Ponson du Terrail são considerados sucessores de Eugène Sue (1804-1859), que inaugurou na França a modalidade do romance-folhetim, tornando-se na segunda metade do século XIX no principal alimento literário de grande parte dos franceses.

A seleção recomendada por Júlia Lopes de Almeida tem outro recorte, perfil clássico que inclui o historiador e filósofo Michelet, além do também filósofo Herbert Spencer, com quem

[a mulher de espírito e de coração] há de compreender com maior lucidez e alegria os seus deveres de esposa e os seus deveres de mãe¹²¹ !

Michelet, o consolador, o justo, o bom Michelet, que tantos e tão bons conselhos deu aos homens (...). *L'oiseau* é um livro deliciante, inocente, casto, bom. Ensina a amar, a ver nessa legião boêmia que chilrea nas árvores, nos telhados, nas florestas, sobre o manto fofo das grammas ou sobre as águas profundas do mar, exemplos de firmeza, de amor e de abnegação¹²² .

O francês Michelet aborda em suas obras as necessidades da mulher, do camponês, do operário e do intelectual. Embora Júlia Lopes de Almeida recomende o livro *L'oiseau*, é na obra *La femme*, de 1859, que se encontram as opiniões de Michelet sobre diversos aspectos da vida da mulher: desde tradições que devem ser adotadas na cerimônia do casamento e cuidados com a saúde, até a educação ideal da mulher, tópico que inclui questões relativas à leitura:

(FONTE: VAN THIEGHEM, Philippe. *História da Literatura Francesa*. Lisboa, Estudios Cor, 1955.)

¹²¹ - Idem. "Educação". In: _____. *Livro das noivas*, cit., p.38.

¹²² - Idem. "As aves". In: _____. *Livro das noivas*, cit., p. 105

(...) gostaria que minha jovem virgem fosse docemente nutrida de leituras sadias e virginais, tiradas sobretudo da Antigüidade, até mesmo do primitivo Oriente. (...)

Nada de coisas complicadas de outrora. Longe, bem longe os Dantes e os Shakespeares, os sofistas e os mágicos da velhice do mundo! Mais longe os romances históricos, funesta literatura, que não se consegue mais desaprender e que faz ignorar solidamente a história para sempre.

Quero cantos nutrizes, como a *Iliada* e a *Odisséia*¹²³.

A *Odisséia* tem sido considerada mais adequada ao público leitor feminino que *Iliada*, por possuir estrutura narrativa mais simples e por ser "puro romance, de enredo bem arquitetado"¹²⁴.

Enquanto n'A *Iliada* é narrada a fase final da guerra de Tróia, em que o guerreiro Aquiles envolve-se em uma série de aventuras contra seus inimigos, em A *Odisséia* é a longa trajetória do herói Ulisses que é contada: depois de vencer Tróia numa guerra que consumiu dez anos, vaga pelos mares durante mais dez até chegar a Ítaca, sua terra, onde sua mulher Penélope pacientemente o espera, apesar dos inúmeros pretendentes que a pressionavam a casar-se em segundas núpcias.

¹²³ - MICHELET, Jules. *A mulher*. (Trad. Maria Ermantina Galvão). São Paulo, Martins Fontes, 1995. p. 121.

¹²⁴ - NUNES, Carlos Alberto. In: HOMERO. *Odisséia*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.

A figura de Penélope é muito forte neste poema. O leitor acompanha o desespero decorrente dos vinte anos em que o casal se manteve separado, suas sucessivas decepções e, finalmente, a forma pela qual reconhece Ulisses. Esta dimensão romanesca da história pode ter contribuído para gerar interesse das leitoras: Penélope é uma personagem com quem podem se identificar. Além de bela e astuciosa, a esposa de Ulisses é modelo de fidelidade conjugal e a obra de Homero pode ser lida como recompensando esta virtude, já que Penélope depois de vários anos de sofrimento consegue reatar sua vida conjugal.

Michelet recomenda Homero às mulheres solteiras, o que faz supor que, segundo ele, as casadas não careciam de conselhos em geral. É como se a experiência adquirida através do matrimônio liberasse a mulher para ler o que bem escolhesse: estando casada, a mulher ganhava liberdade intelectual, pois não sendo mais "inocente" e "pura", não corria mais o risco de se deixar influenciar pelos maus romances ou de não compreender certos textos. Nesse sentido, o casamento parece funcionar como um elemento gerador de emancipação intelectual da mulher, hipótese de que parece compartilhar Júlia Lopes de Almeida, pois nas suas obras mulheres casadas são freqüentemente leitoras competentes.

Já Spencer é um dos filósofos ingleses mais famosos de sua época, autor de *Principles of psychology*, publicada em 1855. Adepto do princípio evolucionista de Darwin para explicar fenômenos da natureza e da evolução mental, Spencer ocupou-se de questões educacionais, o que justifica o interesse que por ele manifesta Júlia Lopes de Almeida. Entre os vários itens que desenvolve, Spencer propõe que a educação parta do simples para o complexo, do indefinido para o definido, do concreto para o abstrato e que as mulheres se acostumem à investigação e à dedução de conclusões. Mas sua presença em

obras voltadas para a educação feminina talvez se deva à sua tese segundo a qual tanto meninos quanto meninas devem praticar exercícios ativos, contrariando assim o pensamento dominante na época segundo o qual uma menina saudável era aquela que tinha força suficiente para dar uma pequena caminhada, um apetite frouxo e uma certa timidez acompanhada de fraqueza¹²⁵.

Assim, os autores recomendados ao público feminino por Júlia Lopes de Almeida são de origem européia e filósofos, e suas obras são voltadas para o saber e não para o entretenimento. A leitura deles -- segundo Júlia Lopes de Almeida -- mais do que a de romances, capacitava a mulher para o exercício de suas funções: educar e ensinar seus filhos adequadamente:

a nossa [das mulheres] educação superficial, essencialmente decorativa, não nos permite decerto responder a todas as perguntas curiosas dos pequeninos a quem temos o dever indeclinável de guiar¹²⁶.

Em *A família Medeiros*, Júlia Lopes de Almeida, por intermédio da personagem Mme. Grüber, a preceptora alemã, expõe claramente seu projeto de leitura para o público feminino. O trecho transcrito abaixo é parte da carta de despedida da preceptora a Eva:

Continue a estudar; leia com cuidado. Um bom livro é sempre salutar para a alma. Fuja das

¹²⁵ - MARINHO, Inezil Penna. *Os clássicos na educação física*. Rio de Janeiro, Educação, 1945. p. 206.

¹²⁶ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. "Educação". In: _____. *Livro das noivas*, cit., p. 200-202.

teorias filosóficas e das exposições pessimistas dos espíritos doentes. Não se deixe prender, como tantas outras mulheres inteligentes do nosso tempo e da sua instrução, pelos assuntos guindados das teses sociais; deixe tais argumentos à competência e à prática dos homens (...).

Colha, pois, na sua leitura só as flores e os frutos que se lhe mostrem saborosos e saudáveis; é com eles que há de nutrir proficuamente o seu espírito e tornar atraente a sua família futura.

(...)

Repito, minha querida, -- procure ler bons livros. Não lhe recomendo esta ou aquela escola. Todas elas são boas, quando tratadas por um escritor de talento e de convicção; todas elas são úteis quando lidas por uma pessoa que tenha o seu critério. Cosa, lide, passeie (...) ¹²⁷.

Aparentemente a autora parece se contradizer quando escreve "fuja das teorias filosóficas", em *A família Medeiros*, e quando recomenda, no *Livro das noivas*, leitura de Michelet, Spencer e Quinet -- três filósofos. Essa aparente contradição talvez possa ser parcialmente explicada pela interpretação que Júlia Lopes de Almeida possivelmente fazia das obras dos três autores: distantes das "teses sociais", de conteúdo mais leve, adequadas ao público feminino.

¹²⁷ - Idem. *A família Medeiros*, cit., p. 86-7.

A cronologia das obras também pode ajudar a explicar essa aparente incoerência: *A família Medeiros* foi publicada a primeira vez em 1892, e o *Livro das noivas*, em 1896. Ao longo dos quatro anos que separam as duas obras, a autora pode ter revisto suas idéias sobre adequação das leituras para mulheres, pois durante esse período viveu uma das fases mais conturbadas de sua vida: apenas seu filho primogênito nascido em 1888 sobreviveu; os dois seguintes morreram precocemente. De 1895 a 1900, sua mãe faleceu e nasceram-lhe mais três filhos¹²⁸.

Se tais fatos não explicam essa aparente contradição, podem ajudar a justificar, pelo menos em parte, por que em *A família Medeiros* os filósofos não são recomendados, para, na obra seguinte, serem aconselhados.

Não parece ser improvável a hipótese de que a própria Júlia Lopes de Almeida tenha se dedicado mais à leitura de obras de caráter filosófico, passando a recomendá-las depois de conhecê-las melhor.

Outra hipótese é de não se tratar exatamente de uma incoerência. Afinal, Júlia Lopes explicita em *A Família Medeiros* que os filósofos desrecomendados são os de tom pessimista, classificação inadequada tanto para Michelet quanto para Spencer -- ambos preocupados com a melhoria e o progresso das mulheres e da humanidade. O primeiro, porque fundamentou sua ética no amor e na mulher, sendo ela a pedra de toque de todo o sistema¹²⁹; o segundo, porque aplicou com clareza a idéia da evolução das espécies a todos os campos de estudo, porque combateu o militarismo, tornando a mulher mais

¹²⁸ - FONTE: DE LUCA, Leonora, op. cit., p. 195.

¹²⁹ - MOREAU, Thérèse. "Prefácio". In: MICHELET, Jules, op. cit., p. XIX.

próxima do homem, uma vez que o soldado não saía mais do lar para lutar no exterior¹³⁰.

Aparentemente, as leitoras previstas por Júlia Lopes de Almeida deveriam ler com fluência -- habilidade que, como já vimos em capítulo anterior, era privilégio de mulheres cujas famílias puderam pagar as caras escolas leigas para moças. As leitoras de formação religiosa mais rígida, se fiéis aos parâmetros defendidos por Sinzig, não podiam seguir os conselhos da romancista pois, de Michelet diz Sinzig:

MICHELET, Jules -- nascido a 21.VIII.1798, em Paris, faleceu a 9.II.1874, em Hyeres. Estão no índice dos livros proibidos: *Memoires de Luther; Prêtre (Du), de la femme, de la famille; Amour (L'); La Sorcière; Bible de l'Humanité, Prêtre (Le), les jesuites*. Em suas obras de imaginação: *L'insecte; La mer; La montagne. Oiseau (L')*, têm muitas páginas escabrosas¹³¹.

e de Quinet:

QUINET, Edgar -- político e escritor francês, nascido a 17.II.1803, em Bourg-en-Bresse, falecido a 17.II.1875, Versailles. *Anticlerical*¹³².

¹³⁰ - DURANT, Will. *A filosofia de Herbert Spencer*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d. p. 67.

¹³¹ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 532. (A fim de facilitar a leitura do verbete, eliminei as datas referentes às publicações das obras.)

¹³² - Idem, ibidem, p.607.

Spencer, curiosamente, nem aparece no *Guia*, o que pode sugerir a pouca circulação ou o desconhecimento de sua obra entre o público leitor brasileiro, uma vez que aparentemente a influência desse filósofo desapareceu poucos anos antes de sua morte em 1903¹³³, ou seja, aproximadamente uma década antes da primeira edição da obra de Sinzig.

Se o apreço de Júlia Lopes de Almeida "ao doce Michelet" e à sua obra pode ser creditado ao tradicional fascínio da intelectualidade brasileira pela literatura francesa, o frontal desacordo da indicação do historiador e filósofo francês com as restrições que a ele faz Sinzig também não causa espécie: Sinzig faz restrições à própria Júlia Lopes de Almeida:

ALMEIDA, Júlia Lopes de. Fluminense, nascida no Rio a 24.IX.1862; *uma das mais notáveis escritoras brasileiras*. Seus livros, geralmente, não seguem os princípios da Igreja Católica. Desenvolve e defende teses sociais¹³⁴. (Grifo meu)

Isso não significa, no entanto, que Júlia Lopes fosse anticlerical, mas, simplesmente, que tinha seus próprios critérios para julgar autores e obras: critérios possivelmente mais avançados que os da Igreja na época, o que não impedia que a autora fosse considerada "uma das mais notáveis escritoras brasileiras". As restrições, quando havia, eram de ordem teológica ou moral e não diminuía o mérito "literário" da autora seja como escritora infantil

¹³³ - DURANT, Will. *A filosofia de Herbert Spencer*. Rio de Janeiro, Tecnoprint. s. d. p. 101.

¹³⁴ - SINZIG, Frei Pedro, op. cit., p. 52.

Histórias da nossa terra. São umas trinta historiazinhas para crianças, bem urdidas e interessantes. A autora não ataca a religião, mas nota-se naquelas páginas uma absoluta ausência de fé. Isto não quer dizer que a sua leitura deva ser proibida. É boa, mas a alma da criança quase nada ganha com ela. *O juiz de ouro* é um conto admirável¹³⁵.

seja como romancista, como mostra o verbete de seu romance *A intrusa*:

(...) Romance de valor literário, mas de máximas morais que não permitem aconselhar a sua leitura. A autora, querendo, transformará este romance em outro, moral, sem diminuir-lhe atrativos e valor literário¹³⁶.

No entanto, há romances que não conseguem escapar do veto da Igreja. Quase em tom de indignação, escreve Sinzig sobre *A Silveirinha*:

(...) O livro é uma ofensa à sociedade e à Igreja Católica; parece incrível ser ele escrito por uma senhora! Chega a repugnar¹³⁷!

Por se tratar de uma obra que sugere uma relação afetiva entre a recém-casada *Silveirinha* com um marido ateu e o jovem padre Pierre, *A Silveirinha* é um romance crítico em relação

¹³⁵ - Idem, *ibidem*, p. 52.

¹³⁶ - Idem, *ibidem*, p. 53.

¹³⁷ - Idem, *ibidem*, p. 53.

ao clero e às damas da sociedade. É o próprio padre Pierre quem aconselha a Silveirinha a casar-se com o Dr. Jordão, a fim de que ela salve a alma herege do moço. Para isso, padre Pierre combina vários encontros com a Silveirinha, para saber tudo que se passa entre o casal e aconselhá-la como converter o marido. Apresentando-se amorosa e quente num dia e fria e distante no outro, fazendo pequenas chantagens aqui e acolá, certamente, segundo o padre, o marido acabaria por ceder às vontades da mulher, principalmente as de ordem religiosa.

O romance tem um final não muito previsível: o casal, depois de algumas crises, encontra equilíbrio e a relação estabiliza-se. A descoberta do amor mútuo é que fez Dr. Jordão fingir ter aceitado a fé cristã. A Silveirinha, por sua vez, acredita na conversão do marido e sente-se realizada a tal ponto, que consegue deixar de freqüentar o padre e seguir vida própria.

É exatamente esse final que surpreende o leitor: ao invés de apaixonar-se perdidamente pelo padre, a Silveirinha consegue esquecê-lo sem, no entanto, abandonar sua fé. A atitude do Dr. Jordão também é bastante inovadora, uma vez que mantém sua ideologia, apesar de fingir tê-la substituído pela religiosidade da esposa. Um desfecho que fizesse do Dr. Jordão um homem verdadeiramente cristão agradaria a Igreja, mas, por outro, seria bem menos verossímil, uma vez que ele se mostra coerente nas próprias idéias do início ao fim da história. A Silveirinha parece amadurecer emocionalmente, pois começa a fazer projetos por conta própria, sem necessitar dos conselhos de terceiros, e sente-se feliz. Marido e esposa, portanto, apesar das aparências, mantêm a individualidade, pois não abrem mão de suas convicções religiosas.

Pode-se dizer que a força da Igreja, representada pela Silveirinha e pelo padre Pierre, não foi eficiente, uma vez que não soube converter um ateu. A própria imagem do padre Pierre, mais parecida com a de um sedutor que com a de um religioso, também denigra a boa imagem da Igreja.

A conjunção de todos esses fatores talvez justifique o veto no verbete dedicado a *A Silveirinha*, o que é uma exceção, pois quase toda a produção juliana é comentada e depois aprovada, pelo menos parcialmente. Quando não o é, a crítica é mais suave, no máximo um "não recomendamos a leitura", caso de *A Falência*.

Esse impasse sobre a produção de Júlia Lopes de Almeida parece estampar os diferentes critérios de que se vale Sinzig no seu *Guia*. Pouco rigoroso no julgamento literário que faz das obras que analisa, acaba misturando critérios de ordem moral e religiosa para aprovar ou proibir títulos ou autores, o que acaba gerando algumas contradições e diferentes hierarquias de veto: alguns autores são totalmente desrecomendados, outros parcialmente, outros são aprovados para um público específico e assim por diante¹³⁸.

Portanto, a Igreja reconhecia em Júlia Lopes uma importante escritora, embora, em obras localizadas, a suposta imoralidade de costumes das suas personagens acabasse "contaminando" seu valor literário.

De tudo que já foi dito e analisado, pode-se concluir que as obras de Júlia Lopes tiveram boa recepção no Brasil do

¹³⁸ - Esse aspecto da obra de Sinzig foi bastante analisado no Capítulo III: "Leitura e Igreja -- difícil comunhão".

início do século XX¹³⁹, e que a forma pela qual veiculava suas idéias, por não ferir os princípios morais vigentes, fez com que tivesse, até certo ponto, apoio da Igreja¹⁴⁰.

De sua pena, é possível esboçar o perfil ideal da mulher leitora: possivelmente de cor branca, pois pertence às camadas letradas, lê filósofos europeus em detrimento de certos autores de folhetim francês. Quando se torna mãe, ensina aos filhos o que aprendeu em suas leituras.

Bem se vê que Júlia Lopes não conseguiu libertar-se da noção utilitária da leitura para a mulher, quando comtaneamente sugere serem os livros fontes de instrução às mães e não de prazer.

É necessário, acrescentar, no entanto, que Júlia Lopes não tinha em mente a totalidade da população feminina brasileira quando divulga suas idéias sobre leitura e literatura, mas as da camada dominante.

Em seus textos há várias passagens que mencionam a necessidade de a mulher casada ter em casa empregados de

¹³⁹ - Segundo Leonora De Luca, op. cit., p. 20, já no início do século XX Júlia Lopes consegue viver dos rendimentos advindos de sua produção literária. Seus romances, bem como suas obras didáticas, são editados e reeditados, alcançando dezenas de milhares de exemplares -- cifras até hoje pouco usuais no Brasil. Isso sugere que o público leitor de Júlia Lopes de Almeida não era só da alta burguesia, apesar de o universo feminino retratado pela autora em suas obras ser bastante elitizado.

¹⁴⁰ - Leonora de Luca, op. cit., p. 91, ao analisar a atuação de Júlia Lopes, afirma que seu estilo ameno garantiu-lhe acesso à grande massa de leitores dos mais diferentes estratos sociais, não sendo apenas a alta burguesia a consumidora de seus textos. Caso adotasse uma postura mais agressiva, corria o risco de ser banida das páginas dos órgãos da grande imprensa, ficando confinada às páginas de circulação restrita e de pequena tiragem. Por isso, Júlia Lopes teria praticado o "feminismo possível".

confiança, com os quais é preciso relacionar-se, mas sem se misturar a eles:

É bom saber de tudo; mas no seu caso eu iria instruindo em tal mister uma colonazinha, ou o próprio cozinheiro, mesmo que eu tivesse de administrar o serviço, mas altivamente, de pé, a uma certa distância. Entendo que uma dona de casa, demais a mais viúva, precisa manter toda a sua autoridade e todo o seu prestígio, observando os serviços dos seus empregados sem se imiscuir em nenhum deles diretamente¹⁴¹.

O discurso, evidentemente dirigido às mulheres de mais posses, reforça a diferença de classes ao ensinar como a dona de casa deve relacionar-se com seus empregados. O diminutivo "colonazinha" tem conotação mais pejorativa do que afetiva, pois desqualifica o profissional que executa as tarefas evitadas pela patroa, como, no caso aqui analisado, salgar porcos e fazer salsichas.

A colonazinha, supostamente uma humilde moradora do campo e desprovida de instrução formal, quando comparada ao cozinheiro acaba por desprestigiá-lo também, como se a falta de especialização de um "contaminasse" a do outro. Seguindo esse raciocínio, a autora parece sugerir que cozinhar não requer nenhuma especialidade, o que torna esse trabalho desvalorizado, pois pode ser realizado por qualquer um -- menos pela patroa, cuja função não é executar, mas ensinar se necessário, e supervisionar.

¹⁴¹ - ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da roça*, cit., p. 73.

É necessário lembrar ainda que a instrução dada aos criados da casa deve limitar-se às tarefas que têm de realizar. Segundo Júlia Lopes, criadas instruídas costumam significar, muitas vezes, aborrecimentos à dona de casa, uma vez que podem almejar outros empregos ou assumir comportamentos inadequados para a função:

A questão dos criados é hoje na Europa um problema social. À proporção que a instrução se derrama, vai falhando a uns a humilhação natural para esse cargo, enquanto que em outros vão-se levantando ambições mais elevadas e rendosas¹⁴².

Embora o desajuste entre patroas e empregadas, segundo a autora, estivesse localizado na Europa, no Brasil as divergências entre elas também existiam, uma vez que freqüentemente as primeiras desrespeitavam as segundas e vice-versa. Segundo a autora, era necessário que as patroas aprendessem a mandar e os criados a realizar o serviço, a fim de tornar a convivência agradável:

Os nossos criados ganham a sua vida servindo-nos, e nós, fazendo-nos servir, temos a ganhar o seu respeito e a sua dedicação.

São coisas essas que se adquirem à parte, com a polidez do mando, a justiça para com o esforço tentado e o trabalho cumprido, a compaixão para com as suas fadigas ou doenças, a piedade para com suas mágoas -- o não sei quê, enfim, de comunicativo e

¹⁴² - Idem. "Os criados". In: _____. *Livro das noivas*, cit., p. 120.

afetuoso que vai do amo ao servo, os prende um ao outro, faz com que a casa lhes seja comum, e que o criado não diga nunca -- a casa dos patrões, mas sim -- a nossa casa¹⁴³ .

A diferença entre classes sociais, embora seja um tema que permeie essa e outras obras de sua autoria, não é tratado como um mal a ser combatido. A autora simplesmente aconselha as classes dominantes como conviver melhor com as subalternas, e vice-versa, sem necessidade de conflitos.

Em nenhum momento a autora sugere alteração dos costumes. Ao contrário, reforça na mulher as funções de mãe e educadora dos filhos e considera a paciência uma de suas maiores virtudes. Essas características não se aproximam do ideal cristão de conduta¹⁴⁴ ?

A suavidade contida nas suas idéias talvez explique o fato de a Igreja considerar Júlia Lopes de Almeida "uma das mais notáveis escritoras brasileiras", embora não seguisse os princípios cristãos.

A transgressão da autora à moral cristã, quando e se ocorre, é suave. Vimos, por exemplo, na primeira parte desse capítulo, a sugestão de Júlia Lopes de a mulher compartilhar o escritório do marido, sem com isso ferir qualquer princípio da época.

Tudo isso faz de Júlia Lopes uma escritora cujas idéias -- que abrangem desde a necessidade de a mulher tornar-se

¹⁴³ - Idem. "Os criados". In: _____. *Livro das noivas*, cit., p. 121.

¹⁴⁴ - "Aprende a ser paciente, que é a virtude mais necessária à mulher", escreve Fernanda a uma das filhas de Maria, em *Correio da roça*, p. 73.

leitora competente e seletiva para cuidar melhor da educação da prole, até a conservação do meio ambiente, a tolerância político-ideológico-religiosa, a fraternidade entre os povos --, se não reforçaram a ordem já estabelecida, também não a combateram¹⁴⁵.

Seu lado mais engajado pode ser lembrado na já comentada participação da autora na criação da **Legião da Mulher Brasileira**, em 1919, que abriu seu primeiro congresso em 1922, e na sua adesão, entre 1922 e 1924, à defesa do pacifismo.

Júlia Lopes de Almeida firmou-se como escritora sem abrir mão da imagem de boa mãe e dona de casa¹⁴⁶. Talvez essa multiplicidade de papéis tenha impedido que suas idéias fossem mais questionadoras, o que, em hipótese alguma, a desabona como uma das precursoras do movimento feminista, uma importante educadora e escritora do início do século XX.

¹⁴⁵ - Não é escopo desse trabalho analisar a totalidade da obra de Júlia Lopes de Almeida, mas de identificar algumas de suas idéias no que se refere à formação da mulher leitora no Brasil.

¹⁴⁶ - DE LUCA, Leonora, op. cit., p. 20.

Conclusão

Parece ser bastante provável que a trajetória percorrida pelas leitoras ficcionais não tenha sido muito diferente da das leitoras reais que viveram no Brasil entre 1890-1920, uma vez que os textos literários e os não-literários, quando analisados em conjunto, apontam essa convergência.

Exatamente por serem dois registros diferentes, o literário e o não-literário, optei por levá-los em conta na análise das leitoras ficcionais, pois, caso contrário, estaria desprezando o contexto e as situações concretas que levaram os escritores a produzirem as leitoras que foram objeto de nossa análise. Não que o literário se explique pelo não-literário ou vice-versa. Ao contrário: esses dois registros ajudam a refletir e a construir a história da leitura no Brasil, da qual tanto a leitora ficcional, quanto a real, começam a se configurar como uma das suas protagonistas.

Ao adotarmos como método de investigação a inserção do não-literário para tratar do literário, partimos do pressuposto de que, muitas vezes, a literatura acaba por registrar a realidade da época e do autor que está produzindo a obra. Isso não quer dizer que a literatura também não funcione como uma vertente utópica, ou seja, como um registro da realidade que se deseja alcançar e não a do momento.

No entanto, não foi a vertente utópica que identificamos ao analisar as obras contidas em *Em busca de novos papéis*, mas a vertente que, de alguma forma, registra os dados da realidade de então. Essa foi uma das razões pelas quais priorizamos as obras de Lima Barreto e de Júlia Lopes de Almeida, pois esses autores foram contemporâneos da maior parte dos acontecimentos analisados, especialmente do

feminismo. Tanto seus romances quanto seus textos críticos são ricos em elementos que ajudam o pesquisador a compreender melhor a sociedade da época. Seja nas entrelinhas, seja explicitamente, tanto um autor, como outro, sugerem a dificuldade que os homens e as mulheres de então tiveram em aceitar os novos costumes, como permitir às senhoras que saíssem com maior freqüência de casa, começassem a ter trabalho remunerado, ingressassem em cursos superiores, etc.

Além das obras desses escritores, refletir sobre os censos relativos à escolarização feminina, sobre o movimento feminista e suas pequenas vitórias, bem como sobre a forma pela qual a Igreja tratava a leitura no Brasil, foi um recurso que se mostrou eficiente porque ajudou a contextualizar e a interpretar com menos chances de erro a leitora que foi surgindo das páginas dos diversos romances: a de que foi vencendo, com avanços e recuos, a necessidade que as instituições preocupadas com a leitura -- família e Igreja, principalmente -- tinham em tutelar a leitura da mulher. Em outras palavras: a mulher leitora que começa a surgir nos romances alcança uma emancipação possível, torna-se mais madura e mais educada.

Tais conquistas podem ser atribuídas à junção de diversos fatos, todos acontecidos no período 1890-1920. Começando pela campanha nacional contra o analfabetismo, passando pelas feministas e pela atuação da Igreja.

As feministas brigaram pelo direito ao voto feminino e pelo acesso das mulheres ao ensino formal de boa qualidade, o que, segundo elas, daria condições de as mulheres exercerem uma profissão. Mas, como já analisamos anteriormente, as escolas, apesar de empenhadas em alfabetizar e em educar as mulheres, raramente capacitavam suas alunas para que pudessem exercer uma profissão remunerada fora do ambiente doméstico. As

alunas que se formavam, quando não partiam diretamente para o casamento, podiam tornar-se professoras, profissão que reforçava o papel atribuído pelo positivismo às mulheres em geral: ensinar as primeiras letras e as primeiras operações matemáticas aos filhos, antes mesmo que estes ingressassem na vida escolar. Apesar de as escolas não terem capacitado as mulheres para uma atividade profissional, ela foi eficiente na alfabetização feminina, o que permitiu a formação do público leitor feminino, interessado principalmente por romances.

A Igreja, que parecia acompanhar a formação das condições mais favoráveis de leitura no Brasil de então, redigiu, na esteira de obras semelhantes européias, um extenso volume, o *Através dos romances; guia para as consciências*, de Frei Pedro Sinzig, no qual, seguindo os mais diversificados critérios, aprovou ou condenou obras e autores, na tentativa de preservar a moral e os costumes cristãos.

Embora desejasse priorizar o conteúdo moral das obras, nem sempre Sinzig deixou de comentar -- na maior parte das vezes de forma negativa -- o estilo literário delas, principalmente quando seus autores enveredavam por temáticas consideradas impróprias aos olhos da Igreja.

Além das obras que reforçavam a moral e a preservação dos costumes cristãos, Sinzig apreciava também as que descreviam cenários e temáticas nacionais, o que parece sugerir uma tentativa de estimular a produção literária nacional, já que dos 6.657 autores arrolados no *Guia*, apenas 127 escritores eram brasileiros.

A tentativa sinziguiana de estimular uma produção literária com cores locais e com temática mais conservadora pode estar

indicando ao mesmo tempo a "receita" literária considerada mais adequada pela Igreja e o desconforto dela com a leitura que vinha sendo praticada entre os cristãos -- homens e mulheres.

Ainda que Sinzig não tenha feito nenhuma referência explícita relativa à leitura feminina, parece que as mulheres leitoras eram objeto de maior preocupação que os homens, como sugerem os romances produzidos na mesma época que o *Guia*.

Nestes, as personagens que mais lêem são as de moral mais duvidosa ou as mais infelizes, como Edgarda, de *Numa* e a ninfa, de Lima Barreto, e Conceição, de *O quinze*, de Rachel de Queirós.

A primeira, proprietária de uma biblioteca particular, encomenda e lê diversas obras, parecendo estar atualizada com os lançamentos literários estrangeiros. Esposa de Numa, um político medíocre, é Edgarda quem o ajuda a superar algumas dificuldades que enfrenta no dia-a-dia com seus colegas, ao redigir discursos e propor temas para debates, mas, no final do romance, surge um primo de Edgarda, que além de ser seu amante, revela ser o verdadeiro autor dos discursos políticos proferidos por Numa. Ou seja: Edgarda comporta-se de maneira inadequada para o padrão moral da época: lê demais, engana o marido intelectual e afetivamente.

Já Conceição, normalista e leitora de fôlego, não chega sequer a namorar seu primo Vicente por quem sempre foi apaixonada, por acreditar que a diferença intelectual entre eles impediria a felicidade do casal. Conceição é uma professora dos anos 30 do século XX, mas diferente das suas colegas de profissão no quesito leitura, pois este ultrapassa o padrão intelectual para normalistas em geral da época: ao

lado de romances, Conceição lê, por puro gosto, obras de natureza política e sociológica, dos mais variados autores.

Ou seja: tanto Edgarda, quanto Conceição, não conseguem ser leitoras isentas de crítica: a primeira, porque tem encontros amorosos com seu primo; a segunda, porque termina o romance infeliz e solitária.

Enquanto Edgarda consegue ser feliz na vida sentimental, é dependente do marido para se sustentar e para se promover socialmente. Conceição é independente, tem profissão definida, mas não encontra felicidade na sua vida pessoal.

Edgarda e Conceição parecem leitoras mais competentes quando comparadas às personagens que as antecederam, o que leva à formulação de mais uma hipótese: a de que, conforme o século XX ia passando, mais refinadas vão se tornando as leitoras ficcionais (e possivelmente as reais também).

Não parece errado supor que Edgarda represente a mulher que começava a se formatar nos primeiros vinte anos do nosso século: mais informada, mais independente e mais profissional que sua mãe e sua avó. Proprietária de um aposento que funcionava como biblioteca dentro de sua própria casa, refugia-se lá para ler, para meditar e para ter seus encontros amorosos com seu amante. Apesar de se revelar no final do romance menos erudita do que aparentava no seu início, é inegável seu apreço aos livros.

Parece que através da comparação de Edgarda e de Conceição estamos nos aproximando de mais uma hipótese sobre as mulheres ficcionais e as reais: a de que a profissionalização feminina não aconteceu de forma tranqüila, exigindo das

mulheres alguns sacrifícios, seja no âmbito afetivo, seja no âmbito profissional.

Esta crítica que começa a se configurar com maior nitidez contra a mulher leitora parece ter seu espelho na divisão interna dos aposentos da casa, como sugerimos em diversas passagens de romances. Embora a moral da época exigisse que a mulher zelosa dos bons costumes permanecesse a maior parte do tempo no lar, ela raramente possuía um aposento totalmente seu, onde pudesse ler com privacidade ou constituir uma biblioteca. Destituída de espaço próprio, mas com obrigações de educar e alfabetizar seus filhos, essa mulher, no máximo, aprendia a freqüentar o escritório do marido, onde raramente entrava sem ser chamada.

Na medida em que as mulheres começam a ganhar autonomia dentro de seus próprios lares, parece que começam a ganhá-la também na habilidade de leitura, ao escolher e encomendar por conta própria seus livros, como as já citadas Edgarda, de Lima Barreto, e Conceição, de Rachel de Queirós.

Ainda é da pena do próprio Lima Barreto que surge, em *Bruzundangas*, a polêmica figura da funcionária pública, objeto das mais diversas críticas. Vemos, mais uma vez, a literatura registrando um movimento social extra-literário: o surgimento de novas profissões femininas. Ao lado das professoras, começam a conviver médicas, advogadas e funcionárias públicas.

Apesar de partir do pressuposto de que textos não-literários e literários ajudam a lapidar hipóteses sobre a realidade da época, é necessário lembrar que o trabalho realizado no *Em busca de novos papéis* ao mesmo tempo em que pretendeu resgatar a representação da mulher leitora na

ficção brasileira, não se aprofundou na pesquisa das leitoras reais.

Apesar de termos coletado algumas entrevistas com leitoras em idade bastante avançada ou de seus parentes próximos e de ter investigado a biblioteca do Colégio Sion, um dos primeiros a importar livros franceses para suas alunas brasileiras, não demos prosseguimento a essa vertente de pesquisa, por acreditarmos que era necessário fixar-nos, nesse momento, no âmbito literário.

A pesquisa de campo, portanto, certamente ajudará a iluminar a trajetória das mulheres -- de carne e osso -- rumo aos livros.

Comparando as hipóteses sobre as leitoras ficcionais, com as informações a serem obtidas nessas pesquisas, torna-se possível verificar com maior precisão até que ponto leitoras de papel e tinta representam as de carne e osso.

Além de ampliar o período e a seleção de romances com mulheres leitoras, outra forma de dar prosseguimento ao tema é analisar as ilustrações produzidas na mesma época sobre mulheres leitoras, considerando a faixa etária da leitora representada, em que ambiente a leitura ocorre, a que classe social parece pertencer, se é branca, negra, mulata, índia, se é uma leitura que parece espontânea ou escondida, quem é o autor da ilustração, etc¹.

Na medida em que novas pesquisas forem sendo feitas, as hipóteses aqui formuladas sobre mulheres leitoras ficcionais

¹ - O projeto Memória de Leitura, desenvolvido na Unicamp, já possui um banco de dados bastante rico em ilustrações que tematizam a leitura.

poderão ser enriquecidas e debatidas, uma vez que este tema apenas recentemente conquistou importância acadêmica.

SUMMARY

The realm of several novels written between the late XIXth and early XXth centuries is made of all kinds of female readers -- white or brown, rich and educated or poor and ignorant. This can be observed in the work of França Júnior, Coelho Neto, Machado de Assis, Valentim Magalhães, Lima Barreto, Júlia Lopes de Almeida, Adolfo Caminho and Rachel de Queirós' works.

Although unreal, these female readers seem to reveal the slow and tortuous path Brazilian women living between the 1890's and the 1920's had to follow to become readers. There had been several claims for women's education -- such as official campaigns against illiteracy and Brazilian feminist activists. Nevertheless, the history of Brazilian women's education confirms how difficult it was to build a feminine literacy audience.

Brazilian women schooling became easier after the 1920's, and as a result they learned to read and write, which is a primary condition to become readers. They were numerically more literate than previous generations, yet they still met with opposition to become readers. Institutions such as Church and family considered novels, specially the French naturalistic novels, to be harmful and dangerous for women's moral. They thought it was their duty to avoid women to become "immoral" and "dissolute" and protected women from reading certain subjects.

Several fictional feminine readers made of ink and paper were created by some writers during 1890/1920. These

characters can be seen as metaphors of what people thought at those times: women should know enough reading and writing in order to teach their sons to read and to count. If they knew more than that, they would probably have to choose between becoming married -- women's greatest dream -- or having some intellectual life.

In other words, the fictional feminine readers created in these novels are unable to enjoy both familial and intellectual lives. Some quit the habit of reading to preserve their marriage. Those that keep their esteem for books, remain unmarried but are unable to live happily.

Until the 1920's a satisfactory and emancipated solution for feminine readers made of ink and paper seems to be an impossible task. Most of them finish their stories very sadly, although their bookstands remain full of books.

Only in Júlia Lopes de Almeida's (1862-1934) -- among those studied -- permits a feminine reader character to be able to manage husband and books. This seems to suggest a small change in Brazilian society.

Bibliografia

- ABREU, Luciana. *Preleções seguidas de uma série de artigos referentes à autora. (Prefácio, estudo e coletânea de Dante de Laytano)*. Porto Alegre, Museu Júlio de Castilhos, 1949.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família Medeiros*. Rio de Janeiro, Empresa Nacional de Publicidade, 1919.
- _____. *A Silveirinha*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1914.
- _____. *Correio da roça; romance epistolar*. 7. ed. Rio de Janeiro/Brasília, Presença/INL, 1987.
- _____. *Eles e elas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1910.
- _____. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.
- _____. *Livro das noivas*. 4. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1926.
- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- AMICIS, Edmundo. *Coração*. São Paulo, Teixeira & Irmão, 1891.
- ANDRADE, Mário. *Amar, verbo intransitivo*. 5. ed. São Paulo, Martins, 1976.
- _____. *Aspectos da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo, Martins, 1974.
- ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inco, 1957.
- _____. *A Semana (1892-1897)*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, Jackson Editores, 1957.
- _____. *Dom Casmurro*, São Paulo, Jackson Editores, 1957.
- _____. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inco, 1957.
- _____. *Contos fluminenses*. São Paulo, Jackson Editores, 1957.
- _____. *Iaiá Garcia*. Jackson Editores, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, 1957.

- AUGUSTA, Nísia Floresta Augusta. *Direitos das mulheres *e injustiça dos homens*. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo, Cortez, 1989.
- AZEVEDO, Aluizio. *Livro de uma sogra*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1959.
- _____. *Livro de uma sogra*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1959.
- BARROSO, Carmen et alii. *Mulher, mulheres*. São Paulo, Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1983.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1989.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo -- imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1988. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.
- BINZER, Ina von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo, Anhembi, 1956.
- BITTENCOURT, Adalzira. *Dicionário bio-bibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1870.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo, Ática, 1986.
- CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. 8. ed. São Paulo, Ática, 1985.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 5. ed. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. São Paulo, Ática, 1995.
- CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada - Da Renascença ao século das luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

- COELHO, Nelly Novaes. "As mártires da transição". In: *Ensaio*, São Paulo, 3 (5):134-142, 1979.
- COLÉGIO SION. *Reminiscências; 1888-1938*. Petrópolis, Vozes, s.d.
- COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista*. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- _____. *Rebelião e submissão; estudos sobre condição feminina*. São Paulo/Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Fundação Carlos Chagas, 1989.
- COUTO, José Maria do. *Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira -- ministro e secretário de Estado dos negócios do Império*. Rio de Janeiro, Tipografia de Hyppolito José Pinto, 1873.
- DE LUCA, Leonora. *Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e o feminismo no Brasil da virada do século*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995. Relatório final da pesquisa de iniciação científica no curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- DE MARCO, Valéria. *O império da cortesã -- um perfil de Alencar*. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- DEL FIORENTINO, Teresinha Aparecida. *Prosa de ficção em São Paulo: produção e consumo (1900-1922)*. São Paulo, Hucitec/Secretaria de Estado da Cultura, 1982.
- DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer; a sexualidade através da leitura no início do século*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1994. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de História, setor de Ciências Sociais, Letras e Artes.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Relatório apresentado ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Diretor Geral em 1903*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1904.

- _____. *Relatório apresentado ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Diretor Geral em 1903*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1904.
- DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta -- vida e obra*. Natal, UFRN/Editora Universitária, 1995.
- DURANT, Will. *A filosofia de Herbert Spencer*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d.
- EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. (Trad. Gastão Penalva.). 2. ed. São Paulo/ Brasília, Nacional/INL, 1977.
- FLORESTA, Nísia. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. *Opúsculo humanitário*. São Paulo/Brasília, Cortez/Inep, 1989.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Mulheres brasileiras; bibliografia anotada*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida (org.). *A mulher na literatura*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. v.1.
- GOTLIB, Nádia Battella (org.). *A mulher na literatura*. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. v.2-3.
- HADDAD, Jamil Almansur. *O romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo*. São Paulo, [Siqueira], 1945.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil; sua história*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.
- HELLER, Barbara. *Mulheres entre linhas; imagens da mulher leitora brasileira do início do século XX*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes. Mimeogr.
- HOMERO. *Odisséia*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.

- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. 1o. ano. (1908-1912). Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística do IBGE do Rio de Janeiro, 1927. v. 3.
- IBGE/CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *A população do Brasil; dados censitários - 1872 - 1950*. Rio de Janeiro, 1958.
- JÚNIOR, França. *As doutoras*. (Introd. de Edwaldo Cafezeiro.) São Paulo, Tecnoprint, 1985.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996.
- _____. *A leitura rarefeita; livro e literatura no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- _____. *Literatura infantil brasileira; história e histórias*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1985.
- LEAL, Elisabeth Juchem Machado & CUNHA, Maria Teresa Santos. *A educação da mulher: uma visão do cotidiano de um colégio religioso feminino*. (Relatório de Pesquisa.) Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. Relatório de pesquisa apresentado ao Centro de Ciências da Educação, Departamento de Estudos Especializados em Educação, Departamento de Metodologia do Ensino. Mimeogr.
- LEITE, Miriam Moreira L. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984.
- _____. *A condição feminina no Rio de Janeiro -- século XIX*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/INL/Fundação Nacional Pró-memória, 1984.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *Bruzundangas*. São Paulo, Rio de Janeiro, Mérito, 1944.
- _____. *Clara dos anjos*. São Paulo, Ática, 1995.
- _____. *Numa e a ninfa*. Rio/São Paulo/Porto Alegre, Gráfica Editora, 1940.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1964.
- LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. São Paulo, Brasiliense, 1948.
- LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1993.

- LOURO, Guacira Lopes. "Prendas e antiprendas -- educando a mulher gaúcha". In: *Educação e realidade*, Porto Alegre, 11 (2):25-56, jul/dez. 1986.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, O. P. *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano; um aprendizado de liberdade*. São Paulo, Loyola, 1990.
- _____. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo, Loyola/CEPEHIB, 1983.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Mulheres célebres*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1878.
- MARINHO, Inezil Penna. *Os clássicos e a educação física*. Rio, Editora Educação, 1945.
- MARTINS, Ana Luiza. *República: um outro olhar*. São Paulo, Contexto, 1989.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix/ Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- MICHELET, Jules. *A mulher*. (Trad. Maria Ermantina Galvão). São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Sinopse do recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920; População do Brasil; resumo do censo demográfico segundo o grau de instrução, idade, sexo e nacionalidade nos Estados e Capitais*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1920.
- MORA, José Ferrater Mora. *Diccionario de Filosofia*. 6. ed. Madrid, Alianza Editorial, 1988.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 16. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.
- NADAI, Elza. *A educação da elite e a profissionalização da mulher brasileira na Primeira República: discriminação ou emancipação?*. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 17 (1/2):5-33, jan/dez. 1991.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- NETO, Coelho. *A mulher. Theatro*. Porto, Chardron, 1907.

- PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo; condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Edunb, 1993.
- QUEIRÓS, Rachel. *O quinze*. São Paulo, Siciliano, 1993.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar -- Brasil: 1890-1920*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. *Antologia Nacional (1895-1969) -- Museu Literário ou Doutrina?* Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1992. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Mimeogr.
- REIMÃO, Sandra Lúcia. *O que é romance policial*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- REIS, Maria Cândida Delgado. *Tessitura de destinos; mulher e educação -- São Paulo, 1910/20/30*. São Paulo, Educ, 1993.
- REVISTA DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE, São Paulo, v.53, jan./dez. 1995.
- RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina*. Campinas, Centro de Memória/Unicamp, 1997.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Simões, 1951.
- _____. *O momento literário*. Rio de Janeiro, Garnier, s. d.
- ROSEMBERG, Fúlvia et alii. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. São Paulo/Brasília, Fundação Carlos Chagas, Inep, Reduc, 1990.
- SABINO, Ignez. *Mulheres ilustres do Brasil*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1899.
- SAFFIOTI, Heleith I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares. *A voz do veto; a censura católica aos romances na obra de Frei Pedro Sinzig*. Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras. Mimeogr.

- SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Livraria Portugália/ Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938. Tomo II.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Brasileiras célebres*. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1862.
- SILVA, Raul. *Maçonaria simbólica*. São Paulo, Pensamento, 1962.
- SINZIG, Frei Pedro. *Através dos romances -- Guia para as consciências; notas sobre 21.553 livros e 6.657 autores*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1923.
- SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a ascensão da mulher - 1919-1937*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1974. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Mimeogr.
- _____. *Condição feminina e formas de violência; mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.
- TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no Estado de São Paulo -- 1890 /1930*. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1979. v. 16.
- TEIXEIRA MENDES, R. *A preeminência social e moral da mulher, segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva*. 4. ed. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1958.
- TELLES, Norma. *Encantações; escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1987. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais.
- VAN THIEGHEM, Philippe. *História da Literatura Francesa*. Lisboa, Estudos Cor, 1955.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. 3a. série. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- VIDAL, Barros. *Precursoras brasileiras*. s.d.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

ZILBERMAN, Regina. "Leitoras de carne e osso: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX". *Revista de Estudos de Literatura*. Belo Horizonte, 1(1):31-47, out.1993.